

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

A DIREITA RADICAL NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO:
OS RUMOS APÓS A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS (1974 - 2012)

Fábio Chang de Almeida
Orientadora: Prof. Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre.

2014

FÁBIO CHANG DE ALMEIDA

A DIREITA RADICAL NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO:
OS RUMOS APÓS A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS (1974 - 2012)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História, sob orientação da Prof.^a Dra. Carla Brandalise (UFRGS) e coorientação do Prof. Dr. António Costa Pinto (ICS – Universidade de Lisboa).

Porto Alegre.

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Almeida, Fábio Chang de

A direita radical no Portugal democrático: os rumos após a Revolução dos Cravos (1974 - 2012) / Fábio Chang de Almeida. -- 2014.

327 f.

Orientadora: Carla Brandalise.

Coorientadora: António Costa Pinto.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Direita radical. 2. Extrema-direita. 3. Portugal. 4. História Contemporânea. 5. História Política. I. Brandalise, Carla, orient. II. Costa Pinto, António, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Carla Brandalise – PPGH/UFRGS
(Presidente da Comissão Examinadora)

Prof.^a Dra. Ana Lúcia Lana Nemi – PPGH/UNIFESP

Prof.^a Dra. Claudia Wasserman – PPGH/UFRGS

Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Ruckert – PPGEA/UFRGS

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós – PPGH/UFRGS

Após a arguição do aluno para a obtenção do título de Doutor em História, a banca examinadora reuniu-se e aprovou a tese, atribuindo-lhe conceito A.

Sessão pública de defesa de tese de doutorado realizada em 18 de junho de 2013 nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*Este novo mundo pode ser mais seguro,
se for informado sobre os perigos
das doenças do antigo.*

John Donne, 1611

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional.

À Professora Dra. Carla Brandalise, minha orientadora, por acreditar nas minhas ideias.

Aos Professores Doutores Ana Lúcia Lana Nemi, Claudia Wasserman, Aldomar Arnaldo Ruckert e Enrique Serra Padrós pela leitura do texto e pelas considerações realizadas.

A CAPES, pela bolsa de estudos que possibilitou minha pesquisa em Portugal.

Ao Professor Dr. António Costa Pinto, pelo acolhimento e orientação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Ao Professor Dr. Riccardo Marchi, pelo constante diálogo e troca de informações durante minha estadia em Lisboa.

Ao Sr. José Falcão e à equipe do SOS Racismo-Lisboa, pela receptividade e possibilidade de pesquisa em seus valiosos arquivos.

Aos colegas Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto, pelas constantes conversas que, em muitos momentos, me fizeram repensar os caminhos a serem trilhados neste trabalho.

A todos que auxiliaram nesta jornada.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1: Diagrama original desenhado em papel mostra a ARPANET em dezembro de 1969 (p. 41).
- Imagem 2: Representação cartográfica dos quatro nós da ARPANET em dezembro de 1969 (p. 41).
- Imagem 3: Mapa representando geograficamente a ARPANET em outubro de 1980 (p. 44).
- Imagem 4: Gráfico da empresa Netcraft mostrando o número de *sites* ligados na Internet entre outubro de 1995 e julho de 2009 (p. 49).
- Imagem 5: *Banner* deixado pelos *hackers* da ANTIFA em substituição ao conteúdo original do fórum da organização *Blood & Honour* (p. 69).
- Imagem 6: “Portugal não é um país pequeno.” Superfície do Império Colonial Português comparada com a dos principais países da Europa (p. 144).
- Imagem 7: Panfleto de propaganda do MIRN, direcionado à juventude (p. 174).
- Imagem 8: Logotipo do Núcleo de Estudos Oliveira Salazar (p. 178).
- Imagem 9: Gráfico mostrando o crescimento da imigração em Portugal de 1980 a 2005 (p.184).
- Imagem 10: Adesivo de propaganda do PSR sobre a “legalização das drogas” (p. 192).
- Imagem 11: Adesivo de propaganda do PSR “contra a Europa fortaleza” (p. 192).
- Imagem 12: Adesivo de propaganda do PSR “Sou eu que decido – aborto livre” (p. 192).
- Imagem 13: Muro pintado com propaganda do PSR “A tropa faz de ti um homem... sem direitos! Vota PSR” (p. 193).
- Imagem 14: Mapa com o possível trajeto realizado pelo grupo de *skinheads* na noite do assassinato de José Carvalho (p. 197).
- Imagem 15: Fotografia de José Carvalho (p. 200).
- Imagem 16: Capa do jornal Diário Popular, de 2 de janeiro de 1990 (p. 209).
- Imagem 17: Fotografia de Alcindo Monteiro (p. 214).

- Imagem 18: Mapa com a trajetória seguida pelos *skinheads*, enquanto agrediam pessoas na noite do dia 10 de junho de 1995, em Lisboa (p. 216).
- Imagem 19: Logotipo do movimento identitário francês (p. 230)
- Imagem 20: Logotipo da Causa Identitária portuguesa (p. 230)
- Imagem 21: Cena do filme Pink Floyd - The Wall (p. 238).
- Imagem 22: Símbolo da *Hammerskin Nation* (p. 240)
- Imagem 23: Símbolo da Portugal Hammerskins (p. 240)
- Imagem 24: Cartaz de propaganda convocando para a manifestação “contra a criminalidade”, de 18 de junho de 2005 (p. 246).
- Imagem 25: Símbolo original do PRD (p. 251).
- Imagem 26: Primeiro símbolo do PNR (p. 251).
- Imagem 27: Símbolo do PNR redesenhado em 2010 (p. 251).
- Imagem 28: Símbolo do MSI (p. 252).
- Imagem 29: Símbolo do MS-FT (p. 252).
- Imagem 30: Símbolo do *Front National* francês (p. 252).
- Imagem 31: Símbolo do *National Front* inglês (p. 252).
- Imagem 32: Frente e verso do cartão de militante da JN (p. 260).
- Imagem 33: Logotipo da Frente Nacional (p. 264).
- Imagem 34: Logotipo do PNR (p. 264).
- Imagem 35: Primeiro *outdoor* do PNR de 2007 (p. 266).
- Imagem 36: Segundo *outdoor* do PNR de 2007 (p. 267).
- Imagem 37: Cartaz do grupo “Gato Fedorento”, posicionado ao lado do cartaz do PNR (p. 268).
- Imagem 38: Mário Machado faz a saudação nazista diante de jornalistas em um intervalo do seu julgamento em 3 de outubro de 2008 (p. 274).
- Imagem 39: Outdoor do PNR de 2008 (p. 275).
- Imagem 40: Cartaz de 2007 do SVP (p. 277).
- Imagem 41: Cartaz de 2008 do NPD, “A limpeza em Hessen!” (p. 277).

Imagem 42: Cartaz do PSR da década de 1980 (p. 278).

Imagem 43: Cartaz do PSR da década de 1980 (p. 278).

PRINCIPAIS ABREVIATURAS UTILIZADAS

AJC – Associação José Carvalho (Portugal)

AN – Aliança Nacional (Portugal)

BE – Bloco de Esquerda (Portugal)

CDS-PP – Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular (Portugal)

CESV – Círculo de Estudos Sociais Vector (Portugal)

CODECOs – Comitês de Defesa da Civilização Ocidental (Portugal)

DAELUL - Direção da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras (da Universidade de Lisboa)

DGS – Direção-Geral de Segurança (Portugal)

DU – Direita Unida (Portugal)

ELP – Exército de Libertação Português

FN – Front National (França)

FN-NM - Força Nacional-Nova Monarquia (Portugal)

GNR – Guarda Nacional Republicana (Portugal)

HI – História Imediata

HSN – Hammerskin Nation (EUA)

HTP – História do Tempo Presente

IL – Integralismo Lusitano (Portugal)

JN – Juventude Nacionalista (Portugal)

JUVENAC – Juventude Nacionalista (Portugal)

MAN – Movimento de Acção Nacional (Portugal)

MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal

MIRN – Movimento Independente para a Reconstrução Nacional (Portugal)

MJP – Movimento Jovem Portugal

MPT – Partido da Terra (Portugal)

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (Portugal)

MS-FT - Movimento Sociale Fiamma Tricolore (Itália)

MSI – Movimento Social Italiano (Itália)

NEOS – Núcleo de Estudos Oliveira Salazar (Portugal)

NF – National Front (Inglaterra)

N/S – Nacional Sindicalismo (Portugal)

NSDAP – Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (Alemanha)

ON – Ordem Nova (Portugal)

PDC – Partido da Direita Portuguesa

PCP – Partido Comunista Português (Portugal)

PCTP – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (Portugal)

PDC – Partido da Democracia Cristã (Portugal)

PEV – Partido Ecologista “Os Verdes” (Portugal)

PH – Partido Humanista (Portugal)

PHS – Portugal Hammerskins (Portugal)

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Portugal)

PJ – Polícia Judiciária (Portugal)

PNR – Partido Nacional Renovador (Portugal)

POUS – Partido Operário de Unidade Socialista (Portugal)

PPD – Partido Popular Democrático (Portugal)

PPM – Partido Popular Monárquico (Portugal)

PS – Partido Socialista (Portugal)

PSD – Partido Social Democrata (Portugal)

PSP – Polícia de Segurança Pública (Portugal)

PSR – Partido Socialista Revolucionário (Portugal)

PRD – Partido Renovador Democrático (Portugal)

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (Portugal)

UDP – União Democrática Popular (Portugal)

UL – Universidade de Lisboa

URAP - União dos Resistentes Antifascistas Portugueses

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar o comportamento da direita radical portuguesa no período compreendido entre a Revolução dos Cravos (1974) e o ano de 2012. Tal delimitação temporal corresponde ao período democrático estabelecido após quarenta e um anos de regime autoritário. A ênfase da pesquisa recaiu sobre dois eixos fundamentais. De um lado, foi abordada a criação de organizações culturais e políticas de direita radical. Por outro, foi analisada a organização de grupos violentos de conotação racista e xenofóbica e sua atuação no período estudado. Também foram analisadas as relações entre as associações de cunho cultural e político com os grupos extremistas violentos. Como exemplo principal de uma organização de direita radical de cunho político, temos o Partido Nacional Renovador (PNR), criado no ano 2000. Como exemplo principal de organização extremista violenta, de caráter xenofóbico e racista, temos a *Portugal Hammerskins* (PHS), criada entre 2000 e 2005.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the behavior of the portuguese radical right in the period between the Carnation Revolution (1974) and the year 2012. Such temporal delimitation corresponds to the democratic period established after forty one years of authoritarian rule. The research emphasizes two main aspects: the creation of radical right cultural and political organizations; and the organization of violent racist and xenophobic groups, and its performance in the studied period. We also sought to analyze the relationship between the cultural and political organizations with violent extremists. As a prime example of a radical right cultural and political organization, we have the National Renewal Party (PNR), created in 2000. As a prime example of the extremist violent and racist group, we have the Portugal Hammerskins (PHS), created between 2000 and 2005.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – Considerações metodológicas	23
1.1. A História do Tempo Presente e a História Política	24
1.2. As fontes e documentos utilizados	33
1.3. Fontes digitais, Internet e o ofício do historiador	37
1.3.1. Aspectos técnicos e história da Internet	38
1.3.2. O que é a Internet?	52
1.3.3. Um novo campo de pesquisa histórica	53
1.3.4. História digital	56
1.3.5. Os tipos de fontes e documentos digitais	59
1.4. Metodologia dos documentos digitais	62
1.4.1. Inter-relacionamento da documentação	64
1.4.2. O acesso exclusivo e a questão do armazenamento	65
1.4.3. Cruzamento de dados	66
1.4.4. A questão da autenticidade	67
1.4.5. Seleção da documentação	70
CAPÍTULO II – Considerações Teóricas	72
2.1. Pátria e nação	72
2.2. Direita radical	83
2.3. Extrema-direita	96
2.4. Fascismo	112
CAPÍTULO III – A Direita Radical em Portugal: da instauração da República à Revolução dos Cravos (1910 – 1974).....	123
3.1. O Integralismo Lusitano e o Sidonismo	123
3.2. O Golpe de 28 de Maio de 1926	131
3.3. O “Primeiro Bloco” do Estado Novo (1926-1949)	137
3.3.1. O Movimento Nacional-Sindicalista	146
3.3.2. A direita radical nos meios acadêmicos	153
3.4. O “Segundo Bloco” do Estado Novo (1950-1974)	159
CAPÍTULO IV – A Direita Radical em Portugal: da Revolução dos Cravos ao assassinato de Alcindo Monteiro (1974 – 1995)	170
4.1. A extrema-direita de “ação direta” no pós-25 de Abril	171
4.2. A resistência cultural da extrema-direita	175

4.3. O Movimento de Acção Nacional e os <i>skinheads</i> portugueses	178
4.4. O assassinato de José Carvalho	191
4.5. O assassinato de Alcindo Monteiro	210
CAPÍTULO V – A Direita Radical em Portugal: do assassinato de Alcindo Monteiro aos dias de hoje (1995 - 2012)	223
5.1. Novos e pequenos grupos de direita radical	223
5.2. Portugal Hammerskins (PHS): reorganização da extrema-direita	232
5.3. O “arrastão” de Carcavelos e o Protesto “contra a criminalidade”	241
5.4. O Partido Nacional Renovador (PNR)	248
5.5. PNR e PHS: uma direita radical midiática em Portugal?	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	288
FONTES	303
ANEXOS	312

INTRODUÇÃO

Durante os anos do salazarismo, Portugal cultivou o mito da sociedade multiracial e inclusiva, que amalgamava etnias e culturas sob o manto da civilização cristã.¹ Por muito tempo, e mesmo após a queda do regime autoritário, grande parte dos portugueses via o seu país como resultado de uma comunhão de diversas culturas e “raças” diferentes, oriundas das antigas colônias, convivendo em harmonia numa sociedade fraterna. Contudo, principalmente a partir da década de 1980, iniciou-se um processo que levou a um contexto de reafirmação dos movimentos de direita radical, muitos com forte conotação racista, em vários países da Europa e das Américas. Desde então, vem aumentando significativamente o número de episódios violentos envolvendo grupos de extremistas, inclusive em Portugal.² Tais grupos formam um conjunto

¹ Ver: MONTEIRO, Nuno G; e PINTO, António Costa. A identidade nacional portuguesa. In: PINTO, António Costa (coord.). **Portugal contemporâneo**. Lisboa: Dom Quixote, 2004, pp. 61-62; e ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, v. XXXV (157). Lisboa: ICS-UL, 2001, p. 1035.

² Várias pesquisas atestam que os incidentes violentos relacionados à direita radical vêm aumentando na Europa. Ver: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG. Introduction: An anthology about the manifestations and development of the radical right in Europe. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG (eds.) **Is Europe on the “right” path?** Right-wing extremism and right-wing populism in Europe. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/do/08338.pdf>>. Acesso em janeiro de 2013.

heterogêneo de comportamentos, estéticas e ideologias. O conjunto inclui agrupamentos paramilitares de caráter racista, grupos nacionalistas, organizações separatistas, defensores da “supremacia branca”, e *skinheads* de inspiração nazista, entre outros.

No plano político, a direita radical também vem crescendo nas últimas décadas. Partidos políticos de direita radical vêm conquistando cada vez mais eleitores em diversos países da Europa.³ Ao mesmo tempo, buscando alcançar um melhor desempenho em termos eleitorais, muitos partidos que antes possuíam clara vinculação ideológica com o fascismo, agora buscam uma renovação estética e discursiva. Dessa forma, constituem uma “nova” direita radical, com uma roupagem que lhes confere maiores chances de alcançar resultados significativos nas urnas. Em Portugal, a direita radical de ambições eleitorais se faz presente através de um único partido político: o Partido Nacional Renovador (PNR). Situado no meio do caminho entre a direita radical de vinculação fascista e a “nova direita radical”, o partido vive um momento de transição. Sem conseguir um desempenho significativo nas urnas desde sua criação, o PNR demarca sua posição através de polêmicas campanhas de propaganda e vem conquistando um espaço cada vez maior na mídia.

Para além das movimentações do PNR, o outro aspecto visível da atuação da direita radical em Portugal se dá através das gangues de *skinheads*. Desde a segunda metade dos anos 1980, grupos de jovens ligados a essa subcultura⁴

³ Para uma análise detalhada acerca do crescimento da direita radical na Europa (especialmente na Alemanha, França, Grã Bretanha, Holanda, Itália, Suíça, Espanha, Bulgária, Polônia, Hungria, Dinamarca, Suécia e Noruega), ver: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG (eds.) **Is Europe on the “right” path?** Right-wing extremism and right-wing populism in Europe. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/do/08338.pdf>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁴ Uma subcultura pode ser entendida como um conjunto de crenças, práticas culturais e estilos que diferenciam um grupo de indivíduos de uma coletividade cultural maior, à qual pertencem. O conceito de subcultura foi desenvolvido a partir dos anos 1970, para caracterizar as manifestações culturais juvenis surgidas após a Segunda Guerra, tais como aquelas representadas pelos *rockers*, *mods*, *teddy boys*, *punks*, *hippies* e *skinheads*. Na concepção de Hebdige, as subculturas são formas de resistência que expressam uma tensão fundamental entre os detentores do poder e os indivíduos subordinados de “segunda classe”. Ver: HEBDIGE, Dick. **Subculture: the meaning of style**. Londres: Routledge, 1991, pp.132-133.

formam a tropa de choque da direita radical de norte a sul do país. *Skinheads* portugueses de inspiração nazista estão envolvidos em diversos episódios violentos com conotação política, racista, homofóbica e xenofóbica nos últimos trinta anos. Dentre estes episódios, é possível citar os assassinatos de José Carvalho (1989) e Alcindo Monteiro (1995), a agressão ao ator João Grosso (1989) e a tentativa de assassinato de Francisco Faustino (1989). Os casos José Carvalho e Alcindo Monteiro serão abordados em detalhes no presente estudo, pois configuram-se como acontecimentos emblemáticos na história de violência da direita radical em Portugal. Contudo, outros crimes com conotação política, motivados por racismo, xenofobia, homofobia ou anticomunismo já haviam acontecido antes, não recebendo a devida atenção dos meios de comunicação e também das autoridades.⁵

Recentemente, a criação do grupo *Portugal Hammerskins* veio atestar a crescente organização dos setores mais violentos da direita radical em Portugal. Por outro lado, atesta também a ineficiência do Estado em combater o crescimento de organizações de tal natureza, apesar dos diversos exemplos anteriores que mostraram a violência dos grupos *skinheads* em Portugal desde os anos oitenta. Um elemento importante que pode ser visualizado nesse fenômeno é a utilização da Internet pela direita radical. Os recursos da rede mundial de computadores são amplamente utilizados pelos partidos políticos de direita radical, tanto para doutrinação quanto para arregimentação de novos membros. Ao mesmo tempo, *sites* de conteúdo neofascista proliferam na Internet. A rede também é utilizada como meio de comunicação da direita radical através de fóruns, listas de discussão, redes sociais, etc.⁶

⁵ Em janeiro de 1992 um africano foi morto em Lisboa por três homens que proferiam frases racistas enquanto o espancavam. Em 1993, outro caboverdiano foi morto, dessa vez em Almada. Testemunhas viram indivíduos com a cabeça raspada fugindo do local. Ainda em 1993, em Carnaxide, outro cidadão de Cabo Verde foi assassinado. De todos esses casos, apenas os assassinatos de Alcindo Monteiro e José Carvalho resultaram em condenações da Justiça. Um levantamento dos episódios violentos envolvendo a direita radical em Portugal pode ser encontrado no seguinte relatório: FALCÃO, José. **A extrema-direita em Portugal**. Lisboa: SOS Racismo, 1998.

⁶ Ver: ALMEIDA, Fábio Chang de. **A serpente na rede: extrema-direita, neofascismo e Internet na Argentina**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do

Não apenas em Portugal, mas também em outros países europeus, a sobrevivência e rápida rearticulação após a Segunda Guerra Mundial demonstraram uma presença contínua e organizada da direita radical após 1945.⁷ As manifestações da direita radical em Portugal nos últimos trinta anos não devem ser vistas como um “renascimento”, pois, na realidade, ela esteve presente no país durante todo o século XX. O interessante é buscar compreender as transformações da direita radical nesse período e analisar em que medida as manifestações atuais inserem-se em uma continuidade ou marcam uma ruptura em termos ideológicos com a direita radical histórica em Portugal.

Esta pesquisa foi viabilizada através de uma bolsa de estudos PDEE (Programa de Doutorado com Estágio no Exterior) da CAPES. A bolsa possibilitou uma estadia de nove meses em Portugal, onde fui orientado pelo Prof. Dr. António Costa Pinto, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). O planejamento inicial da pesquisa era enfatizar o impacto das novas ferramentas de comunicação no cenário da direita radical portuguesa. Para tanto, era pretendido estudar o período que vai de meados dos anos 2000 até os dias de hoje, espaço que compreende a segunda onda de popularização da Internet, através dos recursos da *Web 2.0*. Todavia, o acesso a valiosas fontes de pesquisa primárias em Portugal fez com que a investigação sofresse um ajuste de rumo. Ao invés de estudar o período mais imediato da direita radical portuguesa e sua relação com a rede mundial de computadores, a pesquisa foi ampliada de forma a abarcar desde os anos setenta até os dias atuais.

A concentração na referida delimitação temporal justifica-se pelos documentos do período aos quais se teve acesso, pela existência de dois casos emblemáticos da violência da direita radical portuguesa em 1989 e 1995 e

Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

⁷ Para uma análise dos casos da Alemanha, Itália e França, ver: ALMEIDA, Fábio Chang de. Neofascismo: uma abordagem histórica. In: Giselda Brito Silva; Leandro Pereira Gonçalves; Mauricio B. Alvarez Parada (orgs.). **Histórias da Política Autoritária**: Integralismos, Nacional-Sindicalismo, Nazismo e Fascismos. Recife: UFRPE, 2010.

também pela escassez de pesquisas sobre o assunto.⁸ A delimitação adotada possibilitou conciliar o interesse inicial em estudar a atual configuração da direita radical, após a revolução tecnológica nos meios de comunicação e o advento da Internet nos anos 1990, todavia ampliando a visão, de modo a analisar as transformações dos grupos extremistas ao longo de um período de aproximadamente quarenta anos.

Feitas estas considerações iniciais, este trabalho teve por objetivo rastrear a atuação e analisar as formas assumidas pela direita radical em Portugal após a Revolução dos Cravos, dando-se ênfase especial ao período que vai de 1989 (ano do assassinato de José Carvalho), até os dias de hoje. O trabalho buscou captar as especificidades da direita radical portuguesa frente a um leque mais abrangente de grupos e instituições que compõe a direita radical europeia do mesmo período estudado. Não foi objetivo da pesquisa estudar a recepção dos argumentos da direita radical pela população portuguesa, mas antes a sua produção e difusão. As transformações da direita radical portuguesa no recente período democrático foram analisadas em suas três vertentes principais: a político-partidária (representada pelo Partido Nacional Renovador); a revolucionária-ideológica (representada por uma série de pequenos grupos); e a militância violenta (representada pelos *skinheads* de direita radical).

O texto está dividido em cinco capítulos. O Capítulo I, “Considerações Metodológicas”, aborda questões relativas às fontes utilizadas. São apresentados os arquivos pesquisados em Portugal e é comentada a metodologia adotada para lidar com a documentação. O trabalho realizado nesta tese de doutorado configura exemplo de uma pesquisa em História do Tempo Presente, o que implicou na necessidade da utilização de técnicas específicas. Em determinado

⁸ Poucos pesquisadores dedicaram-se a estudar a direita radical portuguesa no período posterior à Revolução de 1974. Dentre os trabalhos existentes, destacam-se as pesquisas do professor Riccardo Marchi, que vem dedicando-se a estudar a atuação da direita radical portuguesa na segunda metade do século XX. O diálogo constante com o professor Marchi em Lisboa foi fundamental no sentido de conhecer os trabalhos já publicados sobre o assunto – muitos deles extremamente recentes – e evitar percorrer um caminho de pesquisa eventualmente já trilhado por outros pesquisadores.

momento, a pesquisa tornou-se um estudo de História Imediata e as implicações disso são analisadas nesse capítulo.

Um grupo especial de documentos utilizados, formado pelos “documentos digitais”, mereceu um desenvolvimento maior a respeito de sua conceituação e metodologia de pesquisa. A hipertrofia do texto relativo às fontes digitais explica-se pelo ajuste no foco da pesquisa. Como a ênfase inicial recairia sobre o período mais recente, a documentação digital formaria o corpo principal das fontes utilizadas. Em função disso, para a qualificação de doutorado realizada antes da viagem à Portugal, foi escrito um capítulo inteiro tratando da teoria e metodologia da documentação digital. As pesquisas em Portugal, como já foi mencionado anteriormente, reajustaram o rumo da investigação em função da descoberta de novas fontes. Tais fontes não eram, em sua maioria, formadas por documentos digitais, fato que ofuscou a presença daqueles no desenvolvimento da tese. Todavia, os documentos digitais continuam presentes, sem o protagonismo planejado inicialmente, especialmente quando é analisado o período mais recente da História da direita radical em Portugal. Assim, o capítulo específico sobre teoria e metodologia das fontes digitais foi resumido e incorporado ao Capítulo “Considerações Metodológicas”.

No Capítulo II, “Considerações Teóricas”, são abordadas questões relativas a princípios, conceitos e conhecimentos fundamentais que guiaram a pesquisa. Foi realizada uma revisão acerca de termos como Pátria, Nação, patriotismo, nacionalismo; direita radical; nova direita radical; direita radical grupuscular; extrema-direita e fascismo. Não há definições que constituam um consenso acadêmico para muitos dos referidos termos. Existem diferentes concepções, baseadas nas ênfases escolhidas pelos diferentes autores. Por exemplo, em Portugal é dada preferência para o termo “direita radical”, enquanto no Brasil é mais usual a expressão “extrema-direita”. Ao analisar a bibliografia recente produzida sobre o tema desta pesquisa, é possível perceber que, muitas vezes, são usados termos diferentes para se referir ao mesmo objeto, em função das preferências teóricas particulares de cada autor. Por isso, fez-se necessário um capítulo para definir os conceitos básicos utilizados na presente tese.

No Capítulo III, “A Direita radical em Portugal: da instauração da República à Revolução dos Cravos” é realizada uma análise da presença da direita radical no país desde o advento da República, em 1910, até a Revolução dos Cravos, em 1974. Trata-se, essencialmente, de um capítulo de análise “genética” buscando a contextualização necessária para o estudo do período mais recente, que foi realizado nos capítulos seguintes. Em um período inicial, destacou-se a atuação dos integralistas lusitanos, o governo de Sidónio Pais, e a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Em um segundo momento, abordou-se o golpe de 28 de maio de 1926 e a ascensão de Oliveira Salazar ao poder. Finalmente, foi revisitado o regime do Estado Novo, orientando-se pela periodização de Fernando Rosas, que divide o governo de Salazar em dois grandes blocos.⁹ O primeiro vai de 1926 a 1949, onde esta pesquisa deu ênfase especial para a criação e atuação do Movimento Nacional Sindicalista, de Rolão Preto. O segundo grande bloco do Estado Novo corresponde ao longo período de agonia do regime e é delimitado entre o ano de 1950 e a Revolução dos Cravos, em 1974.

No Capítulo IV, “A Direita Radical em Portugal: da Revolução dos Cravos ao Assassinato de Alcindo Monteiro (1974 – 1995)”, lançando mão da documentação primária a que se teve acesso, buscou-se uma análise do caminho trilhado pela direita radical após a queda do regime autoritário. Inicialmente foi revisitado o período da resistência terrorista, que nos anos 70 buscou a restauração do autoritarismo através de centenas de atentados à bomba. Na década seguinte, com a consolidação do processo democrático, a direita radical buscou novas formas de organização em um novo contexto. Por um lado, consolidou-se a associação entre setores da subcultura *skinhead* e a ideologia neofascista. Ao mesmo tempo, a direita radical buscou retornar ao cenário político através da estruturação de novas agremiações partidárias. Tais transformações são analisadas a partir de publicações da direita radical e documentos judiciais e policiais relacionados aos assassinatos de José Carvalho e Alcindo Monteiro.

⁹ ROSAS, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. Vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 13-15.

No Capítulo V, “A Direita Radical em Portugal: do assassinato de Alcindo Monteiro aos dias de hoje” é analisado o período mais recente da direita radical portuguesa. É dada ênfase ao surgimento de grupos como a aliança Nacional (AN), a Ordem Lusa, a Irmandade Ariana e a *Portugal Hammerskins* (PHS). Também é analisada em detalhes a criação do único partido de direita radical de Portugal, o Partido Nacional Renovador (PNR) e as suas relações com os grupos extremistas violentos.

1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O estudo do comportamento da direita radical portuguesa entre 1974 e 2012 constitui um exemplo da prática de uma História do Tempo Presente (HTP). Muitas são as características específicas de uma pesquisa de tal natureza: a incorporação de uma nova categoria documental (as chamadas fontes eletrônicas, ou digitais); o acesso privilegiado a estas fontes (visto que elas possuem uma existência efêmera e tendem a desaparecer em pouco tempo); a relação de contemporaneidade entre o historiador e o objeto estudado, e a conseqüente falta de “distanciamento temporal”; o cunho “inacabado” de uma história em plena construção, etc.

Tais características implicam na utilização de métodos específicos para a análise do objeto de estudo. Ao lançar mão de um arcabouço metodológico próprio, o pesquisador do Tempo Presente consegue evitar a maioria dos possíveis problemas atribuídos a uma história escrita “no calor dos acontecimentos”. A uma “história quente” correspondem métodos específicos. Neste capítulo serão realizadas considerações acerca das fontes e da metodologia utilizadas na pesquisa, sendo dada ênfase especial às peculiaridades da História do tempo presente e aos métodos utilizados para trabalhar com os chamados “documentos digitais”. Também são apresentadas as principais fontes de pesquisa e as categorias de documentação utilizadas.

1.1. A História do Tempo Presente e a História Política

A pesquisa realizada nesta tese de doutorado constitui um estudo em História do Tempo Presente e os referenciais teóricos escolhidos para orientar a investigação foram, em sua maioria, oriundos da História Política. Por isso, é interessante realizar neste momento algumas considerações acerca do trabalho em História Política e HTP.

Estudar a época em que se vive não é uma novidade para os historiadores. Tucídides já fez isso ao escrever sobre a Guerra do Peloponeso.¹⁰ Entretanto, principalmente em função das críticas realizadas pela Escola Positivista, o estudo de seu próprio tempo passou a ser visto com desconfiança pelos historiadores. Para os positivistas – ou metódicos – do século XIX, a história deveria relacionar-se essencialmente com o passado, sendo necessário um distanciamento temporal para que o historiador pudesse proceder a análise dos fatos com o máximo de “imparcialidade”. Naquele momento, a possibilidade de “objetividade” do trabalho historiográfico estava diretamente relacionada com o distanciamento no tempo.

Nos dias atuais, o “sagrado” princípio do distanciamento está superado, não sendo necessário reproduzir a ampla discussão já realizada sobre o assunto.¹¹ Todavia, a HTP – e especialmente a História Imediata, como será

¹⁰ “*Quanto aos fatos da guerra, considereí meu dever relatá-los, não como apurados através de algum informante casual nem como me parecia provável, mas somente após investigar cada detalhe com o maior rigor possível, seja no caso de eventos dos quais eu mesmo participei, seja naqueles a respeito dos quais obtive informações de terceiros.*” TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. 3. ed. Brasília: UNB, 1987, p. 28.

¹¹ Ver: BÉDARIDA, François. Definición, método y práctica de la Historia del Tiempo Presente. **Cuadernos de Historia Contemporánea**. Servicio de Publicaciones, Universidad Complutense de Madrid. n. 20, 1998. Disponível em: <<http://www.ucm.es/BUCM/revistasBUC/portal>>. Acesso em setembro de 2012; BLANCO, Pablo Toro. Historia del Tiempo Presente y necesidad de distancia en el tiempo. **Revista de Humanidades**. Departamento de Artes y Humanidades de la Universidad Andrés Bello, v. 17-18, Santiago, junho-dezembro de 2008. Disponível em: <<http://artesyhumanidades.unab.cl/volumen-17-y-18>>. Acesso em janeiro de 2013; e MIGUEL, Gonzalo Capellán de. Historia y “presente”. In: **Berceo – Revista Riojana de**

visto mais adiante – eventualmente ainda é encarada com ressalvas por parte da comunidade acadêmica. Neste momento, apenas cabe enfatizar que o afastamento temporal não é necessário, nem suficiente, para a pretensão da realização historiográfica. Na sua essência, o problema é o mesmo para o medievalista ou para o historiador do presente. Trata-se de uma questão intrínseca à atividade de qualquer historiador, ou seja, a busca por uma coerência metodológica no tratamento das fontes.

Também a Escola dos *Annales* posicionou a história recente em um segundo plano de importância, ao considerar as estruturas mais determinantes que os acidentes de conjuntura e a longa duração mais importante que o tempo dos acontecimentos. Embora Lucien Febvre e Marc Bloch não tenham ignorado o imediato e o político, a análise do presente era realizada por cientistas sociais e não por historiadores nos primeiros números da Revista dos *Annales*.¹² De forma semelhante, a nova visão historiográfica transportou a História Política para a periferia dos debates acadêmicos. Efetivamente, a História Política foi a primeira “vítima” da revolução dos *Annales*. Contudo, é importante lembrar que a concepção de História Política contra a qual os *Annales* dirigiram suas críticas, era a utilizada já antes do século XIX, que promovia uma historiografia factual, *psicologizante* e idealista. Era a história linear do Estado e de suas instituições, e seus protagonistas eram os homens que detinham o poder. Tratava-se de uma “antiga” História Política.¹³

A marginalização da HTP e da História Política deve ser compreendida lembrando que o historiador é um homem do seu tempo, sujeito às influências ideológicas, tendências intelectuais e inquietações existenciais de sua época. Quando uma geração de historiadores promove avanços teóricos e

Ciencias Sociales y Humanidades, n. 140. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2001. Disponible em <<http://dialnet.unirioja.es>>. Acesso em setembro de 2012.

¹² CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, pp. 10-11.

¹³ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, pp. 15-18.

metodológicos na disciplina, normalmente faz isso recusando, ou marginalizando, os paradigmas da geração que sucedem. Conforme René Rémond:

Esses avanços se operam muitas vezes em detrimento de um ou outro ramo, como se todo avanço devesse ser pago com algum abandono, duradouro ou passageiro, e o espírito só pudesse progredir rejeitando a herança da geração anterior. Era pois provavelmente inevitável que o desenvolvimento da história econômica ou social se fizesse às custas do declínio da história dos fatos políticos, daí em diante lançada num descrédito aparentemente definitivo. Ora, o movimento que leva a história, o mesmo que acarretou o declínio da história do político, hoje traz de volta essa história ao primeiro plano.¹⁴

Na segunda metade do século XX, observou-se um processo de revalorização da história do presente, impulsionado pelo crescente interesse, inclusive estatal, por estudos sobre a Segunda Guerra Mundial. Em 1951 foi criado na França o *Comité d'histoire de la Deuxième Guerre Mondiale* (CHDGM), dirigido por Henri Michel. Em 1978 o CHDGM daria origem ao *Institut d'histoire du Temps Présent* (IHTP), que teve como diretor até 1990, o historiador François Bédarida. A criação do IHTP marcou o início de uma fase de institucionalização da História do Tempo Presente e “agitou os espíritos”, para usar a expressão de Jean-Pierre Rioux.¹⁵ A importância do Instituto para a reafirmação de uma história do presente vai ao encontro da história da própria instituição, conforme seu *site* de apresentação:

A história do IHTP inseriu-se com em um duplo contexto. Primeiro, a lembrança coletiva que revelava uma memória viva da Segunda Guerra mundial, cujas lembranças não cessam, ainda hoje, de assombrar a consciência das nações que conheceram a guerra, e a emergência de uma historiografia do muito contemporâneo, um campo agora reconhecido e legítimo, o que estava longe de acontecer há vinte anos. A experiência adquirida pelo IHTP sobre o terreno da história da Segunda Guerra Mundial, uma história difícil e trágica, que requereu uma reflexão permanente sobre os métodos e sobre a

¹⁴ Ibid, p. 14.

¹⁵ RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 39.

ética do ofício de historiador, alimentou as investigações e os trabalhos sobre outros períodos e sobre outros objetos.¹⁶

Outro evento significativo para o desenvolvimento da HTP foi a criação em 1989 do *Groupe de Recherche en Histoire Immediata* (GRHI), da Universidade de Ciências Sociais de Toulouse – Le Mirail. Sob a liderança de Jean-François Soulet, o GRHI promoveu uma tendência de estudo do presente baseada em quatro aspectos básicos: 1) Fixação de uma delimitação cronológica que parte do ano de 1960 e chega até a data atual; 2) Ênfase metodológica nas modernas fontes audiovisuais e orais; 3) Relação interdisciplinar com outras Ciências Sociais, incluindo o jornalismo; 4) Preocupação com o aspecto pedagógico e a divulgação da HTP.¹⁷

Alguns autores procuram identificar eventos que determinem o início cronológico daquilo que pode ser considerado como História do Tempo Presente. A Segunda Guerra Mundial, a Revolução Russa ou a queda do Muro de Berlim já foram consideradas como fatos significativos para marcar a abertura dos estudos do presente.¹⁸ Contudo, outra corrente considera não existirem delimitações cronológicas fixas para a HTP, variando seus limites de acordo com a existência simultânea dos personagens da história e daqueles que se propõem a escrevê-la.

São muitas as denominações para a historiografia do presente.¹⁹ Neste trabalho, é adotado o termo “História do Tempo Presente” para definir a análise

¹⁶ “*L’histoire de l’IHTP s’est inscrite en fait dans un double contexte: l’anamnèse collective qui a vu le réveil d’une mémoire vive de la Seconde Guerre mondiale, dont les souvenirs ne cessent, encore aujourd’hui, de hanter la conscience des nations qui ont connu l’épreuve, et l’émergence d’une historiographie du très contemporain, un champ désormais reconnu et légitime, ce qui était loin d’être le cas il y a vingt ans à peine. L’expérience acquise par l’IHTP sur le terrain de l’histoire de la Seconde Guerre mondiale, une histoire difficile et tragique, obligeant à une réflexion permanente sur les méthodes et sur l’éthique du métier d’historien, a nourri les recherches et les travaux sur d’autres périodes et sur d’autres objets.*” Institut d’histoire du Temps Présent – Historique. Disponível em: <<http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php?rubrique108&lang=fr>>. Acesso em maio de 2007.

¹⁷ MIGUEL, 2001, op. cit., p. 301.

¹⁸ CUESTA, Josefina. **Historia del Presente**. Madrid: Eudena, 1993, pp. 14-15.

¹⁹ História do Tempo Presente, História Recente, História Imediata, História Próxima, História de Nosso Tempo, História do Mundo Atual.

histórica da realidade social vigente que possibilita uma relação de contemporaneidade entre a história vivida e a escrita dessa mesma história, ou seja, entre os atores e testemunhas da história e os próprios historiadores.²⁰ Nada impede – e muitas vezes isso é inevitável – que o próprio historiador do Tempo Presente seja ator ou testemunha dos eventos estudados. Dessa forma, o historiador pode se reconhecer como personagem da História que escreve. Isso permite a ele uma identificação particular com o seu objeto de estudo.

Essa relação diferenciada do historiador do presente com o seu objeto implica na necessidade de que a HTP possua ferramentas metodológicas e concepções teóricas específicas. Por exemplo, para os historiadores do presente, é possível que os acontecimentos tendam a ter mais importância do que para os pesquisadores que estudam períodos afastados. Em estudos que analisam as conjunturas e estruturas percebidas na média e longa duração, normalmente o papel do acontecimento e das contingências é relevado a um segundo plano.²¹ Em função disso, nas últimas décadas a crescente reconciliação da historiografia com o “fato” e o “acontecimento” esteve intimamente relacionada com a revalorização da História do Tempo Presente e da História Política. Os historiadores resgataram a concepção de que a contingência deve ter seu lugar nas explicações históricas. Segundo a análise de René Rémond:

A política não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real. O acontecimento introduz nele, inopinadamente, o imprevisível: é a irrupção do inesperado (...) não se encontra nos antecedentes tudo aquilo que resultará deles; é o papel da contingência. Por certo ela existe em toda parte, não é menor na ordem cultural...”²²

²⁰ CUESTA, 1993, op. cit., pp. 9-11.

²¹ RÉMOND, René. O retorno do político. In : CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 55.

²² RÉMOND, René. Do político. In : RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 449.

François-Xavier Guerra aponta para a revalorização do acontecimento na história, a partir de uma reflexão autobiográfica acerca da observação dos fatos ocorridos em maio de 1968 na França:

Quando se considerava o desenvolvimento do processo, o que saltava aos olhos era a imprevisibilidade do acontecimento e a dinâmica que este criava. O acontecimento era o produto de um “jogo” de variáveis múltiplas, entre as quais o acontecimento precedente não era uma das menos importantes: o processo se autoalimentava sem cessar a partir de fatos em grande parte imprevisíveis e irreversíveis.²³

Também interessante é a constatação de Robert Darnton, no livro *Berlin Journal*, acerca do testemunho do historiador diante do contexto que permeou a queda do muro de Berlim, em 1989:

A “história acontecimento” foi desprezada por historiadores que pretendiam penetrar além da superfície do passado, a fim de entender suas estruturas profundas. Eu devo admitir que já fui um dos que desprezavam os acontecimentos. Todavia, quando me vi imerso em uma enxurrada de eventos revolucionários, eu me vi questionando minhas certezas anteriores. A “história acontecimento” não é tão simples ou superficial quanto pode às vezes parecer.²⁴

Um aspecto relevante acerca desta revalorização do acontecimento pela historiografia foi a influência dos meios de comunicação em massa, que mudou a concepção sobre o acontecimento, aproximando-o dos fatos cotidianos.²⁵ Os *mass media* tornaram-se parte integrante da realidade apresentada. Segundo a

²³ "Cuando se consideraba el desarrollo del proceso, lo que saltaba a la vista era la imprevisibilidad del acontecimiento y la dinámica que éste creaba. El acontecimiento era el producto de un "juego" de variables múltiples, entre las cuales el acontecimiento precedente no era una de las menos importantes : el proceso se autoalimentaba sin cesar a partir de hechos en gran parte imprevisibles e irreversibles." GUERRA, François-Xavier. El renacer de la Historia Política : razones y propuestas. In ANDRÉS-GALLEGO, José (dir.). **New History, Nouvelle Histoire** : hacia una nueva Historia. Madrid: Actas, 1993, pp. 225-226.

²⁴ "Now, "event history" has come in for a lot of scorn from historians who pretend to penetrate below the surface of the past in order to understand its deep structures. I must admit that I once belonged to the scorers. But when swept up in a flood of revolutionary events, I found myself questioning my earlier assumptions. "Event history" is not as straightforward or as superficial as it may sometimes seem." DARNTON, Robert. **Berlin Journal**: 1989-1990. Nova Iorque: Norton, 1991, p. 10.

²⁵ NORA, Pierre. O retorno do fato. In : LE GOFF, J. e Nora, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 184.

tese de Pierre Nora, a história do presente se diferencia das outras disciplinas historiográficas pela “construção do acontecimento” através da ação dos meios de comunicação:

É aos mass media que se deve o reaparecimento do monopólio da história. De agora em diante esse monopólio lhes pertence. Nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar.²⁶

A revolução tecnológica da segunda metade do século XX introduziu novas fontes de pesquisa e ferramentas de trabalho para o historiador. Como será visto adiante, além dos recursos audiovisuais e computacionais, a própria rede mundial de computadores está modificando o ofício do historiador. Diretamente relacionado com essa evolução tecnológica dos meios de comunicação, desenvolveu-se uma “especialização” dentro da HTP, dedicada a estudar os acontecimentos muito recentes. Dentro da História do Tempo Presente, a História Imediata (HI) coloca o historiador na “linha de frente” dos acontecimentos. Seguindo a categorização proposta por autores como J. Lacouture e J.F. Soulet, a HI estaria limitada a uma perspectiva de tempo que não ultrapassaria uma década (retroativa ao momento presente).²⁷

Retornando à questão da suposta “falta de objetividade”, apesar do paradigma positivista estar superado há algum tempo, as críticas à HTP parecem estabelecer um ponto problemático com relação a isso. Esta constatação é especialmente válida na “desconfiança” com relação à História Imediata. A imersão nas fontes, ainda sob o “calor” dos acontecimentos, resultaria na suposta impossibilidade de uma história legítima. É o caso das críticas de Chaveau e Tétart:

A história imediata é a que parece engendrar o maior paradoxo fazendo rimar dois termos contraditórios: imediato e história. Pode-se falar de uma história do imediato? Essa história é legítima? (...) Esta análise formulada no calor da hora (...) deve ser considerada antes de tudo como testemunho, como objeto

²⁶ Ibid, p. 181.

²⁷ CUESTA, 1993, op. cit., p. 9.

histórico. (...) é preciso definitivamente distinguir o que se apura de uma verdadeira pesquisa histórica daquilo que não faz parte inteiramente desta: a história do imediato pertence a essa segunda categoria.²⁸

Percebe-se como a HI é tratada de maneira secundária, sendo conduzida a um plano inferior de importância. Se há espaço para a aceitação da HTP, a HI por sua vez não passaria de um incômodo complemento. De uma maneira renovada, trata-se ainda de resquícios da antiga regra positivista: uma história que não possui distanciamento temporal com relação ao seu objeto de estudo, não pode ser “objetiva”. Na realidade, a História do Tempo Presente é, antes de tudo, “História”. A questão a ser respondida deveria ser: pode qualquer História ter pretensão de objetividade? Ou, em outras palavras, pode o discurso histórico ter pretensão de autenticidade? Para ser aceito como autêntico, faz-se necessário identificar quais os critérios que estabelecem as condições para que a HTP – assim como toda História – possa responder às demandas do trabalho científico.²⁹

Conforme Le Goff, o modo de verificação do trabalho do historiador deve passar por três questionamentos fundamentais: (1) Foram as fontes pertinentes utilizadas e o último estágio de investigação foi tomado em consideração? (2) Até que ponto estes juízos históricos se aproximaram de uma integração ótima de todos os dados possíveis? (3) Os modelos explícitos ou subjacentes de explicação são rigorosos, coerentes e não-contraditórios? Levando em consideração a constante crítica ao trabalho do historiador, segundo o autor, a “objetividade” histórica se constrói pouco a pouco através de revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas verificações sucessivas e acumulação de verdades parciais.³⁰ O discurso da História do Tempo Presente deve submeter-se a estas condições metodológicas. Existe um corpo de

²⁸ CHAUVEAU e TETART, 1999, op. cit., pp. 20-27.

²⁹ ALMEIDA, Fábio Chang de. **A serpente na rede**: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 51.

³⁰ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, pp. 30-33.

especialistas habilitados a avaliar e julgar a produção dos seus colegas. É através da documentação, da coerência do método e da verificação exercida pela comunidade acadêmica que a HTP demonstra sua validade.

O presente é o horizonte epistemológico da História do Tempo Presente. Todavia isto não significa o abandono do passado, mas ao contrário, representa uma visão do presente enriquecida pelo diálogo com o passado. Como observa Josefina Cuesta, é significativo que a História do Tempo Presente privilegie os estudos histórico-genéticos, buscando entender o recente através da compreensão da gênese da realidade presente:

*...un nuevo horizonte epistemológico se nos ofrece en el interés por el presente: la “presencialización” substituye como horizonte temporal y meta de conocimiento a otros horizontes temporales. En este caso es el presente el objeto de atención, punto de partida – confesado – y punto de llegada. (...) Esta opción por el presente no significa un olvido o rechazo de las otras dimensiones del tiempo. Más que ruptura implica un enriquecimiento con una concepción interdependiente, complementaria y dialógica entre pasado-presente-futuro, pero desde el presente.*³¹

Tendo em vista uma perspectiva de investigação baseada no método histórico, as pesquisas de HTP devem buscar análises que insiram o presente em processos anteriores. Esta abordagem específica deve ser a principal diferença entre o trabalho do historiador e de outros pesquisadores, como jornalistas investigativos e cientistas sociais. Nada impede que outros profissionais busquem análises de cunho histórico acerca do presente, mas os historiadores não devem se isentar desta tarefa, sob o risco de não contribuírem com a sua especialidade. Os historiadores possuem o arcabouço teórico e metodológico para realizar tal empreendimento.

Nesse sentido, ao analisar o panorama recente da direita radical portuguesa, esta pesquisa procurou olhar em profundidade, quebrando a superficialidade dos acontecimentos e buscando sua gênese. Para a compreensão do panorama atual foi necessário inseri-lo em uma conjuntura mais

³¹ CUESTA, 1993, op. cit, p. 26.

ampla, onde a direita radical revelou um caráter de permanência desde o início do século XX. Tal abordagem acerca do presente é uma marca do historiador. Esta característica diferencia a leitura histórica do presente, de outras abordagens.

Sendo possível explicitar as contribuições referenciais do historiador na análise do presente, por outro lado é necessário afirmar que a HTP constitui uma prática interdisciplinar por natureza. Existem relações muito particulares, especialmente entre a HTP e as Ciências Sociais, afinal tais disciplinas compartilham muitas vezes o mesmo objeto de estudo, em última análise, os acontecimentos recentes. A Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia têm estabelecido com a HTP um diálogo positivo no terreno interdisciplinar. O contato entre as disciplinas é desejável e inevitável, resultando enriquecedor para todas as áreas. Entretanto, isso não significa que os campos se confundam, pois o historiador deve realizar o estudo do presente sem perder sua identidade teórico-metodológica própria, buscando análises calcadas na noção de temporalidade.

A História do Tempo Presente e, mais especificamente, a História Imediata, possibilitam ao historiador a análise do atual, do momento, da inovação. O imediato é o mais próximo do futuro que o historiador pode chegar. As novas tecnologias e os novos comportamentos culturais podem ser objetos de estudo do profissional da História, desde que este utilize as ferramentas adequadas. Vale lembrar François Bédarida, segundo o qual a pesquisa sobre o tempo presente e responsabilidade social do historiador caminham lado a lado.³²

1.2. As fontes e documentos utilizados

O universo de fontes primárias ao qual se teve acesso para a construção desta tese é bastante amplo. Alguns dos documentos utilizados são digitais ou digitalizados, o que motivou um subcapítulo específico para tratar do tema. Por

³² BÉDARIDA, François. As responsabilidades do historiador *expert*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, pp. 145-146.

outro lado, as fontes primárias “tradicionais” de pesquisa histórica utilizadas no trabalho foram essencialmente de cinco tipos: imprensa; propaganda; orais; policiais/judiciárias e iconográficas.

Para estudar a repercussão das manifestações da direita radical através da imprensa, a Hemeroteca Municipal de Lisboa, na Rua de São Pedro de Alcântara, foi visitada várias vezes, tendo-se acesso a diversas publicações que registraram eventos e opiniões acerca dos assuntos de interesse para esta tese. Os principais periódicos utilizados na pesquisa foram os seguintes: Correio da Manhã; Diário de Notícias; Jornal de Notícias; Público; Tal e Qual; Diário de Lisboa; Diário Popular; Expresso; Revista Sábado; Revista Face; Semanário; DNa; Semanário Já; O Dia; Jornal Agora!; Semanário Sol; Jornal O Independente; Jornal Euronotícias; Revista Visão; e Jornal 24 Horas.

Outro vasto conjunto de documentação foi encontrado na Associação Cultural S.O.S. Racismo, de Lisboa. Nos arquivos desta organização, foi possível consultar um importante *corpus* documental sobre a atuação da direita radical portuguesa, principalmente em relação ao período dos últimos vinte anos. A instituição foi fundada em 10 de Dezembro de 1990³³, na esteira da repercussão do assassinato de José Carvalho. Seus fundadores buscaram suprir a ausência de uma organização destinada a lutar contra o racismo e a xenofobia em Portugal. Nesses vinte e dois anos de atuação o S.O.S Racismo consolidou sua posição como principal organização de defesa dos direitos humanos em Portugal.

Com um vasto leque de intervenções, a Associação atua principalmente em áreas relacionadas ao apoio às populações ciganas e de imigrantes e à denúncia e acompanhamento de casos de discriminação racial. Além disso, o S.O.S. Racismo apresenta posicionamento público a respeito de atos xenófobos e racistas; sugere medidas que permitam combater a xenofobia e o racismo em Portugal; participa de debates em escolas; elabora materiais pedagógicos sobre discriminação racial; publica livros e relatórios; participa de projetos de

³³ Legalizada em 1993 e com estatuto de utilidade pública registrado no Diário da República n. 269, de 20 de novembro de 1996.

intervenção comunitária; e colabora em distintas redes nacionais e internacionais.³⁴

Nos arquivos da organização estão reunidos documentos acerca da atuação da direita radical em Portugal, especialmente no período de existência da organização. O trabalho de pesquisa na sede do S.O.S. Racismo, no bairro da Ameixoeira, em Lisboa, revelou uma grande quantidade de documentos sobre a atuação de organizações políticas de direita radical, grupos *skinheads*, xenofobia, racismo e homofobia em Portugal. São correspondências, fotografias, processos criminais, manuscritos, publicações da direita radical, material de propaganda, etc. Também foi possível ter acesso às publicações (livros e relatórios) elaboradas pela Associação, aos materiais pedagógicos criados e às notas oficiais de posicionamento público da organização a respeito de acontecimentos específicos. Nesta tese de doutorado, os nomes dos personagens envolvidos em crimes recentes foram, na maioria dos casos, substituídos pelas iniciais dos nomes e sobrenomes.

Além disso, na sede do S.O.S. Racismo está arquivado todo o acervo documental pertencente à antiga Associação José Carvalho (AJC). Esta foi uma organização não-governamental surgida a partir da mobilização ocorrida após o assassinato de José Carvalho em 1989, porém constituída oficialmente em março de 1991.³⁵ Propunha-se a ser um “centro de documentação antifascista” e tinha por objetivos:

...a criação de uma opinião pública atenta e interveniente contra qualquer forma de violência e organização fascista e neofascista; a recolha de informação e documentação sobre as actividades da extrema direita em Portugal e no estrangeiro; a edição de uma revista para tornar público o referido trabalho; a realização de debates, conferências e manifestações culturais.³⁶

³⁴ Ver: <<http://www.sosracismo.pt>>. Acesso em outubro de 2012.

³⁵ A Associação foi registrada no Cartório Notarial de Lisboa em 26 de março de 1991 e sua fundação foi publicada oficialmente no Diário da República, III série, n. 75, de 30 de março de 1993, p. 5856-(76).

³⁶ Diário da República, III série, n. 75, de 30 de março de 1993, p. 5856-(76).

Os fundadores da AJC acreditavam que o seu trabalho de monitoramento da direita radical, aliado a um esforço de denúncia, informação e esclarecimento, poderia contribuir para a diminuição das atividades extremistas.³⁷ Após o encerramento das atividades da Associação, no final dos anos noventa, todo o seu acervo documental foi reunido à guarda do S.O.S. Racismo. Foi possível consultar esta documentação na sede do S.O.S. Racismo, apesar das condições de pesquisa não serem as ideais. Na altura da pesquisa em Lisboa, o S.O.S. Racismo estava em processo de mudança de sua sede do bairro Ameixoeira para as novas instalações localizadas no Centro de Lisboa. A documentação da AJC, juntamente com parte da documentação do S.O.S. Racismo, estava arquivada em uma sala da antiga sede da Ameixoeira. Com a boa vontade dos funcionários, foi possível acessar, fotocopiar ou digitalizar tais documentos em diversas visitas realizadas ao longo do ano de 2011.

Particularmente valioso para esta pesquisa foi o acesso a diversos documentos policiais e judiciários relativos aos assassinatos de José Carvalho e Alcindo Monteiro. Outra parte significativa da documentação do S.O.S. Racismo estava arquivada provisoriamente na residência do Sr. José Falcão, um dos fundadores daquela organização. Com a autorização do Sr. Falcão, foi possível consultar e digitalizar tal material em várias visitas à sua residência, realizadas também ao longo do ano de 2011 (quando também foi possível entrevistá-lo).

As fontes digitais forneceram outro núcleo de documentos para esta pesquisa (embora sem o protagonismo planejado inicialmente, conforme já comentado). Alguns arquivos com documentos digitalizados foram usados, como a Biblioteca Nacional de Portugal³⁸, o Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra³⁹; o arquivo particular de José Pacheco Pereira⁴⁰ e a coletânea de documentos organizada no *site* Direita Radical em Portugal⁴¹, do

³⁷ A atividade da Associação José Carvalho será analisada com maior atenção no Capítulo 4.

³⁸ Disponível em <<http://www.bnportugal.pt>>. Acesso em janeiro de 2013.

³⁹ Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁴⁰ Disponível em <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁴¹ Disponível em <<http://www.direitasradicais.ics.ul.pt>>. Acesso em janeiro de 2013.

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Dentre as fontes primárias que foram utilizadas estavam as versões em formato digital de alguns periódicos. Dentre essas, a versão *online* mais utilizada foi a do jornal Diário de Notícias⁴², devido à quantidade significativa de matérias sobre a direita radical e também em função da qualidade de seu sistema de busca. Também foi utilizada a versão eletrônica do Diário da República Portuguesa.⁴³ Diversos *sites* institucionais também foram utilizados como fontes primárias, como por exemplo, as páginas da Polícia Judiciária⁴⁴; da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa⁴⁵; do Instituto Nacional de Estatística de Portugal⁴⁶; do Partido Nacional Renovador⁴⁷, e o Portal do Eleitor de Portugal.⁴⁸ Além dos *sites* institucionais, uma variedade de outras páginas da Internet também foram utilizadas: *sites* pessoais, *blogs*, redes sociais, canais do Youtube, etc. A seguir serão realizadas considerações para buscar compreender as particularidades e a importância da Internet como fonte primária para pesquisas históricas.

1.3. Fontes Digitais, Internet e o Ofício do Historiador

A Internet oferece uma quantidade absurda de informação combinada com uma facilidade de acesso inimaginável há apenas vinte anos atrás. Basta digitar uma URL⁴⁹ para o navegador nos transportar para um universo de textos e

⁴² Disponível em <<http://www.dn.pt>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁴³ Disponível em <www.dre.pt>. Acesso em janeiro de 2013.

⁴⁴ Disponível em <<http://www.pj.pt>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁴⁵ Disponível em <<http://www.pgdlisboa.pt>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁴⁶ Disponível em <<http://www.ine.pt>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁴⁷ Disponível em <<http://www.pnr.pt>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁴⁸ Disponível em <<http://www.portaldoeleitor.pt>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁴⁹ Uma URL (*Uniform Resource Locator*), é o endereço de um recurso disponível em uma rede, seja a Internet ou uma rede corporativa (Intranet). Uma URL tem a seguinte estrutura: <protocolo://máquina/caminho/recurso>. O protocolo poderá ser HTTP, FTP, entre outros. O campo “máquina” designa o servidor que disponibiliza o recurso designado. O “caminho” especifica o local onde se encontra o recurso dentro do servidor. No exemplo: <http://www.integralismo.org/textos/code_etica.html>, o protocolo é o HTTP, o servidor é designado por <www.integralismo.org>, o caminho especificado é a seção “textos” e o

imagens sobre os mais diversos assuntos. A Internet configura-se como suporte para uma nova categoria de fontes documentais para pesquisas históricas. Em especial os pesquisadores do Tempo Presente, após o advento da Internet, passaram a contar com um aporte quase inesgotável de novas fontes. Para um leigo, esta afirmação pode parecer óbvia, mas – de maneira surpreendente – uma parcela significativa dos historiadores ainda não descobriu o potencial da Internet como suporte de fontes primárias para pesquisa histórica. A “desconfiança” dos historiadores para com as chamadas “fontes digitais” ou “eletrônicas” ainda é alimentada, em grande parte, pelo desconhecimento de seu potencial.

Para aceitar a legitimidade e a importância desta nova categoria de fontes documentais é necessário conhecer a história do desenvolvimento da Internet, compreender alguns elementos básicos de sua arquitetura e de sua importância para a sociedade atual. Em função disso, neste capítulo serão definidos alguns conceitos fundamentais e será apresentada de maneira sucinta a história da rede mundial de computadores. Com base nisso, será buscado um conceito para o termo Internet. Logo após, será realizada uma discussão acerca da metodologia para a utilização da Internet como suporte para fontes primárias em pesquisas históricas.

1.3.1. Aspectos técnicos e História da Internet

A popularização da rede mundial de computadores ocorreu na segunda metade dos anos 1990. Todavia, o seu desenvolvimento remonta à década de 1950. Em um contexto de Guerra Fria e em plena “corrida espacial”, os soviéticos obtiveram duas importantes vitórias sobre os Estados Unidos da América ao lançarem os foguetes Sputnik 1 (outubro de 1957) e Sputnik 2 (novembro de 1957). O último levava a bordo a cadela Laika, o primeiro ser vivo a entrar em órbita da Terra. Tais lançamentos constituíram um duro golpe contra os EUA,

recurso, neste caso o “Código de Ética do Estudante”, elaborado por Plínio Salgado em 1947, encontra-se em “code_etica.html”.

que então decidiram criar uma agência governamental com a finalidade de evitar novas surpresas tecnológicas de seus adversários. Dessa forma, em 1958 foi criada a ARPA (*Advanced Research Projects Agency*), atualmente chamada DARPA (*Defense Advanced Research Projects Agency*). No *site* da instituição há um texto sobre sua história, onde são explicadas as razões de sua fundação:

*DARPA was created in 1958 as the Advanced Research Projects Agency (ARPA). The political and defense communities recognized the need for a high-level defense organization to formulate and execute R&D projects that would expand the frontiers of technology beyond the immediate and specific requirements of the Military Services and their laboratories.*⁵⁰

A despeito de suas outras pesquisas (sistemas de defesa contra mísseis balísticos, métodos de detecção de testes nucleares, etc.), a ARPA empreendeu uma linha de investigação acerca da possibilidade de conectar computadores em rede. Em 1962 foi criada uma seção dentro da ARPA denominada *Information Processing Techniques Office* (IPTO), coordenada pelo cientista Joseph Carl Robnett Licklider. Ele havia publicado, no mesmo ano, suas ideias acerca do conceito de *intergalactic network*, um cenário futurístico onde todas as pessoas do mundo estariam interconectadas através de computadores.⁵¹

A fim de empreender na prática a sua “*intergalactic network*”, Licklider firmou convênios da ARPA com instituições de pesquisa como o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), a UCLA (*University of California, Los Angeles*), o SRI (*Stanford Research Institute*) e a BBN (*Bolt, Beranek and Newman Technologies*). Em 1965, pesquisadores patrocinados pela ARPA conectaram um computador TX-2 em Massachusetts (MIT) com um Q-32 na Califórnia (Santa Mônica) através de uma linha telefônica. Esse experimento constituiu a primeira rede remota de computadores do mundo e foi a realização

⁵⁰ Defense Advanced Research Projects Agency. Disponível em: <<http://www.darpa.mil/history.html>>. Acesso em junho de 2010.

⁵¹ LICKLIDER, Joseph Carl Robnett. **Memorandum For Members and Affiliates of the Intergalactic Computer Network**. 25 de abril de 1963. Disponível em: <<http://www.kurzweilai.net/articles/art0366.html?printable=1>>. Acesso em junho de 2010.

prática das teorias desenvolvidas desde o início da década.⁵² Pode-se considerar uma rede de computadores como sendo um conjunto de equipamentos interligados, de maneira a trocarem informações e compartilharem recursos. Os computadores podem ser interligados por meio de cabos (quando estão próximos) ou por modems e canais de comunicação de dados (quando estão distantes). Em 1965 o canal de comunicação utilizado foi uma linha telefônica. Todavia, outros canais foram desenvolvidos posteriormente, como fibras óticas, ondas de rádio, rede elétrica, etc.⁵³

Os computadores utilizam sinais elétricos digitais. Um sinal digital utiliza a base binária, ou “base 2”. Nela, os caracteres só podem assumir dois valores, “zero” ou “um”, tornando mais fácil a sua detecção quando comparado aos sinais analógicos. Na prática, o sinal elétrico com uma determinada tensão (por exemplo, +15 Volts) representa o dígito “1” e com outra tensão (por exemplo, -15 Volts) representa o dígito “0”. Um modem é um equipamento que transforma os sinais elétricos digitais do computador em sinais analógicos que podem ser transmitidos a longas distâncias pelos canais de comunicação. Na outra ponta, um segundo modem faz a transformação inversa: converte o sinal analógico novamente em sinal digital para ser recebido pelo computador de destino.

A partir da pioneira experiência de 1965, pesquisadores das diferentes instituições envolvidas no projeto do IPTO passaram a trabalhar simultaneamente, para desenvolver novas tecnologias que possibilitassem a operacionalização de uma rede de computadores interligados em escala nacional. Essa rede pioneira de computadores foi inicialmente batizada como ARPANET (ARPA-*Network*). O primeiro nó da rede foi posicionado na UCLA (Los Angeles) e o segundo na SRI (Stanford). Depois foram adicionados outros dois nós: UCSB (Universidade da Califórnia – Santa Bárbara) e Universidade de Utah. Os nós são pontos ativos de conexão e redistribuição de dados. A ARPANET não possuía um ponto de comando central único. Esse modelo de arquitetura

⁵² Ver: LEINER, Barry M. et. al. **A Brief History of the Internet**. Disponível em: <<http://www.isoc.org/internet/history/brief.shtml>>. Acesso em junho de 2010.

⁵³ Ver: SOUSA, Lindeberg Barros de. **Redes de computadores: dados, voz e imagem**. 8. ed. São Paulo: Érica, 2005.

permitia que a rede continuasse operacional, mesmo em caso de interrupção das atividades em alguns de seus centros, pois todos os pontos possuíam o mesmo potencial de comunicação.⁵⁴ Este modelo de construção seria herdado depois pela Internet.

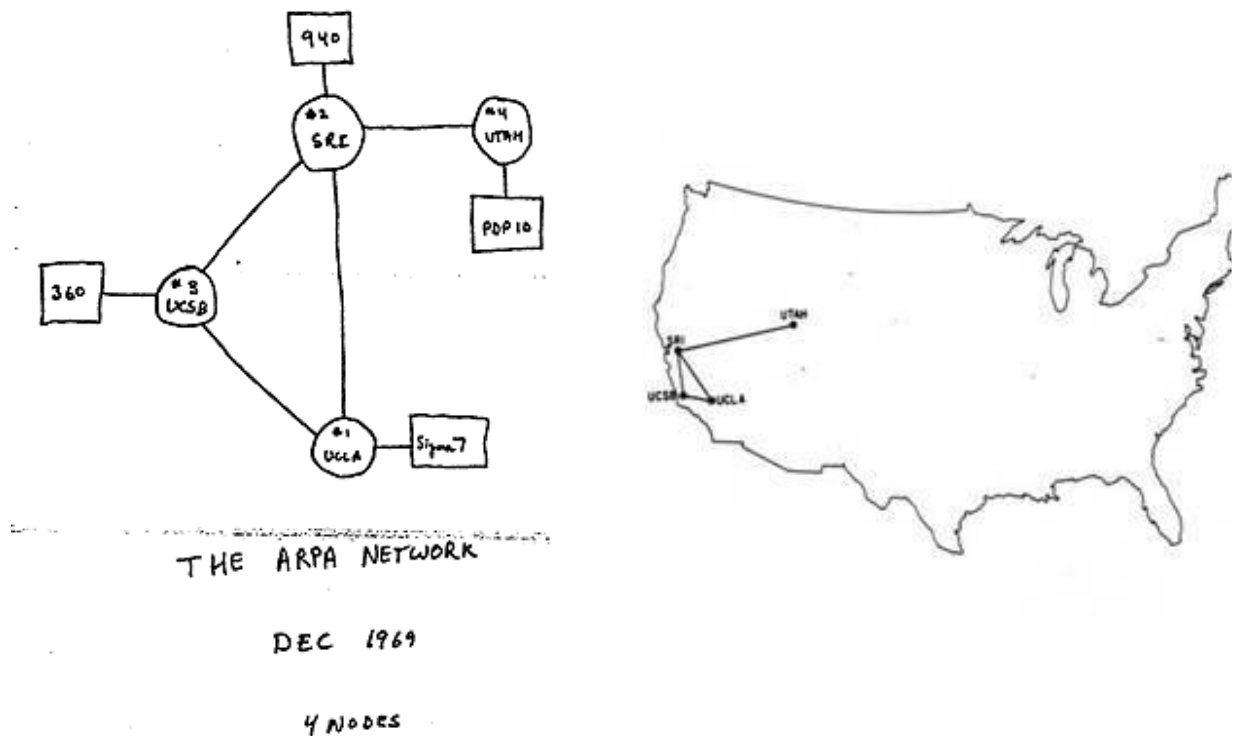


Imagem 1: Diagrama original desenhado em papel mostra a ARPANET em dezembro de 1969. Os quatro nós iniciais iriam se transformar em milhões, três décadas depois.⁵⁵

Imagem 2: Representação cartográfica dos quatro nós da ARPANET em dezembro de 1969.⁵⁶

Às 22 horas e 30 minutos do dia 29 de outubro de 1969, o estudante de computação Charles Kline, supervisionado pelo professor Leonard Kleinrock, enviou a primeira mensagem através da ARPANET. A mensagem partiu da UCLA e chegou até o SRI, onde foi recebida pelo estudante Bill Durvall. Esta mensagem pioneira consistia simplesmente na palavra “login”. Entretanto, no

⁵⁴ LEÃO, Lucia. **O labirinto da hipermídia**: arquitetura e navegação no ciberespaço. São Paulo: FAPESP/Illuminuras, 2001, p. 22.

⁵⁵ Imagem disponível em: <<http://www.let.leidenuniv.nl/history/ivh>>. Acesso em setembro de 2012.

⁵⁶ Imagem disponível em: <<http://www.mappingcyberspace.com>>. Acesso em setembro de 2012.

meio da transmissão, o sistema caiu e somente as primeiras duas letras foram enviadas: “lo”. Aproximadamente uma hora depois, com o sistema restabelecido, a mensagem completa foi transmitida. Portanto, a primeira mensagem enviada na ARPANET, que mais tarde viria a dar origem à Internet, foram as letras “lo”.

Assim, a ARPANET serviu como suporte para que uma mensagem produzida em um computador em Los Angeles chegasse até Stanford. Simbolicamente, pode-se considerar que os estudantes que trabalharam até tarde naquela quarta-feira de 1969 também transmitiram o primeiro documento histórico digital⁵⁷ através de uma rede remota de computadores. Em um cenário futurista imaginário, arqueólogos do virtual poderiam considerar as letras “lo”, digitadas por Charles Kline, tão significativas quanto as primeiras inscrições feitas em um tijolo de argila na Mesopotâmia.

Para que todos os pontos conectados à rede pudessem se comunicar, era necessário que os computadores utilizassem linguagens compatíveis. Dessa forma, os cientistas criaram uma padronização das regras e procedimentos adotados para emitir e receber dados na ARPANET. Denomina-se “protocolo” a um determinado conjunto de métodos padronizados que permita a comunicação entre processos executados em computadores diferentes. O objetivo básico de um protocolo é o de garantir que um dado qualquer chegue a outro ponto da rede da mesma forma que foi transmitido. O protocolo introduz caracteres de controle no início e no final de cada bloco de dados transmitido. Tais controles são conferidos ao chegarem à outra ponta da transmissão, pelo protocolo do receptor. Se ocorrer algum erro na transmissão, a função do protocolo é enviar novamente os dados até que cheguem corretamente ao receptor.

Em outras palavras, o protocolo garante a integridade dos dados, independente do meio de transmissão utilizado (linha telefônica, fibra ótica, ondas de rádio, etc.), pois o controle é feito nas pontas.⁵⁸ O primeiro protocolo da

⁵⁷ O conceito de documento digital será discutido mais adiante.

⁵⁸ Em última análise, o protocolo é um programa que controla os dados transmitidos agregando os caracteres de controle, confirmação de recebimento, controle de seqüência,

ARPANET foi o NCP (*Network Control Protocol*), criado em 1970. Nos anos seguintes foram desenvolvidos outros protocolos, cada um com uma função específica. Por exemplo, no início dos anos 70 foi desenvolvido o FTP (*File Transfer Protocol*), um protocolo especialmente criado para permitir a transferência de arquivos através da rede. Atualmente, o *Transmission Control Protocol* (TCP) e o *Internet Protocol* (IP) são dois dos mais importantes protocolos da Internet. Eles são conhecidos conjuntamente como protocolo TCP/IP.

Em outubro de 1972 foi realizada a primeira demonstração pública da ARPANET, em Washington DC, durante a *International Conference on Computer Communication*. Também neste ano, Ray Tomlinson (da BBN) desenvolveu um programa para a troca de correspondências eletrônicas (*e-mails*) através da rede. Ele designou a convenção “@” para separar o usuário e o servidor⁵⁹ nos endereços eletrônicos.

Em 1973 já eram trinta instituições (governamentais e civis) conectadas à ARPANET. A conexão via satélite possibilitou a inclusão do Havaí na rede, além de dois pontos fora dos EUA: Noruega e Inglaterra. Nesse momento, a rede crescia de maneira rápida. Em setembro de 1971 eram 23 pontos conectados; 29 pontos em agosto de 1972; 40 pontos em setembro de 1973; 46 pontos em junho de 1974; 57 pontos em julho de 1975; e 213 em meados de 1981. A maioria dos novos pontos conectados pertencia a Universidades e centros de pesquisa civis. O projeto inicial, de configuração militar, havia sido extrapolado. A rede de computadores cobria praticamente todo o território dos EUA e começava a se expandir para outros países. As possibilidades mostravam-se muito maiores do que previa o projeto inicial. Em função disso, a porção militar da ARPANET se desconectou da mesma, formando uma rede paralela em 1983, a MILNET.

cálculo e checagem de algoritmo de detecção de erros e outros controles necessários para uma boa transmissão. Ver: SOUSA, 2005, pp. op. cit., pp. 121-123.

⁵⁹ Outras convenções foram criadas, mas no final dos anos oitenta o “@” consolidou-se como padrão.

ARPANET GEOGRAPHIC MAP, OCTOBER 1980

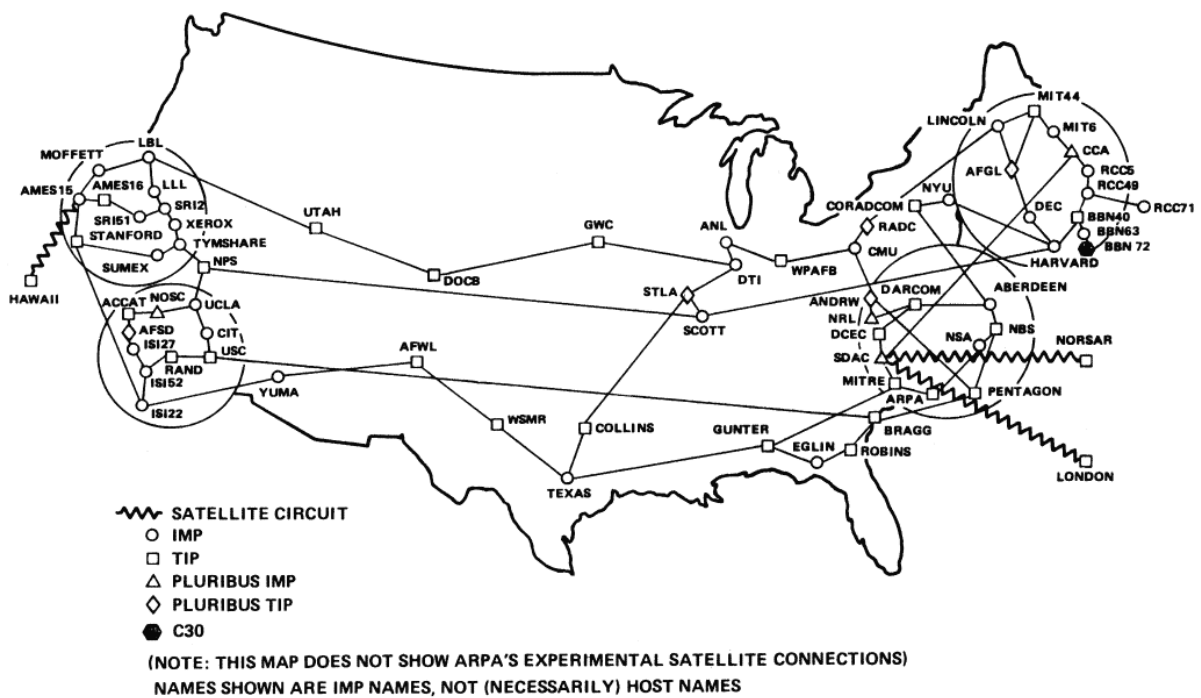


Imagem 3: Mapa representando geograficamente a ARPANET em outubro de 1980. Conexões via satélite possibilitaram o ingresso do Havaí, Inglaterra e Noruega à rede.⁶⁰

No final dos anos 1980, já havia um conjunto de redes de computadores interligados entre si em escala global. A essa rede mundial deu-se o nome de Internet. A principal característica dessa rede é a sua capacidade de autogênese. A Internet se forma e se transforma a cada momento, sendo que cada ponto ligado à rede tem a capacidade de originar outros pontos conectados a ela. Como conseqüência, a eliminação de um *site* fornecedor de dados não implica na destruição da rede, pois esta tem potencial para voltar a crescer, desde que reste ao menos um *site* ativo. Através deste ponto operacional, outros pontos poderiam ser criados e interconectados, reconstituindo a rede original.

Em 1990, foi criada pelo inglês Tim Berners-Lee a *World Wide Web*⁶¹ (www, ou simplesmente *web*), um modelo de gerenciamento de arquivos que tornou-se padrão na Internet. A *web* baseia-se em uma interface gráfica que

⁶⁰ Imagem disponível em: <http://mappa.mundi.net/maps/maps_001>. Acesso em setembro de 2012.

⁶¹ “Rede de Alcance Mundial.”

possibilita o acesso a dados variados de maneira simples. Antes dela, eram necessários complexos conhecimentos do sistema operacional UNIX para utilizar a Internet. Na segunda metade da década de 1990, com a interface da *World Wide Web*, a Internet popularizou-se, atingindo os usuários domésticos. A *web* é construída a partir do princípio de hipertexto. Esse pode ser considerado como um documento digital composto por diferentes blocos de informações conectadas (ou *lexias*). A conexão entre os blocos de informações é realizada através de vínculos eletrônicos denominados *links*⁶², que permitem o avanço para outras seções dentro do mesmo *site*, ou o redirecionamento para *sites* diferentes.⁶³ O hipertexto maximizou o caráter rizomático⁶⁴ da Internet:

A construção da teia mundial envolve o trabalho de diversas mentes, distribuídas em diversas páginas. Seu crescimento e sua vitalidade não se encontram localizados em um ponto central e específico. Ao contrário, é no caráter de autogeração e autopoiesis que a Internet se desenvolve. Sem dúvida alguma, o que faz da Web uma teia, uma rede na qual uma complexa malha de informações se interligam, é a própria tecnologia hipertextual que permite os elos entre os pontos diversos. Cada página, cada site, traz em si o potencial de se intercomunicar com todos os outros pontos da rede. (...) de um ponto da rede pode-se alcançar outros, que também possibilitam outros.⁶⁵

A Internet vem crescendo significativamente desde os anos 1990. De acordo com os censos realizados sistematicamente pela empresa Netcraft, o número total de *sites* na Internet era de aproximadamente 19 mil em 1995. Em 1997, o número atingiu um milhão de *sites*. Em 2000 eram 20 milhões; em 2003,

⁶² Neste trabalho é utilizada a palavra “atalho” como um sinônimo para *link*.

⁶³ LEÃO, 2001, op. cit., pp. 15-16.

⁶⁴ Podemos fazer uma analogia entre a estrutura da Internet e o conceito de rizoma. Deleuze e Guattari expõem os princípios seguidos pelo rizoma: “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. (...) um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas. (...) Contra os sistemas centrados (e mesmo policentrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas, o rizoma é um sistema a-centrado não hierárquico e não significante, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados.” DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, pp. 15-33.

⁶⁵ LEÃO, 2001, op. cit., p. 24.

40 milhões; em 2005, 70 milhões; em 2006 alcançou-se a cifra de 100 milhões; em fevereiro de 2008 foram contabilizados mais de 158 milhões e 209 mil *sites* na Internet; e em julho de 2010 foram contabilizados mais de 205 milhões de *sites* na Internet.⁶⁶

Com a popularização em escala mundial, criou-se um novo espaço de sociabilidade: o ciberespaço. De acordo com Pierre Lévy, o ciberespaço engloba a infra-estrutura material da Internet, as informações disponíveis através dela e as pessoas que a mantém e a utilizam.

O ciberespaço (...) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.⁶⁷

A rede mundial de computadores tornou-se uma ferramenta de comunicação poderosa, devido à facilidade de acesso e à amplitude de cobertura da nova tecnologia. Basta um computador ligado à Internet para se ter acesso a um eficiente instrumento para a troca de informações em escala global. Lévy aponta uma característica essencial da Internet, que acaba por modificar a visão de mundo dos seus usuários: a aparente redução das distâncias. De certa maneira, o ciberespaço aboliu o território geográfico no âmbito das comunicações, tornando possível a circulação praticamente instantânea de informações em escala mundial:

Um computador e uma conexão telefônica dão acesso a quase todas as informações do mundo, imediatamente ou recorrendo a redes de pessoas capazes de remeter a informação desejada. (...) Meditemos um instante sobre uma frase de Fernand Braudel: “Medida pela velocidade dos transportes da época, a Borgonha de Luís XI é várias centenas de vezes a França inteira de hoje.” (...) Cada dispositivo de transporte e de

⁶⁶ “July 2010 Web Server Survey”. Disponível em: <<http://news.netcraft.com>>. Acesso em julho de 2010.

⁶⁷ LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999-b, p. 17.

comunicação modifica o espaço prático, isto é, as proximidades efetivas.⁶⁸

Em 2004 foi criado o termo “web 2.0” para caracterizar uma suposta segunda geração da *world wide web*. Há muita polêmica em torno do conceito de *web 2.0*, sendo que na realidade não existe uma definição aceita de maneira consensual. Na prática, a *web 2.0* significou uma mudança de mentalidade dos desenvolvedores de *sites* da Internet. A partir da aplicação de conhecimentos técnicos preexistentes, passou-se a valorizar a interatividade entre os usuários e os *sites*. Com base nesta interatividade, os usuários passaram a colaborar de forma ativa com a melhoria das páginas, ou mesmo com a construção de novas páginas. Ferramentas mais simples para a criação de *sites* foram disponibilizadas, aumentando drasticamente o número de pessoas que se aventuram na construção de páginas na Internet. Conforme Ian Davis, *web 2.0* é uma atitude, não uma tecnologia:

*Web 2.0 is a cunning moniker. (...) it's pretty hard to find a concrete definition of what it actually is. Some think it's about AJAX or cool applications such as Flickr and Google Maps. Others believe that it's about web services and that finally all those specs are going to be used. Here's my take on it: Web 2.0 is an attitude not a technology. It's about enabling and encouraging participation through open applications and services. By open I mean technically open with appropriate APIs but also, more importantly, socially open, with rights granted to use the content in new and exciting contexts. Of course the web has always been about participation, and would be nothing without it. It's single greatest achievement, the networked hyperlink, encouraged participation from the start. Somehow, through the late nineties, the web lost contact with its roots and selfish interests took hold. This is why I think the Web 2.0 label is cunning: semantically it links us back to that original web and the ideals it championed, but at the same time it implies regeneration with a new version. Technology has moved on and it's important that the social face of the web keeps pace.*⁶⁹

⁶⁸ LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (orgs). **Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 1999, p. 199.

⁶⁹ DAVIS, Ian. **Talis, Web 2.0 and all that**. 4 de julho de 2005. Disponível em: <<http://blog.iandavis.com/2005/07/talis-web-20-and-all-that>>. Acesso em junho de 2010.

Um bom exemplo das consequências desta “mudança de atitude” foi a popularização dos *blogs*.⁷⁰ Um *blog* é um *site* da Internet atualizado com certa regularidade, onde as atualizações são dispostas em ordem cronológica inversa (iniciando pelas mais recentes). Inicialmente, a maioria dos *blogs* funcionava como “diários virtuais”, onde as pessoas escreviam sobre suas vidas pessoais. Segundo alguns pesquisadores da Internet, o primeiro *blog* foi criado por Tim Berners-Lee (o criador da *web*), em 1992.⁷¹

O formato se popularizou a partir de 1999, e mais ainda com o advento da *web 2.0*. Os *blogs* passaram a abordar todo tipo de conteúdo e suas atualizações incluíram, além dos textos, imagens, vídeos, músicas, etc. Os *blogs* podem ser escritos por uma ou mais pessoas. Em geral possuem sistemas de comentários através dos quais os leitores podem interagir com a página, deixando registradas suas opiniões acerca dos assuntos ali tratados. Diversas instituições também apostam nos *blogs* como uma ferramenta mais dinâmica, a complementar os *sites* tradicionais. A Presidência da República do Brasil é um exemplo de instituição que mantém um *blog* na Internet.⁷² Não são necessários conhecimentos de programação para criar um *blog*. As diversas ferramentas disponíveis para a publicação de um *blog* (*Blogger*, *Blogspot*, *Wordpress*, *Weblog*, etc.) tornam extremamente fácil a sua criação. Tal facilidade faz com que atualmente existam muitos *blogs* de direita radical na Internet.⁷³

⁷⁰ A palavra *blog* é uma abreviação da expressão “*web-log*”.

⁷¹ EIRAS, Bruno Duarte. Blogs: mais que uma tecnologia, uma atitude. **Cadernos de biblioteconomia arquivística e documentação**, n. 1. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Lisboa, 2007, p. 76. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=38570105>>. Acesso em junho de 2010.

⁷² Disponível em <<http://blog.planalto.gov.br>>. Acesso em junho de 2011.

⁷³ Ver: ALMEIDA, Fábio Chang de; e CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo e novas mídias: uma análise sobre a “Ação dos Blogs Integralistas”. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; e SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista, v. 2. Guaíba: Editora Sob Medida, 2012, pp. 421-439.

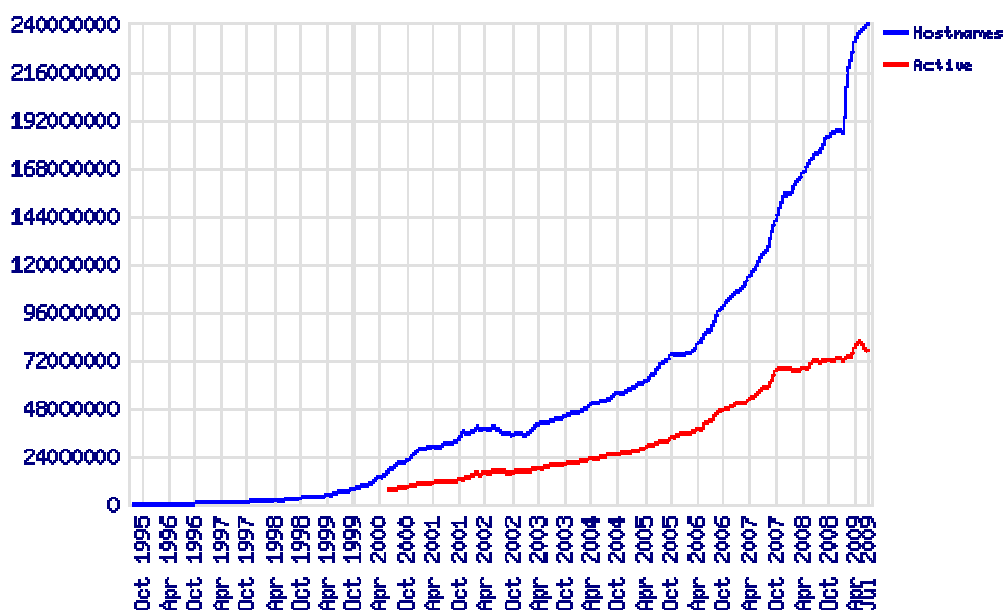


Imagem 4: Gráfico da empresa Netcraft mostra na linha superior o número de *hostnames* ligados na Internet entre outubro de 1995 e julho de 2009. É possível perceber que a primeira fase de crescimento ocorre na segunda metade dos anos 90, com o advento da web. A partir de 2002-2003, com a aplicação dos princípios da web 2.0, a curva torna-se quase uma exponencial. Fonte: July 2009 Web Servey Survey.⁷⁴

Como uma derivação do conceito *blog*, surgiu em 2006 uma ferramenta de uso ainda mais simples. O *twitter*, chamado por alguns de *microblog*, possibilita aos seus usuários o envio e recebimento de mensagens curtas. Esta é a principal diferença entre o *twitter* e os *blogs* tradicionais: no *twitter* o tamanho das mensagens é limitado a 140 caracteres. A ferramenta tornou-se um sucesso mundial, não só entre usuários “domésticos”, mas também entre instituições. Por exemplo, a Presidência da República Portuguesa⁷⁵ possui página no *twitter*, assim como o Arquivo Público do Estado de São Paulo.⁷⁶ De forma semelhante ao panorama apontado para o caso dos *blogs*, muitas páginas de direita radical foram criadas no *twitter*.

Outro produto derivado da *web 2.0* é a enciclopédia de construção coletiva, cujo exemplo de maior sucesso é a Wikipedia.⁷⁷ Criada em 2001, a

⁷⁴ Imagem disponível em: <<http://news.netcraft.com>>. Acesso em setembro de 2010.

⁷⁵ Disponível em <<http://twitter.com/presidencia>>. Acesso em junho de 2010.

⁷⁶ Disponível em <<http://twitter.com/ArquivoPublico>>. Acesso em junho de 2010.

⁷⁷ Disponível em <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em junho de 2010.

proposta da Wikipedia é a de constituir uma “enciclopédia livre”, construída por milhares de colaboradores em várias partes do mundo. O princípio de construção da Wikipedia baseia-se no conceito de “inteligência coletiva”. Conforme Pierre Lèvy,

*¿Qué es la inteligencia colectiva? Es una inteligencia repartida en todas partes, valorizada constantemente, coordinada en tiempo real, que conduce a una movilización efectiva de las competencias. Agregamos a nuestra definición esta idea indispensable: el fundamento y el objetivo de la inteligencia colectiva es el reconocimiento y el enriquecimiento mutuo de las personas, y no el culto de comunidades fetichizadas o hipóstasiadas.*⁷⁸

Contudo, o modelo ideal de Lèvy mostra-se utópico quando aplicado na prática do ciberespaço. A idéia de uma inteligência coletiva, fundamentada no princípio do “enriquecimento mútuo”, esbarra nos conflitos políticos e nos embates ideológicos característicos da sociedade humana, que naturalmente são reproduzidos nas comunidades “virtuais”. Inclusive, a popularidade do formato de “construção coletiva” fez com que surgissem enciclopédias eletrônicas com orientação ideológica voltada à direita radical. Usando formato semelhante ao inaugurado pela Wikipedia, é possível citar o exemplo da Metapedia, um *site* de direita radical de caráter negacionista, publicado em 16 idiomas, que aproveita os recursos disponibilizados pela *web 2.0*, onde os usuários podem editar o conteúdo dos verbetes.⁷⁹

Também deve ser incluída nesse contexto a recente expansão dos chamados “*sites* de relacionamento”, criados a partir de teorias de redes sociais, ou “*social networking*”. São exemplos desta categoria *sites* como o *Friendster*,⁸⁰ *Facebook*,⁸¹ *Orkut*,⁸² *Hi5*,⁸³ *MySpace*,⁸⁴ e o próprio *Twitter*. De maneira geral,

⁷⁸ LÈVY, Pierre. **Inteligencia colectiva**: por una antropologia del ciberespacio. Washington, 2004, p. 20. Disponível em: <<http://inteligenciacolectiva.bvsalud.org>>. Acesso em julho de 2010.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.metapedia.org>>. Acesso em junho de 2010. Um estudo sobre o conteúdo da Metapedia em espanhol pode ser encontrado em: ALMEIDA, 2008, op. cit.

⁸⁰ Disponível em: <<http://www.friendster.com>>. Acesso em julho de 2010.

⁸¹ Disponível em: <<http://www.facebook.com>>. Acesso em julho de 2010.

estes *sites* possibilitam que os seus usuários criem um perfil público, onde divulgam informações pessoais, revelam interesses específicos, compartilham fotografias e vídeos, mandam e recebem mensagens, etc. Os usuários podem também criar redes de relacionamento com outras pessoas, além de construir ou participar de comunidades voltadas para um determinado assunto de seu interesse.

Outro fenômeno da internet, diretamente relacionado com as mudanças advindas da *web 2.0*, são os *sites* de compartilhamento de imagens (*image sharing*), e compartilhamento de vídeos (*video sharing*). Como exemplos do primeiro tipo tem-se o Flickr,⁸⁵ o ImageShack,⁸⁶ e o Panoramio.⁸⁷ São exemplos do segundo tipo o Metacafe⁸⁸ e o Dailymotion⁸⁹, mas sendo o caso de maior sucesso o do Youtube.⁹⁰ Os *sites* de compartilhamento, em sua grande maioria, são gratuitos e permitem que seus usuários coloquem imagens ou vídeos na Internet para que sejam assistidos por um grupo restrito de pessoas (mediante a utilização de uma senha), ou em caráter público, sem nenhuma restrição. O Youtube é um grande sucesso entre os simpatizantes do da direita radical. No *site* é possível encontrar milhares de vídeos relacionados ao assunto, sendo muitos de apologia ideológica.

Dessa forma, grupos e indivíduos ligados ao radicalismo de direita utilizam os recursos da *web 2.0*. para construir uma organizada rede de comunicação na internet: *blogs*, páginas em redes sociais, canais em *sites* de compartilhamento de vídeos e fotos, enciclopédias *online* e outros recursos se interligam formando a teia virtual da direita radical.

⁸² Disponível em: <<http://www.orkut.com>>. Acesso em julho de 2010.

⁸³ Disponível em: <<http://www.hi5.com>>. Acesso em julho de 2010.

⁸⁴ Disponível em: <<http://www.myspace.com>>. Acesso em julho de 2010.

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.flickr.com>>. Acesso em julho de 2010.

⁸⁶ Disponível em: <<http://www.imageshack.us>>. Acesso em julho de 2010.

⁸⁷ Disponível em: <<http://www.panoramio.com>>. Acesso em julho de 2010.

⁸⁸ Disponível em: <<http://www.metacafe.com>>. Acesso em julho de 2010.

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.dailymotion.com>>. Acesso em julho de 2010.

⁹⁰ Disponível em: <<http://www.youtube.com>>. Acesso em julho de 2010.

1.3.2. O que é a Internet?

A partir dos conceitos apresentados e da história de seu desenvolvimento, brevemente relatados anteriormente, é possível definir o que é a Internet? Kurose e Ross afirmam que uma definição simples, resumida em uma frase, é impossível.⁹¹ Ao invés disso, parece ser mais interessante buscar uma definição que englobe os aspectos básicos de *hardware* e os componentes de *software* que formam a base da Internet; mas também os serviços e aplicações que são rodados nesta infra-estrutura. Dessa forma, é possível afirmar que a Internet é uma rede de computadores de alcance global que interconecta milhões de equipamentos através do mundo.

Inicialmente estes equipamentos eram essencialmente computadores de mesa, estações de trabalho baseadas em UNIX e servidores que armazenavam e transmitiam informações como *sites* e mensagens de *e-mail*. Todavia, cada vez mais equipamentos vêm sendo conectados à rede, como PDAs⁹², *tablets*, televisores, *notebooks*, telefones celulares, automóveis, câmeras de vídeo, etc. Em função disso, o termo “rede de computadores” parece estar defasado em sua aplicação à Internet. Todos esses equipamentos conectados à rede podem ser considerados *hosts*. Todos os *hosts* se comunicam através de *links* de comunicação, que podem ser de vários tipos: cabos coaxiais, cabos de cobre, fibras óticas, ondas de rádio, etc. Por sua vez, os *hosts* acessam a Internet através dos provedores de serviço de Internet (ISPs).

A partir desta infraestrutura, são rodados aplicativos que permitem a troca de informações entre os hosts. Estes aplicativos incluem a navegação em *sites* da *web*, serviços de comunicação instantânea, telefonia, jogos, compartilhamento de arquivos, correio eletrônico e uma enormidade de outras novas aplicações que são constantemente desenvolvidas.

⁹¹ KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. **Computer networking**: a top-down approach featuring the Internet. 3. ed. Boston: Pearson/Addison Wesley, 2005, pp. 2-6.

⁹² *Personal digital assistant*, ou *palmtop*, é um computador de dimensões reduzidas (computador de bolso).

1.3.3. Um novo campo de pesquisa histórica

Durante séculos, a historiografia baseou suas regras de validação de fontes e metodologia de análise em um suporte documental específico: o papel. Para a escola metódica, dita positivista, do final do século XIX, o historiador deveria trabalhar, sobretudo, com documentos oficiais. Estes documentos eram, em última análise, textos registrados em papel: atos governamentais, tratados internacionais, códigos de leis, etc. Outras formas de registro das atividades humanas eram desprezadas ou relegadas às chamadas “ciências auxiliares”, como a arqueologia, a paleografia e a numismática.

Mesmo atualmente, a grande maioria das fontes documentais consagradas no ofício do historiador ainda encontra sua materialidade no papel: correspondências, ofícios, requerimentos, atas, inventários, testamentos, processos, registros paroquiais, periódicos... Existe toda uma tradição historiográfica baseada nesse suporte em especial. Até mesmo o estereótipo do historiador como “rato de arquivo” não dispensa a alegoria de um cenário de penumbra, onde um personagem com óculos na ponta do nariz, com a postura arqueada, analisa papéis amarelados em meio à poeira e ao mofo. O relato do historiador é emblemático nesse sentido. Ao realizar contato com uma fonte, a fim de agendar uma possível entrevista, ouve a seguinte argumentação: “*O senhor não tem mais nada para fazer? Onde já se viu ficar mexendo em coisas velhas? Em papéis com mofo? No passado não se mexe. Deixa ele quieto.*”⁹³

Entretanto o “reinado do papel” começou a ruir a partir da concepção histórica difundida com a Escola dos Annales. O texto de Lucien Febvre pode ser considerado emblemático na defesa de uma ampliação na noção de documento. Para o autor, o conhecimento histórico deveria ser produzido utilizando-se uma ampla gama de fontes, relacionadas com uma variedade de manifestações do ser humano:

⁹³ ALMEIDA, Cid Coirolo de. **Escola Estadual Gomes Carneiro**: memória nos relatos de diretoras. Editora do autor: Porto Alegre, 2008, p. 36.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreaajuda que supre a ausência do documento escrito?⁹⁴

As palavras do mestre francês, escritas na década de 1950, ajudam a justificar a incorporação dos documentos digitais no ofício dos historiadores. *“Tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.”* Especialmente no século XX, outras fontes passaram a figurar no cotidiano do historiador. Mesmo assim, certa resistência à incorporação de novas categorias documentais ainda é visível, especialmente entre os historiadores menos afeitos à utilização dos recursos informáticos.⁹⁵

A aceitação dessa nova categoria de documentação implicará, necessariamente, em uma atualização das técnicas historiográficas. Isso significa que haverá a necessidade de cursos de reciclagem e mudanças nos currículos acadêmicos, afim de que o historiador esteja preparado para operar com novas ferramentas.

⁹⁴ FEBVRE apud LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 540.

⁹⁵ NOIRET, Serge; e GALLINI, Stefania. La historia digital em la era del web 2.0. **Revista História Crítica**, n. 43, Revista del Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de los Andes, Bogotá, janeiro-abril de 2011, pp. 16-17.

A utilização dos documentos digitais é uma relativa novidade no âmbito historiográfico, sendo escassas as reflexões teórico-metodológicas acerca do assunto, especialmente na literatura especializada latino-americana.⁹⁶ Entretanto, a escassez de referenciais não pode justificar uma falta de preocupação com o método. Por exemplo, no seu artigo em que analisa *sites* dos Ministérios de Relações Exteriores de vários países (importante por constituir um dos trabalhos pioneiros no campo dos documentos digitais), Denis Rolland não reservou nem uma linha para reflexões metodológicas.⁹⁷ O leitor não é informado sobre qual critério foi utilizado para selecionar os *sites*. Como foi analisado o material? De que forma foi preservado (supondo que tenha sido preservado) o seu conteúdo?

As reflexões teóricas e metodológicas expostas no presente trabalho – talvez mais extensas do que o usual – se justificam por objetivarem colaborar na construção de um novo referencial. A palavra de ordem é adaptação. É compreensível que a historiografia não acompanhe imediatamente todas as evoluções tecnológicas. Todavia, tratando-se de informática, as evoluções são muito rápidas, os impactos sociais são extremamente significativos e a necessidade de adaptação torna-se mais urgente. A historiografia não pode se isolar da realidade que pretende estudar. Especificamente a História Imediata deve adaptar-se mais rapidamente às novas tecnologias da informação. Para ela, não se trata apenas de aproveitar as facilidades técnicas proporcionadas pela Internet. Para os historiadores que buscam compreender o atual, negligenciar a rede significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da Internet.⁹⁸

⁹⁶ Ibid, p. 17.

⁹⁷ Ver: ROLLAND, Denis. Internet e história do tempo presente: estratégias de memória e mitologias políticas. **Revista Tempo**, n. 16, vol. 8. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg16-4.pdf>. Acesso em junho de 2010.

⁹⁸ Pierre Levy chama de “cibercultura” ao “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” Ver: LÉVY, 1999-b, p. 17.

1.3.4. História Digital

O impacto das novas tecnologias da informação sobre a atividade dos pesquisadores em Ciências Humanas ainda não foi totalmente assimilado. As novas tecnologias causaram alterações na maneira de lidar com a documentação. Os profissionais que trabalham em arquivos ainda estão em fase de adaptação a esse novo contexto. Em 2005, Orville Burton classificava este novo panorama no ofício do historiador como “revolucionário”, referindo-se a ele como uma “História Digital”. Todavia, a repercussão no meio profissional estaria aquém do potencial que as novas tecnologias poderiam oferecer para os historiadores:

...história digital é o processo através do qual historiadores são capazes de usar computadores para fazer história de formas impossíveis sem o computador. História digital é algo mais do que *scanear* artigos acadêmicos e coloca-los *online* ou publicar anotações de curso na *web*. História digital é a revolução na profissão histórica que mudará a maneira que a história é feita em todos os níveis de estudo e ensino e através das bibliotecas e bases de dados que os historiadores usam em seu trabalho diário. (...) Embora a história digital seja importante para a operação e prática do fazer histórico, pouca atenção tem sido dedicada ao assunto pelos profissionais. Com computadores e especialmente a rede de computadores se tornando comuns nas últimas décadas (...) o potencial para historiadores utilizarem computadores e comentarem sobre sua utilidade para a profissão histórica é evidente. Exceto por uns poucos indivíduos que escrevem sobre a chamada revolução ou renascença na história através da computação, isto não está acontecendo como deveria.⁹⁹

⁹⁹ “...digital history is the process by which historians are able to use computers to do history in ways impossible without the computer. Digital history is something more than scanning academic articles and putting them online or publishing course notes on the WorldWideWeb. Digital history is a revolution in the history profession that will change the way history is done at every level of scholarship and teaching and throughout the libraries and databases historians use in their everydaywork. By incorporating the tremendous power of the computer with the practices and methodologies of the historian, the result should be better history. Although digital history is important to the operation and practice of doing history, very little attention has been paid to it from the mainstream profession. With computers and especially the networking of computers common for the past few decades and serious PCs for the past decade and a half, the potential for historians to use computers and comment on their usefulness to the historical profession is ripe for debate. Except for a few individuals who write about the so-called revolution or renaissance in history through computing, this is not

Algumas das vantagens de uma “História Digital” estão relacionadas com seu potencial para o armazenamento de dados, a sua facilidade de acesso, a flexibilidade de formatos (textos, imagens, vídeo, áudio,...), e a interatividade entre o usuário e as fontes, facilitada pelo princípio do hipertexto e pela *web 2.0*. Todavia, o otimismo demonstrado por Burton não levava em consideração o fato de que História Digital também tem suas desvantagens: a falta de qualidade de grande parte do material disponível na Internet, o caráter volátil da documentação, a necessidade de atualização técnica constante do pesquisador, a possibilidade de cobrança para o acesso às fontes, a necessidade de avaliação da autenticidade da documentação (embora estas últimas não sejam exigências apenas da História Digital), etc.

Tais características implicam na necessidade de uma metodologia própria para a lida com a documentação digital. Todavia, isso não implica em uma revolução metodológica. A utilização dos recursos digitais necessita, sem dúvida, de uma metodologia particular, porém fundamentada nos princípios básicos já consagrados da pesquisa historiográfica. O que se faz necessário é adaptar esses princípios ao formato digital.

É pertinente neste momento buscar um conceito para “documento digital”. Contudo, para sabermos o que é um “documento digital”, vale antes revisar a noção primordial de “documento”. Para os arquivistas, documento é o registro de uma informação, independente da natureza do suporte que a contém.¹⁰⁰ Tal noção é importante, pois quebra qualquer hipotética relação de dependência entre o documento e o suporte em papel. Mais do que isso, este conceito não relaciona o documento com qualquer suporte específico. A ênfase recai sobre o “registro de uma informação” e não sobre a espécie do suporte. Dessa forma, é afastado o “problema” da natureza digital das fontes eletrônicas. É possível ir

happening as it should. BURTON, Orville Vernon. American Digital History. In: **Social Science Computer Review**, v. 23, n. 2. Social Science Computing Association - North Carolina State University, 2005, p. 207. Disponível em: <<http://ssc.sagepub.com/cgi/content/abstract/23/2/206>>. Acesso em setembro de 2010.

¹⁰⁰ PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 26.

além, buscando subsídios em uma área onde a questão dos documentos (inclusive os digitais) é central e bastante debatida: no Direito. Para os juristas, documento pode ser considerado como “*qualquer base de conhecimento, fixada materialmente e disposta de maneira que se possa extrair cognição do que está registrado*”.¹⁰¹ De forma semelhante, pode-se dizer que na esfera do Direito

Documento é toda representação material destinada a reproduzir determinada manifestação do pensamento (...). Abarca o mais amplo espectro de sinais, sendo o mais comum deles a escrita. (...) É a coisa material na qual a atividade humana imprime vestígios ou sinais para efeito de comunicação de determinados conhecimentos. (...) Não importa sobre que tipo de material encontra-se o registro, mas a representação física do pensamento humano nele representado.¹⁰²

Perceba-se que não é buscada a concepção jurídica de documento como “prova”, mas como “registro”. Utilizar o termo no sentido de “prova jurídica” significaria aproximar-se do conceito de “prova científica” almejado pela historiografia metódica. Não é esta a intenção deste trabalho ao resgatar as concepções da Arquivologia e do Direito. O objetivo é enfatizar que o documento é o registro da expressão da experiência humana, em suas mais variadas manifestações, independente de seu suporte material. Sendo assim, é possível considerar como “documento histórico” uma enorme variedade de registros da atividade humana: escritos dos mais variados tipos, logicamente, mas também música, arquitetura, palavra oral, pintura, escultura, teatro, fotografia, cinema, iconografia, vestuário, etc.

Dessa forma, tentando construir um conceito o mais simples possível, pode-se considerar que “documento digital” é aquele documento – de conteúdo tão variável quanto os registros da atividade humana possam permitir – codificado em sistema de dígitos binários, implicando na necessidade de uma

¹⁰¹ GICO JÚNIOR, Ivo Teixeira. O documento eletrônico como meio de prova no Brasil. In: BAPTISTA, Luiz Olavo. (coord.) **Novas fronteiras do Direito na informática e telemática**. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 98. Disponível em: <http://works.bepress.com/ivo_teixeira_gico_junior/14>. Acesso em abril de 2010.

¹⁰² *Ibid.*, pp. 98-99.

máquina para intermediar o acesso às informações. Tal máquina é, na maioria das vezes, um computador.

1.3.5. Os tipos de fontes e documentos digitais

Partindo dos conceitos fundamentais apresentados anteriormente e da experiência empírica, percebe-se a existência de dois tipos básicos de fontes digitais utilizáveis em uma pesquisa histórica: as fontes primárias e as “não-primárias” (de forma análoga ao que se poderia dizer acerca das fontes “tradicionais”). As fontes digitais “não-primárias” correspondem aos documentos digitais “não-primários”, enquanto as fontes digitais primárias correspondem aos documentos digitais primários.

Em essência, os documentos digitais não-primários dizem respeito a textos publicados na internet (ou em outro suporte digital) que abordam informações disponíveis originalmente em outros lugares. Nos últimos anos, as principais publicações científicas passaram a contar com edições eletrônicas. *Papers*, artigos, dissertações de mestrado ou teses de doutorado podem ser acessadas facilmente através da Internet. Por exemplo, no Brasil o portal de periódicos da CAPES disponibiliza o acesso a 15.475 revistas científicas nacionais e internacionais (em 2008 eram aproximadamente 11.500).¹⁰³ O acesso dos pesquisadores a esta vasta quantidade de fontes secundárias foi significativamente facilitado pela Internet.

Entretanto, muitos *sites* apresentam-se sob uma formatação aparentemente acadêmica, quando na verdade não representam o fruto de verdadeiro trabalho científico. Apesar de ser facilmente encontrada através de mecanismos de busca como o Google, grande parte do material existente na Internet não possui qualidade e contém erros grosseiros. Em outros casos, apesar de apresentarem-se como o trabalho de especialistas, os textos

¹⁰³ Portal Periódicos CAPES, disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em junho de 2010.

encontrados na rede refletem apenas a opinião altamente ideológica de seus autores. Isso quando é possível identificar os autores. Ao contrário de um livro ou uma revista impressa em papel, na Internet muitas vezes é mais difícil avaliar a autoria e procedência do material.

Tal característica implica na adoção de critérios cuidadosos para a seleção de fontes da Internet a serem utilizadas em uma pesquisa científica. É necessário perceber se o conteúdo de um determinado *site* corresponde a uma fonte integral, ou se foi retirado de outra fonte. A precisão das informações contidas em um determinado *site* deve ser testada comparando-as com outras fontes. Também é importante observar se há alguma instituição acadêmica respaldando o *site* em questão.

O segundo tipo de fontes digitais diz respeito àquelas que fornecem documentos primários. Estes, por sua vez, podem ser classificados em dois tipos básicos: (1) os “documentos primários digitalizados”, e (2) os “documentos primários digitais exclusivos”.¹⁰⁴ Os documentos primários digitalizados são aqueles resultantes do trabalho de digitalização da documentação primária já existente em outro suporte. Por exemplo, o jornal inglês *The Times* disponibiliza na Internet 200 anos de seu acervo (de 1785 a 1985).¹⁰⁵ São cerca de 20 milhões de artigos e 35 milhões de imagens. Em um trabalho de enorme proporção, cada página dos jornais foi escaneada¹⁰⁶ e processada por OCR.¹⁰⁷

¹⁰⁴ Classificação nossa. Os documentos digitais não-primários também poderiam ser divididos em “digitalizados” e “exclusivos”.

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://archive.timesonline.co.uk/tol/archive>>. Acesso em setembro de 2010. Para ter acesso total ao conteúdo do *Times Online*, é necessário pagar um valor equivalente a U\$ 8,95 (acesso por 1 dia); U\$ 24,00 (acesso por 1 mês); ou U\$ 129,95 (acesso por 1 ano).

¹⁰⁶ Escaneada: processada por um scanner, equipamento que digitaliza documentos através de uma varredura ótica.

¹⁰⁷ OCR: *Optical Character Recognition*, software que interpreta individualmente cada letra na versão impressa convertendo-a para um caractere codificado na versão digital. Dessa forma o texto do arquivo original é transformado em um texto codificado digitalmente. Este pode então ser indexado em um mecanismo de busca, pode ser copiado, colado, editado, etc.

Também são muitas as instituições acadêmicas de pesquisa que já possuem bancos de dados digitalizados acessíveis pela Internet: bibliotecas, arquivos, Universidades, centros de pesquisa, museus, fundações. Como exemplos é possível lembrar o *German Propaganda Archive*, da *Calvin University*,¹⁰⁸ talvez o maior arquivo digital sobre propaganda nazista disponível na Internet. Outro exemplo importante é a coleção de pôsteres de guerra resultante da parceria entre a *University of Minnesota* e a *Minneapolis Public Library*. Entre 2001 e 2004, foram digitalizados mais de cinco mil pôsteres da I e II Guerras Mundiais, formando o maior acervo do mundo sobre o assunto acessível pela Internet.¹⁰⁹ Também é possível citar a Biblioteca Digital, da Biblioteca Nacional¹¹⁰; o acervo digital do CPDOC¹¹¹; e o Centro de Documentação 25 de Abril¹¹², da Universidade de Coimbra, entre outros.

Por outro lado, os “documentos primários digitais exclusivos” englobam aqueles documentos primários que não possuem outro suporte além do digital. Trata-se de uma enorme quantidade de informação que está sendo produzida e disponibilizada unicamente em formato digital, sobretudo na Internet. Nesse caso, os dados referentes a tais documentos têm na rede o seu único meio de publicação e arquivamento. Dessa forma, a rede mundial de computadores propicia uma existência virtual para esta documentação.¹¹³ Por exemplo, nos dias

¹⁰⁸ German Propaganda Archive, disponível em: <<http://www.calvin.edu/academic/cas/gpa>>. Acesso em junho de 2010.

¹⁰⁹ "A Summons to Comradeship", disponível em: <<http://digital.lib.umn.edu/warposters/warpost.html>>. Acesso em junho de 2010.

¹¹⁰ Fundação Biblioteca Nacional, disponível em: <<http://www.bn.br>>. Acesso em junho de 2010.

¹¹¹ Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em junho de 2010.

¹¹² Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a>>. Acesso em setembro de 2012.

¹¹³ De acordo com Pierre Levy, *"Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado no entanto à concretização efetiva ou formal. A árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes. (...) Contrariamente ao possível, estático e já constituído, o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização."* LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996, pp. 15-16.

de hoje muitas pessoas possuem diários virtuais publicados em *blogs* da Internet. Contudo, os diários virtuais são voláteis e sua permanência na Internet (e nos discos rígidos dos servidores, onde encontram sua materialidade física) pode ser efêmera. Há muito tempo os historiadores valorizam os diários “tradicionais” impressos como fontes para pesquisa. Talvez o diário de Anne Frank seja o exemplo mais emblemático da validade de documentos históricos dessa natureza. É chegado o momento de reconhecer o potencial de documentos semelhantes, porém publicados em um formato novo. Os diários virtuais representam apenas um, entre os diversos documentos históricos produzidos exclusivamente na Internet.

É importante perceber que os dois tipos de documentos citados anteriormente podem ser considerados digitais, pois utilizam a codificação em dígitos binários. Contudo, os documentos “digitalizados” constituem um tipo específico por possuírem obrigatoriamente um suporte material anterior à digitalização: na maioria das vezes, o papel, porém não necessariamente este. A outra categoria (documentos digitais exclusivos), não possui outro suporte material além do digital.

1.4. Metodologia dos documentos digitais

De maneira geral, a abundância é uma característica que chama a atenção quando se fala em “informação digital”. Quando a responsabilidade sobre a publicação das informações digitais recai sobre instituições de pesquisa, é provável que haja uma equipe de profissionais a revisar e avaliar a autenticidade de tais informações. Normalmente, as instituições publicam relatórios impressos que “referendam” as informações disponibilizadas nos *sites* da Internet. Como exemplo, podemos citar o *Inter-University Consortium for Political and Social Research*, da Universidade de Michigan¹¹⁴, o *Center for*

¹¹⁴ ICPSR, disponível em: <<http://www.icpsr.umich.edu>>. Acesso em junho de 2010.

Electronic Records do Arquivo Nacional dos Estados Unidos da América¹¹⁵ e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.¹¹⁶

Todavia, há uma vasta quantidade de informações disponíveis através da Internet, sem nenhuma relação com instituições que possam responsabilizar-se pela autenticidade das mesmas. Nesse conjunto entram *blogs*, fóruns eletrônicos, *e-mails* e uma série de outros meios digitais onde a direita radical pode se manifestar. Em primeiro lugar, um questionamento fundamental necessitou ser respondido: as informações contidas em uma página da Internet sem relação com instituições de pesquisa podem ser tomadas como fonte de estudo?¹¹⁷ A resposta para esta pergunta não pode ser outra: sem dúvida! Elas podem e devem ser utilizadas, pois em caso contrário se estaria correndo o risco de negligenciar um período importante da História do Tempo Presente.

Contudo, para utilizar tal documentação, faz-se necessário um maior rigor em relação ao método historiográfico, além de utilizar alguns procedimentos metodológicos específicos. As considerações metodológicas expostas a seguir não tem a pretensão de esgotar o assunto, nem tampouco de constituir um “manual para o uso das fontes digitais”, mas antes funcionar como apresentação de algumas experiências práticas neste momento em que os historiadores buscam adaptação às novas tecnologias.

¹¹⁵ U.S. National Archives and Record Administration, disponível em: <<http://www.archives.gov>>. Acesso em junho de 2010.

¹¹⁶ IBGE, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em junho de 2010.

¹¹⁷ Charles Dollar afirma que “o meio tradicional de garantir que os registros permaneçam autênticos ou “não-adulterados” é a “custódia ininterrupta” em instalações especializadas”. DOLLAR, Charles. Tecnologias da informação digitalizada e pesquisa acadêmica nas ciências sociais e humanas: o papel da arquivologia. In: **Estudos Históricos**, vol. 7, n. 13. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 9. Parte-se do princípio que as fontes primárias resultantes do trabalho de digitalização de documentação “tradicional” já existente (desde que realizado por instituições de pesquisa), bem como os dados disponíveis em *sites* de instituições do mesmo tipo, cumprem o verificador tradicional de autenticação, ou seja, a “custódia ininterrupta” em instalações especializadas.

1.4.1. Inter-relacionamento da documentação

Um cuidado fundamental a ser tomado diz respeito ao inter-relacionamento da documentação. Um indicativo de aproximação temática e ideológica das fontes é a existência de citações e convergências discursivas. Uma forma de interligação particular das fontes oriundas da Internet é feita através dos *links*. As páginas podem apresentar atalhos para outros *sites*, o que demonstra algum tipo de afinidade entre os conteúdos dos mesmos. Por exemplo, e de forma simplificada, o *site* oficial do Partido Renovador Nacional (PNR) de Portugal apresenta *links* para o perfil no *Facebook* e para o *blog* do partido. Portanto, é perfeitamente razoável supor que tais páginas são realmente ligadas à instituição. Por outro lado, *blogs* ou *twitters* que porventura se afirmem como representativos do PNR, mas que não estejam *linkados* no *site* oficial do partido devem ser analisados com desconfiança. Procurou-se registrar tais aproximações tendo em vista que o inter-relacionamento das fontes pode funcionar como um indicador da confiabilidade das mesmas. De acordo com Luciana Duranti, o inter-relacionamento da documentação

...é devido ao fato de que os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Cada documento está intimamente relacionado "com outros tanto dentro quanto fora do grupo no qual está preservado e (...) seu significado depende dessas relações". As relações entre os documentos, e entre eles e as transações das quais são resultantes, estabelecem o axioma de que um único documento não pode se constituir em testemunho suficiente do curso de fatos e atos passados: os documentos são interdependentes no que toca a seu significado e sua capacidade comprobatória. Em outras palavras, os documentos estão ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade. Na verdade, os registros documentais são um conjunto indivisível de relações intelectuais permanentes tanto quanto de documentos.¹¹⁸

¹¹⁸ DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. In: **Estudos Históricos**, vol. 7, n. 13. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 3.

Trabalhar sob uma incerteza calculada não é novidade para o historiador, pois os métodos históricos não são totalmente precisos. As fontes “tradicionais” não são mais confiáveis do que as fontes digitais. Um documento impresso pode ser falso. Uma fotografia antiga pode ser fraudulenta. Um depoimento oral pode modificar os fatos. É normal para os historiadores trabalhar dentro de campos de possibilidades, utilizando métodos para reduzir as chances de erro. No futuro, é possível que sejam criados mecanismos mais precisos para verificar a autenticidade das fontes digitais. Contudo, enquanto tais procedimentos não se tornarem operacionais, a habilidade e a experiência do pesquisador continuarão determinantes na seleção das fontes mais confiáveis.

1.4.2. O acesso exclusivo e a questão do armazenamento

Uma das críticas direcionadas à História do Tempo Presente diz respeito à inacessibilidade das fontes, devido à proximidade temporal dos eventos estudados. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que a HTP, e mais especificamente a História Imediata, também possibilitam ao historiador ter acesso “exclusivo” a determinadas fontes. Nesta pesquisa, grande parte da documentação utilizada possui uma existência efêmera na Internet. Os dados contidos em páginas da rede podem ser alterados ou apagados sem aviso prévio, e isso ocorre com frequência. Por exemplo, em 23 de abril de 2009, o Yahoo comunicou que encerraria as atividades do serviço de hospedagem de *sites* Geocities. Em 26 de outubro de o serviço foi definitivamente encerrado, e as páginas hospedadas no Geocities (cerca de 38 milhões) foram retiradas do ar.¹¹⁹

No caso dos *sites* de direita radical estudados neste trabalho, os mesmos podem ser retirados do ar pelos próprios autores e, muitas vezes, pelas autoridades que buscam coibir manifestações racistas, xenofóbicas, antissemitas, etc. Portanto, muitas informações estão disponíveis em uma “janela

¹¹⁹ O que ocasionou algumas mobilizações no sentido de preservar muitos sites. Tais esforços estão representados em bancos de dados como o <<http://www.archive.org>>; <<http://reocities.com>>; <<http://www.oocities.com>>; <<http://geociti.es>>; e <<http://geocities.ws>>.

temporal” que somente poderá ser acessada através da intervenção do historiador do imediato. Não fosse dessa forma, uma grande parcela das fontes poderia escapar ao alcance dos historiadores para sempre. Portanto, devem ser tomadas precauções quanto ao arquivamento da documentação utilizada. Os *sites* pesquisados devem ser salvos, em formato PDF¹²⁰ ou outro semelhante, formando um banco de dados digital. De certa forma, este trabalho assemelha-se a uma “arqueologia de salvamento”, para que muitas informações não sejam perdidas em caráter definitivo.

Os documentos digitais têm como característica a dissociação entre o suporte físico e o seu conteúdo informacional. Sendo assim, é possível o descarte do suporte físico e a manutenção de seu conteúdo em um novo suporte. A evolução extremamente rápida da tecnologia informática torna os suportes físicos de informação obsoletos em um curto espaço de tempo. Quando iniciei o trabalho com esta categoria de fontes, no ano de 2002, a preservação dos documentos utilizados era feita em disquetes de 1,44 MB de capacidade de armazenamento. Em seguida, o arquivamento passou a ser feito em CDs de 700 MB de capacidade (equivalente a 487 disquetes), sendo transferida a base de dados para este novo suporte. Atualmente, a preservação está sendo realizada utilizando como suporte físico DVDs com 4,7 GB de capacidade (equivalente a quase sete CDs). Tal procedimento já mostra-se obsoleto, diante da disponibilidade de *pendrives* com capacidade muito superior (até 1024 GB, ou 1 TB).

1.4.3. Cruzamento de dados

Outro procedimento adotado na análise das fontes esteve relacionado à preocupação com o cruzamento de dados. Nesta pesquisa foi utilizada uma vasta quantidade de material “oficial”, oriundo dos meios políticos ligados à

¹²⁰ Portable Document Format (ou PDF) é um formato de arquivo desenvolvido pela Adobe Systems em 1993, para representar documentos de maneira independente do aplicativo usado para criá-los. Um arquivo PDF pode descrever documentos que contenham texto, gráficos e imagens num formato independente.

direita radical. Tais fontes são altamente ideológicas, sendo necessária a crítica cuidadosa de suas informações, cruzando seus dados com outras fontes disponíveis. Dessa forma, sempre que possível, as informações retiradas de *sites* ideológicos foi confrontada com outras fontes. Muitas vezes, a repercussão na imprensa reflete nos *sites* e orienta a ação dos grupos estudados, revelando-se a análise de periódicos como uma importante ferramenta para o cruzamento de dados. A comparação com a documentação policial e judiciária também se mostrou eficiente no sentido de dirimir eventuais dúvidas.

1.4.4. A questão da autenticidade

Em um primeiro momento, pareceu ser de fundamental importância responder como seria possível verificar a autenticidade de tais fontes. Após vários anos trabalhando com tal categoria de documentação, a resposta encontrada pode parecer desanimadora: nem sempre será possível comprovar a autenticidade das informações. Quando isso acontecer, uma possível solução para o problema é trabalhar quantitativamente. Se for obtido um *corpus* significativo de dados, é possível identificar uma coerência discursiva que remete a um modelo padrão. Todos os desvios relevantes dentro do padrão identificado devem ser analisados com mais detalhes, para precisar sua procedência e minimizar a possibilidade de erros. É necessário que o historiador adquira certa “intimidade” com a documentação, a fim de perceber os afastamentos da regularidade. Com a experiência, os desvios acabam “saltando aos olhos” do historiador. Trata-se de trabalhar dentro de um espectro admissível de erro. Como afirma Charles Dollar,

Os estudiosos e pesquisadores que utilizam algum material como fonte primária em sua pesquisa partem, em geral, do pressuposto de que tal material é confiável e fidedigno. Trata-se de uma "autenticidade presuntiva", porque a maior parte do material considerado fonte primária - registros para os arquivistas - não passa de um subproduto de transações rotineiras exigidas para se levar a cabo uma ação (legal, financeira ou comercial), e esses subprodutos acabam formando um *corpus* de materiais relacionados entre si. A

presença de um documento em um *corpus* constituído de tipos semelhantes de material, que se sabe ou se acredita terem sido produzidos de acordo com procedimentos-padrão, acarreta uma presunção de fidedignidade e autenticidade. Por conseguinte, tanto o contexto quanto o conteúdo dos documentos dão testemunho da fidedignidade e da autenticidade.¹²¹

Ao utilizar documentação “convencional” (cartas, jornais, inventários, fotografias, etc.) sob a guarda de instituições de pesquisa, museus ou arquivos, muitas vezes é possível que o historiador não se preocupe em verificar sua autenticidade. Isto porque, nestes casos, tais documentos já passaram pela avaliação de outros profissionais que atestaram sua autenticidade. Todavia, ao se deparar com documentos inéditos, faz-se necessário o exame criterioso para verificar sua confiabilidade. Uma fotografia pode ser falsificada ou uma carta pode ser forjada e existem métodos que possibilitam identificar tais falsificações. Ao utilizar *sites* da Internet como fonte primária o historiador irá, provavelmente, ser a primeira pessoa a preocupar-se em verificar sua autenticidade. Isso faz com que aumentem as chances de se deparar com algum tipo de falsificação. Por isso, ao trabalhar com fontes da Internet, a atenção deve ser redobrada. O historiador precisa utilizar a técnica e desenvolver a habilidade necessária para selecionar o material confiável.

Um *site* pode ser *hackeado*¹²² e as informações ali publicadas originalmente podem ser alteradas sem o conhecimento dos autores originais. Por exemplo, em agosto de 2008, *hackers* do grupo antifascista ANTIFA (*Anti-Fascist Action*) conseguiram invadir o fórum eletrônico da organização racista de direita radical *Blood & Honour* e alterar o conteúdo original das páginas.¹²³ Fato semelhante também já ocorreu em Portugal, com o site do Partido Nacional Renovador. Através de um vídeo colocado no *Youtube*¹²⁴, o grupo *Anonymous*

¹²¹ DOLLAR, 1994, op. cit., p. 9.

¹²² *Hackeado*: invadido por um *hacker* (ou *cracker*), indivíduo que quebra o sistema de segurança de um *site* e altera seu conteúdo.

¹²³ Ver: <http://www.theregister.co.uk/2008/09/01/neo_nazi_forum_hacked>. Acesso em maio de 2010.

¹²⁴ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Rau9eu12I6A>>. Acesso em maio de 2012.

Portugal convocou ataques contra o site do PNR, que por sua vez publicou uma nota sobre o assunto.¹²⁵



Imagem 5: Este banner deixado pelos hackers da ANTIFA substituiu o conteúdo original do fórum da Blood & Honour.¹²⁶

Outro tipo de falsificação às quais as fontes da Internet estão sujeitas, diz respeito a falsos sites, ou *fake sites*. Normalmente os *fake sites* são construídos com o propósito de aplicar golpes eletrônicos pela Internet. Os estelionatários criam cópias dos sites de empresas, instituições bancárias ou governamentais e atraem os usuários até elas para roubarem-lhes informações como número de cartões de crédito ou senhas bancárias. Também são comuns as falsificações de

¹²⁵ “O portal do PNR tem sido vítima de ataques cibernéticos por parte de anarquistas auto-denominados “Anonymous Portugal” que, num vídeo colocado no YouTube, (...) apelam ao ódio e à intolerância em relação aos Nacionalistas, elegendo o ataque ao nosso site por parte de hackers como forma de luta covarde, que aliás é seu apanágio. Muito embora isso não configure grave dano, tal situação tem-nos trazido algumas dificuldades acrescidas, trabalho e perda de tempo desnecessária, resultando no atraso de algumas actualizações e gerando problemas a nível de recepção e funcionamento das caixas de correio electrónico. Este assunto que está a merecer a atenção da Polícia Judiciária e não visa apenas o PNR, tem gerado algum incómodo e por isso pedimos a compreensão dos nossos militantes e simpatizantes.” Portal do PNR na mira de anarquistas. Texto publicado no site do PNR em 13 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.pnr.pt/2011/07/13/portal-do-pnr-na-mira-da-anarquistas>>. Acesso em outubro de 2012.

¹²⁶ Imagem disponível em: <<http://news.softpedia.com/news/Neo-Nazi-Forum-Hacked-92774.shtml>>. Acesso em março de 2012.

sites de relacionamento (criação de perfis falsos), em redes como o Orkut, *Facebook*, *My Space* e *Twitter*. Há a possibilidade teórica da criação de um *fake site* em qualquer área do conhecimento. Tomar um *fake site* como sendo um *site* verdadeiro seria um erro grosseiro, portanto o historiador deve estar atento a esta possível prática na hora de selecionar suas fontes. Existem procedimentos básicos que devem ser adotados para minimizar a possibilidade de que sejam cometidos enganos dessa natureza.¹²⁷

O historiador deve adquirir familiaridade com a documentação, a fim de conhecer os símbolos, os códigos, os detalhes que envolvem os documentos autênticos. Ao obter esta habilidade, a existência de desvios no padrão torna-se visível para o pesquisador atento.

1.4.5. Seleção da documentação

É importante salientar o amplo espectro de fontes digitais a que se teve acesso. De maneira geral, a abundância de documentação é uma característica da História Imediata e também da História Política. Tratando-se de textos de direita radical disponíveis em páginas da Internet, percebeu-se que esta abundância própria do campo de estudo foi levada ao extremo. Mais do que facilitar o trabalho do historiador, a grande quantidade de fontes constituiu um obstáculo perigoso. O impulso em buscar expandir a análise podia levar o pesquisador a um labirinto de fontes, onde seria difícil encontrar a saída no tempo disponível. A situação é semelhante à metáfora usada por Aléxis de Tocqueville, onde o historiador é comparado com um minerador sobre o qual a

¹²⁷ Nesse sentido, a utilização da ferramenta WHOIS mostrou-se efetiva em alguns casos. WHOIS é um protocolo específico para consultar informações de contato e domínio sobre entidades da Internet. As entidades podem ser um nome de domínio, um endereço IP ou um AS (Sistema Autônomo). O protocolo WHOIS apresenta três tipos de contatos para uma entidade: Contato Administrativo (*Admin Contact*), Contato Técnico (*Technical Contact*) e Contato de Cobrança (*Registrant Contact*). Estes contatos são informações de responsabilidade do provedor de Internet. A ferramenta WHOIS pode ser utilizada em: <<https://registro.br/cgi-bin/whois>>.

mina desaba, deixando-o sem saber como sair dali carregando o tesouro.¹²⁸ Dessa forma, foi necessário selecionar os documentos mais relevantes para uma análise qualitativa, dentro do universo bem maior de fontes que porventura entrem na análise quantitativa.

Os textos dos *sites* de direita radical utilizados neste trabalho foram reproduzidos em forma de citação, sendo mantidos eventuais erros ortográficos, gírias e neologismos presentes nos textos originais. Evitou-se a utilização do “*sic*”, para facilitar a leitura. Sempre que não é citada a autoria dos textos, isso significa que os mesmos estão publicados de forma anônima na documentação.

¹²⁸ TOCQUEVILLE, Aléxis apud SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. REMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, pp. 244-245.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

“Há uma diferença fundamental que nos separa deles: como nacionalistas que somos, nós encaramos o serviço à Pátria como uma missão...”¹²⁹

Neste capítulo, serão realizadas considerações teóricas a respeito de conceitos fundamentais que norteiam este trabalho. Trata-se de um esforço para esclarecer algumas definições balizadoras, tendo sido optada uma abordagem epistemológica pontual sobre os termos: “pátria e nação”; “direita radical”; “extrema-direita”; e “fascismo”.

2.1. Pátria e Nação

Dois conceitos fundamentais para o presente trabalho são os de “pátria” e “nação”. A genealogia da palavra “pátria” remonta a Homero, para o qual *patris* fazia referência à “terra dos pais”. Dessa forma, a semântica do termo remete ao enraizamento territorial definido pela ancestralidade e, por consequência, implica

¹²⁹ “Apontamentos do quotidiano”. Texto publicado em 5 de fevereiro de 2013 no *site* do PNR. Disponível em: <<http://www.pnr.pt/2013/02/06/apontamento-semanal-5-de-fevereiro-de-2013-2/>>. Acesso em março de 2013.

na fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, que pode ser real ou fictícia. O vocábulo pátria carrega consigo uma significativa carga emocional e afetiva, pois originalmente estava relacionado à memória e ao culto dos túmulos dos antepassados. A *patris* unia de maneira eficaz a pequena comunidade, conduzia os indivíduos a aceitarem os imperativos do grupo e criava o sentimento de pertencimento e comunhão que podia significar a necessidade de sacrifício da própria vida, junto com seus *compatriotas*, *patrícios* ou irmãos, para a proteção da “terra dos pais”.

Como consequência disso, será a partir da ideia de pátria que as comunidades narram a história que as identifica como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais. Estas, baseadas no princípio da ancestralidade, implicam no compartilhamento dos mesmos mitos de origem, da mesma língua, de um mesmo território, de uma mesma memória coletiva.¹³⁰ Conforme Fernando Catroga, a pátria é, sobretudo, memória, instância que enlaça retrospectivamente os vivos e os mortos:

...como “terra dos pais” (e dos respectivos mitos), a “pátria” é a *origem* de todas as *origens*, húmus sacralizado que, se gera, também *filia* e se impõe, quase de um modo holístico, como uma *herança* e como um dever de *transmissibilidade*, ou melhor, como um *destino* ou mesmo como uma *vocação*.¹³¹

O significado da palavra pátria sobrepõe a população e o território à faceta institucional. A pátria organiza as apropriações afetivas do espaço, através de um trabalho projetivo que faz com que o território seja reconhecido como paisagem. Pela concepção original do termo, a “geografia” dos afetos pátrios não é tanto a traçada pelo determinismo físico, ou pelas fronteiras desenhadas pelo poder político, mas a cartografada pela interiorização dos sentimentos de pertencimento.¹³² O patriotismo é, antes de tudo, a fidelidade à paisagem, disse

¹³⁰ CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In: SOBRAL, José Manuel; VALA, Jorge. (orgs.) **Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, pp. 33-34.

¹³¹ Idem.

¹³² Ibid., p. 34.

Ortega y Gasset em texto apresentado em abril de 1915 no Ateneu de Madri.¹³³ Patriotismo esse que sobrevive, mesmo sob os efeitos da desterritorialização típica do mundo contemporâneo. Os imigrantes mantêm o sentimento de pertencimento a sua pátria, mesmo quando residem em outro país. Tal sentimento pode manifestar-se através de nostalgia, saudade ou manutenção de uma identidade cultural.¹³⁴

O conceito de pátria se confunde, em alguns aspectos, com o conceito de nação. Um líder do PNR afirmou que “*a militância num partido nacionalista é um acto de coragem e de amor à Pátria*”.¹³⁵ Em texto de propaganda, o mesmo partido convocou recentemente “*todos os nacionalistas e patriotas*” para uma manifestação a ser realizada dia 10 de junho de 2013.¹³⁶ Ou ainda, em texto publicado no *site* do PNR, o compromisso “nacionalista” e o serviço à Pátria aparecem como balizadores da identidade do militante: “*Há uma diferença fundamental que nos separa deles: como nacionalistas que somos, nós encaramos o serviço à Pátria como uma missão...*”¹³⁷

Não é possível pensar a nação sem a colocar numa pátria, real ou imaginada. Contudo, o contrário não é verdadeiro. A pátria é cronologicamente

¹³³ “*Meus senhores, o patriotismo é antes de mais a fidelidade à paisagem, à nossa limitação, ao nosso destino. Olhai como actualmente os homens da Europa lutam por conservar cada qual a sua paisagem.*” ORTEGA Y GASSET. Introdução sobre o que é uma paisagem. **Notas de Andar e Ver**: viagens, gentes e países. Lisboa: Fim de Século, 2007, p. 47.

¹³⁴ CATROGA, 2010, op. cit., pp. 34-35.

¹³⁵ “*Nos dias que correm, a militância num partido nacionalista é um acto de coragem e de amor à Pátria que só encontra paralelo naqueles que por ela um dia deram a vida. Os trabalhadores são hoje os herdeiros da coragem e do patriotismo dos heróis de antanho, daqueles que sem pedir nada em troca disseram presente nos momentos difíceis, nas conquistas e na glória que fazem impar a história da nossa Pátria.*” RAMALHO, Vítor. **Discurso** proferido em Coimbra em 1º de maio de 2011. Disponível em <<http://www.pnr.pt/2011/05/03/1%c2%ba-de-maio-de-2011-coimbra-discurso-de-vitor-ramalho>>. Acesso em março de 2013.

¹³⁶ “*No próximo dia 10 de Junho, convocamos todos os Nacionalistas e Patriotas a marcarem presença na manifestação do PNR, considerando esse acto um imperativo em nome daquilo que defendemos e acreditamos.*” Disponível em: <<http://www.pnr.pt/2013/05/19/6791/>>. Acesso em maio de 2013.

¹³⁷ Apontamentos do quotidiano, op. cit.

anterior à nação, e há pátrias que não são e nem pretendem se tornar nações.¹³⁸ A moderna ideia de nação é essencialmente política e remonta ao século XIX, quando sob a influência das Revoluções Francesa e Americana, a ideia de nação buscava equalizar “povo’ e “Estado”.¹³⁹

A construção das nações modernas e a formação dos Estados modernos, embora configurem processos diferentes, convergiram em determinado momento. Na porção Ocidental e do Norte da Europa, as nações foram construídas a partir de territórios previamente delimitados. Na Europa Central e Oriental, a definição dos limites territoriais das nações foi precedida pela difusão da ideia de pertencimento a uma coletividade centrada em torno de línguas, culturas e histórias comuns¹⁴⁰, mesmo que isso implicasse na exclusão de determinadas parcelas daquelas populações. Assim, as nações europeias foram construídas aproveitando-se de um substrato territorial ou cultural pré-existent, o que ajudou a conferir aos habitantes dessas novas ordens institucionais a noção de pertencimento a uma mesma comunidade política, fosse ela uma república ou monarquia, além de um sentimento de responsabilidade política para com os outros habitantes daquela coletividade.¹⁴¹

Contudo, há nações que não possuem um Estado. Um bom exemplo é o dos curdos, que vivem numa região distribuída entre o Iraque, Síria, Irã e Turquia, países nos quais são tratados, via de regra, como cidadãos de segunda categoria. Há também Estados que englobam várias nações, como as antigas União Soviética e Iugoslávia, e o Reino Unido, que incorpora as nações da Inglaterra, País de Gales, Escócia e parte da Irlanda. Por outro lado, uma nação

¹³⁸ CATROGA, 2010, op. cit., pp. 47-51.

¹³⁹ HOBBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 31.

¹⁴⁰ PAMPLONA, Marco Antônio. A questão nacional no mundo contemporâneo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (orgs.) **O Século XX**: o tempo das dúvidas. 2. ed., v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 191.

¹⁴¹ *Ibid.*, pp. 191-192.

pode formar vários Estados, como é exemplo o caso da chamada “nação árabe”.¹⁴²

No âmbito do presente trabalho, é adotado o conceito de Benedict Anderson segundo o qual, “*nação é uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.*”¹⁴³ Utilizando-se da definição de Anderson, compreende-se a nação como “comunidade”, pois ela é baseada na noção de uma “*profunda camaradagem horizontal*”, na ideia de uma comunhão entre seus membros. Ela é “imaginada”, no sentido de “criação”. A nação não é uma entidade natural, mas sim, construída, imaginada. De que outra forma seria possível a metafórica “camaradagem” entre milhões de pessoas de uma determinada nação? Ela é limitada, pois possui fronteiras delimitadas, que a separam de outras nações. E a nação é soberana, pois é (ou reivindica ser) livre.¹⁴⁴

A força da “camaradagem horizontal” que é fundamental para a existência de uma nação pôde ser comprovada nas duas guerras mundiais, quando milhões de pessoas apresentaram-se de maneira voluntária para lutar pelos seus países. Atualmente, é possível sentir o poder dessa força nos rituais onde são cantados os hinos nacionais em eventos esportivos. Milhares de pessoas, de etnias e origens sociais diferentes, e mesmo de orientações ideológicas divergentes, cantam em uníssono o hino de sua nação. A força coletiva desse ritual faz com que muitas delas não consigam segurar as lágrimas. Naquele momento, milhares de estranhos fazem parte da mesma coletividade, a comunidade da nação. Os rituais de hasteamento da bandeira ou canto do hino nacional, mesmo que em eventos triviais, tornam visíveis os laços que amarram a comunidade nacional imaginada.¹⁴⁵

¹⁴² STOREY, David. **Territory**: the claiming of space. Harlow/Nova Iorque: Prentice Hall/Pearson Education, 2001, pp. 51-52.

¹⁴³ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32.

¹⁴⁴ Ibid., pp. 32-34.

¹⁴⁵ BARRIGA, Guillermo. **Nationalism, violence and cosmopolitanism**. School of Foreign Service. International Politics. Georgetown University. Thesis Submitted in Partial Fulfillment

Todavia, dentro de uma nação podem existir minorias étnicas ou religiosas que parecem excluídas da cultura dominante vista como nacional. São os casos dos nativos indígenas nos Estados Unidos da América, ou os aborígenes na Austrália. Também é possível que haja grupos dentro de uma nação que não se reconheçam como pertencentes àquela comunidade. São exemplos os casos dos separatistas bascos na Espanha, ou dos nacionalistas escoceses no Reino Unido. O caso dos separatistas da Irlanda do Norte é específico, pois eles buscam a incorporação a outro Estado já existente, a República da Irlanda. Essa situação específica leva o nome de irredentismo.¹⁴⁶ A identificação da nação com um determinado povo ou comunidade política que partilha determinados direitos pode contribuir para a aversão à cultura e às pessoas consideradas estrangeiras, (ou descendentes de estrangeiros), além de rebaixar as outras nações a um status inferior. A moderna forma de nação enquanto um fenômeno de massas possui uma tendência a gerar estereótipos e propiciar exclusões.¹⁴⁷

A construção da ideia de pertencimento a uma nação implica na necessidade de uma *alta cultura* comum compartilhada por seus membros. Para tanto, é necessário que a compreensão de mensagens, livres de contexto, seja ensinada em um idioma comum, através de um sistema educacional universal onde a aprendizagem de tais códigos deixe de ser privilégio de um estrato limitado da sociedade e passe a ser pressuposto da cidadania moral. De acordo com Ernest Gellner, é a importância dada a essa cultura comum que faz das pessoas, nacionalistas. A coerência da sua cultura com a cultura das instituições políticas, econômicas, educacionais e religiosas torna-se o fato mais importante de suas vidas. O nacionalista ocupa-se com a busca, a manutenção e a proteção dessa coerência.¹⁴⁸ O senso de pertencimento a uma comunidade nacional não é suficiente para o nacionalista. Ele tem orgulho e expressa abertamente a

of the Requirements for the Certificate in Justice and Peace, Georgetown University, 2011, p. 8.

¹⁴⁶ STOREY, 2001, op. cit., p. 52.

¹⁴⁷ PAMPLONA, 2002, op. cit., p. 191.

¹⁴⁸ GELLNER, Ernest. **Dos nacionalismos**. Lisboa: Teorema, 1998, p. 6.

importância que a *alta cultura* nacional desempenha em sua vida, a ponto de lhe atribuir sentido.

De maneira análoga ao descrito anteriormente para os termos “pátria” e “nação”, é possível afirmar que a ideia de nacionalismo é cronologicamente posterior à ideia de patriotismo. O sentimento de pertencimento à comunidade *patris* é detectável muito antes da existência de nações politicamente organizadas ou com consciência de uma identidade nacional. Todo nacionalismo se apoia, necessariamente, em um patriotismo, todavia nem todo o patriotismo chega a transformar-se em um nacionalismo. Do final do século XVIII ao final do XIX os Estados-nação apropriaram-se da noção de patriotismo como um dos elementos necessários para a construção de seus nacionalismos de massas, importantes para a mobilização das populações para as guerras. Foi o período no qual o nacionalismo começou a subsumir o patriotismo, em um processo que culminou com a Primeira Guerra Mundial.¹⁴⁹

Há um componente de violência intrinsicamente ligado ao nacionalismo. Isso porque, de uma maneira geral, o surgimento dos modernos Estados-nação foi envolto em profunda violência. Mais do que apenas na sua origem, mesmo quando consolidadas como Estados, as nações praticaram a violência como um elemento fundamental de suas políticas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX.¹⁵⁰ A componente de violência presente no nacionalismo é claramente perceptível nos Hinos Nacionais de diversos países. Por exemplo, são notórias as passagens que associam violência e devoção à nação na célebre *Marseillaise*, Hino Nacional Francês, composto em 1792, durante a Revolução:

*Allons enfants de la Patrie,
Le jour de gloire est arrivé!
Contre nous de la tyrannie,
L'étendard sanglant est levé, (bis)
Entendez-vous dans les campagnes
Mugir ces féroces soldats?
Ils viennent jusque dans vos bras
Égorger vos fils, vos compagnes!*

¹⁴⁹ CATROGA, 2010, op. cit., pp. 54-62.

¹⁵⁰ BARRIGA, 2011, op. cit., p. 18.

*Aux armes, citoyens,
Formez vos bataillons,
Marchons, marchons!
Qu'un sang impur
Abreuve nos sillons!*¹⁵¹

De forma semelhante isso também é verificável no Hino Nacional Português, composto no contexto do Ultimato Britânico de 1890. Este exigia de Portugal a retirada de suas tropas da região compreendida entre as colônias de Angola e Moçambique, acabando assim com a pretensão portuguesa de uma área colonial que ligasse os Oceanos Atlântico e Índico. A música tornou-se a marcha dos revoltosos de 31 de janeiro de 1891, o primeiro movimento revolucionário a tentar a implementação de um regime republicano em Portugal¹⁵²:

*Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar!
Contra os canhões
marchar, marchar!*¹⁵³

No Hino Nacional Argentino também são visíveis os componentes violentos do nacionalismo. Escrito em 1812, a canção evidencia também o

¹⁵¹ Modern History Sourcebook: ***La Marseillaise***. Disponível em: <<http://www.fordham.edu/halsall/mod/MARSEILL.asp>>. Acesso em: outubro de 2012.

¹⁵² “O Hino Nacional é o outro símbolo nacional definido pelo artigo 11º da Constituição. Com música da autoria de Alfredo Keil e letra de Henrique Lopes de Mendonça, A Portuguesa foi composta no rescaldo emocional do Ultimatum e tornou-se a marcha dos revoltosos do 31 de janeiro. Certamente por esse motivo, foi proibida pelo regime monárquico. A revolução de 5 de outubro acabaria por recuperá-la e, logo em 17 de novembro, o Ministério da Guerra determinava que, sempre que se executasse o hino A Portuguesa, todos os militares presentes, quando fardados, fizessem continência e, estando à paisana, se descobrissem, conservando-se de pé, em ambos os casos, até ao final da execução. Contudo, a aprovação da versão oficial só se viria a dar-se em 1957, através da resolução do Conselho de Ministros publicada no Diário do Governo, 1ª série, nº 199, de 4-9-1957. Em consequência, foi elaborada a versão para grande orquestra sinfónica, da autoria de Frederico de Freitas, e, a partir desta, a versão para grande banda marcial, pelo major Lourenço Alves Ribeiro, inspetor das bandas militares.” Presidência da República Portuguesa. **Hino Nacional**. Disponível em: <<http://www.presidencia.pt/?idc=43>>. Acesso em: outubro de 2012.

¹⁵³ Idem.

patriotismo como componente do nacionalismo, visto que anteriormente o Hino Nacional foi chamado de *Marcha Patriótica* e *Canción Patriótica Nacional*:

*Pero sierras y muros se sienten
retumbar con horrible fragor:
todo el país se conturba por gritos
de venganza, de guerra y furor.
En los fieros tiranos la envidia
escupió su pestífera hiel;
su estandarte sangriento levantan
provocando a la lid más cruel.*

*Sean eternos los laureles,
que supimos conseguir.
Coronados de gloria vivamos...
¡o juremos con gloria morir!*¹⁵⁴

Também no Hino Nacional Brasileiro, de 1831, é possível identificar os componentes “violência” e “patriotismo” dentro do nacionalismo:

Mas se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.
Terra adorada
Entre outras mil
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!¹⁵⁵

A componente de violência presente no nacionalismo, na maioria das vezes, remete a um passado mítico, ou a um futuro hipotético ou mesmo anacrônico. Trata-se de uma violência mais retórica do que prática. Mesmo que cantem o hino de seu país com lágrimas nos olhos antes de uma partida de futebol, a maior parte das pessoas não pretende, a princípio e em sua consciência, pegar em armas e marchar contra os canhões a fim de matar ou morrer pela pátria. As metáforas nacionalistas não implicam necessariamente na adoção de atitudes violentas pela população pertencente a determinada nação.

¹⁵⁴ Ministerio de Educación de la Nación. **Versiones del Himno Nacional Argentino**. Disponível em: <<http://www.me.gov.ar/efeme/diahimno/versiones.html>>. Acesso em outubro de 2012.

¹⁵⁵ Presidência da República. **Hino Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/hino.htm>. Acesso em outubro de 2012.

Na maioria dos casos, nem mesmo a parcela da população considerada como nacionalista adota a violência como uma prática normal e aceitável.

Todavia, e isto é o mais importante para o presente estudo, sob certas condições específicas, o nacionalismo pode levar determinadas pessoas a atitudes violentas. Ou, visto sob outra ótica, é possível dizer que determinada parcela da população, em um contexto favorável e sob a influência do nacionalismo, pode adotar um comportamento violento. Dentre esta parcela da população, suscetível à componente violenta do nacionalismo, certamente estão pessoas com uma predisposição para o comportamento agressivo. Contudo, como atestam algumas pesquisas, uma quantidade significativa das pessoas que abraçam a violência nacionalista é formada por indivíduos que, sem a influência do nacionalismo e do contexto favorável, seriam membros “normais” da população. Isso não significa que o nacionalismo transforma essa “boa gente” em fanáticos violentos, mas antes indica que, sem o condicionamento nacionalista tais indivíduos não encontrariam as condições e o meio favoráveis para externar tal violência:

Qualquer que seja a estrutura de valores e cognição dos indivíduos, modificar a estrutura de incentivos em que operam pode, em muitos casos com certeza, induzi-los a alterar suas ações, por passarem a calcular o sentido desejado de seus atos em função do contexto diferente. Devemos enfatizar: isso não significa que a estrutura de incentivos por si só leve as pessoas a agir, mas somente sua combinação com a estrutura de cognição e valores produzirá a ação.¹⁵⁶

As condições específicas que potencializam a violência dizem respeito aos fatores estruturais do Estado e ao nível de intensidade do nacionalismo. A utilização da violência pelo Estado, o incentivo às atitudes violentas em situações específicas, a aceitação de situações de violência em determinados contextos, o discurso político intolerante ou revanchista, a política externa agressiva, o clima de insegurança interna (mesmo que seja artificial), a instabilidade política e a

¹⁵⁶ GOLDHAGEN, Daniel Jonah. **Os carrascos voluntários de Hitler**: o povo alemão e o Holocausto. São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 29.

crise econômica são alguns dos fatores que influenciam o contexto e favorecem a manifestação da componente violenta do nacionalismo.

Sob condições estáveis, pessoas de etnias diferentes podem conviver em relativa harmonia, contudo um contexto de “insegurança interna” (por exemplo, o medo difuso do terrorismo ou o aumento nas taxas de criminalidade) podem potencializar manifestações nacionalistas que coloquem as diferentes etnias em rota de colisão. É comum que movimentos nacionalistas associem o crime com a população imigrante e o terrorismo com uma etnia específica. De maneira análoga, uma crise financeira pode provocar aumento nos índices de desemprego e formar um contexto favorável para movimentos nacionalistas que reivindiquem direitos privilegiados para a população “nativa”, em relação à população imigrante. Os imigrantes passam a ser acusados de “roubar” os empregos da população “autóctone”, e de onerar o Estado com os subsídios governamentais recebidos. Outra situação que favorece manifestações nacionalistas violentas é a utilização política do antisemitismo, explorando a existência de um repertório de mitos antisemitas difundidos em maior ou menor grau nos diferentes países.

O exemplo mais extremo disso foi o regime nazista, quando a crença em tais mitos foi o principal agente causador do Holocausto. Entretanto, o extermínio de milhões de judeus só foi possível através da combinação de diversos fatores orquestrados pelo Estado: a potencialização da crença nos mitos antisemitas através da educação e da propaganda; a deliberada política de extermínio; a ocupação militar dos territórios habitados pelos judeus; o incentivo ao nacionalismo violento direcionado contra os “inimigos do Estado”. A máquina criada pelo nazismo para que se tornasse possível o extermínio incluía a mobilização e treinamento de milhares de pessoas para executá-lo. Daniel Goldhagen demonstra como um número significativo dos perpetradores do Holocausto eram pessoas “comuns” antes do advento do nazismo, mas

tornaram-se assassinos devido à combinação de vários condicionantes específicos em um contexto favorável.¹⁵⁷

2.2. Direita Radical

A teoria de um espectro político baseado nos conceitos de “direita” e “esquerda” teve sua origem na Revolução Francesa. As raízes ideológicas do pensamento de direita devem ser buscadas no movimento contra-revolucionário, oposto às mudanças de mentalidade e às transformações sociais e políticas que caracterizaram o século XVIII. As primeiras organizações reacionárias criadas após a Revolução Francesa buscavam inspirações em autores como Jacobo Bossuet, Louis de Bonald e Joseph de Maistre. O conjunto central de ideias da direita contra-revolucionária reunia argumentos dogmáticos já difundidos desde o século anterior, como o propósito de reviver um passado mítico, o recurso a teorias da conspiração, a intolerância diante de mudanças de mentalidade e o maniqueísmo. Construída por “via negativa” – como reação às mudanças provocadas pelas novas ideias – a direita reacionária utilizava a dialética “amigo-inimigo”, o que legitimava atitudes agressivas frente aos adversários políticos.¹⁵⁸

¹⁵⁷ O livro de Goldhagen é esclarecedor em diversos aspectos, principalmente ao retirar do anonimato (ou da “voz passiva”, para usar uma expressão do autor) os perpetradores do extermínio de judeus durante o regime nazista. Todavia, Goldhagen parece subestimar o papel do nacionalismo nazista como fator condicionante fundamental para a realização do Holocausto: “*Não foram as dificuldades econômicas, os meios coercitivos de um Estado totalitário, a pressão social psicológica, ou as invariáveis propensões psicológicas, mas as ideias sobre judeus difundidas na Alemanha durante décadas que induziram alemães comuns a sistematicamente matar judeus (...)*.” GOLDHAGEN, 1997, op. cit., p. 17. É lógico que o antissemitismo foi elemento central no caso do Holocausto judeu durante o nazismo, mas a crença nos mitos antissemitas é anterior ao nazismo. Quinze anos antes da ascensão dos nazistas ao poder, os judeus alemães lutaram na Primeira Guerra Mundial em nome de sua Nação: a Alemanha. Genocídios posteriores (em Ruanda ou na Bósnia, por exemplo) não possuíam o elemento antissemita na composição de seus aspectos constituintes. As especificidades do nacionalismo nazista foram essenciais para a transformação das crenças antissemitas em uma política violenta.

¹⁵⁸ JIMENEZ, Jose Luis Rodriguez. De la vieja a la nueva extrema derecha (pasando por la fascinación por el fascismo). In: **Historia Actual Online**, n. 9, 2006, pp. 87-88. Disponível em: <<http://www.historia-actual.com>>. Acesso em dezembro de 2012.

Conforme os critérios usados por Jaroslav Krejčí, naquele momento o pertencimento a uma categoria do espectro político podia ser percebida através do seguinte comportamento direita-esquerda: (1) absolutamente monarquista; (2) representantes da aristocracia; (3) representantes dos proprietários eleitos por um sufrágio limitado (dependente das propriedades); (4) representantes dos cidadãos eleitos pelo sufrágio universal desigual; (5) representantes eleitos pelo sufrágio universal.¹⁵⁹

No plano econômico, o espectro da direita para a esquerda podia ser entendido em função dos seguintes critérios: (1) mercado regulado por guildas, e limitado nos seus efeitos pela existência de monopólios do governo e reivindicações feudais sobre o trabalho e a propriedade dos camponeses; (2) livre mercado ilimitado e totais direitos de propriedade privada, com proibições às associações que procuravam restringir as forças do mercado; (3) livre mercado submetido à regulação do governo, visando à proteção dos pobres, com a permissão de associações de trabalhadores assalariados.¹⁶⁰ Na esfera cultural, a transição direita-esquerda se dava na medida em que se estendia o espectro das liberdades pessoais: pontos de vista religiosos e políticos, expressões artísticas e estilos de vida.¹⁶¹

Sobre o conceito de “direita radical”, não existe um consenso acadêmico estabelecido. A direita radical europeia apresenta especificidades nacionais,

¹⁵⁹ KREJČÍ, Jaroslav. Concepts of right and left. In: CHELES, Luciano; FERGUSON, Ronnie; VAUGHAN, Michalina. (orgs.) **Neo-Fascism in Europe**. Londres e Nova Iorque: Longman, 1991, p. 2.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Contudo, estas classificações não são automáticas, principalmente se aplicadas ao século XX. É necessário levar em consideração que os fenômenos enquadrados no espectro político não são circulares. É mais adequado pensar em termos de um comportamento espiral. Esta leitura se faz necessária, pois o espectro político tradicional que vai da extrema-esquerda à extrema-direita pode nos confrontar com algumas situações aparentemente paradoxais. Por exemplo, o comunismo soviético é classificado como extrema-esquerda, embora tenha apresentado características que lhe aproximava dos regimes absolutistas. A implantação prática da ditadura do proletariado foi, em muitos aspectos, uma guinada para a direita, com a intenção de impor uma solução de esquerda. De forma análoga, o Fascismo italiano e o Nacional-Socialismo alemão – movimentos de extrema-direita – apresentavam pontos que os aproximavam da esquerda radical. Ver: KREJČÍ, 1991, op. cit. pp. 3-6.

contudo, possui similaridades em termos de estratégias e conteúdos. Alguns autores procuram destacar seus aspectos antidemocráticos, outros enfatizam seus argumentos racistas e xenofóbicos, enquanto alguns buscam destacar seu caráter nacionalista.¹⁶² Entretanto, a direita radical passou (e continua passando) por um processo de renovação de sua ideologia. Na prática, ela tem demonstrado uma capacidade de adaptação que a torna mais flexível do que qualquer esquema rígido de classificação proposto até agora.¹⁶³

Michael Minkenberg propõe um conceito para a expressão “radicalismo de direita” (ou direita radical), segundo o qual o termo definiria uma ideologia política ou tendência baseada em ideias ultranacionalistas direcionadas contra a democracia liberal – apesar de não necessariamente de forma direta ou explícita. O núcleo ultranacionalista do pensamento de direita radical consistiria na construção de uma filiação nacional onde critérios étnicos, culturais ou religiosos específicos, de inclusão ou exclusão, são acentuados e condensados em ideias de homogeneidade coletiva, e normalmente ligados a modelos políticos autoritários. Em outras palavras, trata-se de um modelo político “de cima para baixo” que reivindica agir em nome do povo.¹⁶⁴ Dessa forma, no presente trabalho, considera-se direita radical como uma ideologia política¹⁶⁵ ultranacionalista, cujo elemento central é o mito de uma nação homogênea.

¹⁶² ANASTASAKIS, Othon. **Extreme Right in Europe**: a comparative study of recent trends. Discussion paper n. 3, The Hellenic Observatory – The European Institute - London School of Economics & Political Science, novembro de 2000, p. 4.

¹⁶³ Adaptado de: BETZ, Hans-Georg. Contemporary right-wing radicalism in Europe. **Contemporary European History**, v. 8, n. 2, Cambridge University Press, julho de 1999, p. 305.

¹⁶⁴ MINKENBERG, Michael. The radical right in Europe today: trends and patterns in East and West. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG (eds.) **Is Europe on the “right” path?** Right-wing extremism and right-wing populism in Europe. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011, p. 38. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/do/08338.pdf>>. Acesso em janeiro de 2013.

¹⁶⁵ Neste trabalho, considera-se ideologia política como “atribuidora de sentido” para as ações, projetos e empreendimentos políticos. Ou ainda, de acordo com Pierre Ansart, “*uma ideologia política se propõe designar em traços gerais o verdadeiro sentido dos atos coletivos, traçar o modelo da sociedade legítima e de sua organização, indicar simultaneamente os legítimos detentores da autoridade, os fins que se deve propor à comunidade e os meios de alcançá-los. A ideologia política busca uma explicação sintética,*

Constitui quase uma lei fundamental: a direita radical cresce em períodos de crise econômica ou política. Por esse motivo, ela praticamente não obteve espaço na política europeia nos “Trinta Gloriosos”, os trinta anos subsequentes ao término da II Guerra Mundial, caracterizados pela prosperidade econômica do bloco capitalista.¹⁶⁶ Em momentos de crise, a direita radical dirige seus argumentos para os setores sociais decadentes, a classe média e as classes populares, das quais se considera porta-voz. A perda de prestígio desses setores amplia o potencial de aceitação das ideias da direita radical, que aponta os culpados pela situação de decadência econômica, social, moral ou política. Os culpados vão variar de acordo com o momento histórico e as especificidades nacionais, mas são recorrentes os estereótipos em relação aos políticos, judeus, imigrantes (especialmente africanos, latino-americanos e muçulmanos), homossexuais, etc.

Atualmente, a direita radical manifesta saudosismo pelo Estado de bem-estar social característico da Europa antes da onda neoliberal, da globalização econômica e das últimas vagas de imigração. O Estado ideal da direita radical deve fornecer políticas de assistência social para os seus cidadãos, sendo estes definidos por critérios étnicos.¹⁶⁷

Existem três tópicos principais que constituem os principais fatores de sucesso da direita radical: sua tentativa de fazer uso político de questões sociais; a caracterização dos políticos como uma classe de corruptos; e a defesa de uma

onde o fato particular adquire sentido, onde os acontecimentos se coordenam numa unidade plenamente significativa.” ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 36.

¹⁶⁶ Ver: ALMEIDA, Fábio Chang de. Neofascismo: uma abordagem histórica. In: Giselda Brito Silva; Leandro Pereira Gonçalves; Mauricio B. Alvarez Parada. (Orgs.). **Histórias da Política Autoritária**: Integralismos, Nacional-Sindicalismo, Nazismo e Fascismos. Recife: UFRPE, 2010.

¹⁶⁷ LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG. Introduction: An anthology about the manifestations and development of the radical right in Europe. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG (eds.) **Is Europe on the “right” path?** Right-wing extremism and right-wing populism in Europe. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011, p. 14. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/do/08338.pdf>>. Acesso em janeiro de 2013.

suposta identidade nacional.¹⁶⁸ A estes fatores podem ser acrescentados o surgimento de figuras carismáticas na direita radical, o crescimento da personalização na política, e o crescimento da alienação política geral.¹⁶⁹

Os políticos “tradicionais” são caracterizados como elitistas, corruptos, que só pensam em seus próprios interesses financeiros¹⁷⁰, ou que destinam “rios de dinheiro” para políticas de assistência aos imigrantes, esquecendo-se da população “nativa”. Um bom exemplo desse tipo de argumentação da direita radical pode ser encontrado em um panfleto de propaganda do PNR:

As políticas económicas erradas e anti-nacionais, a falta de produção e de trabalho, originaram uma pobreza que já atinge 20 % dos portugueses. O fosso entre os ricos, que ganham ordenados e reformas imorais, e os pobres cada vez mais desprotegidos, não pára de aumentar. Os impostos não param de aumentar. Não é justo que se aperte cada vez mais o cinto à volta do pescoço das famílias... O nosso dinheiro não pode servir para sustentar gente que não merece: governantes que roubam à descarada o erário público; um Estado gigante e guloso que distribui tachos aos amigos e gasta rios de dinheiro em inutilidades; uma imigração descontrolada que na maioria vive à custa de subsídios, e abusa da nossa hospitalidade... Não temos que sustentar quem não precisa nem merece!¹⁷¹

Nas situações de crise, a direita radical aproveita o sentimento difuso de frustração nutrido pelas populações em relação à política. Nesse contexto, os jovens são mais suscetíveis à recepção dos argumentos da direita radical, motivo

¹⁶⁸ Ibid., p. 12.

¹⁶⁹ IGNAZI, Piero. **Extreme right parties in Western Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2003, pp. 1-2.

¹⁷⁰ LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG, 2011, op. cit., p. 15.

¹⁷¹ “Até quando iremos permitir ladrões?” Panfleto de propaganda do PNR, disponível em: <<http://www.pnr.pt/wp-content/uploads/Folheto-Porcos-2010.pdf>>. Acesso em janeiro de 2013. Outro exemplo desse tipo de argumentação, que relaciona imigração com criminalidade e corrupção da classe política pode ser encontrada no site do partido: “*O PNR bate-se contra a imigração desregulada, contra a importação de mão-de-obra barata, contra o nivelamento por baixo dos salários, contra o aumento da criminalidade, contra a proliferação de guetos e zonas de não-direito, contra o aumento do desemprego. O PNR aponta o dedo aos governantes, que não se importam com os portugueses mas sim com o seu próprio umbigo, e que são responsáveis pelas políticas suicidas que estão a destruir Portugal.*” “Perguntas mais frequentes”. Texto publicado no site do PNR em 25 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.pnr.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=103>. Acesso em agosto de 2010.

pelo qual muitas de suas campanhas propagandísticas são voltadas para esse público específico. Dessa forma, é possível considerar que o crescimento da direita radical é, em parte, resultado da chamada “crise de representação” dos mecanismos políticos democráticos.¹⁷²

As questões de “identidade” configuram outro ponto fundamental no apelo da direita radical. Em um contexto de globalização, processos de mudanças sociais, culturais e tecnológicas são cada vez mais rápidos e comuns. Para alguns segmentos sociais, tais mudanças não são bem vindas. Isso porque os indivíduos pertencentes a determinados nichos sociais sentem-se ameaçados – mesmo que tal ameaça não seja real – pela perda de seus pontos de referência culturais, ou pelo rebaixamento de seu status diante das novas configurações culturais.

Em outras palavras, para determinados setores da sociedade, a globalização implica em processos que ameaçam a manutenção de sua identidade. Trata-se da chamada “crise de identidade e significado”, que é explorada pela direita radical através do oferecimento de uma utopia regressiva: a promessa de uma sociedade melhor, moldada nos termos de uma nação e um povo étnica e culturalmente homogêneos. “*A identidade nacional está em perigo. Corremos o risco de ter guerras étnicas em Portugal, Espanha e França*”¹⁷³, afirmou o líder do PNR, José Pinto Coelho, em entrevista concedida em 2007. Em discurso proferido no mesmo ano, Pinto Coelho pediu aos “nacionalistas” que combatessem “*os ataques à pátria que destroem sua identidade*”.¹⁷⁴ Para garantir a sobrevivência da nação e do povo, faz-se necessário identificar e marginalizar tudo aquilo que parecer “alienígena”.¹⁷⁵ De acordo com Michael Minkenberg,

O mito nacionalista, como pensamento central da direita radical, é caracterizado pelo esforço em construir uma ideia de

¹⁷² LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG, 2011, op. cit., pp. 16-17.

¹⁷³ COELHO, José Pinto *apud* PINTO, Nuno Tiago. Conhece este homem? **Sábado**, 4 de abril de 2007, p. 66.

¹⁷⁴ COELHO, José Pinto *apud* SANCHES, Andreia. Presidente do PNR diz que acredita na inocência dos “camaradas”. **Público**, Lisboa, 22 de abril de 2007, p. 8.

¹⁷⁵ *Ibid*, p. 17.

nação e pertencimento nacional através de critérios de exclusão étnicos, religiosos, culturais e políticos radicalizados, e por condensar a ideia de nação em uma imagem de homogeneidade coletiva extrema.¹⁷⁶

O mito de uma nação homogênea configura o elemento central dos argumentos da direita radical. Ela não deseja retornar aos regimes pré-democráticos como a monarquia e o feudalismo, apesar de muitas vezes idealizar um passado mítico ambientado nesses cenários. Já desde o início de século XX, percebemos a nostalgia em relação a uma sociedade idealizada perdida no passado. No Integralismo Lusitano, por exemplo, seus membros buscavam legitimar a sua concepção de “identidade nacional portuguesa” com estudos históricos que retomavam a ideia de uma sociedade orgânica com origens medievais. Para os integralistas, a história portuguesa seria a da luta entre um “localismo sadio”, vinculado com a tradição, e o estrangeirismo contaminador associado com a revolução liberal.¹⁷⁷

Um exemplo fundamental de partido político dessa categoria é a *Front National pour l'unité française* (FN), fundado em 1972 por Jean-Marie Le Pen. Nos anos oitenta, iniciou-se um período de sucesso para os grupos conservadores extremistas, e foi a partir de 1982 que a FN atingiu seus primeiros resultados eleitorais significativos.¹⁷⁸ Contudo, a FN ganhou relevância especialmente em

¹⁷⁶ “*The nationalistic myth, as the core of radical right-wing thinking, is characterized by the effort to construct an idea of nation and national belonging by radicalizing ethnic, religious, cultural and political criteria of exclusion and to condense the idea of nation into an image of extreme collective homogeneity.*” MINKENBERG, Michael. The renewal of the radical right: between modernity and anti-modernity. In: **Government and Opposition**, v. 35, n. 2, 2000, p. 175. Disponível em: <<http://www.blackwell-synergy.com/toc/goop/35/2>>. Acesso em outubro de 2012.

¹⁷⁷ PINTO, António Costa. **Os camisas azuis**: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914 – 1945). Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 28.

¹⁷⁸ Neste ano, o partido obteve uma votação relativamente expressiva na eleição municipal de Dreux (16,7% dos votos); em 1984, conseguiu 10,95% dos votos e dez deputados nas eleições europeias; e em 1986, conquistou 35 cadeiras nas eleições legislativas. Em 1988, Le Pen conseguiu notoriedade nacional ao ganhar 14,37% dos votos nas eleições presidenciais. No ano seguinte, a FN melhorou seu desempenho nas eleições europeias: 11,8% dos votos e 11 deputados. Nas eleições presidenciais de 1995, Le Pen conseguiu um percentual ligeiramente superior ao conquistar 15,15% dos votos. Ver: ALMEIDA, Fábio Chang de. **A serpente na rede**: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia

2002, quando Jean Marie Le Pen chegou ao segundo turno das eleições presidenciais contra Jacques Chirac. Apesar da derrota (17% dos votos para Le Pen, contra 86% de Chirac) a direita radical mostrava sinais de força. Em 2003, Jean-Marie Le Pen lançou sua filha – Marine Le Pen – no cenário político ao nomeá-la para um cargo executivo no partido. Marine foi eleita para o Parlamento Europeu em 2004 e para a presidência do partido em 2011. Nas eleições para a presidência da França em 2012, Marine Le Pen conquistou a terceira colocação, com 17,9% dos votos, o melhor resultado da FN em sua história (em termos percentuais).

A plataforma da FN defende uma revalorização da cultura “tradicional” diante da “invasão” de imigrantes. De acordo com o discurso da FN, o momento atual seria de uma “crise de civilizações” e perda de identidade nacional, estando a França exposta a ameaças externas e internas em função da “política de imigração sem freios” e da ausência de um serviço militar obrigatório. A ideologia da FN influenciou tremendamente a direita radical europeia a partir dos anos setenta. Por outro lado, a nova direita radical encontrou apoio teórico na ideia de “direito à diferença cultural”¹⁷⁹, propagado por movimentos como a *Nouvelle Droite* de Alain de Benoist, e o *Groupement de Recherche et d'études pour la Civilisation Européenne* (GRECE), criado em 1968 por Benoist.¹⁸⁰ Muitos líderes proeminentes da *Nouvelle Droite* e do GRECE migraram para a FN, como Pierre Vial, Yvan Blot, Jean-Claude Bardet and Jean-Yves Le Gallou. Eles levaram para a Front National o embasamento teórico que construiu as definições intelectuais do partido sobre etnicidade e anti-igualitarismo.¹⁸¹

e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 69.

¹⁷⁹ GUIBERNAU, Montserrat. **Migration and the rise of the radical right**: social malaise and the failure of mainstream politics. Policy Network Paper. Londres, 2010. Disponível em: <<http://www.policy-network.net/publications/3690/Migration-and-the-rise-of-the-radical-right>>. Acesso em janeiro de 2013.

¹⁸⁰ Ver *site* oficial do GRECE. Disponível em: <<http://grece-fr.com>>. Acesso em janeiro de 2013.

¹⁸¹ CAMUS, Jean-Yves. The extreme-right in France: redrawing of the map to be expected. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG (eds.) **Is Europe on the “right” path?** Right-wing extremism and right-wing populism in Europe. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011, p. 90.

A atual configuração da direita radical foi desenhada a partir dos anos 1980. Novos partidos emergiram e partidos antigos renovaram suas doutrinas. É possível falar em uma “nova direita radical”, que pode ser caracterizada em uma palavra: renovação. O número de partidos de direita radical da Europa Ocidental a conquistar cadeiras nos parlamentos nacionais ou europeu passou de seis (no início dos anos oitenta) para dez no final da década, chegando a quinze em meados dos anos noventa. Os votos na direita radical passaram de 4,75% na década de oitenta para 9,73% na década de noventa.¹⁸² De maneira emblemática, em 1992 o MSI elegeu Alessandra Mussolini, neta do *Duce*, para o parlamento de Nápoles. Em 2004, Alessandra elegeu-se para o Parlamento Europeu. Outro exemplo de resultados eleitorais significativos da direita radical é o partido grego Aurora Dourada, que mesmo com uma clara mimetização da estética nazista, conquistou vinte e uma cadeiras no parlamento grego (conquistando 7 % dos votos) nas eleições de 2012.¹⁸³

No início de 2007, os partidos de direita radical conseguiram reunir o número necessário de deputados para formar um “grupo parlamentar” oficialmente reconhecido no Parlamento Europeu. O grupo foi denominado “Identidade, Tradição e Soberania” (ITS) e presidido pelo francês Bruno Gollnisch, da Frente Nacional. No total, faziam parte do grupo sete deputados da FN (dentre os quais Jean-Marie e Marine Le Pen), dois italianos (sendo um deles Alessandra Mussolini), três belgas do Vlams Belang, um austríaco do FPÖ, um britânico (Ashley Mote), cinco romenos do partido da Grande Romênia, e um búlgaro do Ataka. Com esta formação – viabilizada pela entrada da Romênia e da Bulgária na União Européia – a direita radical conseguiu reunir o número mínimo de vinte deputados oriundos de pelo menos cinco países, condição necessária para a criação de um grupo parlamentar. Ao fazerem parte de um

¹⁸² IGNAZI, 2003, op. cit., pp. 1-2.

¹⁸³ Alguns autores chamam de “populismo de direita” o gênero político dos partidos da atual direita radical, como o alemão *Republikaner*, o italiano *Forza Italia*, o britânico BNP, e o canadense *Reform Party*. (Ver: MINKENBERG, 2011, op. cit., p. 40). No presente trabalho, não considera-se este conceito necessário, por ser pouco específico e altamente inclusivo. Os partidos políticos estudados nesta pesquisa, quando inseridos no jogo político constitucional, são classificados como “direita radical”.

grupo parlamentar, os deputados passam a receber uma série de privilégios, como financiamento, direito alargado de palavra e acesso aos cargos diretivos do Parlamento Europeu. O ITS apresentou uma base programática que defendia

...o reconhecimento dos interesses nacionais, das soberanias, das identidades e das diferenças, a proteção dos valores cristãos e da família e a oposição a uma Europa unitária e burocrática, ou a um superestado europeu.¹⁸⁴

No entanto, o grupo foi dissolvido em novembro de 2007 após a saída dos cinco deputados do Partido da Grande Romênia. Este abandono deveu-se a declarações de Alessandra Mussolini, acusando o povo romeno de utilizar o crime como um modo de vida: “*quebrar a lei tornou-se um modo de vida para os romenos*”, disse a deputada italiana em uma entrevista onde atacava romenos e ciganos.¹⁸⁵ Outro grupo político representativo da nova direita radical é o *Bloc Identitaire*¹⁸⁶ francês. Criado em 2003, o *Bloc* envolveu-se em diversas ações midiáticas e polêmicas, como as distribuições das *soupes identitaires*. Tais sopas eram distribuídas para a população pobre de diversas cidades francesas e intencionalmente continham carne de porco, pois assim as pessoas de origem islâmica não as poderiam consumir em função das restrições religiosas de sua dieta.¹⁸⁷

Conforme Piero Ignazi, tais partidos continuam sendo de direita radical, pois inquestionavelmente ocupam a posição mais à direita no espectro político-partidário. Todavia, passaram por uma renovação estética que retirou-lhes a explícita vinculação com o radicalismo original. Por exemplo, em 1998, Bruno Mégret, até então considerado o sucessor natural de Le Pen, deixou a Frente

¹⁸⁴ Extrema-direita consegue formar um grupo político. **Público**, Lisboa, 16 de janeiro de 2007, p. 13.

¹⁸⁵ Tal entrevista foi concedida em um contexto de aprovação de uma lei italiana que facilitava a expulsão de imigrantes, aprovada após o assassinato de uma italiana por um grupo de romenos. Ver: Neta de Mussolini provoca eurodeputados romenos. **Diário de Notícias**. Lisboa, 11 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=988839>. Acesso em junho de 2012.

¹⁸⁶ Ver *site* oficial do *Bloc Identitaire*. Disponível em: <<http://www.bloc-identitaire.com>>. Acesso em janeiro de 2013.

¹⁸⁷ Ver: <http://www.bloc-identitaire.com/files/file/Digital_Crusades_29mars2012.pdf>. Acesso em janeiro de 2013.

Nacional e fundou o *Mouvement National Républicain* (MNR), um partido que se propunha a uma plataforma política nacionalista, porém mais liberal, distanciando-se do radicalismo da FN.¹⁸⁸

Apesar disso, tais partidos não deixaram de ser antisistêmicos: embora busquem inserção no sistema eleitoral, seu discurso ataca a legitimidade do sistema democrático e a ideia de representação parlamentar. São a favor do corporativismo e de mecanismos de representação direta e personalista. São contra a ideia de pluralismo porque ela implica no ideal de harmonia social. São contra a ideia universal de igualdade de direitos. Valorizam elementos como raça, língua e etnicidade. São em certo ponto autoritários, porque consideram a autoridade supra individual e coletiva (Estado, Nação, comunidade) como mais importante que a autoridade individual. Estes elementos colocam estes partidos em conflito com os princípios básicos da democracia liberal.¹⁸⁹

Os partidos vinculados a esta categoria, ao invés de reviver o ideário tradicional da direita radical, fornecem respostas para as demandas e necessidades geradas pela sociedade pós-industrial, onde os partidos tradicionais falharam em responder. Estas demandas e necessidades convergem para a defesa de uma suposta “comunidade natural”, contra a presença poluidora estrangeira. Nesse ponto lançam mão de argumentos que apontam, em maior ou menor grau, para o racismo e a xenofobia. Respondem à crise de identidade produzida pela atomização (em nível societal), pela globalização (em nível econômico), e pelo supranacionalismo (em nível político). Além disso, o clamor por mais lei e ordem, a busca por um líder carismático, a necessidade de segurança, e a inquietação acerca dos procedimentos e mecanismos representativos expressam um desejo de uma guinada autoritária em uma sociedade onde o individualismo perturba a rede de proteção dos laços sociais

¹⁸⁸ Contudo, o MNR manteve o discurso anti-imigração. No programa de governo do partido estão explicadas as propostas para evitar a “Islamização” da França: “*Les propositions faites par le MNR pour éviter l’islamisation de la France*”. Programa de governo do MNR, disponível no site do partido na Internet: <<http://www.m-n-r.net/programme2partiech2.php>>. Acesso em fevereiro de 2007.

¹⁸⁹ Cf. IGNAZI, 2003, op. cit., p. 2.

tradicionais. E, finalmente, defendem também o retorno de padrões morais rígidos.¹⁹⁰

Tais movimentos desenvolveram um discurso contrário às democracias liberais, que condena o materialismo, o individualismo, a universalidade dos direitos humanos e o multiculturalismo. Essa construção ideológica é fundamentada em um ultranacionalismo agressivo e em axiomáticas teorias de superioridade racial. No Velho Continente, estes segmentos reivindicam o retorno a uma mítica homogeneidade europeia que eles consideram afetada pela miscigenação étnica e cultural. O resultado foi a construção de uma ideologia antisistêmica conscientemente distinta dos fascismos originais.¹⁹¹

A direita radical tem mostrado uma extraordinária capacidade de mutação. Adaptada aos novos tempos, os grupos que antes vociferavam gritos antissemitas e denunciavam a “conspiração sionista internacional”¹⁹² agora podem até mesmo apoiar organizações judaicas. Tudo porque o inimigo principal no século XXI é outro: o imigrante. Este pode ser latino-americano, africano, muçulmano ou oriental. Pode até mesmo ser oriundo da Europa: a imigração que vem dos países do leste europeu é tão indesejada quanto a imigração que vem de fora. O importante é preservar a “pureza” nacional. Uma pureza cultural e étnica que deve ser protegida contra a invasão poluidora daqueles que são diferentes. Esse é o discurso. Daí a bizarra possibilidade de antigos “neonazistas” agora buscarem apoio de organizações judaicas para lutar contra o fenômeno da “islamização” da Europa. O tema da imigração é tão central para a FN francesa, que constituiu o primeiro dos 25 capítulos do programa de governo do partido para as eleições de 2007. Tal documento é um bom exemplo do discurso anti-imigração da direita radical:

A imigração é hoje de origem planetária. Povo a França de beneficiários para quem, bem frequentemente, a única afinidade com o nosso país limita-se às vantagens materiais

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Ibid., pp. 16-17.

¹⁹² A teoria da “Conspiração Sionista Internacional” será abordada com mais detalhes no Capítulo 4.

que lhes proporcionam. Esta imigração é empurrada pelo grande patronato (...) pois lhe permite comprimir os custos salariais, e pela classe política para quem há uma clientela eleitoral fácil. Hoje, os Franceses endividam-se para financiar prestações sociais que visam responder à "miséria do mundo", cuja consequência são os déficits permanentes das contas sociais e os 2 bilhões de euros de dívida pública que ameaça, a curto prazo, de falência a Nação. (...) A proposta de uma política realista de inversão dos fluxos migratórios é para a FN uma prioridade...¹⁹³

A nova direita radical caracteriza-se mais pela "islamobobia" do que pelo antissemitismo. A geração anterior não dava tanta ênfase à questão islâmica. A discriminação contra os muçulmanos era apenas mais uma dimensão da xenofobia, não merecendo ser considerada como uma característica básica da direita radical, mas sim uma componente do discurso anti-imigração. Todavia, especialmente após o 11 de setembro de 2001, a "ameaça islâmica" tornou-se um assunto prioritário dentro do discurso da direita radical europeia e a defesa contra a *islamização* virou ponto principal de seu ideário político.¹⁹⁴ "*Não é a França que deve se adaptar ao Islã, mas o Islã que deve se adaptar à República*", diz a propaganda do *Mouvement pour la France* (MPF).¹⁹⁵ Outro

¹⁹³ "L'immigration est aujourd'hui d'origine planétaire. Elle peuple la France d'ayants droit pour qui, bien souvent, la seule affinité avec notre pays se limite aux avantages matériels qu'il leur procure. Cette immigration est poussée par le grand patronat pour qui elle est une délocalisation à domicile qui lui permet de compresser les coûts salariaux, et par la classe politique qui y voit une clientèle électorale facile. Aujourd'hui, les Français s'endettent pour financer des prestations sociales visant à répondre à la « misère du monde », avec pour conséquence les déficits permanents des comptes sociaux et les 2 000 milliards d'euros de dette publique qui menacent, à court terme, de faillite la Nation. Il ne saurait évidemment être question pour nous, au moment où les faits nous donnent raison, où l'opinion publique se dessille et où nos adversaires tentent de s'emparer du problème sans pour autant y apporter de réponses, d'abandonner notre programme ni de lui en substituer un autre. La mise en œuvre d'une politique réaliste d'inversion des flux migratoires demeure pour le Front National une priorité comme doit l'être, une fois réalisé le préalable de l'arrêt de toute nouvelle immigration, la mise en œuvre d'une nécessaire politique d'assimilation de ceux qui respectent nos lois et nos coutumes, acceptent les devoirs qui découlent des droits accordés, et considèrent la France comme leur Patrie, à l'exception de toute autre." FRONT NATIONAL. **Programa de Governo**, 2007, p. 5, disponível em: <<http://www.lepen2007.fr/pdf/Programmejmlp2007.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2007.

¹⁹⁴ ZÚQUETE, José Pedro. Novos tempos, novos ventos? A extrema-direita europeia e o Islão. **Análise Social**, v. XLVI (201), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2011, p. 654.

¹⁹⁵ "Ce n'est pas à la France de s'adapter à l'islam, mais à l'islam de s'adapter à la République." Site oficial do partido na Internet, disponível em:

exemplo é a manifestação do PNR contra a possível entrada da Turquia na União Europeia, onde o primeiro ministro de Portugal, Passos Coelho, é acusado de “promover a islamização da Europa”:

A liberdade de circulação na União Europeia provocaria uma emigração massiva de turcos rumo aos países membros mais prósperos e potenciaria o incremento do terrorismo islâmico em solo europeu. Os ensejos de Passos Coelho em acolher a Turquia no seio da União Europeia contribuiriam para a islamização crescente do chamado Velho Continente (...). Maior fornecedor de heroína para a Europa, a Turquia seria uma porta aberta ao tráfico de droga, a par da entrada de contrafacções e do tráfico humano.¹⁹⁶

A luta da direita radical contra a “islamização” da Europa adquire contornos religiosos quando é vista como uma nova cruzada da cristandade contra os muçulmanos. Os argumentos da direita radical podem falar sobre a necessidade de uma cruzada dos povos ocidentais contra a ameaça colonialista e terrorista islâmica.¹⁹⁷

2.3. Extrema-direita

Utilizando a definição de Minkenberg descrita anteriormente, pode-se considerar a “extrema-direita” como sendo um subgrupo da direita radical. A diferença da expressão “radicalismo de direita” para o termo “extremismo de direita” consiste no fato de que este inclui, necessariamente, o elemento anticonstitucional: o extremista de direita posiciona-se contra a ordem constitucional democrática, apelando mais para a violência do que para a militância político-partidária. Nesta subcategoria são incluídos os grupos

<<http://www.pourlafrance.fr/5.php>>. Acesso em fevereiro de 2007. Fundado em 1994 e liderado por Philippe de Villiers, o MPF tornou-se o segundo principal partido de direita radical da França.

¹⁹⁶ “Passos Coelho promove islamização da Europa”. Texto publicado no *site* oficial do PNR. Disponível em: <<http://www.pnr.pt/2013/05/09/passos-coelho-promove-islamizacao-da-europa>>. Acesso em maio de 2013.

¹⁹⁷ ZÚQUETE, 2011, op. cit., p. 662.

violentos estruturados de maneira autônoma ou em redes e ligados a determinadas subculturas.¹⁹⁸

A direita radical não precisa ser necessariamente anti-constitucional. Se a sua ideologia política possuir explícitos conteúdos que desafiem a constituição, ou pregue o uso da violência para atingir o poder, então ela deve ser classificada como extrema-direita. Nas palavras de Minkenberg, “*a direita radical pode ou não ser anti-constitucional ou violenta, mas a extrema-direita, como uma variante da direita radical, o é por definição.*”¹⁹⁹ Cas Mudde considera que a extrema-direita possui ao menos cinco características fundamentais: nacionalismo excludente, racismo, xenofobia, aversão à democracia, e simpatia por um Estado forte.²⁰⁰

No período estudado no Capítulo III (1910 - 1974), a direita radical se opunha ao conceito de democracia liberal e aos princípios de individualismo e universalismo. Aquela direita radical podia desejar retornar ao regime pré-democrático da monarquia, ou ainda idealizar uma nova ordem baseada em um governo corporativo autoritário. Nos períodos estudados nos Capítulos IV (1974 - 1995) e V (1995 - 2012) será possível observar claramente a clivagem que distingue a extrema-direita/direita radical, por conta de aspecto anticonstitucional e violento daquela. No imediato pós-Revolução dos Cravos, a extrema-direita se organizou em torno de movimentos paramilitares e terroristas. A partir da segunda metade dos anos 1980, testemunha-se o surgimento dos grupos *skinheads* racistas. Ao mesmo tempo, o restante da direita radical articulou-se em torno de organizações culturais e políticas.

Simultaneamente à atuação dos partidos políticos da direita radical, existe um grande número de pequenas organizações que muitas vezes – por conta da

¹⁹⁸ Adaptado de: MINKENBERG, 2011, op. cit., p. 40.

¹⁹⁹ “*Right-wing radical ideas need not be anti-constitutional per se, as the example of the practice of slavery and racial segregation in the American South under the Constitution demonstrates. If this ideology contains an explicit challenge to the constitution of a liberal democracy, or if it advocates the use of violence to achieve its political goals, then it will be termed right-wing extremist.*” MINKENBERG, 2000, op. cit., p. 175.

²⁰⁰ MUDDE, Cas. **The ideology of the extreme right**. Manchester: Manchester University Press, 2002, p. 17.

utilização recorrente da violência – podem ser classificadas como de extrema-direita. Conforme Roger Griffin, tais organizações sofreram modificações nas últimas décadas que são suficientemente profundas para caracterizar um novo gênero político, que ele chama de “direita grupuscular”. Para Griffin, no contexto contemporâneo, a direita grupuscular é formada por pequenas entidades políticas (grupúsculos) formadas para buscar objetivos ideológico-revolucionários, organizacionais ou ativistas de oposição à “decadência” do sistema democrático liberal. Tais entidades são frequentemente meta-políticas e nunca primariamente político-partidárias, embora seus seguidores possam militar em um partido da direita radical. Geralmente possuem um número pequeno de membros ativos, uma mínima visibilidade (exceto quando envolvem-se em algum evento midiático) e pouco, ou nenhum, apoio da opinião pública. Mesmo assim, a direita grupuscular adquire importância através da facilidade com que suas organizações podem ser associadas com outros pequenos grupos. Tais grupúsculos são suficientemente alinhados tática e ideologicamente para complementar as atividades uns dos outros.²⁰¹ Com a Internet, o potencial para construir essas redes em nível nacional e internacional foi aumentado significativamente.

Na direita grupuscular, o número de militantes não é um fator de fundamental importância. Essa é uma diferença básica entre a direita grupuscular e a tradicional: a importância dos novos e pequenos grupos extremistas não deve ser avaliada em função do seu potencial para acarretar uma massa de seguidores e se tornar uma força eleitoral ou revolucionária, mas sim pela capacidade de se alinhar com outros grupos e formar uma rede coesa. Os grupúsculos de extrema-direita combinam a autonomia organizacional com a habilidade para criar ligações informais com outras entidades. Dessa forma, caracterizam-se por configurar um movimento de certa maneira rizomático²⁰², por ser descentralizado (ou policêntrico), não-hierárquico e com fronteiras fluidas.²⁰³

²⁰¹ GRIFFIN, Roger. From slime mould to rhizome: an introduction to the groupuscular right. **Patterns of Prejudice**, v. 37, n.1, Routledge, 2003, p. 30.

²⁰² Cf. conceito de rizoma apresentado no Capítulo I.

²⁰³ Cf. GRIFFIN, 2003, op. cit., p. 30 e pp. 34-35.

Embora muitos grupúsculos possuam líderes conhecidos, a rede formada atua a partir do princípio de células autônomas, não possuindo uma liderança central identificável.

Para Griffin, a direita grupuscular configura uma espécie de contracultura em crescimento, adaptada para a tarefa de perpetuar o extremismo revolucionário. Em sociedades de relativa estabilidade política, trata-se de um movimento ideologicamente utópico em termos pragmáticos.²⁰⁴ Cada grupúsculo possui suas especificidades individuais, alguns são altamente especializados, contudo, a maioria partilha uma mistura de três atividades principais: elaboração e divulgação ideológica; coordenação e articulação com outras organizações; e planejamento e execução de atos de protesto ou de subversão contra o sistema, ou de agressão contra inimigos ideológicos.²⁰⁵ Em Portugal, a principal organização de extrema-direita grupuscular é a *Portugal Hammerskins* (PHS).²⁰⁶

Confrontos de rua, emboscadas, atentados, ameaças, pichações em muros, violações de tumbas em cemitérios e divulgação de material ofensivo são algumas das formas de intimidação utilizadas pelos grupúsculos de extrema-direita. Muitas vezes, o recurso à esse tipo de violência é praticado por jovens identificados com a subcultura *skinhead*. A origem do movimento *skinhead* remonta ao proletariado da Inglaterra dos anos 1960. Após a Segunda Guerra Mundial, os segmentos operários britânicos passaram por uma década de relativa prosperidade. Contudo, em meados de 1960 instaurou-se uma crise econômica que, na prática, dificultava a ascensão social, em especial das categorias de trabalhadores.

Diante do contexto de relativa imobilidade social, os *skinheads* buscavam sua auto-afirmação enquanto proletários. Os *skins* tinham um visual que os diferenciavam de outros grupos juvenis da época. Usavam roupas que lembravam o uniforme dos operários, ou seja, calças, botas, jaquetas e

²⁰⁴ Ibid, p. 30.

²⁰⁵ Ibid, p. 42.

²⁰⁶ A PHS será estudada no Capítulo 5.

suspensórios, além do corte de cabelo muito curto ou raspado à máquina. Para ser mais específico, a bota *skinhead* original era da marca “*Doctor Martens*”, item essencial do vestuário dos setores operários britânicos antes dos anos 1960, e hoje cultuada como ícone de subcultura.²⁰⁷ É interessante frisar que a vestimenta *skinhead* não tem origem militar, como alguns podem afirmar erroneamente. Se a bota de operário foi substituída por coturno de uso militar, isso deu-se em um momento posterior, evidenciando uma fragmentação ideológica do movimento original.

Ao longo dos anos 1960-70 a subcultura *skinhead* desenvolveu-se em oposição a outro movimento nascido na mesma época. Os anos sessenta testemunharam a ascensão das ideologias pacifistas, do *flower power* e da liberdade sexual pregadas pelo movimento *hippie*. Os *hippies* contestavam os valores tradicionais da burguesia, o nacionalismo, defendiam a não-violência e pregavam o amor livre. Sua identidade visual caracterizava-se por cabelos e barba compridos e roupas coloridas de inspiração oriental.

Desde sua gênese, o movimento *skinhead* posicionou-se como a antítese do movimento *hippie*. Outras características além da vestimenta e do corte de cabelo diferenciavam *hippies* e *skinheads*. Enquanto estes formavam um movimento essencialmente proletário, os *hippies* tinham forte presença de elementos dos setores sociais médios. Os *skinheads*, além de cultuarem a virilidade e usarem a violência como forma “legítima” de manifestação, de forma geral adotaram um posicionamento de intolerância com relação ao homossexualismo e condenaram com veemência o uso e o tráfico de drogas (embora consumissem álcool em doses generosas). Dick Hebdige caracteriza o movimento como proletário, agressivo, puritano e chauvinista.²⁰⁸

Nos seus primórdios, o movimento *skinhead* não era racista e não possuía vinculações com a extrema-direita. São apontadas duas fontes principais para a identidade *skinhead* original: 1) a cultura dos grupos de jovens imigrantes negros

²⁰⁷ Ver: HEBDIGE, Dick. *Subculture: the meaning of style*. Londres: Routledge, 1991, p. 55.

²⁰⁸ Idem, p. 55.

das Antilhas (conhecidos como *rude-boys* ou *ruddies*); e 2) a cultura dos setores operários ingleses.²⁰⁹ A influência negra nos primórdios do movimento verifica-se pelas preferências musicais do grupo. Os *skinheads* originais estavam associados a dois estilos musicais vindos da Jamaica: o *reggae* e o *ska*.

A aproximação de setores *skinheads* com a direita radical remonta ao final da década de 1960, quando o *National Front* inglês investiu recursos na atração do público jovem. O contexto era favorável para o partido construir seu discurso extremista: a xenofobia crescente diante da imigração; a recessão econômica e uma sensação de crise de identidade nacional.²¹⁰ Em 20 de abril de 1968, em Birmingham, Enoch Powell proferiu seu famoso discurso xenofóbico e racista conhecido como “*Rivers of Blood Speech*”, considerado um marco no engajamento de setores da direita radical europeia com a xenofobia. Tal discurso continha os principais argumentos que a direita radical europeia exploraria nas décadas seguintes. Nele, Powell fez referência à Eneida de Virgílio: “*como os romanos, eu vejo o Rio Tibre espumando em sangue*”²¹¹, sendo daí a origem da expressão pela qual ficou conhecido. No discurso, Powell citou um anônimo trabalhador inglês, “*homem decente e comum*”²¹², que teria afirmado:

Eu tenho três crianças, todas na escola e dois filhos casados, com família. Eu não estarei satisfeito enquanto não retirar todos eles do país. Neste país em um tempo de 15 ou 20 anos o homem negro terá a mão do chicote sobre o homem branco.²¹³

²⁰⁹ Ibid., pp. 55-56.

²¹⁰ COSTA, Márcia Regina da. **Os “carecas do subúrbio”**: caminhos de um nomadismo moderno. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 31.

²¹¹ POWELL, Enoch. **The Blood River Speech**. Texto original integral do discurso proferido em 20 de abril de 1968. Disponível em <<http://www.telegraph.co.uk/comment/3643823/Enoch-Powells-Rivers-of-Blood-speech.html>>. Acesso em março de 2013.

²¹² Ibid., p. 1.

²¹³ “*I have three children, all of them been through grammar school and two of them married now, with family. I shan't be satisfied till I have seen them all settled overseas. In this country in 15 or 20 years' time the black man will have the whip hand over the white man.*” POWELL, 1968, op. cit., p. 1.

Em seguida, Powell comentava a afirmação e defendia a imediata suspensão da entrada de imigrantes, bem como a repatriação daqueles que já viviam na Inglaterra. Seus argumentos para justificar tais políticas convergiam para o pensamento xenofóbico de setores da população européia:

Eu simplesmente não tenho o direito de ignorá-lo. O que ele está dizendo, milhares e centenas de milhares estão dizendo e pensando (...) Em 15 ou 20 anos, nas tendências atuais, haverá neste país uma comunidade de três e meio milhões de imigrantes e seus descendentes. (...) Nós devemos estar loucos, literalmente loucos, como nação, para permitir a entrada anual de 50 mil dependentes, que são na maior parte o material do futuro crescimento da população de imigrantes. É como assistir uma nação profundamente engajada em acender sua própria tocha funeral.²¹⁴

Estes argumentos atraíram setores do operariado que buscavam resistir à crise e à marginalização, reforçando sua identidade e mantendo certa unidade social e cultural.²¹⁵ Nesse contexto, segmentos juvenis vinculados ao movimento *skinhead* foram atraídos para partidos como o *National Front* e o *Conservative Party*, adotando um engajamento político ausente no passado.

Nos anos 1970, esses jovens modificaram visualmente o padrão original *skinhead* ao passarem a utilizar tatuagens com símbolos nazistas e saudarem-se em público com o “*Heil Hitler*”. A partir de 1978, o *National Front* criou uma organização de sucesso chamada *Rock Against Communism* (RAC), que apoiava bandas de tendência “nazifascista” e ultranacionalista. O RAC surgiu como contraposição ao *Rock Against Racism*, evento realizado em 1978 na cidade de Londres e que reuniu bandas anti-racistas, inclusive de tendência

²¹⁴ “I simply do not have the right to shrug my shoulders and think about something else. What he is saying, thousands and hundreds of thousands are saying and thinking (...) In 15 or 20 years, on present trends, there will be in this country three and a half million Commonwealth immigrants and their descendants. (...) We must be mad, literally mad, as a nation to be permitting the annual inflow of some 50,000 dependants, who are for the most part the material of the future growth of the immigrant-descended population. It is like watching a nation busily engaged in heaping up its own funeral pyre. (...) To be integrated into a population means to become for all practical purposes indistinguishable from its other members. Now, at all times, where there are marked physical differences, especially of colour, integration is difficult though, over a period, not impossible.” POWELL, 1968, op. cit., pp. 1-5.

²¹⁵ COSTA, 1993, op. cit., p. 31.

skinhead. Atualmente, a expressão *Rock Against Communism* é utilizada para classificar o estilo musical das bandas de tendência ultranacionalista.

Após a Copa do Mundo de 1966, realizada na Inglaterra, grupos *skinhead* infiltraram-se em torcidas de futebol. Os chamados *hooligans*, torcedores ingleses com comportamento violento, são compostos de uma parcela significativa de *skinheads*. O futebol faz parte da cultura *skin*, mas é necessário afirmar que nem todo *skinhead* é um *hooligan*, e nem todo *hooligan* é um *skinhead*.²¹⁶ A partir da década de 1970 e 80 a presença de grupos extremistas de direita, racistas e xenófobos, infiltrados em torcidas de futebol passou a ser visível em outros países europeus como Bélgica²¹⁷, França, Itália²¹⁸ e Portugal.²¹⁹

Dessa forma, a facção *skinhead white power* desenvolveu-se adotando referenciais abertamente nazifascistas e pregando o ódio contra negros, judeus, ciganos, homossexuais e imigrantes. Alguns são nacionalistas, enquanto outros substituem o nacionalismo pela adesão a movimentos separatistas. Acreditam na “conspiração sionista internacional”, a qual pretendem combater. Os *skinheads* ligados à supremacia branca acreditam na superioridade da “raça ariana” e são, via de regra, adeptos do negacionismo histórico.

O negacionismo pode ser considerado uma subdivisão do revisionismo histórico, que procura reescrever a história negando o holocausto judeu. De forma mais abrangente, o revisionismo histórico constitui um movimento pseudo-acadêmico que procura reescrever a história relativizando determinados elementos do nazi-fascismo. Na década de 1960 foi estruturada uma corrente de pensamento em torno de historiadores como Joachim Fest e Andreas Hillgruber. O movimento que tomou forma nesse momento pode ser considerado como o “revisionismo clássico”, e representou a primeira fase do revisionismo histórico

²¹⁶ Ibid., p. 25.

²¹⁷ Ibid, p. 26.

²¹⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Neonazismo: o renascer da besta. In: PINSKY, Jaime; PINSKI; Carla Bassanezi (orgs.). **Faces do fanatismo**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 139.

²¹⁹ A infiltração da extrema-direita nas torcidas de futebol em Portugal será comentada no Capítulo 5.

acerca da 2ª Guerra Mundial. Na maioria dos casos, o revisionismo clássico caracterizava-se por uma tentativa de relativização do nazi-fascismo. Com esta orientação, procurava-se mitigar o nazismo alemão, não diferenciando os crimes da extrema-direita dos crimes da extrema-esquerda. Por exemplo, de acordo com Joachim Fest, não haveria diferença qualitativa entre as câmaras de gás nazistas e os fuzilamentos em massa promovidos pelo NKVD soviético.²²⁰

O revisionismo e o negacionismo conseguem atingir um grande número de leitores porque, muitas vezes, seus simpatizantes não têm necessariamente vinculação com a direita radical. Podem ser “pessoas comuns”, de diversas orientações ideológicas, que sentem-se atraídas pela sedução de uma “história oculta”, pelo fascínio da possibilidade de uma “verdade além do aparente”, fora da influência dos “vencedores da guerra” ou dos envolvidos na “grande conspiração”.

Os negacionistas não constituem um movimento acadêmico ou historiográfico, embora apresentem-se como tal: “*Não pode ser censurável questionar a precisão de afirmações científicas e tentar negar a sua validade*”, afirma um texto português de defesa do negacionismo. Portanto, não poderia ser censurada “*uma aproximação céptica das concepções que prevalecem sobre o Holocausto, se tal for feito objectivamente*”.²²¹

Entretanto, o negacionismo baseia-se em pesquisas falsas ou deturpadas e usa mais a linguagem panfletária do que a metodologia científica. Trata-se de um discurso impregnado com uma pesada carga ideológica travestida em forma de ciência. A vertente negacionista desenvolveu-se principalmente na Alemanha, Estados Unidos e França, logo após o final da Segunda Guerra. Já em 1948, o

²²⁰ FEST, Joachim *apud* TRAVERSO, Enzo. La singularidad de Auschwitz - hipótesis, problemas y derivaciones de la investigación histórica. Buenos Aires: **Revista Nuestra Memória**, n. 22, 2003. Apesar das críticas ao relativismo exagerado, é possível considerar que esta primeira fase do revisionismo geralmente manteve-se dentro dos limites acadêmicos, não assumindo explicitamente posicionamentos antisemitas ou de negação do holocausto.

²²¹ “Revisionismo – método científico ou dogma negacionista?” Texto publicado em 10 de outubro de 2008 no *blog Mito & Realidade*. Disponível em: <<http://cidadino.blogspot.com.br/2008/10/revisionismo-mtodo-cientifico-ou-dogma.html>>. Acesso em outubro de 2012.

francês Maurice Bardèche publicava em Paris a obra “*Nüremberg où la Terre Promise*”, onde lançava a idéia de que os crimes nazistas eram uma farsa. Para Bardèche, as câmaras de gás serviam apenas para “desinfecção”, e não para o extermínio. Apesar de ser uma obra pioneira, o livro tende a ser ignorado pelos negacionistas atuais, devido ao alto comprometimento ideológico de seu autor, um fascista militante.²²² Todavia, o desenvolvimento do negacionismo viria a ganhar impulso na década de 1960. Foi importante neste processo a editora francesa *La Vieille Taupe*, fundada por Pierre Guillaume em 1965. Inicialmente de orientação trotskista, a editora rompeu com o comunismo no final da década de 1960 e gradualmente foi afastando-se da esquerda.²²³

Paul Rassinier foi o primeiro negacionista a obter ampla repercussão na opinião pública. É considerado o pai do negacionismo, sendo pioneiro na construção de teorias que negam a existência de câmaras de gás nos campos de concentração nazistas. É autor dos livros “A Mentira de Ulisses”, “O drama dos judeus europeus”, “Operação Vicário”, e “Os responsáveis pela Segunda Guerra Mundial”, publicados originalmente pela editora *La Vieille Taupe*. Durante a 2ª Guerra, o autor francês foi prisioneiro no campo de concentração de Buchenwald. Em suas obras, Rassinier afirma que os sobreviventes “exageram” nos relatos sobre a realidade dos campos e que os responsáveis pelas condições degradantes seriam os próprios prisioneiros, e não os nazistas. Com a morte de Rassinier em 1967, o principal expoente do negacionismo passou a ser o também francês Robert Faurisson. Este autor radicalizou ainda mais as teses de Rassinier, fazendo uso de “documentos” como os Protocolos dos Sábios do Sião, chegando ao ponto de reduzir o holocausto a um mero discurso propagandístico dos vencedores da guerra. A *La Vieille Taupe* passou a publicar também os livros de Faurisson. Diante de uma forte reação contrária ao negacionismo, em 1980 o lingüista Noam Chomsky prefaciou o livro “*Memoire en defense contre ceux qui maccusent de falsifier lhistoire*”, de Robert Faurisson, defendendo o direito de Faurisson publicar suas idéias. Embora nunca tenha defendido as teorias negacionistas abertamente, (apenas o direito de que fossem

²²² VIDAL, César. **La revisión del holocausto**. Madri: Anaya & Mario Muchnik, 1994, p. 17.

²²³ JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória**: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003). São Paulo: UNESP, 2006, pp. 37-38.

publicadas), a polêmica envolvendo Chomsky serviu para que Faurrison e outros negacionistas se tornassem mais conhecidos.²²⁴

Os negacionistas esforçam-se em construir um discurso que atribui uma aura de heroísmo ao seu trabalho. Muitas vezes o negacionismo assume caráter de “ciência perseguida”, e seus agentes enfatizam as restrições impostas em muitos países às suas publicações. Conforme um texto português de defesa do negacionismo, “*existem grupos extremamente poderosos que estão determinados a esconder todas as considerações críticas do Holocausto.*”²²⁵ O texto, publicado no *blog* “Mito & Realidade”, utiliza outros argumentos desse tipo:

Nos países de expressão Alemã, expressar publicamente dúvidas sobre o Holocausto é uma ofensa punida com penas de prisão. Só isto deveria ser suficiente para estimular a suspeita de qualquer pessoa que tenha a capacidade de pensar de forma crítica. Isso dever-nos-ia fazer questionar sobre o porquê duma tal necessidade drástica em manter inquestionável este «episódio» após a Segunda Guerra Mundial. Pode-se negar livremente o lançamento pelas tropas americanas de duas bombas atômicas em Hiroxima e Nagasaki. Pode-se negar livremente o bombardeamento de Dresden (que provocou cerca de 300.000 mortos) pelas Forças Aéreas Aliadas. Podem-se negar livremente os genocídios do Ruanda, do Burundi, da Ucrânia, de 90% de todos os índios de norte a sul do continente americano, ou qualquer outra limpeza étnica da história humana. Quem negar qualquer uma destas chacinas, receberá apenas em troca um sorriso trocista ou paternalista, talvez acompanhado de uma explicação condescendente. Mas não se pode questionar um único pormenor do Holocausto Judeu. Porquê?²²⁶

²²⁴ EATWELL, Roger. The holocaust denial: a study in propaganda technique. In: CHELES, Luciano; FERGUSON, Ronnie; VAUGHAN, Michalina (orgs.). **Neo-Fascism in Europe**. Londres e Nova York: Longman, 1991, p. 121.

²²⁵ Revisionismo – método científico ou dogma negacionista? Op. cit.

²²⁶ Idem.

De forma semelhante, a enciclopédia *online* de direita radical *Metapedia*²²⁷ enfatiza a “perseguição” aos negacionistas no verbete que define “Revisionismo Histórico”:

O revisionismo histórico ou simplesmente revisionismo, é o estudo e reinterpretação da história. A palavra "Revisionismo" deriva do Latim "revidere", que significa ver novamente. Refere-se à reinterpretação de factos históricos à luz de novos dados, ou novas análises mais precisas. O revisionismo presuppõe que entre os historiadores, ou o público geral, existe uma forma geralmente aceite de entender um acontecimento ou um processo histórico e que há razões para a pôr em dúvida. (...) Os defensores da "história oficial" acusam a alguns revisionistas de divulgar um "revisionismo não académico" ou pseudocientífico e acusa a quem o pratica de lhe dar um uso político à história. (...) Às vezes, o simples passo do tempo permite mudar a perspectiva à comunidade de historiadores, pois um ponto de chegada diferente convida a avaliar de forma nova a trajectória histórica passada. O revisionismo histórico também desmascara o "Holocausto", expressão usada para atribuir aos campos de concentração do regime nacional-socialista a prática planejada do extermínio em massa de judeus e outras minorias. Atualmente já se logrou provar que as acusações de extermínio, alegadamente através de câmaras de gás, são inverídicas comprovadamente por sua inviabilidade técnica na forma propagada, tendo as supostas provas sido falseadas ou produzidas artificialmente através de torturas. (...) Em vários países da Europa, o Revisionismo do Holocausto é considerado um crime grave. Em França, as pessoas podem ser levadas para a prisão até três anos; na Suíça, até três anos; na Alemanha assim como em Israel até cinco anos; na Áustria, é possível a prisão até 10 anos. No entanto, se olharmos para situação legal, temos que insistir que, teoricamente, o Revisionismo do Holocausto deveria ser perfeitamente legal em todos estes países.²²⁸

Como visto no excerto acima, o termo “história oficial” é seguidamente utilizado pelos revisionistas para caracterizar a história académica, não-revisionista. Em última análise, toda a produção historiográfica aceita pela comunidade académica internacional pode ser chamada de “história oficial” pelos revisionistas. No *blog* português “Mito & Realidade”, o princípio segundo o qual “a história é escrita pelos vencedores” é associado com os argumentos de que “a

²²⁷ Enciclopédia eletrônica com orientação ideológica voltada à direita radical. Usa formato semelhante ao inaugurado pela *Wikipedia*, onde os usuários podem editar o conteúdo dos verbetes.

²²⁸ Verbetes “Revisionismo Histórico” na enciclopédia **Metapedia**, Disponível em: <http://pt.metapedia.org/wiki/Revisionismo_histórico>. Acesso em setembro de 2014.

revisão da história só é possível quando o confronto entre vencedores e vencidos deixe de existir”, de que “os institutos históricos não são livres e independentes”, pois dependem de financiamento dos governos, o que automaticamente os vinculariam a uma “história oficial”:

Quanto ao passado recente, a tese da verdade suprema "a história é escrita pelo vencedor" mantém-se; mas o vencedor raramente é objectivo. A revisão da história dos vencedores não é normalmente possível até que a confrontação dos vencedores com os vencidos tenha deixado de existir; e por vezes este confronto dura séculos. Já que a historiografia tem uma importância monetária insignificante, quase todos os institutos históricos são financiados pelos seus respectivos governos. Institutos históricos livres e independentes são praticamente inexistentes. Na história contemporânea, na qual cada governo possui grandes interesses políticos, deve haver cepticismo em relação à historiografia oficial dos países.²²⁹

Tendo fracassado na maior parte do mundo a tentativa de se construir uma classe acadêmica de “especialistas”,²³⁰ atualmente a estratégia do negacionismo é buscar inserção entre as “pessoas comuns”. A intenção é disseminar a dúvida e fomentar a insegurança. A circulação restrita – muitas vezes clandestina – de livros e as aparições esporádicas na mídia tradicional (jornal, rádio e televisão) são complementadas por uma propaganda massiva através da Internet. A circulação das ideias negacionistas em Portugal é restrita a alguns grupos específicos, como alguns *skinheads* adeptos da supremacia branca. A não utilização do negacionismo como um argumento recorrente da direita radical portuguesa pode ser entendido, em parte, em função da “islamofobia”, já comentada anteriormente, que desvia o foco do “inimigo judeu” para o “invasor islâmico”.

Assim como os negacionistas, os *skinheads* de extrema-direita utilizam uma definição binária de identidade. De forma semelhante aos nazistas originais,

²²⁹ Revisionismo – método científico ou dogma negacionista?, op. cit.

²³⁰ O *Institute for Historical Review* (IHR), criado em 1978 nos EUA, talvez possa ser considerado a experiência acadêmica mais efetiva do revisionismo. Ver: VIDAL, César, 1994, op. cit., pp. 109-125.

eles dividem o mundo entre “nós e eles”, amigos e inimigos.²³¹ Todavia, é necessário enfatizar: em suas origens nos setores operários, os *skinheads* não adotavam componentes nazifascistas, embora já apresentassem traços de xenofobia como característica. O surgimento do movimento coincide com um contexto de alta imigração para a Europa, onde os cidadãos oriundos principalmente da Ásia e África passaram a ocupar vagas no mercado de trabalho subalterno tradicionalmente dominado pela mão-de-obra autóctone. Isto gerou a grande contradição da história *skinhead*: nos primórdios o movimento estava ligado à cultura dos imigrantes antilhanos. Ao mesmo tempo, tinha como característica a defesa do território contra os “invasores” estrangeiros.²³²

Os grupos *skinhead* fiéis às raízes do movimento não pregam o ódio racial nem utilizam critérios étnicos na seleção dos membros do grupo. Como exemplos atuais de *skinheads* não identificados com o *white power* podemos citar, os *redskins* (*skinheads* de extrema-esquerda), as tendências RASH²³³ (*skinheads* antifascistas), SHARP²³⁴ (*skinheads* antiracistas) e *anarcoskins* (*skinheads* anarquistas). Estas correntes do movimento denominam, de forma pejorativa, os *white powers* como “*boneheads*”.²³⁵ Os antiracistas não consideram os *boneheads* e como verdadeiros *skinheads*. O texto a seguir, retirado do *site* de um grupo RASH da Argentina, é ilustrativo a esse respeito:

Desde hace ya muchos años se esta demostrando ke los skinheads no son akellos nazis ke muestran los medios masivos de informacion. (...) Esta nueva tendencia fue mucho más interesante para los medios de comunicación. Marcados con la imagen de servidores de la extrema derecha, el movimiento se difunde por Europa y el mundo, gracias de nuevo a los medios de, desinformación. Estos cabeza huecas, que nosotros llamamos boneheads, son nazis, racista,

²³¹ FANGEN, Katrine. Right-wing skinheads- Nostalgia and binary oppositions. In: *Young - Nordic Journal of Youth Research*, v. 6, n. 9, 1998, p. 33. Disponível em <<http://you.sagepub.com/cgi/reprint/6/3/33>>. Acesso em setembro de 2007.

²³² COSTA, 1993, op. cit., p. 28.

²³³ RASH: “*Red and Anarchist Skinheads*”.

²³⁴ SHARP: “*Skinheads Against Racial Prejudice*”.

²³⁵ “*Bonehead*”: na língua inglesa, gíria usada para designar alguém com idéias fixas, teimoso, tolo, estúpido.

*seguidores de la última moda, supuestamente, de cosas acordes con la juventud actual como la disciplina, el integrismo católico, la desigualdad, los líderes etc. Son los que van en grupo, visten paramilitar y van dando palizas a gente que no sigue sus ideas. (...) Lo importante es la difusión, ya que muchas personas quieren participar de la escena Punk & Skin y por ignorancia caen bajo el engaño de los fascistas. (...) Gracias al esfuerzo de muchas personas se esta revirtiendo la imagen de los SkinheadS para volver a nuestro orígenes multiraciales, obreros, y de barrio explicando al que desconoce y educando a todos esos Boneheads que difaman consiente o inconscientemente nuestro glorioso movimiento...*²³⁶

No discurso a seguir, manifestação de um *skinhead* antiracista em uma discussão no *site* do Centro de Mídia Independente Brasil (CMI), também são percebidas as contradições internas do movimento *skin*:

...parem com esse negócio de chamar esse White Power (...) de skinheads. Só porque eles tem a cabeça raspada isso não faz deles skinheads. Será possível que é tão difícil entender que (explicando pela milésima vez...) o movimento skinhead surgiu nos anos 60, na Inglaterra, da união de jovens ingleses de origem operária com IMIGRANTES jamaicanos NEGROS? (...) será que não dá pra entender que esse fato por si só torna incoerente e inconsistente o fato de racistas nazistas safados serem considerados skinheads? Chamem esses caras de boneheads, não de skinheads!²³⁷

A origem proletária e a influência negra dos primórdios do movimento são reverenciadas pelos *skinheads* anarquistas, como podemos comprovar nas palavras de um *anarcoskin* na página do CMI:

O visual skinhead não tem nada a ver com "origem militar". O movimento skinhead tem uma origem PROLETÁRIA, e o visual skinhead nada mais é do que um reflexo disso. Os skinheads não usam COTURNOS militares! Usam BOTAS operárias! Igual qualquer trabalhador da construção civil usa botas! O visual skinhead é totalmente inspirado no visual da "Working Class" (Classe Operária) da Inglaterra dos anos 60. Sabem

²³⁶ Texto publicado no *site* **Los Skinheads Antifascistas Argentinos**. Disponível em: <http://ar.geocities.com/skinhead_antifascistas/argentina.html>. Acesso em janeiro de 2008.

²³⁷ "Manifesto Anti-Fascista". Texto publicado no *site* **Centro de Mídia Independente Brasil**. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/08/325626.shtml>>. Acesso em maio de 2007.

qual a origem dos cabelos raspados? A ORIGEM É NEGRA, É JAMAICANA!²³⁸

Estes referenciais não são compartilhados pelos *skinheads* de tendência *white power* e nacional-socialista. Através da letra da música “S.H.A.R.P.”, da banda NS argentina *Acción Radical*, é possível perceber a tentativa de auto-afirmação através da diferenciação do “outro”. Para os *skinheads* NS, os SHARPs são a deturpação do movimento:

*Son un producto del sistema
que no tiene identidad
son la escoria comunista
que hay que eliminar
con sus mentiras no muy lejos llegarán
porque el skinhead
es fascista y siempre lo será.*

*Contra el sharp
acción radical
contra el sharp acción radical. (...)*

*Son unos drogadictos
que nos quieren imitar
pero como nosotros
ellos nunca serán
invento de un judío
que nos quiere molestar
negros antifascistas!
los vamos a matar. (...)*²³⁹

É visível a tentativa de construção de uma legitimidade por meio de um suposto pioneirismo (“*nos quieren imitar*”). Através da música, os *skins* de inspiração nazista da *Acción Radical* procuram identificar os SHARPs com os elementos fundamentais de seu ódio. A música revela as características básicas do movimento *skinhead* NS: anticomunismo (“*son la escoria comunista*”); antisemitismo (“*invento de un judío*”) e racismo (“*negros antifascistas*”). Além disso, é ressaltada a suposta diferenciação moral entre os dois grupos: “*Son unos drogadictos que nos quieren imitar pero como nosotros ellos nunca serán.*”

²³⁸ Idem.

²³⁹ “Algunas letras de Acción Radical”. Tópico criado em 16 de abril de 2007, no **Foro Nacional Socialista** – “Basta de censuras hacia nuestro ideal”. Disponível em <<http://www.14ns88.creatuforo.com/ver-tema-2-.html14ns88>>. Acesso em outubro de 2007.

Uma análise superficial pode inverter os papéis e colocar estes *skins* anti-racistas como exceções, ou deformações do movimento. É o caso, por exemplo, da análise jornalística do periódico *La Nación*, ao abordar o tema dos *skinheads* argentinos: “*Aunque resulte paradójico y hasta absurdo, esta agrupación, que cuenta con miles de miembros en todo el mundo, ha llegado a formar tantas variantes que una de ellas se manifiesta en contra de la discriminación.*”²⁴⁰

Na segunda metade da década de 1970, em um cenário de modernização que descaracterizava os valores proletários tradicionais, houve um declínio da subcultura *skinhead*. Nesse cenário surgiu o movimento *punk*, outra subcultura significativa para a história *skinhead*. Sob a influência de bandas como os *Sex Pistols*²⁴¹, os *punks* ingleses contestavam o imperialismo e a sociedade de consumo. Com o passar do tempo, o movimento *punk* dividiu-se em vários segmentos. Nos primórdios, *punks* e *skinheads* tinham características em comum. Além do corte de cabelo raspado à máquina, ambos compartilhavam preferências musicais semelhantes, frequentavam os mesmos lugares e desprezavam os valores burgueses. Contudo, a fragmentação ideológica das duas subculturas acabou afastando e, em certas circunstâncias, tornando *punks* e *skinheads* inimigos mortais.²⁴²

2.4. O Fascismo

Ao longo do tempo, a historiografia mostrou dificuldade para encontrar um mínimo fascista consensual. As teorias clássicas mostraram-se insuficientes, enquanto as novas explicações não chegaram a um denominador comum.

²⁴⁰ TERÁN, Marta García. Buscan aclarar el crimen de Parque Rivadavia. **Jornal La Nación**, de 6 de março de 1997. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/64718>>. Acesso em maio de 2012.

²⁴¹ O empresário Malcom Maclaren e a estilista Vivienne Westwood são considerados os mentores intelectuais e estéticos dos *Sex Pistols*, e conseqüentemente da atitude *punk*. A primeira apresentação da banda aconteceu em 1975.

²⁴² COSTA, 1993, op. cit., p. 31.

Segundo Roger Griffin – não sem uma dose de ironia – a própria idéia de um “mínimo fascista” seria “lendária” e estaria “fora de moda” atualmente.²⁴³

Uma corrente interpretativa clássica caracterizava o fascismo como uma “doença moral”, tendo no italiano B. Croce e no alemão Friedrich Meinecke seus principais representantes. De acordo com tal tendência interpretativa, o fascismo seria explicado através de uma perda de consciência, de uma depressão cívica, ou ainda, de uma “embriaguês psicológica” produzida pela Primeira Guerra Mundial.²⁴⁴

As explicações marxistas, que caracterizavam o fascismo como uma crua racionalização dos interesses do capitalismo monopolista ou financeiro, também são insuficientes. De acordo com Marc Ferro, as análises marxistas têm dificuldades para explicar a adesão em massa das populações aos regimes fascistas.²⁴⁵

Robert Paxton aponta dois problemas nas teorias marxistas sobre o fascismo. O primeiro deles é o mesmo já apontado por Marc Ferro, ou seja, a questão do apelo popular. O segundo problema diz respeito à aceitação do fascismo como resultado inevitável do capitalismo. De acordo com Paxton, ao aceitarmos uma fórmula limitada e rígida, considerando o fascismo como uma ferramenta do capitalismo, estamos negando suas raízes autônomas e seu autêntico apelo popular. Além disso, a maior parte dos capitalistas verdadeiros, mesmo quando rejeitaram a democracia, preferiram os autoritários aos fascistas. Quando os fascistas alcançam o poder, para ser correto, geralmente os capitalistas acomodaram-se com eles por serem a melhor solução não-socialista disponível, não constituindo sua primeira opção.²⁴⁶ Entretanto, como lembra Renzo de Felice, a explicação marxista foi cronologicamente a primeira a realizar

²⁴³ GRIFFIN, Roger. The primacy of culture: the current growth (or manufacture) of consensus within fascist studies. In: **Journal of Contemporary History**, v. 37, n. 1, 2002, p. 24. Disponível em: <<http://jch.sagepub.com>>. Acesso em outubro de 2012.

²⁴⁴ DE FELICE, Renzo. **Explicar o Fascismo**. Lisboa: Edições 70, 1978, pp. 35-36.

²⁴⁵ FERRO, Marc. **História da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 1995, p. 170.

²⁴⁶ PAXTON, Robert O. **The anatomy of fascism**. Nova York: Vintage Books, 2004, p. 207.

uma análise do fascismo, sendo que já nos anos 1920 chamava a atenção para a possibilidade do fenômeno não se restringir à Itália.²⁴⁷

Um ponto importante a ser salientado diz respeito ao fato de que o fascismo, enquanto movimento político e social, é substancialmente diferente do fascismo enquanto regime de governo. De acordo com Zeev Sternhell, o fascismo, ao engajar-se na disputa pelo poder, é obrigado pelas contingências a adaptar seus propósitos doutrinários às circunstâncias pragmáticas.²⁴⁸ As exigências da *realpolitik* resultariam em conflito das linhas de ação adotadas com os princípios doutrinários básicos. Em outras palavras, o fascismo – tanto italiano quanto alemão – ao atingir o poder sofreu uma série de alterações devido às especificidades do papel governamental. Enquanto isso, o fascismo como movimento mantém relativamente inalterada a sua doutrina inicial. Em função disso, ainda de acordo com Sternhell, para buscar a construção de um conceito de fascismo que reúna suas características originais, o estudo histórico dos movimentos e sua ideologia seria mais efetivo do que a análise dos mesmos quando regimes de governo.²⁴⁹

Por outro lado, Robert Paxton considera que uma explicação do Fascismo deveria levar em consideração tanto os regimes de governo (corrompidos, deformados pelos compromissos necessários para alcançar e manter o poder) quanto os movimentos iniciais “puros”. É sensato concordar com este autor, quando defende um conceito mais abrangente:

Os regimes, entretanto, por todas as suas escolhas pragmáticas e alianças comprometedoras, têm mais impacto do que os movimentos porque eles possuem o poder da guerra e da morte. Uma definição que faça justiça ao fenômeno do

²⁴⁷ DE FELICE, 1978, op. cit. p. 56.

²⁴⁸ STERNHELL, apud BRANDALISE, Carla. **O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Mestrado em Ciência Política/UFRGS, 1992, pp. 16-17.

²⁴⁹ Ibid. p. 17.

Fascismo deve aplicar-se aos estágios posteriores tão efetivamente quanto aos iniciais.²⁵⁰

Renzo De Felice vai além e fala em “fascismos”.²⁵¹ Para o autor, o fascismo é um fenômeno dotado de elementos específicos, delimitado geográfica e temporalmente. De Felice enfatiza que o fascismo foi um fenômeno exclusivamente europeu, que se desenvolveu no período determinado entre as duas Guerras Mundiais.²⁵² No entanto, o conceito criado por De Felice revela-se demasiado específico, tornando-se não operacional.

Por sua vez, Ernest Nolte propõe um modelo de mínimo fascista composto por seis itens: anti-marxismo, anti-liberalismo, anti-conservadorismo, princípio do caudilhismo, milícia do partido e objetivo político do totalitarismo.²⁵³ Stanley Payne considera que o modelo de Nolte estabelece corretamente as negações do fascismo, mas os princípios do caudilhismo, milícia do partido e totalitarismo seriam derivados apenas do nacional-socialismo alemão. Dessa forma, o modelo de Nolte seria limitado, não alcançando outras variações políticas além do nazismo.²⁵⁴

Marc Ferro também contesta o conceito de Nolte. Segundo Ferro, o modelo apresenta os regimes fascistas “*sem passado, sem futuro, sem verdadeira capacidade regeneradora, colocados na condição de acidentes da História*”.²⁵⁵ Ainda de acordo com Marc Ferro, o conceito de Ernest Nolte minimiza a política racista de extermínio, supervaloriza o papel dos chefes,

²⁵⁰ “For some authors, usually those most concerned with fascism’s intellectual expressions, the early movements are “pure” fascism while the regimes are corruptions, deformed by the compromises necessary for achieving and wielding power. The regimes, however, for all their pragmatic choices and compromising alliances, had more impact than the movements because they possessed the power of war and death. A definition that does full justice to the phenomenon of fascism must apply to the later stages as effectively as it does to the earlier ones”. (PAXTON, 2004, op. cit. p. 206)

²⁵¹ DE FELICE, 1978, op. cit., pp. 277-285.

²⁵² Ibid., pp. 278-280.

²⁵³ NOLTE, apud PAYNE, Stanley, G. **El Fascismo**. Madri: Alianza Editorial, 1982, pp. 11-12.

²⁵⁴ PAYNE, 1982, op. cit., p. 12.

²⁵⁵ FERRO, 1995, op. cit., p. 171.

esvazia a discussão dos tipos de relação entre o partido dominante e as instituições tradicionais e esquematiza as relações entre o Estado e a sociedade civil.²⁵⁶

N. Kogan propõe um modelo segundo o qual o autoritarismo seria a essência do fascismo, associando este último ao totalitarismo. A definição de totalitarismo adotada por Kogan é apresentada da seguinte forma:

A essência do Fascismo é o autoritarismo e uma definição útil de totalitarismo pode ser a seguinte: todos os aspectos da vida humana são sujeitos à intervenção do estado, o qual reserva o direito de fornecer julgamentos finais, de valor e práticos, em todas as áreas da expressão humana. Nenhum aspecto do conhecimento humano é imune à definição final e ao controle do estado. O famoso slogan de Mussolini é pertinente aqui: 'Tudo para o estado, nada contra o estado, ninguém fora do estado.'²⁵⁷

O autor considera fundamental o estabelecimento de um sistema de partido único, eliminando-se toda a competição político-partidária. Kogan também cita como elementos constitutivos do fascismo, a ênfase na hierarquia e na disciplina internas à figura do líder superior; a criação de um novo ser humano, "homo fascistus"; o messianismo universalista; e a glorificação do terror e da violência com a justificativa de defender a nova ordem. Dessa forma, Kogan conclui que a Itália, sob o fascismo de Mussolini, não foi um Estado fascista:

Em minha opinião, um julgamento justo sobre a prática italiana fascista, como algo diferente dos slogans de Mussolini, deve concluir que o divórcio entre realidade e mito foi tão grande que a Itália sob o Fascismo não foi um estado fascista. Eu

²⁵⁶ Ibid., p. 171.

²⁵⁷ "The essence of fascism is totalitarianism and a useful definition of totalitarianism might be the following: all aspects of human life are subject to the intervention of the state which reserves the right to provide final judgments, both value judgments and practical judgments, in all the various areas of human expression. No aspect of human behavior is immune to the ultimate definition and control of the state. Mussolini's famous slogan is in order here: 'Everything for the state, nothing against the state, no one outside the state.'" KOGAN, N. **The nature of Fascism**. Nova York: Vintage Books/Random House, 1969, p. 11.

tenho sérias dúvidas se o Partido Fascista foi um partido dominante propriamente dito.²⁵⁸

A crítica sobre o modelo de Kogan é centrada, justamente, na exclusão do regime fascista italiano. De acordo com Carla Brandalise,

...o enquadramento do Fascismo no 'gênero' do totalitarismo ou, pelo menos, um modelo definicional produzido a partir da convergência básica sobre aspectos de cunho totalitário, revelam-se, ao que tudo indica, merecedores de sumária rejeição, dado não permitirem o reconhecimento do regime fascista italiano como sendo 'verdadeiramente' fascista.²⁵⁹

Segundo Stanley Payne, uma definição aplicável a todos os fascismos deveria identificar, além das negações contidas no modelo de Ernst Nolte, também os elementos comuns em matéria de ideologia e objetivos; de estilo e organização.²⁶⁰ Assim, esse autor propõe um modelo onde seria fundamental a identificação dos seguintes pontos: criação de um novo Estado nacionalista autoritário; proposta de uma nova estrutura econômica nacional, regulada; objetivo de criar um império, ou de uma mudança radical na relação da nação com os outros países; defesa de um credo idealista e voluntarista, com o desenvolvimento de uma cultura nova e superior; importância da estrutura estética e mística na política; tentativa de mobilização das massas, com o objetivo de uma milícia do partido; disposição para o uso da violência; militarização da política; estilo de mando pessoal, autoritário e carismático e exaltação da juventude.²⁶¹

O modelo de Payne propiciou maior capacidade interpretativa à definição de fascismo ao introduzir os elementos ideologia, objetivos, estilo e organização. Contudo, ao tentar construir uma “*definição flexível de espectro amplo*”²⁶², Payne

²⁵⁸ “*In my opinion, a fair historical judgment upon italian fascist practice, as distinguished from Mussolini's slogans, might conclude that the divorce between reality and myth was so great that Italy under fascism was not a fascist state. I have serious doubts whether the Fascist Party was ever a ruling party as such.*” KOGAN, 1969, op. cit., p. 16.

²⁵⁹ BRANDALISE, 1992, op. cit., p. 34.

²⁶⁰ PAYNE, 1982, op. cit., p. 12.

²⁶¹ Ibid, p. 13.

²⁶² Ibid, p. 12.

impõe um detalhamento desnecessário que acaba por caracterizar o fascismo como um fenômeno irreduzível e único.

Seguindo a mesma tendência, Henri Michel afirma existirem características comuns a todos os grupos que se dizem fascistas, apenas com variantes na intensidade ou no tempo. Segundo este autor, tais características estariam representadas no forte sentimento nacionalista, na unidade lingüística e étnica, no culto ao líder, na generalização do terror, no vasto uso da propaganda política, no autoritarismo, na xenofobia, no racismo e no anti-semitismo, entre outros pontos.²⁶³ Outra definição que procura englobar diversos aspectos em um conceito bastante detalhista é a proposta por Juan Linz:

Definimos Fascismo como um movimento hipernacionalista, muitas vezes pan-nacionalista, anti-parlamentarista, anti-liberal, anti-comunista, populista e, portanto, anti-proletário, parcialmente anti-capitalista e anti-burguês, anti-clerical (...), com o objetivo da integração social nacional através de um único partido e representação corporativa (...), com distintivo estilo e retórica, contando com quadros de ativistas prontos para a ação violenta combinada com participação eleitoral, visando conquistar o poder, com objetivos totalitários, por uma combinação de táticas legais e violentas.²⁶⁴

Linz destaca uma dimensão importante, a do hipernacionalismo. Assim, os movimentos fascistas seriam mais do que meramente nacionalistas. O hipernacionalismo fascista consistiria na assentada hostilidade a qualquer movimento concebido como de caráter internacional, na rejeição às instituições de caráter liberal e no combate aos valores culturais derivados do humanismo iluminista.²⁶⁵ Todavia, o conceito de Linz ainda é, assim como o modelo de Payne, excessivamente detalhista, levando aos mesmos problemas vinculados à falta de natureza projetiva.

Neste sentido, dois conceitos possuem uma aplicabilidade operacional maior do que os apresentados anteriores. Tratam-se dos modelos propostos por

²⁶³ MICHEL, Henri. **Os Fascismos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977, pp. 13-20.

²⁶⁴ LINZ, apud BRANDALISE, 1992, op. cit., p. 39.

²⁶⁵ BRANDALISE, 1992, op. cit., p. 40.

Robert Paxton e Roger Griffin. Paxton elabora um conceito que engloba a “vitimização”, os cultos de unidade do povo, a existência de um partido de massas com militância nacionalista e a recusa da democracia, entre outros aspectos:

Fascismo pode ser definido como uma forma de comportamento político marcada por obsessiva preocupação com o declínio da comunidade, humilhação, vitimização, e por compensatórios cultos de unidade, energia e pureza, onde um partido de massa com militantes nacionalistas engajados, trabalhando em uma “não-fácil” mas efetiva colaboração com as elites tradicionais, abandona as liberdades democráticas e adota com violência redentora objetivos legais de limpeza interna e expansão externa.²⁶⁶

O autor define uma série de características e sentimentos próprios do fenômeno fascista: um senso de crise esmagadora além do alcance de qualquer solução tradicional; as raízes do declínio do grupo estão no liberalismo individualista, nas lutas de classe e em influências externas; a primazia do grupo, para o que cada um tem obrigações superiores a todo direito, seja individual ou universal; a crença de que um grupo é a vítima, um sentimento que justifica qualquer ação, sem limites legais ou morais, contra os inimigos internos e externos; a necessidade de uma integração de uma comunidade mais pura, com o uso da violência para a exclusão dos indesejados se necessário; a necessidade da autoridade de líderes naturais capazes de sozinhos encarnarem o destino histórico do grupo; a superioridade dos instintos do líder sobre a razão abstrata e universal; a beleza da violência e a eficácia da ação, quando aplicadas para o sucesso do grupo; o direito do povo escolhido dominar outros sem restrições de nenhum tipo.²⁶⁷

²⁶⁶ “*Fascism may be defined as a form of political behavior marked by obsessive preoccupation with community decline, humiliation, or victimhood and by compensatory cults of unity, energy, and purity, in which a mass-based party of committed nationalist militants, working in uneasy but effective collaboration with traditional elites, abandons democratic liberties and pursues with redemptive violence and without ethical or legal restraints goals of internal cleansing and external expansion*”. PAXTON, 2004, op. cit., p. 218.

²⁶⁷ Ibid., pp. 219-220.

Robert Paxton divide o processo fascista em cinco estágios. O primeiro estágio corresponde ao crescimento dos movimentos fascistas em contextos de crise das democracias. O segundo estágio é atingido quando tais movimentos se transformam em partidos políticos atuantes. O terceiro estágio se inicia com a aquisição do poder. O quarto estágio se refere ao exercício do poder, construindo estruturas paralelas, que operam em tensão com as estruturas pré-existentes. O quinto e último estágio corresponde à radicalização extrema.²⁶⁸

O conceito adotado neste trabalho é o sugerido por Roger Griffin. Isso se deve ao fato desse autor propor um modelo mais genérico, segundo o qual o fascismo seria “*um gênero de ideologia política cujo mito político em suas várias permutações é uma forma palingenética de ultra-nacionalismo populista.*”²⁶⁹ É uma proposta que sintetiza os aspectos fundamentais do fascismo em um conceito mais “enxuto”. Ao invés de arrolar uma série de características constituintes, Griffin alicerça seu modelo em três critérios fundamentais: ultranacionalismo, populismo e palingenesia. Conforme o autor:

Fascismo é melhor definido como uma forma revolucionária de nacionalismo, que se propõe a ser uma revolução política social e ética, unindo o povo em uma comunidade nacional dinâmica sob novas elites imbuídas de valores heróicos. O mito central que inspira este projeto é o de que apenas um movimento de purificação trans-classes e populista, promovendo o renascimento nacional (palingenesia) pode deter a maré de decadência.²⁷⁰

Griffin enfatiza a questão do “mito político”. Os movimentos fascistas intitulavam-se representantes de toda a nação e viam o povo de maneira mitificada. Ao mesmo tempo, o fascismo mobilizava para uma “revolução” total.

²⁶⁸ Ibid., pp. 3-23.

²⁶⁹ “*Fascism is a genus of political ideology whose mythic core in its various permutations is a palingenetic form of populist ultra-nationalism.*” GRIFFIN, Roger. **The nature of Fascism**. Londres: Pinter Publishers, 1991b, p. 26.

²⁷⁰ “*Fascism is best defined as a revolutionary form of nationalism, one that sets out to be a political, social and ethical revolution, welding the ‘people’ into a dynamic national community under new elites infused with heroic values. The core myth that inspires this project is that only a populist, trans-class movement of purifying, cathartic national rebirth (palingenesis) can stem the tide of decadence.*” GRIFFIN, 1991b, op. cit., p. ix.

Pregava-se uma “nova ordem” para um “novo homem”. Tal mitificação, associada ao forte papel dos líderes, tornava o fascismo um movimento essencialmente carismático. Contudo, Griffin abre espaço para a inclusão das “várias permutações” do mito político, o que concede ao seu modelo o caráter de derivação ausente em definições de outros autores. Trata-se, portanto, de um conceito com natureza projetiva. Mais recentemente, o autor fez pequenas alterações na redação do conceito. De acordo com essa revisão – que contorna eventuais problemas em relação ao termo “populismo” – Griffin considera que:

Fascismo é um gênero da política moderna que objetiva uma total revolução na cultura política e social de uma comunidade nacional ou étnica particular. Embora extremamente heterogêneo nas ideologias específicas de suas muitas variações, na forma de organização ele se comporta como um movimento anti-sistêmico, e no tipo de sistema político, regime, ou pátria que visa criar, o fascismo genérico constrói a sua coesão interna a partir do mito central de que um período de decadência e degeneração dará lugar a um renascimento e rejuvenescimento em uma nova ordem pós-liberal.²⁷¹

Também faz-se interessante enfatizar a natureza da categoria “ultranacionalista” definida por Griffin. Segundo o autor, o ultranacionalismo refere-se às formas de nacionalismo que rejeitam qualquer elemento compatível com as instituições liberais, ou com a tradição do humanismo iluminista que as originou. Já a noção mais específica de “ultranacionalismo populista” diz respeito ao nacionalismo que – na prática ou na ideologia – utiliza a noção de “poder do povo” como base de sua legitimidade. Em geral, o ultranacionalismo populista tende a ser associado à ideia de nação fundada em preceitos raciais, espirituais e históricos. Tais preceitos definem os membros de determinada comunidade étnica como representantes da “ordem natural”, que pode ser contaminada pela

²⁷¹ “Fascism is a genus of modern politics which aspires to bring about a total revolution in the political and social culture of a particular national or ethnic community. While extremely heterogeneous in the specific ideology of its many permutations, in its social support, in the form of organization it adopts as an anti-systemic movement, and in the type of political system, regime, or homeland it aims to create, generic fascism draws its internal cohesion and affective driving force from a core myth that a period of perceived decadence and degeneracy is imminently or eventually to give way to one of rebirth and rejuvenation in a postliberal new order.” GRIFFIN, 2002, op. cit., p. 24.

miscigenação, imigração, e pela “mentalidade antipatriótica” incentivada pelo liberalismo, socialismo, ou outras forças externas.²⁷²

De acordo com o modelo de Griffin, o conceito de fascismo poderia englobar diversos fenômenos, dentre os quais o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão. Naturalmente, a denominação genérica “fascismo”, decorreria do pioneirismo do regime italiano e do fato deste ter servido de modelo a uma série de movimentos e regimes políticos do período entre-guerras.²⁷³

Portugal não testemunhou um regime de governo fascista, porém existiram no país diversos grupos inspirados – em maior ou menor grau – nos fascismos alemão e italiano. Tais grupos foram marginalizados durante os anos do salazarismo, o que restringiu a sua atuação, mas não impediu sua sobrevivência. Nos anos pós-autoritários, surgiram outros grupos que reivindicavam (e ainda reivindicam) ligação ideológica com o fascismo, em especial com o nazismo.²⁷⁴ Tais manifestações portuguesas de inspiração fascista serão abordadas nos capítulos a seguir.

²⁷² GRIFFIN, 1991b, op. cit., pp. 36-37.

²⁷³ Ibid., p. 12.

²⁷⁴ Neste trabalho, foi evitada a utilização das expressões “neonazismo” e “neofascismo”. Apesar da ampla propagação de tais termos pela mídia, ambos ainda carecem de uma definição teórica mais substancial e de uma apreciação de sua validade temporal. A atenção da academia, no sentido de realizar uma reflexão conceitual a esse respeito, ainda está muito longe do necessário.

3. A DIREITA RADICAL EM PORTUGAL: DA INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA À REVOLUÇÃO DOS CRAVOS (1910 – 1974)

*Ensinai aos vossos filhos o trabalho, ensinai às vossas filhas a modéstia, ensinai a todos a virtude da economia. E se não poderdes fazer deles santos, fazei ao menos deles cristãos.*²⁷⁵

Neste capítulo, será realizado um breve retrospecto histórico sobre a conjuntura política e a atuação dos setores mais radicais da direita em Portugal, desde a instauração da Primeira República até a Revolução dos Cravos, em 1974. Serão apresentados diferentes grupos e personagens significativos neste cenário ao longo do tempo, contextualizando historicamente as suas atuações.

3.1. O Integralismo Lusitano (IL) e o Sidonismo

Da instauração da República ao final da Primeira Guerra Mundial, os dois principais movimentos vinculados à direita radical em Portugal foram o Integralismo Lusitano (IL) e o Sidonismo. Ambos professavam uma doutrina

²⁷⁵ SALAZAR, António de Oliveira. Conclusão da conferência realizada em seis de abril de 1925, no Funchal, sob o tema “O Bolchevismo e a Congregação”, a convite do Centro Católico daquela cidade.

centrada na idéia de valorização da Nação. O surgimento do IL remonta a 1913, todavia tendo sido fundado oficialmente em 1914, ano de surgimento da Nação Portuguesa, publicação oficial do movimento. O Integralismo Lusitano foi um movimento de caráter monarquista e reacionário que defendia a tradição e o passado. Os integralistas propunham uma monarquia orgânica e tradicionalista onde o rei seria a figura central. Defendiam uma estrutura econômico-social corporativa e um nacionalismo antirepublicano e antiparlamentar.²⁷⁶

Seus idealizadores, em sua maioria, eram estudantes monarquistas da Universidade de Coimbra, que até 1910 foi o único pólo de formação universitária do país. A posição periférica de Portugal em relação aos centros de decisão capitalistas, a pressão imperialista britânica, que contribuiu para a destruição dos alicerces estruturais da monarquia constitucional, e a revolução republicana de 1910 formavam a conjuntura do surgimento do Integralismo Lusitano e foram fatores impulsionadores de sua organização.²⁷⁷ Inicialmente reuniram-se em torno de uma revista e um clube político. Formavam uma comunidade elitista de cunho intelectual em Coimbra. Alguns eram oriundos da pequena aristocracia ou do latifúndio alentejano, todavia nem todos possuíam famílias abastadas. Sua fraternidade elitista não se distinguia em termos financeiros, embora sua base social fosse superior à média da comunidade acadêmica. Conforme António Costa Pinto, *“mais do que aristocratas por genealogia, (...) eram-no, acima de tudo, por elitismo de afirmação intelectual”*.²⁷⁸

Os integralistas, dentre os quais se destacava António Sardinha, praticavam um nacionalismo de vertente literária que buscava valorizar as tradições nacionais. Alguns dos membros do IL haviam participado das primeiras revoltas contra a recém-implantada República, especialmente em 1912 e 1913. De fato, a posição “dura” dos integralistas em relação a uma restauração

²⁷⁶ MEDINA, João. **Salazar e os fascistas**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1978, p. 73.

²⁷⁷ CARVALHO, Paulo Archer de. **Nação e Nacionalismo**: mitemas do Integralismo Lusitano. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea de Portugal, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, p. 2.

²⁷⁸ PINTO, António Costa. **Os camisas azuis**: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914 – 1945). Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 26.

monárquica dificultou o diálogo com outras forças políticas de oposição, como os católicos tradicionalistas e os republicanos conservadores.²⁷⁹ António Sardinha, por exemplo, considerava ser necessário ensinar a “*esta gente que a democracia é uma forma social inferior, implica a negação de todo o conceito selectivo, que só a realeza pode solucionar.*”²⁸⁰ Em função da participação em fracassadas revoltas monarquistas, alguns integralistas exilaram-se na França e na Bélgica, onde realizaram contatos com membros da *Action Française* de Charles Maurras, seu principal modelo inspirador.²⁸¹ Os exilados, dentre os quais estava o jovem Francisco Rolão Preto, regressariam a Portugal beneficiados por uma anistia pouco antes do início da Primeira Guerra Mundial. A partir desse retorno, trazendo na bagagem a influência da *Action Française*, viriam a estruturar o Integralismo Lusitano.

Até 1917, o Integralismo Lusitano teve uma atuação essencialmente intelectual-literária. Além dos textos de Maurras, também liam Gustave Le Bon, autor francês dedicado aos estudos sobre o fenômeno do “homem de massa”.²⁸² Para Le Bon, a massa não seria apenas um conjunto de indivíduos, mas uma entidade psicológica distinta, constituindo uma mente coletiva. Dela emanaria um poder superior aos indivíduos, fazendo com que estes não fossem psicologicamente responsáveis por suas ações, quando constituintes de uma multidão. Através de um forte poder de sugestão e contágio das massas, os indivíduos passariam a agir por instinto e não mais pela razão. Segundo a teoria de Le Bon, o poder das multidões impelia os seus membros a agirem de acordo com um padrão de comportamento distinto daquele que seria considerado

²⁷⁹ PINTO, 1994, op. cit., p. 25.

²⁸⁰ SARDINHA, António *apud* PINTO, 1994, op. cit., p. 27.

²⁸¹ PINTO, 1994, op. cit., p. 24. Um momento posterior de contato com a *Action Française* acontecerá após 1919, quando da segunda leva de exílios integralistas, após as revoltas monarquistas do final da Primeira República. Ver: MEDINA, 1978, op. cit., p. 75.

²⁸² Na mesma época, outros dois autores publicaram estudos sobre as massas: Scipio Sighele e Gabriel Tarde. Sighele acusou Le Bon de ter-lhe plagiado, no livro *La psychologie des foules*, de 1895. Contudo, Le Bon foi sem dúvida o mais influente dos três autores. Ver: BORCH, Christian. The exclusion of the crowd: the destiny of a sociological figure of the irrational. In: **European Journal of Social Theory**, v. 9, 2006, p. 85. Disponível em: <<http://est.sagepub.com/cgi/reprint/9/1/83>>. Acesso em julho de 2012.

normal para os indivíduos isolados.²⁸³ Até mesmo os “mais inteligentes” perderiam os padrões morais, quando levados compulsivamente a seguir a mentalidade do grupo. A multidão possuiria, por natureza, um enorme potencial de energia amorfa, esperando alguma influência que lhe conferisse forma.²⁸⁴

Benito Mussolini e Adolf Hitler tornar-se-iam dois entusiastas dos escritos de Gustav Le Bon. Mussolini referia-se constantemente à sua obra.²⁸⁵ Adolf Hitler orgulhava-se ao admitir que o adotara como professor.²⁸⁶ Alguns dos princípios básicos da política de massas do fascismo já estavam presentes no trabalho do autor francês: o caráter “feminino” das massas, sujeitas à sedução; seu controle por meio da sugestão psicológica; o apelo da emoção sobre a razão e da forma sobre o conteúdo; a atração da violência e da ação; e a necessidade de uma liderança.²⁸⁷ É interessante perceber como em Portugal, na década de 1910, a direita radical compartilhava em grande parte os mesmos referenciais com a direita radical europeia proto-fascista.

Nessa fase intelectual-literária, foi desenhado o nacionalismo tradicionalista do Integralismo Lusitano. Os integralistas buscavam legitimar a sua concepção de “identidade nacional portuguesa” com estudos históricos que retomavam a idéia de uma sociedade orgânica com origens medievais. Esta era uma concepção de tons apocalípticos, que desenhava um Portugal medieval idealizado, supostamente destruído pelo Renascimento, pelas Descobertas e, mais recentemente, pelo liberalismo. Para os integralistas, a história portuguesa

²⁸³ BORCH, 2006, op. cit., p. 86.

²⁸⁴ LINDHOLM, Charles. **Carisma**: êxtase e perda de identidade na veneração ao líder. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, pp. 56-57.

²⁸⁵ PAXTON, Robert O. **The anatomy of fascism**. Nova York: Vintage Books, 2004, pp. 33-34.

²⁸⁶ LINDHOLM, 1993, op. cit., p. 56.

²⁸⁷ ROSS, Corey. Mass Politics and the Techniques of Leadership: The Promise and Perils of Propaganda in Weimar Germany. In: **German History**, v. 24, n. 2, 2006, pp. 192-193. Disponível em: <<http://gh.oxfordjournals.org/content/24/2.toc>>. Acesso em julho de 2012.

seria a da luta entre um “localismo sadio”, vinculado com a tradição, e o estrangeirismo contaminador associado com a revolução liberal.²⁸⁸

Este ponto de vista do Integralismo Lusitano representa um momento de mudança epistemológica do próprio conceito de nacionalismo. É interessante perceber como no século XIX, ainda sob a influência dos ecos da Revolução Francesa, o nacionalismo representava a crença nos valores universais e democráticos. Entretanto, no início do século XX, o nacionalismo europeu passou a condenar aquela que havia sido sua bandeira original. Os novos nacionalismos, incluindo aí o IL, denunciavam a “impotência” e a “incoerência” da liberal-democracia, exigindo um Estado autoritário. Aos olhos do novo nacionalismo, as atitudes autoritárias seriam aceitáveis, desde que atacassem as injustiças sociais em prol da solidariedade de grupo.²⁸⁹

A entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial contribuiu para a insatisfação popular com o regime republicano. Com a participação do país na guerra, o Partido Democrático (força política dominante na Primeira República) pretendia aumentar a influência diplomática do Estado republicano português diante das potências europeias. A participação na guerra ao lado dos aliados garantiria a presença de Portugal na futura Conferência de Paz, que reorganizaria as fronteiras do mundo após o conflito. Havia preocupação de Portugal com a manutenção integral de suas colônias na África. Outros objetivos, que tornariam-se visíveis na Conferência de Paz realizada em Paris em 1919, diziam respeito ao recebimento de reparações e indenizações financeiras e à garantia de sua parte na divisão dos despojos de guerra alemães.²⁹⁰ Além disso,

²⁸⁸ PINTO, 1994, op. cit., p. 28.

²⁸⁹ Ver: BRANDALISE, Carla. **O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Mestrado em Ciência Política/UFRGS, 1992, p. 19.

²⁹⁰ O então presidente da República em 1919, João do Canto e Castro, assim definiu os objetivos de Portugal na Conferência de Paz: “*No momento do ajuste de contas com os agressores, agora vencidos, não pretende Portugal mais do que a justa reparação dos prejuízos e danos morais e materiais que sofreu. Compreende esta justíssima reparação: 1. A indemnização dos prejuízos morais e materiais sofridos pelo Estado e pelos particulares nas colónias africanas em resultado das incursões alemãs ou dos levantamentos indígenas provocados pelos alemães. 2. A indemnização pelos prejuízos havidos nos bombardeamentos do Funchal e Açores. 3. A restituição dos valores dos navios e cargas*

o governo português buscava uma união nacional em torno do esforço coletivo de guerra, o que aumentaria seu poder político diante de seus opositores, especialmente a oposição republicana e a monarquia no exílio.

Todavia, o tiro saiu pela culatra. A preparação de uma força expedicionária foi realizada às pressas e muitos chamaram este esforço de “o Milagre de Tancos”.²⁹¹ Portugal enviou tropas para a África (Angola e Moçambique) e para a França, onde foi travada a maior parte do front ocidental da guerra. No total, os portugueses mobilizaram quase duzentos mil soldados. Apesar de entrarem oficialmente na guerra europeia apenas em 1916-17, os portugueses já vinham combatendo na África desde 1914. O preço da participação portuguesa no conflito foi alto, tendo o país sofrido pesadas baixas.

A publicação regular das listas de mortos e feridos causava comoção em um país de dimensões reduzidas e de população pequena.²⁹² Portugal não tomava parte em guerras fazia um século, e as razões da participação neste conflito não eram claras para a população. Os custos econômicos eram altíssimos, e à medida que se acumulavam derrotas militares, aumentava a insatisfação popular com a guerra e com a República. Em Portugal, o custo de vida estava cada vez mais elevado, o abastecimento de alguns gêneros alimentícios escasseava e o desemprego aumentava. Houve racionamento de

afundadas ilegítimamente pelos submarinos alemães. 4. A restituição da propriedade e valores portugueses existentes em território inimigo com os respectivos danos ou destruições. 5. O pagamento das despesas com a guerra feitas por Portugal na Europa e nas suas colónias africanas.” CASTRO, João do Canto e, *apud* FERREIRA, José Medeiros. **Portugal na Conferência da Paz**. Lisboa: Quetzal, 1992, pp. 21-22.

²⁹¹ MARQUES, A. H. De Oliveira. **Breve História de Portugal**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 568.

²⁹² O censo de 1911 apontou uma população total de 5.547.708 habitantes para Portugal, considerando a soma dos habitantes de sua porção continental e das ilhas. O censo seguinte foi realizado no ano de 1920 e registrou uma população total de 6.032.991 habitantes. A projeção esperada para o ano de 1920 era de 6.420.340 habitantes, ou seja, o censo revelou um déficit de 387.349 habitantes em relação à projeção calculada. Isso se deveu essencialmente por dois motivos: a epidemia de gripe espanhola em 1918 e a Primeira Guerra Mundial. Ver: **Censo da População de Portugal** – dezembro de 1920. V. 1. República Portuguesa, Direcção Geral de Estatística. Lisboa: Imprensa Nacional, 1923, p. VII. Disponível em: <<http://www.ine.pt>>. Acesso em dezembro de 2012.

determinados artigos e os setores urbanos mais pobres chegaram mesmo ao extremo da fome.²⁹³

Nesse contexto de crise e insatisfação popular, o Integralismo Lusitano ganhou novo fôlego com o golpe de Estado promovido pelo militar Sidônio Pais. Professor da Universidade de Coimbra e major de artilharia, Sidônio Pais liderou a revolta que o conduziu à Presidência da República em 5 de dezembro de 1917. Aproveitou o momento de grande insatisfação popular, onde a maior parte do Exército estava combatendo na França e na África, e o chefe do governo também estava fora de Portugal. Foi apoiado por elementos da Escola de Guerra, pela alta burguesia e pelo Partido Unionista. Também conseguiu apoio popular ao colocar em liberdade líderes sindicais que estavam encarcerados.

Sidônio Pais, apesar de republicano, tinha ligações ideológicas com o Integralismo Lusitano. O golpe sidonista contou com o apoio de muitos integralistas e alguns destes foram convidados para ocupar cargos no governo sidonista, inclusive alguns ministérios.²⁹⁴ António Sardinha viria a participar do parlamento eleito durante o governo de Sidônio Pais. Outros integralistas demonstravam apoio ao governo sidonista através de artigos e variadas manifestações públicas (como Alberto de Monsaraz e Pequito Rebelo), ou através da colaboração na elaboração das novas leis (caso de Hipólito Raposo). Foi durante o breve governo sidonista que o IL organizou-se como entidade política. Durante o sidonismo, os integralistas estabeleceram laços com setores militares de direita, o que viria a configurar sua mais importante aliança no desenrolar dos episódios políticos.

Contudo, a maioria dos integralistas não deixou de considerar o presidencialismo como uma solução apenas provisória, sendo a monarquia o objetivo natural para o futuro. Tratou-se daquilo que João Medina chamou de “o impasse sidonista”, que mais tarde iria se repetir de forma semelhante em relação ao salazarismo: o dilema de decidir entre apoiar um regime que se

²⁹³ MARQUES, 1996, op. cit., p. 568.

²⁹⁴ PINTO, 1994, op. cit., pp. 31-32.

aproximava em muitos pontos do ideário integralista; ou repudiá-lo em nome de uma pureza doutrinária que via na monarquia a solução ideal. Tal dilema levou à divisão entre os integralistas puros e inflexíveis (os mesmos que mais tarde viriam a repudiar o salazarismo) e aqueles que optaram pelo relativismo ideológico em prol daquilo que lhes era primordial: um regime antidemocrático.²⁹⁵

Inicialmente, para além dos integralistas, Sidônio Pais também conseguiu apoio de setores republicanos. Entretanto, uma série de medidas tomadas sem consulta ao Congresso Nacional desagradou muitos de seus apoiadores. Algumas dessas medidas buscavam aumentar significativamente os poderes do presidente, fato que viria a gerar a alcunha pela qual ficaria conhecido: o *Presidente-Rei*. Buscou reaproximação com a Igreja Católica, que tinha relações conturbadas com a república portuguesa – extremamente laica – desde 1911.²⁹⁶ Isso gerou protestos por parte de setores republicanos e da maçonaria. Em março de 1918, alterou a lei eleitoral estabelecendo o sufrágio direto e universal como o meio para a eleição do Presidente da República. Por decreto, Sidônio eliminou a necessidade de legitimação do presidente através do Congresso Nacional. Dessa forma, aproveitando sua momentânea popularidade junto aos católicos, foi legitimado na presidência da república através de sufrágio direto e universal dos portugueses em abril de 1918.

O governo sidonista ficou marcado por uma falta de controle administrativo, pela instabilidade política e pelo terror imposto aos seus adversários. Faltaram-lhe recursos humanos para administrar o país. Restou-lhe buscar apoio na direita: monarquistas, clericais e alta burguesia, o que afastou-o de vez dos republicanos. Foi obrigado a fazer três reformas ministeriais no

²⁹⁵ MEDINA, 1978, op. cit., pp. 73-74.

²⁹⁶ De fato, a República, em seu período inicial, considerava a Igreja como “o baluarte mais perigoso do conservantismo e do reacionarismo.” MARQUES, A. H. de Oliveira. Da Monarquia para a República. In: **História de Portugal**. TENGARRINHA, José. (org). Bauru: EDUSC/UNESP, 2000, p. 294. A influência da Igreja na sociedade era muito grande, “embora variasse com os grupos sociais e com as regiões do país. A Igreja receava o aumento da descristianização em curso, que atribuía ao avanço do republicanismo e da maçonaria. Por isso lutou com todas as forças e por todos os meios contra o regime implantado em 1910, temendo que a sua influência entre as massas pudesse diminuir.” MARQUES, 2000, op. cit., p. 287.

período de um ano, evidenciando a instabilidade do regime. Apesar disso, a figura de Sidônio Pais, sempre impecável em seu uniforme militar, era cultuada por grande parte da população. O *presidente-rei* foi o personagem pioneiro em Portugal a ser idolatrado como um chefe político carismático e mobilizador das massas no século XX.²⁹⁷

A oposição ao regime organizou várias tentativas para derrubar Sidônio Pais. O sidonismo teve fim em 14 de dezembro de 1918, quando o presidente foi morto a tiros em um atentado na Estação do Rossio, em Lisboa. Já nove dias antes havia escapado de outro atentado. Após o assassinato, instaurou-se certo caos político evidenciado por revoltas monarquistas em várias cidades do país. Os integralistas apoiaram as insurreições do Norte e de Monsanto.²⁹⁸ A revolta no Sul do foi controlada com relativa facilidade. A maioria das guarnições militares permaneceu fiel à República, assim como a população urbana. O Exército e a Marinha, com o apoio de milhares de populares, desalojou sem maiores dificuldades os revoltosos na serra de Monsanto. Todavia, no Norte do país a situação foi diferente. Na cidade do Porto, o Coronel Paiva Couceiro liderou a tentativa de restauração monárquica conhecida como Monarquia do Norte. Os revoltosos resistiram durante um mês, dominando parte significativa de Portugal (Minho, Trás-os-Montes e Beira, até a linha do Vouga).²⁹⁹ Em 13 de fevereiro de 1919 as forças republicanas retomaram o controle do país, dando fim às revoltas monarquistas e aos últimos focos de resistência sidonista. Muitos integralistas, como Sardinha e Monsaraz, buscaram exílio fora de Portugal, principalmente na Espanha, França e Bélgica.

3.2. O Golpe de 28 de Maio de 1926

Em 1918 o país já enfrentava uma situação de crise política, que foi agravada ainda mais pelo assassinato do presidente. Portugal esteve à beira de

²⁹⁷ MARQUES, 1996, op. cit., p. 570.

²⁹⁸ MEDINA, 1978, op. cit., p. 75.

²⁹⁹ MARQUES, 1996, op. cit., p. 572.

uma guerra civil, à custa de da revolta monarquista no norte do país. Nos anos seguintes, a instabilidade do regime republicano refletiu na constante troca dos líderes políticos. No início dos anos 1920, a crise explodiu em uma série de revoltas operárias e também militares. Durante a Primeira República, as Forças Armadas eram, de maneira geral, extremamente conservadoras. Após as campanhas na África e Europa, os oficiais do Exército (e também da Guarda Nacional Republicana), imbuíram-se de uma missão “defensora e redentora” na arena política, onde abraçaram o dever de “salvar a Pátria”.³⁰⁰

O ápice de tal missão deu-se em 28 de maio de 1926, quando ocorreu o golpe militar liderado pelo general Manuel de Oliveira Gomes da Costa (veterano das guerras coloniais na África e Índia, além da I Guerra Mundial). Gomes da Costa foi o nome escolhido pela direita conservadora, o verdadeiro motor do 28 de maio, para comandar a sublevação militar que deu fim à Primeira República Portuguesa, e instaurou a ditadura militar. Os integralistas tiveram influência, sobretudo ideológica, no golpe de 1926:

A mais concreta das contribuições dos integralistas para a queda da República (...) foi desenvolvida no seio dos militares. Não tanto pela intervenção directa de algum seu sector no interior das Forças Armadas, mas justamente pela diluição do restauracionismo monárquico, por um lado, e da constante influência ideológica, por outro. Evidentemente que os integralistas estiveram longe de serem os únicos a influir no processo de intervenção militar que culminou no golpe de 1926, mas a sua presença continuada no interior das Forças Armadas permitiu-lhes, após o afastamento da corrente republicana imediatamente após o golpe, a maior proximidade do poder em toda a sua vida política.³⁰¹

O golpe de 1926 pode ser analisado como uma reação essencialmente conservadora e, sobretudo, oriunda dos meios rurais. Agregou uma série de forças políticas heterogêneas em torno de um discurso que exaltava a defesa dos “valores tradicionais”: a religião, o Exército, a Nação, a família, a ordem, a terra. Com esses elementos, conseguiu o apoio das camadas populares. A República, em seu terço final, caminhava – mesmo que lentamente – em direção

³⁰⁰ MARQUES, 2000, op. cit., pp. 287-288.

³⁰¹ PINTO, 1994, op. cit., pp. 35.

a um regime de feições esquerdistas. Essa constatação é possível ao observar a pauta de assuntos em discussão, ou em vias de implementação: reforma agrária, aumento de impostos para as classes altas, nacionalizações, desenvolvimento da assistência social, melhoria do nível de vida das camadas populares. *Esquerdização* que para uns parecia muito lenta (para os operários e intelectuais de esquerda, por exemplo), para outros era inconcebivelmente rápida (para a Igreja, grandes proprietários rurais, capitalistas, militares e intelectuais de direita). Oliveira Marques sintetiza bem as forças reunidas no movimento de 1926:

Desencadeara-o o exército – as altas e médias patentes, cujo poder de compra estava reduzido à metade do que fora em 1910. Apoiaram-no: o alto e médio funcionalismo público, por idênticas razões; os bancos, o alto comércio e a grande indústria, agravados pela crise econômica e financeira, aterrorizados pelo surto do socialismo; o clero, decadente pela progressiva descristianização, ansioso por recuperar a influência perdida; parte da classe média das cidades, descontente com a crise econômica, saturada de instabilidade política e de ameaças revolucionárias; parte da *intelligentzia*, desiludida com o decair dos ideais republicanos, atraída pela novidade do Integralismo. Como grande pano de fundo, a Nação agrária, a Nação conservadora (...) ³⁰²

António Costa Pinto realiza uma reflexão interessante ao analisar os motivos pelos quais, em Portugal, a República liberal não foi derrubada por um partido de tipo fascista – como acontecera na Itália em 1922 e viria a acontecer na Alemanha em 1933. Na realidade, um partido de tipo fascista sequer surgiu em Portugal no contexto de crise do liberalismo. A organização mais próxima ideologicamente do fascismo que havia surgido até então fora o Integralismo Lusitano. Alguns de seus membros participaram de diversas revoltas monarquistas e tentativas de golpes contra a República, porém suas atuações foram enquanto indivíduos, e não como organização. Alguns integralistas, como Rolão Preto, participaram do golpe de 28 de maio, porém sua influência foi essencialmente no plano das idéias, e menos na ação política. Caso semelhante ocorreu também durante o sidonismo.

Além disso, a influência integralista era apenas mais uma, dentre as diversas forças que compunham o conservadorismo anti-republicano no Portugal

³⁰² MARQUES, 2000, op. cit., p. 297.

dos anos 10 e 20. O catolicismo reacionário e o restauracionismo monárquico apresentava, no contexto português da Primeira República, apelo popular muito maior do que o fascismo. O IL era, de fato, um parceiro menor nessa coligação que moveu a implementação da ditadura militar.³⁰³ As condicionantes estruturais internas e externas em Portugal também eram desfavoráveis para a constituição do fascismo como uma significativa força política. O país não possuía conflitos internos de caráter étnico, como em outros países da Europa. Também não tinha reivindicações territoriais a fazer, e encontrava-se sob a esfera britânica de influência, o que assegurava o seu patrimônio colonial.³⁰⁴

Também os efeitos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa não foram favoráveis para o fascismo em Portugal. O fascismo já havia sido idealizado por Benito Mussolini e seus seguidores no final da década de 1910, sendo que a Primeira Guerra e a Revolução de 1917 auxiliaram na criação de um contexto favorável à sua ascensão. A “ameaça vermelha” motivou reações contra a crescente participação dos partidos comunistas no cenário político europeu. Ao mesmo tempo, como resultado da guerra, aumentou a participação dos grupos nacionalistas na política, enquanto crescia a propagação dos ideais revanchistas. Na transição para o século XX, o fascismo já possuía seu alicerce ideológico delineado. Todavia, faltava-lhe o lastro social para transformá-lo em força política. A Primeira Guerra Mundial criou as oportunidades necessárias para isso.

A Guerra desacreditou os pontos de vista progressistas e otimistas em relação ao futuro, lançando dúvidas sobre o princípio liberal de harmonia possível entre os homens. Também em consequência da Guerra, criaram-se tensões econômicas e sociais que foram além da capacidade de solução das instituições existentes, fossem liberais ou conservadoras. Espalharam-se pela Europa exércitos de ex-combatentes, desiludidos com o sistema vigente. Para esses

³⁰³ O fascismo apresentou-se na Europa, como uma das várias alternativas ditatoriais do período entreguerras. Acerca do êxito fascista em alcançar o poder, foram Itália e Alemanha, verdadeiras exceções: “*Na maior parte dos casos em que regimes liberais e democráticos entraram em colapso após a I Guerra Mundial, os fascistas foram, ou parceiros menores nas coligações reaccionárias, ou actores ausentes.*” PINTO, 1994, op. cit., p. 69.

³⁰⁴ PINTO, 1994, op. cit., p. 71.

milhões de veteranos da Grande Guerra, os valores morais e legais do antigo sistema pareciam falidos.³⁰⁵ Em um contexto de crise generalizada – com o número de desempregados aumentando em grande proporção, as classes médias empobrecendo e o sucesso da Revolução Russa – estavam dadas as condições para a transformação daquelas ideias já delineadas no final do século XIX, em uma nova manifestação política.³⁰⁶

Entretanto, em Portugal, se os danos provocados pela guerra foram, por um lado, suficientes para abalar a República, por outro não atingiram a estrutura produtiva e social de maneira profunda e por tempo suficiente a ponto de legitimar a ascensão de regime de tipo fascista. Além disso, as maiores humilhações decorrentes da Primeira Guerra atingiram Portugal em pleno regime sidonista, uma ditadura que flertava com a direita radical. Por fim, Portugal não registrou o fenômeno da politização extremista dos ex-combatentes, que em sua maioria foram incorporados à sociedade rural ou emigraram para outros países.³⁰⁷ Ao contrário dos casos italiano e alemão, em Portugal a influência teórica dos autores proto-fascistas, a mobilização da direita radical juvenil, o contexto internacional, o surgimento de um líder carismático e sua ascensão ao poder não produziram um movimento autêntico nos moldes fascistas.

O roteiro confuso da ditadura militar misturava republicanos conservadores, católicos, integralistas e, na extrema direita do espectro, ex-integralistas que a essa altura haviam migrado para o fascismo. Estes, sem dúvida, constituíam os personagens menores desse universo heterogêneo. Após a derrubada do General Gomes da Costa, esses extremistas de direita – em

³⁰⁵ PAXTON, 2004, op. cit., p. 28.

³⁰⁶ A formação da base de sustentação ideológica do fascismo remonta ao final do século XIX. Foi nesse período que aconteceu na Europa um profundo questionamento dos valores burgueses e das democracias liberais. Na esteira destes questionamentos, novos parâmetros de pensamento surgem como forma de renovação intelectual. Exemplos dessa renovação intelectual, e que viriam a auxiliar na formação da base de sustentação ideológica do fascismo, foram as obras de Gustave Le Bon (homem de massa, já referido) e Francis Galton (eugenia), que na década de 1880 sugeriu que a ciência tinha dado à humanidade o poder de aprimorar a raça promovendo reproduções planejadas. Este autor viria a ter influência significativa na constituição ideológica do fascismo, especialmente no caso alemão. Ver: PAXTON, 2004, op. cit., p. 34.

³⁰⁷ PINTO, 1994, op. cit., p. 73.

alguns casos – colocaram-se mesmo à oposição do regime. Foram perseguidos, criaram diversos e efêmeros grupos, e participaram de tentativas de *golpes dentro do golpe*, com o intuito de alcançar o poder. Todas essas iniciativas foram frustradas.

Esses primeiros anos após o golpe de 28 de maio foram de grande instabilidade política. Os militares não souberam administrar o Estado e a crise econômica agravou-se. Os nomes na chefia do governo eram trocados constantemente. Os diversos grupos e partidos políticos que apoiaram o golpe, agora brigavam internamente pelo poder: oficiais de influência fascista e integralista, republicanos conservadores e católicos-sociais formavam um grupo heterogêneo e de união frágil. A liderança do movimento acabaria por ser entregue a um civil, Antônio de Oliveira Salazar, professor de economia da Universidade de Coimbra e oriundo dos meios católicos. Inicialmente convocado para o Ministério das Finanças, Salazar conseguiu o controle sobre os orçamentos de todos os ministérios. Em relativo pouco tempo conseguiu acertar as contas públicas e estabilizar a economia. Em 1928/1929, Portugal conseguiu o primeiro saldo positivo em seu orçamento nos últimos quinze anos.³⁰⁸ Um *milagre financeiro*, alardeado pela imprensa controlada pela censura, que o retratou como o novo *Salvador da Pátria*. Com a constituição aprovada em 1933, o Presidente do Conselho de Ministros passou a ser, de fato, o homem forte de Portugal. Finalmente a ditadura tinha encontrado o seu ditador, e Salazar ocupou a presidência do Conselho de 1932 a 1968.

O historiador Fernando Rosas propõe uma periodização para o Estado Novo dividida em dois grandes blocos. O primeiro vai de 1926 a 1949, e é caracterizado pelo processo de estabelecimento dos equilíbrios político, econômico e social necessários para a estabilidade do governo. O segundo grande bloco vai de 1950 a 1974 e consiste no processo de desintegração do regime. No primeiro bloco do Estado Novo, podem ser identificadas duas conjunturas distintas. De 1926 a 1940, temos a fase inicial do novo governo, a transição da ditadura militar para o salazarismo, a reunião de forças que iriam

³⁰⁸ MARQUES, 1996, op. cit., p. 626.

apoiar o regime, a participação de Portugal na Guerra Civil Espanhola e a culminância no “*ano áureo*” de 1940, quando Portugal via-se como um “*oásis de paz*” em meio à destruição que a II Guerra Mundial estava causando na Europa. A outra conjuntura que pode ser identificada no primeiro bloco do Estado Novo, conforme a periodização de Fernando Rosas, delimita-se entre os anos de 1940 e 1949, quanto Portugal sofreu o impacto da Guerra através de uma grave crise econômica, social e política.³⁰⁹

3.3. O “primeiro bloco” do Estado Novo (1926-1949)

Após conseguir estabilizar as finanças e obter significativo apoio popular, Salazar consolidou-se do poder. O Estado Novo português caracterizou-se por possuir em Salazar o seu líder supremo, e na União Nacional (UN, criada em 1930) seu partido único. Com a aprovação da Constituição de 1933, já presidente do Conselho de Ministros, transformou o cargo em seu ponto de comando autoritário, que somente viria a abandonar em 1968, após um acidente que o incapacitou.

Salazar subordinou a Assembléia Nacional e o Presidente da República à Presidência do Conselho de Ministros. Em 1936, criou duas organizações juvenis paramilitares, de caráter obrigatório, semelhantes às existentes na Alemanha e Itália: a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa. Esta, nos seus primórdios, visava doutrinar os estudantes desde o ensino primário até a Universidade. Contudo, a Mocidade viria a ter seu caráter obrigatório restringido à faixa dos onze aos quatorze anos. A Legião, em sua origem, teve um grande aporte de voluntários interessandos em participar da “cruzada antibolchevista” e defender o “patrimônio espiritual da Nação”. A ela seria delegada a função de defesa civil do

³⁰⁹ ROSAS, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. Vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 13-15.

território.³¹⁰ As duas organizações foram inspiradas no modelo fascista de uniformes (camisas verdes), saudação romana, lemas, estrutura interna, etc.³¹¹

De fato, todos os movimentos de cunho autoritário surgidos na Europa do período entreguerras tiveram uma milícia civil ao seu serviço. A existência de tais organizações paramilitares representou uma inovação política da Europa do século XX.³¹² Cada caso possuía as suas especificidades em relação ao momento de surgimento da milícia, ao seu maior ou menor grau de mobilização, seu caráter mais ou menos radical e seu grau de autonomia em relação aos regimes de governo. Em linhas gerais, é possível perceber a semelhança entre os casos italiano e alemão, onde as milícias surgiram quase simultaneamente aos movimentos maiores aos quais faziam parte, os partidos Fascista e Nazista, respectivamente. Também a milícia espanhola surgiu antes do estabelecimento do regime autoritário, ainda no contexto da Guerra Civil, no seio da Falange Espanhola. Contudo, ao contrário dos casos alemão e italiano, a milícia da Falange cresceu com estreita colaboração dos comandos militares.³¹³

Por outro lado, em Portugal a ascensão do totalitarismo ao poder não ocorreu com o apoio de milícias paramilitares vinculadas a partidos de massa. A Legião Portuguesa foi criada dez anos após a instauração do regime autoritário, e quatro anos após a chegada de Salazar ao poder. Em 1936, a vitória da corrente salazarista no interior do regime era indiscutível, tendo as outras correntes sido colocadas à margem do poder. Fora do governo, os nacional-sindicalistas também haviam sido marginalizados. A União Nacional fora criada em 1930, o Acto Colonial promulgado no mesmo ano, Salazar assumira a presidência do Conselho de Ministros em 1932 e a nova Constituição fora

³¹⁰ MARQUES, 1996, op. cit., pp. 649-650.

³¹¹ Idem.

³¹² “*Se é verdade que já anteriormente regimes e governos se haviam socorrido de corpos militares paralelos para reforçarem o seu poderio, a grande novidade das ditaduras do século XX – sobretudo do nazismo e do fascismo – é o fato de não se apoiarem inicialmente nos exércitos regulares dos respectivos países, mas sim de disporem dos seus exércitos próprios que coexistem lado a lado com o exército oficial.*” RODRIGUES, Luís Nuno. **A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo (1936 – 1944)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 21.

³¹³ RODRIGUES, 1996, op. cit., pp. 21-24.

aprovada em 1933. Tudo isso sem o apoio de uma milícia paramilitar.³¹⁴ Sendo assim, quais os motivos para que, em 1936, Salazar tenha decidido pela criação – tardia para o contexto europeu – da Legião Portuguesa? Luís Nuno Rodrigues aponta dois elementos primordiais que influenciaram a criação da milícia em Portugal: a dinâmica externa favorável, e uma conjuntura política interna específica. A combinação destes dois elementos pode ser resumida em três pontos fundamentais:

a) Uma conjuntura europeia marcada pelo sucesso e consolidação das experiências alemã e italiana, pela sua política agressiva, pela difusão do autoritarismo por outros países do continente europeu e, sobretudo, pelo deflagrar da Guerra Civil de Espanha, com o reconhecimento do Estado Novo, dos perigos que o triunfo das esquerdas traria para a estabilidade do regime (...)

b) uma conjuntura interna marcada pela luta política (...) de um lado, a canalização para a Legião Portuguesa de uma certa pressão de base correspondente aos desejos e aspirações da direita radical (...); de outro lado, o desenvolvimento do processo de subordinação do Exército ao Estado Novo e a Salazar, que conhece um ponto alto em 1936 com a criação de determinadas instituições exteriores às Forças Armadas que lhe retiram o monopólio exclusivo do uso da força e da violência, como é o caso da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa;

c) alguma agitação oposicionista sentida em Portugal no ano de 1936, apontada pelo próprio regime como justificação para o surgimento da Legião Portuguesa e para a intensificação dos meios de controlo e de repressão do Estado Novo sobre os cidadãos (...).³¹⁵

Foi justamente essa intensificação dos meios de controle e repressão, que inclui a criação da Mocidade e da Legião, que auxiliou o Estado Novo a se estabelecer solidamente, vindo a configurar a mais longa experiência autoritária da Europa Ocidental contemporânea.³¹⁶ A constituição de 1933 legitimou os princípios fundamentais do Estado salazarista, que rompia definitivamente com o modelo da Primeira República. Pode-se afirmar que o Estado Novo baseava-se

³¹⁴ Ibid, p. 35.

³¹⁵ Ibid, pp. 36-37.

³¹⁶ ROSAS, 1998, op. cit., p. 13.

em quatro princípios fundamentais: o nacionalismo corporativo, a ideia de um Estado forte, o intervencionismo econômico e social, e o imperialismo colonial.³¹⁷

Por Estado corporativo, o salazarismo entendia a substituição dos partidos políticos por federações, confederações e associações. Através destas organizações controladas pelo Estado, se daria a participação política da sociedade. Nas corporações os interesses de patrões e empregados seriam harmonizados visando o interesse nacional comum.³¹⁸ Sob forte influência do modelo italiano de Mussolini, o Estado Novo português regulamentou a representação corporativa através dos chamados “Elementos Primários” (sindicatos nacionais; grêmios; casas do povo; e casas dos pescadores) e dos “Elementos Secundários” (Federações Nacionais; Federações Regionais; e Uniões). Além destas, havia as corporações propriamente ditas, que podiam ser econômicas, morais ou culturais.³¹⁹ Acima de tais organizações, estariam os elementos “naturais” do Estado, como a família, a freguesia³²⁰ e o município. O próprio Salazar, em discurso proferido em 1930, explicou a concepção corporativa do Estado Novo:

Representando interesses legítimos a integrar-nos da colectividade, é tendência do tempo e conveniência do estado que se multipliquem e alarguem as federações e confederações, para que, verdadeiramente, constituam factores componentes da nação organizada. Como tais, devem concorrer com o seu voto ou sua representação para a constituição das Câmaras, em que se deseja uma delegação verdadeiramente nacional. Mais uma vez se abandona uma ficção - o partido -, para aproveitar uma realidade - a associação. (...) Em suma: pretende-se construir o Estado social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade. As famílias, as freguesias, os municípios, as corporações onde se encontram todos os cidadãos, com suas liberdades jurídicas fundamentais, são os

³¹⁷ Ibid, pp. 179-183.

³¹⁸ MARQUES, 1996, op. cit., p. 419.

³¹⁹ As corporações econômicas, segundo a lei que as criava, constituíam “*a organização unitária das forças de produção, representando integralmente os seus interesses*”. As corporações morais existiam para fins de assistência, beneficência e caridade (hospitais, asilos, creches, casas pias, etc.). As corporações culturais visavam objetivos científicos, literários, artísticos ou de educação física (universidades, academias, associações científicas, literárias, artísticas e desportivas). MARQUES, 1996, op. cit., pp. 419-420.

³²⁰ Freguesias são as menores divisões administrativas dos municípios em Portugal.

organismos componentes da nação, e devem ter, como tais, intervenção directa na constituição dos corpos supremos do estado: eis uma expressão, mais fiel que qualquer outra, do sistema representativo.³²¹

Por esta concepção corporativa de Estado, o cidadão deveria identificar-se com seus elementos “naturais” e participar das organizações referentes à sua posição social. Tais organizações seriam específicas para cada categoria profissional urbana, para os homens do campo, para os membros do clero, etc. Seria através do pertencimento a tais grupos que se daria a participação do cidadão – nos termos e limites impostos pelo Estado – na vida política da sua freguesia, do município e do país.³²²

O funcionamento do Estado era baseado em um forte controle sobre a vida do cidadão, através do cerceamento das liberdades de expressão, reunião e associação. O Estado de Direito deu lugar a um Estado de polícia, e a juricidade deu lugar à arbitrariedade administrativa.³²³ A censura à imprensa foi instituída em 1926 (embora regulamentada somente em 1933) e vigorou até 1974. Inicialmente aplicava-se aos periódicos, sendo gradativamente estendida para o teatro, cinema, rádio e televisão. De todos os mecanismos de repressão, a censura foi o mais eficiente. Visava não apenas assuntos políticos e militares, mas também morais e religiosos.³²⁴ Era defendida em nome da “preservação” da opinião pública e da ordem social, além de assumir também um caráter orientador e diretivo. Dessa forma, a censura trabalhava de maneira orquestrada

³²¹ SALAZAR, Oliveira. Princípios fundamentais da revolução política. Discurso proferido em 1930. In: **Discursos**. 5. ed. V. 1. Coimbra: Editora Coimbra, 1961, pp. 86-87.

³²² WIARDA, Howard J. Toward a Framework for the Study of Political Change in the Iberic-Latin Tradition: The Corporative Model. **World Politics**, Vol. 25, No. 2 (Jan., 1973), p. 229. Cambridge University Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2010494>>. Acesso em julho de 2012.

³²³ Conforme Manuel Braga da Cruz, “apesar de a subida de Salazar ao poder (...) se destinar a pôr termo à ditadura militar instaurada após o golpe de Estado de 1926 e à constitucionalização de um novo regime, o que é facto é que o salazarismo se haveria de tornar numa ditadura civil, ou melhor, numa ditadura pessoal do próprio Salazar. O Estado de Direito pretendido teórica e constitucionalmente pelo salazarismo acabaria, na prática administrativa e governativa do regime, por se transformar num Estado policial e numa ditadura constitucionalizada.” CRUZ, Manuel Braga da. Salazar e a Política. In: SILVA, A. E. Duarte. Et. al. **Salazar e o Salazarismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989, p. 66.

³²⁴ MARQUES, 1996, op. cit., pp. 650-651.

com o Secretariado de Propaganda Nacional, evidenciando a aliança entre os serviços de repressão e de inculcação ideológica.³²⁵

Em 1933 foi criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que em 1945 seria transformada na Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Ambas as instituições tinham entre suas atribuições a função de polícia política do Estado Novo. A polícia política era encarregada da vigilância de eventuais ameaças contra a segurança do Estado, da instrução de processos a serem encaminhados aos tribunais especiais, e do controle das prisões especiais, criadas para os presos políticos. As mais famosas foram as de Aljube, Caxias, Peniche e o Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Esse conjunto formado pela polícia política, tribunais especiais e prisões especiais formava o que poderíamos chamar de “Justiça Política”, sendo que a PIDE dispunha de controle quase integral sobre todas as fases desse sistema, chegando a configurar praticamente um “Estado dentro do Estado”.³²⁶ Essa estrutura corporativa, com um partido político único e organizações representativas controladas pelo governo, bem como o controle policial sobre as atividades políticas, forneciam uma artificial aparência de harmonia social, em comparação com os agitados anos da Primeira República.

As forças reunidas para formar o Estado Novo não eram homogêneas. Salazar era claramente identificado com os meios católicos, mas aliou-se com outros setores da direita: os oficiais reacionários das Forças Armadas, os republicanos conservadores, os monarquistas, parcela da direita radical, etc. Na construção dessa síntese política, o salazarismo salvaguardava ou sacrificava ora uns, ora outros dos movimentos que compunham sua base de apoio.³²⁷ União Nacional teve papel fundamental no sentido de servir como local de confluência e de discussão dessas diversas correntes ideológicas. Talvez, o principal elemento aglutinador dessas diversas tendências apoiadoras do Estado

³²⁵ CRUZ, 1989, op. cit., p. 66.

³²⁶ Ibid, pp. 66-67.

³²⁷ CRUZ, Manuel Braga da. O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. **Análise Social**, vol. XVIII (70). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1982, p. 137.

Novo tenha sido o nacionalismo. Em Portugal, o nacionalismo apresenta uma relação tão próxima com a “*Revolução Nacional de 28 de Maio*”, que as variadas famílias políticas que aderiram ao Estado Novo o tomaram como inerente à sua cultura política. É possível falar, no interior da situação, de um nacionalismo monárquico, de um nacionalismo integralista e de um nacionalismo católico.³²⁸

Sob a ótica nacionalista, o Estado Novo era visto como a “institucionalização do destino nacional”. Não se tratava de apenas mais um regime de governo na história portuguesa, mas sim a retomada do verdadeiro curso histórico da Pátria. Era uma visão ontológica do salazarismo associada a um destino mítico da Nação.³²⁹ Este destino mítico da Nação estava relacionado com a idéia de uma missão colonizadora e evangelizadora, representada pelo Império Colonial Português.³³⁰ Conforme o Acto Colonial de 1930, (alterado em 1935), consistia em essência orgânica da Nação Portuguesa “*desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar populações indígenas que neles se compreendam.*”³³¹ Através do Acto Colonial o Estado Novo institucionalizou e regulamentou o mito do Império Colonial Português. A Nação, sob o comando de Salazar, seguia sua vocação natural, dando prosseguimento à saga iniciada pelos navegadores, santos e cavaleiros.³³² Conforme o próprio Salazar afirmou em discurso de 1933, “*a Nação tem decididamente a vocação do heroísmo, do desinteresse, da acção civilizatória, da grandeza imperial.*”³³³ Dessa forma, o mito do Império Colonial

³²⁸ MARCHI, Riccardo. **Folhas ultras**: as idéias da direita radical portuguesa (1939-1950). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009-b, p. 18.

³²⁹ ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, v. XXXV (157), 2001, p. 1034.

³³⁰ “*Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português.*” Artigo 3º da Nova publicação do Acto Colonial, com as alterações constantes da lei n.º 1:900, de 21 de maio de 1935. Publicado no Diário do Governo de 1º de agosto de 1935, p. 1137. Disponível em: <www.dre.pt>. Acesso em janeiro de 2013.

³³¹ Artigo 2º da Nova publicação do Acto Colonial, com as alterações constantes da lei n.º 1:900, de 21 de maio de 1935. Publicado no Diário do Governo de 1º de agosto de 1935, p. 1137. Disponível em: <www.dre.pt>. Acesso em maio de 2012.

³³² ROSAS, 2001, op. cit., p. 1034.

³³³ SALAZAR, António de Oliveira *apud* MIGUEL, Ruy. **Salazar**: o pensamento intemporal. Lisboa: Nova Arrancada, 2004, p. 22.

modernizar a sociedade. Na realidade, o Estado Novo surgiu como uma reação conservadora à experiência de modernização oriunda da Primeira República. Conforme Manuel Braga Cruz:

O nosso nacionalismo, que tem na origem uma problemática colonial – costume dizer que a problemática colonial está no começo e no fim do regime, é quase a sua quinta essência a explicar a sua natureza – é, por isso mesmo, um nacionalismo de conservação; o propósito não era expandir, não era anexar em termos de política externa; era integrar, manter, conservar. Em termos internos e em termos externos, a grande preocupação do Estado Novo – de uma forma sintética e em termos ideológicos – era reintegrar Portugal na tradição, corrigir aquele epifenómeno modernizante que tinha constituído a Primeira República e reinserir o País na mesma linha histórica tradicional.³³⁶

Outra particularidade do nacionalismo salazarista dizia respeito à ausência de mobilização política das massas. Tratava-se de um regime de “*neutralização da vida política*” que, nas palavras de Manuel Braga Cruz, pretendia “*fazer das massas um sujeito passivo de inculcação e nunca um sujeito ativo da vida política*”.³³⁷ Ao contrário de seus contemporâneos nacionalistas alemães e italianos, o regime do Estado Novo português buscava a apatia das massas, e não a sua agitação. Salazar foi relutante em convocar as multidões para as ruas. Mais do que buscar visibilidade, ele se tornou uma figura discreta.³³⁸ De acordo com Salazar, seu regime era popular, mas não de massas. A relação do salazarismo com estas era de “*fazer diminuir a febre*”, “*arrefecer a vida política*” e “*acalmar os espíritos*”. A política era responsabilidade do governo, e não do povo.³³⁹

³³⁶ CRUZ, Manuel Braga. Nacionalismo e autoritarismo no Estado Novo. In: SANTOS, Boaventura de Souza (dir.). **25 de Abril**: Textos científicos. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, 2000, p. 38.

³³⁷ CRUZ, 2000, op. cit., p. 39.

³³⁸ BIRMINGHAM, David. **A Concise History of Portugal**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 159.

³³⁹ CRUZ, 2000, op. cit., p. 39.

3.3.1. O Movimento Nacional-Sindicalista (N/S)

Portugal nunca viu um partido político verdadeiramente fascista. Todavia, dentre todos os grupos e grupelhos que a direita radical conseguiu criar, o Movimento Nacional-Sindicalista (N/S) de Rolão Preto configurou a expressão mais significativa de um movimento fascista em Portugal.³⁴⁰ Foi através do N/S que Portugal testemunhou o conjunto orquestrado de propaganda, uniformes, desfiles para-militares, canções nacionalistas, ritualização do culto ao líder e os confrontos de rua, típicos dos movimentos fascistas dos anos 1920 e 30.³⁴¹

Fundado em 1932, o N/S tem suas raízes no Integralismo Lusitano, mais especificamente na sua ala mais radical e próxima do fascismo. Em termos gerais, pode-se afirmar que o Nacional-Sindicalismo representou a *fascistização* do Integralismo Lusitano (ou do que restava dele em 1932).³⁴² Além nos fascismos europeus, foi também inspirador do N/S português o seu congêneres espanhol, nascido em 1931, especialmente através dos exemplos próximos de Onésimo Redondo e Ledesma Ramos.³⁴³ Formado majoritariamente por estudantes, esse grupo dissidente do IL já vinha se estruturando desde fevereiro de 1932 em torno do jornal acadêmico *A Revolução*. A maioria desses estudantes era constituída por alunos das faculdades de Letras e Direito da Universidade de Lisboa. O editor era José de Almeida Carvalho e os redatores eram, entre outros, Chaves de Almeida, Alberto de Monsaraz, António Tinoco e António Pedro. Este poeta e pintor era o chefe de redação do jornal, e viria a ser o seu mais importante ideólogo. Em seu primeiro editorial, de 15 de fevereiro de 1932, António Pedro apresentou os princípios radicais que norteariam aquela publicação:

³⁴⁰ PINTO, 1994, op. cit., p. 16.

³⁴¹ PINTO, António Costa. "Caos e ordem": Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. In: **Histórias da política autoritária**: integralismos, nacional sindicalismo, nazismo, fascismos. Silva, Giselda Brito et. al. (orgs). Recife: UFRPE, 2010, p. 46.

³⁴² PINTO, 1994, op. cit., pp. 99-102.

³⁴³ MEDINA, 1978, op. cit., p. 12.

Politicamente, queremos a integração de Portugal no seu destino de Império, liberto da algazarra sacrílega e grotesca da democracia parlamentar, numa ordem nova hierárquica e autoritária. (...) Economicamente, a supressão da liberdade de concorrência (...) e a sua substituição por uma economia dirigida centralmente pelo Estado no sentido do interesse nacional. (...) Socialmente, a defesa da família e a organização corporativa das profissões numa sindicalização obrigatória.³⁴⁴

Nas páginas do *Revolução*, eram comuns os artigos – muitos deles assinados com pseudónimos – a idolatrar o fascismo italiano, o nazismo alemão e seus líderes. Por exemplo, no número 69, de 1º de junho de 1932, Alberto de Monsaraz (sob o pseudónimo “Évora Macedo”) comemorava as recentes vitórias de Hitler nas disputas internas do NSDAP escrevendo “*Hitler marcha alegremente à conquista da Alemanha. Celebra-se o noivado. Está próximo o dia da boda. Vai consumir-se o casamento.*”³⁴⁵ De forma semelhante, Rolão Preto, Luís Forjaz Trigueiros, António Tinoco e outros nacional-sindicalistas demonstravam sua simpatia pelo fascismo e nazismo no *Revolução*. Rolão Preto chegou a escrever: “*A Itália organizou o sindicalismo nacional e salvou-se ou está em vias de se salvar; a Alemanha organizou o nazismo e está no bom caminho.*”³⁴⁶

Na propaganda do Nacional-Sindicalismo percebe-se uma constante tentativa de vinculação do movimento com os fascismos “autênticos”. Esta seria, inclusive, uma característica a delimitar a fronteira entre o N/S e o salazarismo. Os fascismos constituíam um elemento fundamental de identidade e um referencial para a ação política e a propaganda do N/S. Entre os dirigentes no Movimento Nacional-Sindicalista, as opiniões sobre o nazismo alemão iam do apoio com reservas, ao apoio incondicional. Em relação ao fascismo italiano, o apoio era total.³⁴⁷ Francisco Rolão Preto considerava que o fascismo europeu e o

³⁴⁴ PEDRO, António. Editorial. **Revolução**, n. 1, 15 de fevereiro de 1932, p. 1, *apud* PINTO, 1994, op. cit., p. 96.

³⁴⁵ MACEDO, Évora *apud* MEDINA, 1978, op. cit., p. 114.

³⁴⁶ PRETO, Francisco Rolão. *Revolução*, n. 114, de 23 de julho de 1932, *apud* MEDINA, 1978, p. 116.

³⁴⁷ PINTO, 1994, op. cit., pp. 133-134.

Nacional-Sindicalismo eram “filhos das mesmas angústias sociais”, porém com características próprias que os distinguiam:

O Fascismo, o Hitlerismo são totalitários divinizadores do Estado cesarista, nós outros pretendemos encontrar, na tradição cristianíssima do Povo Português, a fórmula que permita harmonizar a soberania indiscutível do interesse nacional com a nossa dignidade de homens livres, de vivos seres espirituais...³⁴⁸

O radicalismo da ideologia política expressa no Jornal Revolução era visto com desconfiança pelos membros mais antigos do Integralismo Lusitano. Francisco Rolão Preto, convidado para assumir a direção do jornal³⁴⁹, e Alberto Monsarraz foram os únicos membros da Junta Central do IL que abraçaram a causa dos jovens radicais de inspiração fascista. Rolão Preto era considerado o líder natural e necessário para quem o movimento afirmava lealdade e obediência.³⁵⁰ Os estatutos do N/S davam o controle total da organização para o seu líder. Era Rolão Preto quem dava a última palavra em qualquer decisão relativa ao movimento.

No uniforme, Preto distinguia-se dos outros dirigentes por ser o único autorizado a utilizar a braçadeira com a *Cruz de Cristo* sobre fundo branco. Especialmente a partir de 1933-34 passou-se a realizar um verdadeiro culto à personalidade do líder nacional-sindicalista. As publicações do N/S referiam-se a Rolão Pedro como “*O Chefe*”. A adesão de novos membros ao movimento passou a ser realizada sob um juramento de fidelidade com o N/S e seu supremo líder, o “*Doutor Francisco Rolão Preto*”.³⁵¹ Sob seu comando, parte da desconfiança inicial foi quebrada e muitos núcleos integralistas aderiram ao movimento, conferindo ao mesmo uma organização rápida em escala nacional. O Nacional-Sindicalismo estruturou-se em torno de um núcleo central, jovem e

³⁴⁸ PRETO, Francisco Rolão *apud* PINTO, 1994, op. cit., p. 133.

³⁴⁹ Francisco Rolão Preto assumiu a direção do jornal Revolução no número 65, de 28 de maio de 1932. Antes, ele já havia colaborado com o jornal publicando alguns artigos em edições esparsas.

³⁵⁰ PINTO, 1994, op. cit., p. 23 e p. 97.

³⁵¹ PINTO, 2010, op. cit., p. 45.

fascista, localizado em Lisboa. Nas suas margens, incorporava os antigos núcleos do IL, que representavam o conservadorismo provinciano das elites locais.

O N/S herdou o nacionalismo integralista, que era característico de todas as variantes da direita radical daquele momento. Porém, o N/S rompeu com o apelo tradicionalista e monarquista do Integralismo Lusitano. Embora o monarquismo não tenha sido totalmente excluído do discurso do Nacional-Sindicalismo, certamente ele perdeu a importância que tinha na época dos integralistas. O discurso nostálgico foi substituído pela apologia de uma nova ordem.

O posicionamento restaurador foi trocado pela condição revolucionária.³⁵² O pensamento contra-revolucionário característico dos primórdios do Integralismo, construído no contexto de derrubada da monarquia e instauração da república, foi substituído pela pregação da revolução total. Em 1932 o liberalismo já havia sido derrubado. Se o integralista era um contra-revolucionário, o nacional sindicalista será um homem da revolução. Principalmente através da atuação de António Pedro, o N/S buscou representar para seus jovens seguidores um ideal de modernidade, em contraposição ao “antiquado” liberalismo. A modernidade nacional-sindicalista, atrelada no modelo fascista, era representada através da pregação de um regime de governo “*forte, imperialista e construtor*”.³⁵³ Conforme folheto de propaganda nacional-sindicalista de 1933, são seis as bases do Estado N/S: família, tradição, município, sindicato, corporação e Nação. O mesmo folheto define o nacional-

³⁵² Um exemplo do sincretismo entre a antiga ideologia monarquista e a nova ordem revolucionária pôde ser visto no número 121 do *Revolução*, de 1º de agosto de 1932, que mostrava a fotografia do filho do Kaiser alemão, vestido em uniforme nazista, a realizar um discurso. No número 118, Rolão Preto, ao comentar sobre a proximidade das eleições na Alemanha, já questionava sobre a possibilidade de restauração da monarquia naquele país. Ver: MEDINA, 1978, op. cit., pp. 116-117.

³⁵³ PINTO, 1994, op. cit., pp. 103-105.

sindicalismo como anticomunista, antiliberal, antidemocrático, antiburguês, anticapitalista e anticonservador.³⁵⁴

Adotando a simbologia das camisas azuis, os nacionais-sindicalistas promoviam manifestações e comícios onde arregimentavam novos membros. No primeiro aniversário do *Jornal Revolução*, foi realizado em Lisboa o primeiro comício nacional-sindicalista de âmbito nacional. Enquanto o Nacional-Sindicalismo crescia, aumentava a violência política. Confrontos de rua entre os nacionais-sindicalistas e militantes antifascistas eram comuns nos eventos promovidos pelo N/S. Após uma série de incidentes violentos em comícios pelo interior de Portugal, o governo iniciou investigações e punições no que constituiu o início do processo que levaria à proibição do movimento.³⁵⁵

O Nacional-Sindicalismo constituiu a mais bem sucedida tentativa da direita radical portuguesa de infiltrar-se no movimento operário/sindical. O N/S constituiu uma alternativa “sindicalista orgânica” ao “internacionalismo vermelho”. O *Jornal Revolução* apresentava uma seção intitulada “Página do Operário”, um suplemento que podia ser destacado e distribuído gratuitamente. Nele eram denunciados os baixos salários da classe operária e a falta de diálogo entre patrões e empregados, além de realizar críticas ao movimento sindical de orientação comunista.³⁵⁶ Bem ao contrário do elitismo intelectual que caracterizava o Integralismo Lusitano, o N/S tinha a preocupação de apresentar uma simplificação ideológica para o consumo das massas. Preocupou-se também o N/S em formar quadros políticos operários e sindicais. A partir do segundo semestre de 1932, o movimento passou a inaugurar “casas sindicais” pelo país. Estas funcionavam como sedes do movimento e também como “centros de sociabilidade, formação e propaganda do sindicalismo orgânico”.

³⁵⁴ Folheto de propaganda “O Ressurgimento”, Funchal, 28 de maio de 1933, *apud* MEDINA, 1978, op. cit., pp. 14-15.

³⁵⁵ PINTO, 1994, op. cit., p. 117.

³⁵⁶ *Ibid*, pp. 118-119.

Além das casas sindicais, muitas delegações nacionais-sindicalistas já possuíam seções operárias e serviços de apoio aos trabalhadores.³⁵⁷

As relações entre o Nacional-Sindicalismo e o governo de Salazar sempre foram distantes. Embora nos seus primórdios o N/S demonstrasse apoio à ditadura, a recíproca nunca foi verdadeira. Salazar procurou ignorar o N/S o quanto pode. Quando o movimento cresceu de forma significativa, o ditador buscou afirmar seu afastamento em relação à organização. Salazar havia conseguido estabilizar a economia do país e contava com significativo apoio popular. Não havia necessidade de transformar o seu estável regime autoritário em uma aventura totalitária nos moldes fascistas no N/S.

Diante da ausência de apoio governamental, a crítica à ditadura de Salazar passou a frequentar os discursos dos líderes do N/S, especialmente de Rolão Preto. Até 1933, o governo de Salazar evitou o confronto direto com os nacional-sindicalistas. Nos bastidores, apoiou um grupo de dirigentes que tentou remover Rolão Preto do cargo máximo do movimento. Todavia, tal tentativa não obteve sucesso. Em setembro de 1933, não mais podendo ignorar o crescimento nacional-sindicalista, Salazar declarou o movimento como ilegal e seus líderes exilam-se na Espanha. Salazar buscou cooptar os militantes N/S através de uma nota oficial, publicada na primeira página do Diário de Notícias de 29 de julho de 1934. Nela, os nacionais-sindicalistas eram convidados a ingressarem na União Nacional, visto que o N/S havia se transformado em um “*elemento perturbador e de desagregação das forças nacionalistas do Estado Novo*”.³⁵⁸

Alguns de seus líderes acabariam mesmo por se converter ao Salazarismo, promovendo uma cisão no interior do movimento. Migraram para o Salazarismo nomes como Dutra Faria, Ramiro Valadão, Castro Fernandes, José Cabral, Pires de Lima, Cabral de Moncada, etc. Permaneceram leais ao chefe Rolão Preto seus seguidores mais fiéis: Garcia Domingues, António Lepierre

³⁵⁷ Ibid, p. 121.

³⁵⁸ MEDINA, 1978, op. cit., p. 10.

Tinoco, António Pedro, Alberto de Monsaraz, etc.³⁵⁹ Em setembro de 1935, o que restou do N/S, juntamente com outros grupos de oposição, tentou derrubar Salazar a partir de uma revolta militar em Lisboa.³⁶⁰ Foi o “canto do cisne”. A derrota dessa intentona, descoberta e abortada pela polícia, marcou o fim definitivo do movimento.

Em 1936, com a eclosão da Guerra Civil Espanhola, Salazar alinha-se diplomaticamente com Alemanha e Itália, em uma posição de apoio aos militares golpistas. Portugal recusou-se a aderir ao acordo de não intervenção de iniciativa francoinglesa e rompeu relações diplomáticas com o governo republicano espanhol. A partir de Lisboa, o embaixador espanhol Nicolás Franco, irmão do General Francisco Franco, dirige a chamada *embaixada negra*, que recebe apoio logístico e militar do governo português. Conforme Manuel Loff, “*Não há motivos razoáveis para que possam restar hoje quaisquer dúvidas sobre a qualificação de pura ingerência que há que atribuir à actuação do Salazarismo perante o conflito (...)*”.³⁶¹ Salazar foi contra todas as propostas de mediação internacional do conflito e reconheceu oficialmente o governo de Franco um ano antes da derrota republicana.³⁶² De fato, a amizade com a Espanha franquista viria a consistir um dos grandes pilares da política externa do Estado Novo.³⁶³

Assim como seu vizinho peninsular, Portugal assumiu posição de neutralidade durante a II Guerra Mundial. Mesmo com as invasões de australianos (1941) e japoneses (1942) no Timor, a ingerência japonesa em Macau, e a ameaça de uma invasão alemã³⁶⁴, Portugal não abandonou sua

³⁵⁹ Ibid, pp. 10-11.

³⁶⁰ MARQUES, 1996, op. cit., p. 628.

³⁶¹ LOFF, Manuel. A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa. In: **Ler História**, n. 51. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2006, p. 2. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23079/2/manuelloffmemoria000092863.pdf>>. Acesso em janeiro de 2013.

³⁶² Idem.

³⁶³ ROSAS, 1998, op. cit., p. 265.

³⁶⁴ Provavelmente, o principal motivo para a não realização de uma invasão alemã em Portugal, prevista para acontecer no outono/inverno de 1940, tenha sido o ataque destemperado de Mussolini à Grécia. Ver: MARQUES, 1996, op. cit., p. 630.

estratégia de neutralidade, assumida em nota oficial logo em 1º de setembro de 1939, imediatamente após a invasão nazista da Polônia.

3.3.2. A direita radical nos meios acadêmicos

Ao desenhar-se a vitória dos aliados no conflito, a oposição ao salazarismo ganhou força aproveitando a tendência dos ventos democráticos. Ao mesmo tempo, no plano econômico, Portugal passava por um processo de inflação e queda dos salários. Nesse contexto, a oposição buscou reorganização e a possibilidade de um golpe de estado contra Salazar, com a participação de setores descontentes das Forças Armadas e com apoio dos países aliados, era uma “*sombra ameaçadora*” que pairava sobre o regime.³⁶⁵

Todavia, o regime sobreviveu. A neutralidade durante a II Guerra possibilitou a manutenção do Império pluricontinental. Portugal posicionou-se de maneira alinhada ao bloco ocidental, na nova ordem mundial bipolar advinda do fim da Guerra. O Estado Novo não assumiu a defesa dos autoritarismos derrotados, nem houve uma guinada para a direita na condução do salazarismo. Os traços da direita radical portuguesa do pós-Guerra devem ser rastreados em culturas políticas minoritárias, em elites intelectuais marginalizadas e não na cultura oficial do regime.³⁶⁶

Exceto pela atuação do Nacional-Sindicalismo, a passagem da direita radical durante o primeiro bloco do Estado Novo foi bastante discreta. Para além do N/S, não foram criadas outras organizações relevantes que reunissem as forças da direita mais radical. Principalmente após o advento da II Guerra Mundial, e até o início dos anos cinquenta, a atuação da direita radical portuguesa concentrou-se nos meios acadêmicos. Personagem central da militância pró-fascista do período foi o professor Alfredo Pimenta, que já havia transitado nos meios integralistas, monarquistas e católicos, antes de aderir ao

³⁶⁵ GÓMEZ, Hipólito de la Torre. **O Estado Novo de Salazar**. 2. ed. Alfragide: Texto, 2011, p. 59.

³⁶⁶ MARCHI, Riccardo. As direitas radicais no Estado Novo (1945 – 1974). **Ler História**, n. 57, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2009-a, p. 95.

salazarismo. Chegou mesmo a ser contratado, em 1933, pelo Secretariado de Propaganda Nacional, para elaborar, juntamente com Augusto da Costa, o *corpus* ideológico da Acção Escolar Vanguarda.³⁶⁷ Durante a Guerra, Alfredo Pimenta foi o único intelectual oriundo do Integralismo Lusitano que atuou abertamente, em Portugal, a favor do nazi-fascismo.³⁶⁸ Militou ativamente através do periódico pró-fascista *A Esfera*, do qual era colaborador recorrente. Nas páginas daquela publicação, alertou para o derramamento do “*sangue generoso*” dos admiráveis jovens alemães, italianos, romenos, finlandeses, húngaros, espanhóis e franceses que se sacrificavam em prol da “*civilização católica e ocidental*”. No mesmo periódico, denunciou também a “*firma sinistra*” composta por maçons, católicos, judeus, protestantes, banqueiros e comunistas.³⁶⁹

Os outros núcleos da direita nacionalista portuguesa no âmbito do primeiro bloco do Estado Novo, (católicos, monarquistas, republicanos, tradicionalistas, etc.), não irão adotar abertamente o nazi-fascismo como uma alternativa política a ser apoiada. Dessa forma, o apoio português à extrema-direita alemã e italiana concentrou-se basicamente em torno de Alfredo Pimenta e alguns jovens estudantes universitários radicais. Tal grupo caracterizava-se por mesclar traços nacionalistas, monarquistas, católicos e contra-revolucionários.³⁷⁰ Não se interessaram em formar uma organização político-partidária, pois consideravam-se uma “*vanguarda idealista, (...) tropa de choque sempre pronta*”.³⁷¹ Não se

³⁶⁷ KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. **Análise Social**, v. XXVIII (122), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1993, p. 560.

³⁶⁸ MARCHI, 2009-b, op. cit., pp. 16-17.

³⁶⁹ “*É certo que pasmo, quando verifico que estão dominados pelo mesmo sinal, a maçonaria e católicos, os judeus e protestantes, a plutocracia e o bolchevismo, constituindo uma firma sinistra, obediente a um designo misterioso – porque eu não sou capaz de perceber que possa haver de comum, nos processos e nas intenções, entre maçons e católicos, judeus e protestantes, capitalistas ou banqueiros e os soviets, a não ser o ódio à Germânia por esta ter manifestado e continuar a manifestar a sua vontade de poder, e a sua ideologia hostil aos princípios, às tendências e aos propósitos da Revolução liberal-democrática do século XVIII.*” PIMENTA, Alfredo. Diante da Guerra. **A Esfera**, n. 43, 20 de abril de 1942, p. 9. Disponível em: <<http://www.direitasradicais.ics.ul.pt/?p=1318>>. Acesso em novembro de 2012.

³⁷⁰ MARCHI, 2009-b, op. cit., p. 221.

³⁷¹ Redacção. A nossa posição. **A Nação**, 15 de março de 1947, pp. 1-2, *apud* MARCHI, 2009-b, op. cit., p. 102.

identificavam no espectro político nem com a direita, nem com a esquerda: “*Radicais ou conservadores, direitas ou esquerdas, as facções parlamentares não passam de instrumentos dóceis nas mãos da maçonaria e da finança plutocrática.*”³⁷² Ao invés disso, preferiam a dicotomia “nacionais” ou “antinacionais”, onde cerravam fileira com os primeiros. Ser “nacional” significava estar alinhado com os interesses da Pátria, obrigatoriamente adotando uma posição nacionalista e cristã, e abraçando o modelo corporativo nos planos econômico e social. Em contrapartida, ser “antinacional” significava ser incompatível com tais princípios. Dessa forma, os “antinacionais” podiam ser tanto de direita quanto de esquerda.³⁷³

Após a derrota dos fascismos e o conseqüente término da guerra, o grupo de Pimenta – solidário com os derrotados – vai reunir-se em torno do semanário *A Nação* e do quinzenário *A Mensagem*. Estas duas publicações constituíram as trincheiras de combate da direita radical portuguesa entre 1946 e 1950. *A Nação* foi publicado entre 1946 e 1948, enquanto *A Mensagem* circulou entre 1946 e 1950. Logo em seu primeiro número, o “*semanário de actualidade política e literária*” *A Nação* constituiu um sucesso de vendas. Para isso contribuíram os generosos investimentos na qualidade gráfica do projeto e também as participações de conhecidos personagens da direita portuguesa, além da contribuição de nomes internacionais. Conforme Riccardo Marchi, o semanário tornou-se o único ponto de encontro das diferentes almas do nacionalismo radical português que tinham simpatizado com o nazi-fascismo e, após a derrota do Eixo, necessitavam de uma orientação política.³⁷⁴ *A Nação* irá conseguir, inclusive, reunir em torno da solidariedade aos derrotados, setores diversos da direita nacionalista que haviam se fragmentado durante os anos da Guerra:

Nas páginas de *A Nação*, todas as almas se reencontram: desde os contra-revolucionários puros aos monárquicos tradicionalistas, aos republicanos de extrema-direita, desde

³⁷² BRITO, António José de. No Reino das “Nuées”. *Mensagem*, n. 1, dezembro de 1946, p. 1. Disponível em: <<http://www.direitasradicais.ics.ul.pt/?p=1523>>. Acesso em novembro de 2012.

³⁷³ MARCHI, 2009-b, op. cit., pp. 104-106.

³⁷⁴ *Ibid*, p. 81.

conservadores católicos de cariz integrista aos jovens neofascistas crescidos no mito consolidado da Guerra de Espanha e das revoluções nacionalistas dos anos 30.³⁷⁵

A *Mensagem* foi fundada por estudantes da Universidade de Coimbra, que inicialmente formavam um grupo heterogêneo. Ali estavam representadas diversas tendências da direita nacionalista. Nos primeiros números, as páginas da publicação eram compartilhadas por colaboradores de ascendência integralista, monarquistas, e simpatizantes do fascismo. O catolicismo radical era o elemento de ligação entre todos os matizes da direita radical portuguesa daquele período: “*Para nós antes de tudo e acima de tudo está Deus.*”³⁷⁶ Muitos dos jovens intelectuais envolvidos no projeto da publicação eram declaradamente fascistas, como Caetano de Melo Beirão, Amândio César e António José de Brito. A ótica pró-fascista dominou a pauta do periódico a partir da chegada de Alfredo Pimenta ao corpo de colaboradores.³⁷⁷

A *Mensagem* focava sua atenção nas relações entre ideal fascista, fé monárquica e futuro do Estado evitando, todavia, alinhar-se com Washington no combate à ameaça vermelha. Parte da direita radical, apesar da condenação de Alfredo Pimenta a tal comportamento, aceitava a proteção militar norte-americana contra o “perigo” de um assalto da URSS contra a Europa Ocidental.³⁷⁸ A *Mensagem* contornava a questão, simplesmente evitando abordar a conjuntura internacional em suas páginas.

Na *Nação* e na *Mensagem*, eram considerados inimigos principais o comunismo internacional, a maçonaria, o sionismo, a democracia, a nova ordem mundial e o catolicismo progressista.³⁷⁹ Internamente, seus principais adversários eram os “*antisalazaristas*” do Movimento de Unidade Democrática, que

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Redacção. Cortes e Recortes. **Mensagem**, n. 7, 1º de dezembro de 1947, p. 7. Disponível em: <<http://www.direitasradicais.ics.ul.pt/?p=1523>>. Acesso em novembro de 2012.

³⁷⁷ MARCHI, 2009-a, op. cit., p. 96.

³⁷⁸ MARCHI, Riccardo. **Império, Nação, Revolução**: as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974). Alfragide: Texto, 2009-c, pp. 34-35.

³⁷⁹ MARCHI, 2009-a, op. cit., p. 96.

associavam ao comunismo.³⁸⁰ Demonstravam preocupação com a possibilidade do advento de um governo comunista através do sistema democrático, daí a defesa intransigente do regime autoritário:

Nos tempos conturbados que atravessamos, em que o Comunismo ateu e desnacionalizador, procura com todos os meios escravizar a Pátria ao Imperialismo moscovita, urge que meditemos nesse problema angustioso que é o Futuro de Portugal! A falibilidade do sistema electivo em que vivemos, não garante, de qualquer forma que possamos gozar sempre da ordem em que, mercê de uma governação a que é de justiça, prestar o devido preito, temos vivido. Uma surpresa eleitoral, poderá num momento colocar-nos perante este outro Dilema bem mais grave: Monarquia ou Comunismo; talvez que então a «questão do regime», não seja considerada de animo leve secundaria... Mas perante os factos consumados, será já demasiado tarde, para o acordar das consciências.³⁸¹

Ao contrário dos nacional-sindicalistas, a direita radical reunida em torno do jornal não tomou uma posição de afronta ao regime do Estado Novo. Permaneceram fiéis a Salazar, embora se denominassem uma “*oposição construtiva*”. Consideravam Salazar um “*governante inteligentíssimo, (...) o estadista mais preocupado com o bem-estar do povo, (...) a pessoa de maior capacidade de trabalho em Portugal*” todavia, cercado por “*uma fauna imensa de inúteis*”.³⁸² “Fauna” esta que evidenciava a identificação de “antinacionais” no âmbito da direita.

A “revolução” constituía um dos temas favoritos do grupo reunido em torno de Alfredo Pimenta. O Estado Novo era considerado herdeiro de uma ética revolucionária que interrompeu um ciclo histórico maléfico para os interesses nacionais de Portugal. Contudo, o regime era acusado de ter se afastado desse seu ideal revolucionário inicial. “*Perdeu-se o espírito revolucionário e as coisas*

³⁸⁰ MARCHI, Riccardo. A direita radical em Coimbra (1945-1974). **Análise Social**, v. XLIII (3^o), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008, p. 553.

³⁸¹ OLIVEIRA, Carlos Guerra de. Três Dilemas. **Mensagem**, n. 5, 28 de abril de 1947, p. 8. Disponível em: <<http://www.direitasradicais.ics.ul.pt/?p=1523>>. Acesso em novembro de 2012.

³⁸² O’NEILL, José. Ao serviço da pátria – uma vida gloriosa de trabalho. **A Nação**, 24 de abril de 1948, p. 1, *apud* MARCHI, 2009-b, op. cit., p. 102.

andam apenas sob o impulso, em queda, da velocidade adquirida inicialmente”, afirmava o editorial de 9 de agosto de 1947.³⁸³ Mais do que apenas uma queda de velocidade, o Estado estaria sendo traído (não por Salazar, mas por aqueles que o cercavam) e administrado segundo diretrizes típicas das democracias inorgânicas controladas pela *“burguesia maçônica e o capitalismo internacionalista.”*³⁸⁴

No mesmo sentido, outra crítica dirigida ao Estado Novo dizia respeito ao abandono da doutrinação revolucionária dos jovens. A Mocidade e a Legião Portuguesa não estariam sendo eficazes na formação político-doutrinária das novas gerações, tornando-as *“permeáveis às influências deletérias do inimigo”*.³⁸⁵ Nas páginas da *Mensagem*, o desencanto com o Estado Novo impulsionava críticas mais incisivas. Seus jovens colaboradores não viam com bons olhos a umbilical viculação do regime com a figura de Salazar, o que conferia à “revolução nacional” uma dependência aos acasos pessoais e políticos do líder.³⁸⁶ A impossibilidade de satisfação dos anseios radicais da jovem direita radical através do salazarismo, originava a defesa de um novo regime monárquico:

Estamos a custo a sair dum abismo, não voltaremos a cair nele! O que se tem feito nestes últimos anos em prol dum Portugal maior – e não tem sido pouco – não pode esvair-se em fumo na lenta decomposição dum regime do «centro» sem finalidades políticas ou na rápida decomposição duma ruínosa democracia republicana. Ainda menos se poderá pensar numa ridícula monarquia democrática ou numa feroz ditadura vermelha. O caminho é só um: Monarquia Nova! Tradicional nos seus fundamentos, revolucionária nas suas concepções.

³⁸³ Redacção. Dilema desta hora amarga... **A Nação**, 9 de agosto de 1947, p. 1, *apud* MARCHI, 2009-b, op. cit., p. 109.

³⁸⁴ GALVÃO, Medeiros. Autenticidade, extensão, permanência. **A Nação**, 30 de março de 1946, pp. 1-2, *apud* MARCHI, 2009-b, op. cit., p. 109.

³⁸⁵ CARVALHO, Affonso de. Temos uma doutrina... e a doutrinação? **A Nação**, 14 de fevereiro de 1948, pp. 1-2, *apud* MARCHI, 2009-b, op. cit., p. 114.

³⁸⁶ MARCHI, 2008, op. cit., p. 552.

Pela lógica, pelas necessidades políticas esta verdade impõe-se-nos.³⁸⁷

Após enfrentar uma série de dificuldades financeiras, falta de apoio, problemas com a censura, e mesmo um escândalo financeiro envolvendo seu diretor, José O'Neill, *A Nação* encerrou suas atividades no número 143, de 27 de novembro de 1948.³⁸⁸ *A Mensagem* encerraria suas atividades em 1950, ano da morte de Alfredo Pimenta e que coincide com o término dos estudos universitários da maioria dos jovens colaboradores do periódico.

3.4. O “segundo bloco” do Estado Novo (1950-1974)

O segundo grande bloco do Estado Novo, conforme a divisão de Fernando Rosas, corresponde ao longo período de agonia do regime e é delimitado entre o ano de 1950 e a Revolução dos Cravos, em 1974. Em um primeiro momento, correspondente à década de cinquenta, ocorreram transformações nas estruturas econômica e social, em especial os processos de industrialização e urbanização do país, e uma aparente recuperação da crise anterior.³⁸⁹ Sob influência da Guerra Fria, o governo assumiu uma postura ultraconservadora e recrudescer a repressão. Os anos cinquenta ficariam conhecidos como “os Anos de Chumbo” do Estado Novo.

Para a direita radical, não foram tempos favoráveis. *A Nação* havia encerrado suas atividades em 1948. Dois anos mais tarde, faleceu Alfredo Pimenta, o intelectual de referência da direita radical portuguesa da década anterior. Apesar de ter delineado as coordenadas para a militância dos radicais, não deixou um núcleo de seguidores suficientemente amplo e forte a ponto de

³⁸⁷ Redacção. Palavras necessárias. *Mensagem*, n. 7, 1^o de dezembro de 1947, pp. 6-7. Disponível em: <<http://www.direitasradicais.ics.ul.pt/?p=1523>>. Acesso em novembro de 2012.

³⁸⁸ MARCHI, 2009-b, op. cit., pp. 89-96. Segundo Marchi, conforme a entrevista com António José de Brito, José O'Neill, foi preso por ter desviado fundos da Caixa de Previdência do Pessoal da Indústria Corticeira, onde trabalhava, para saldar dívidas de jogo. Ver: MARCHI, 2009-c, op. cit., p. 16.

³⁸⁹ ROSAS, 1998, op. cit., pp. 13-15

constituir uma alternativa ideológica de peso dentro do Estado Novo.³⁹⁰ Os poucos discípulos de Alfredo Pimenta espalhavam-se em pequenos grupos desconectados pelo país.

A estabilidade dos anos cinquenta imobilizava a direita radical. Para os jovens radicais do período, somente uma crise no regime poderia lhes dar alguma visibilidade. Tal oportunidade viria a acontecer no final da década, quando o governo foi abalado politicamente com a candidatura do general Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958. A surpreendente campanha de Delgado, o *General Sem Medo*, mobilizou em todo país a oposição, que até esse momento parecia em estado latente. Francisco Rolão Preto manifestou apoio à candidatura delgadista. Parte da imprensa, mesmo sob censura, passou a criticar fortemente o governo. O Diário República, em 8 de maio de 1958, ousou publicar um editorial de capa intitulado “*Pela Liberdade: o pensamento e a atitude deste jornal frente ao Estado Novo e às próximas eleições presidenciais*”, onde criticava fortemente o governo salazarista acusando-o de perseguições políticas.³⁹¹

Logo abaixo, o mesmo jornal publicava a “*Proclamação de Abertura do General Humberto Delgado*”, dirigida a todos os cidadãos de todas as “*correntes liberais anti-totalitárias, não só da oposição declarada, como também dos próprios sectores descontentes da situação.*”³⁹² Em 15 de maio daquele ano, o

³⁹⁰ MARCHI, 2009-c, op. cit., p. 16.

³⁹¹ “...Estado Novo que, vai em mais de três décadas, tomou conta da governação pública. Durante tão longo período os portugueses republicanos democratas e liberais, que constituem (...) uma parte bem vultuosa da sua população, sofreram e sofrem, pelo simples motivo das suas idéias, os mais sérios prejuízos, já suportando, muitos, os horrores das prisões, da deportação ou do exílio, já tendo sido tantos afastados e demitidos de lugares que ocupavam por direito próprio, para não faltarem, mesmo, os que foram atirados para o aviltamento da maior miséria. (...) pior que tudo, temos o facto de portugueses sem conta, pela patriótica e sincera convicção com que vivem abraçados aos grandes ideais da liberdade e aos sublimes princípios da democracia, terem sido privados dos seus direitos políticos e civis e impedidos de darem a sua indispensável colaboração à vida pública, facto que constitui para a Pátria dano sem igual, pelo ambiente de permanente inquietação, insatisfação e desarmonia nacional que uma tal situação inevitavelmente cria”. *Pela Liberdade: o pensamento e a atitude deste jornal frente ao Estado Novo e às próximas eleições presidenciais*. **Diário República**, Lisboa, 8 de maio de 1958, p. 1.

³⁹² “*Pela Liberdade: o pensamento e a atitude deste jornal frente ao Estado Novo e às próximas eleições presidenciais*”. **Diário República**, Lisboa, 8 de maio de 1958, p. 1.

Diário República publicou artigo assinado por Rolão Preto, onde era exaltada a figura do General Delgado. Preto enfatizava nesse texto a participação de Delgado, ainda quando tenente, no movimento liderado por Gomes da Costa: “o que hoje reforça a autoridade excepcional de Humberto Delgado quando julga e condena o regime actual senão exactamente a atitude que o levou a condenar os erros do passado?”³⁹³

A campanha de Delgado expôs como nunca os problemas da ditadura de Salazar. Conseguiu mobilizar uma massa de apoiadores – desde comunistas até simpatizantes do fascismo – e a sua derrota nas urnas, por conta de uma apuração fraudulenta³⁹⁴, não encerraria os protestos, nas ruas e na imprensa, que uma vez iniciados, se prolongariam durante os anos seguintes.³⁹⁵ A direita radical aproveitou a situação para realizar movimentos organizativos e buscar articulação. Utilizando as contradições internas do governo salazarista, os idealizadores da revista aproximam-se do novo secretário do SNI, César Henrique Moreira Batista, que demonstra interesse no projeto de uma revista cultural de renovação nacionalista. Assim, em maio de 1959, foi criada a revista *Tempo Presente*, apoiada pela editora Panorama (vinculada ao SNI) e com uma autorização especial que a dispensava de qualquer censura prévia. Além disso, o SNI comprometia-se em adquirir metade da tiragem de cada número.³⁹⁶

A principal característica da revista era a apologia de uma nova ordem, herdeira e ao mesmo tempo renovadora, do nazi-fascismo. Não se tratava de uma revista de doutrinação teórica, mas antes uma publicação de atualidades de bom nível cultural e estético, graças em parte à colaboração de escritores não vinculados com a direita radical.³⁹⁷ Apesar das críticas ao regime em vigor, a *Tempo Presente* pregava a organização do Estado nos moldes do corporativismo

³⁹³ PRETO, Rolão. Um homem. **Diário República**, Lisboa, 15 de maio de 1958.

³⁹⁴ GÓMEZ, 2011, op. cit., p. 74.

³⁹⁵ Para evitar outra ameaça ao regime nos moldes da candidatura do General Delgado, em 1959 Salazar suprimiu a eleição direta para Presidente da República.

³⁹⁶ MARCHI, 2009-c, op. cit., pp. 19-20.

³⁹⁷ LOURENÇO, Eduardo. Fascismo e cultura no antigo regime. **Análise Social**, v. XVIII, (72-73-74), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1982, p. 1432.

antiliberal, inspirado no modelo italiano dos anos 20, ponto que a aproximava do salazarismo. Buscaram deixar clara a sua aversão ao catolicismo progressista de forma semelhante ao que ocorria no periódico *Mensagem*. Entretanto, ao contrário desta, a *Tempo Presente* abordava a conjuntura internacional em suas páginas. Em um contexto onde a invasão soviética não era mais plausível, a ameaça era o excesso de infiltração capitalista norte-americana. Contra isso, a revista defendia uma filosofia europeísta segundo a qual o homem encontra sua dimensão natural na comunidade orgânica. Fora da comunidade historicamente determinada, o homem não tem qualquer valor. É nela que estão as raízes naturais do tempo e do sangue.³⁹⁸ O europeu estaria negando a sua própria qualidade humana, ao aceitar uma unidade artificial.³⁹⁹ Para Antônio José de Brito, colaborador frequente da revista, pessoa e comunidade seriam a mesma coisa.⁴⁰⁰

Antônio José de Brito procurou definir conceitos teóricos que deveriam balizar a militância nacionalista. Para o autor, a Nação seria uma transmissão contínua de um patrimônio material e moral comum. Essa transmissão seria garantida por uma cadeia perpétua de gerações que pressupõe uma comunhão de sangue. Portanto, para garantir a preservação do patrimônio nacional, era necessário preservar a homogeneidade racial da comunidade. Todavia, Brito

³⁹⁸ O “nacionalismo universalista” pregado pela revista definia-se como uma terceira via entre o “*nacionalismo chauvinista, rancoroso e estreito*” e a “*estrangeirice irracional*”. Apesar da defesa da comunidade orgânica, o universalismo não contrariava as entidades supranacionais, como a Europa. MARCHI, 2009-c, op. cit., pp. 35-36.

³⁹⁹ “*O individuo que pertence à Europa, o Europeu, e, com ele, aquelas instituições e comunidades que a Europa criou, desde as universidades às nações, negar-se-ão, negarão a qualidade humana, ao caírem no egoísmo, no particularismo, ou na abstracção, na artificial e artificiosa unidade, inteiramente irreal e imaginaria, quando não é falsa, forçada e assassina.*” NOGUEIRA, Florentino Goulart. Europa. In: **Tempo Presente** n. 10, Lisboa, fevereiro de 1960, pp. 5-6.

⁴⁰⁰ “*...se a pessoa encontra em si, como exigência inegável e suprema, a ideia de comunidade, nós podemos sustentar que a autêntica pessoa, a pessoa que não mutile o seu próprio património moral, é a pessoa que se confunde com a comunidade. E também podemos dizer que, se a ideia de comunidade se encontra no âmago da pessoa, como sinónimo do seu aperfeiçoamento e radical dignificação, a comunidade é a verdadeira pessoa, a forma autêntica da personalidade. (...) Correctamente concebidas, pessoa e comunidade são a mesma coisa.*” BRITO, Antônio José de. Personalismo, transpersonalismo, superpersonalismo. In: **Tempo Presente**, Lisboa, n. 1, maio de 1959, pp. 3-21.

considerava aceitável a presença de estrangeiros, desde que estes se adaptassem à comunidade nacional sem perturbar seu desenvolvimento natural. Exceção feita no caso dos judeus, considerados “*inimigos natos de todas as nações*” aos quais deveria ser dedicada especial vigilância.⁴⁰¹

A direita radical manifesta na *Tempo Presente* considerava que a Europa era a “*mais alta realização espiritual do mundo*”⁴⁰² e cujos valores deviam ser defendidos e exportados. A Europa tinha uma missão civilizatória e Portugal, a Nação que deu “*novos mundos ao mundo*”⁴⁰³, era o melhor exemplo disso. Tal espírito civilizatório seria colocado em cheque com o início da Guerra Colonial⁴⁰⁴ em 1961. Dia 7 de março daquele ano, o embaixador dos EUA em Lisboa, Charles Burke Elbrick⁴⁰⁵, comunicou a Salazar a alteração de posição da administração Kennedy em relação à política colonial portuguesa. No contexto da Guerra fria, o governo de Washington passou a exigir a independência das colônias na África e Ásia, ameaçando Portugal com sanções na ONU. Em 15 de março, com apoio dos EUA, a União dos Povos de Angola lançou os sangrentos

⁴⁰¹ MARCHI, 2009-c, op. cit., p. 56.

⁴⁰² “*O ideal humano pede-nos, por conseguinte, que, em todos os planos, procedamos como Nacionalistas e Europeus. Defendamos a definição europeia dos valores. Defendamos as tradições europeias. (...) Consideramos que cada comunidade cultural será através de si própria que compreenderá e efectivará a civilização europeia, a mais alta realização espiritual do Mundo, desde há muitos séculos. Não se veja nisto a pretensão de aniquilar nações, soberanias e culturas não europeias. Desejamos, apenas, que a Europa se afirme como quem é, se intensifique e se una e se desenvolva.*” NOGUEIRA, Florentino Goulart. Europa. In: **Tempo Presente** n. 10, Lisboa, fevereiro de 1960, pp. 5-6.

⁴⁰³ “*Noutras épocas, demos «novos mundos ao mundo», criamos e difundimos civilização, dilatamos a Fé e o Império. É essa a nossa vocação: serviço. É essa a nossa missão: serviço. Portugal quer servir a causa da humanidade, os valores supremos. Portugal eleva, material e espiritualmente, os povos que descobriu e conquistou, trá-los ao convívio da civilização e da cultura, arranca-os ao estado primitivo e selvagem, desenvolve-os e aumenta-os, consolida-os e dá-lhes fisionomia nacional, portuguesa, integra-os, adopta-os, considera-os filhos como realmente são, porque a alma deles forma-se para a vida das sociedades e do mundo ao bafo criador de Portugal.*” NOGUEIRA, Florentino Goulart. Serviço e missão. In: **Tempo Presente** n. 22, Lisboa, fevereiro de 1961, pp. 4-5.

⁴⁰⁴ Guerra Colonial Portuguesa, Guerra do Ultramar, Guerra de Libertação ou Guerra de África: as expressões referem-se aos conflitos entre Portugal e os movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, ocorridos entre 1961 e 1974.

⁴⁰⁵ Trata-se do mesmo embaixador Elbrick que viria a ser sequestrado e libertado em 1969, em troca de presos políticos, quando era embaixador dos EUA no Brasil.

ataques no norte daquele país, no episódio que marcou o início da Guerra Colonial.⁴⁰⁶

Os radicais da *Tempo Presente* viriam a realizar em seus artigos uma defesa intransigente da manutenção do Império. A África era considerada um prolongamento político e geográfico da Europa e uma “colaboração” entre os dois continentes era considerada indispensável.⁴⁰⁷ A guerra era vista como resultado de uma aliança de Washington e Moscou contra a Europa. O suposto unir de forças capitalistas e comunistas contra Portugal seria responsável por uma guerra diplomática na ONU, pelo fornecimento de armas para os rebeldes na África e pelo doutrinação ideológico da burguesia antisalazarista, através da infiltração do pensamento pacifista falsamente humanitário.⁴⁰⁸

A *Tempo Presente* marcou posição da direita frente às publicações mais tradicionais da esquerda, como a *Vértice*, até julho de 1961, quando a publicação de direita radical foi extinta. A revista foi criticada pela esquerda, mas também por parte da direita nacionalista, que considerava seu projeto editorial muito vanguardista. Ao mesmo tempo, pressões políticas vindas do interior do regime exigiam o fim da ajuda do SNI a uma revista que direcionava ataques ao “imobilismo” do Estado Novo. Uma conjunção desses fatores levou ao encerramento da publicação.⁴⁰⁹

Além do grupo acadêmico vinculado à revista *Tempo Presente*, outra parcela da direita radical, menos intelectualizada, reuniu-se em outros pequenos grupos, especialmente a partir dos anos 60. Um deles foi o Movimento Jovem Portugal (MJP), criado em 1960 por Zarco Moniz Ferreira, filho de família abastada de Lisboa, funcionário do Banco de Angola e estudante da Faculdade

⁴⁰⁶ ROSAS, 1998, op. cit., p. 476.

⁴⁰⁷ “...a Europa não pode amputar-se da Africa, prolongamento europeu na política, em geografia física e em tradições. Nem os Árabes são insuperável obstáculo a esta realidade. Inteligentemente, Mussolini procedeu de tal modo que os Muçulmanos os intitularam seu protector. Uma colaboração é possível e é útil e é indispensável, para a manutenção da Europa.” NOGUEIRA, Florentino Goulart. Europa. In: **Tempo Presente** n. 10, Lisboa, fevereiro de 1960, pp. 5-6.

⁴⁰⁸ MARCHI, 2009-c, op. cit., pp. 39-40.

⁴⁰⁹ *Ibid*, pp. 22-23.

de Letras. No final daquele ano, o MJP lançou sua revista, a *Ofensiva*, e em maio de 1961 foi publicado o primeiro número do jornal do movimento, o *Ataque*. As duas publicações continham, ao lado de seus títulos, a iconografia da cruz celta.⁴¹⁰ O Movimento Jovem Portugal identificava seus principais inimigos como sendo o capitalismo, a maçonaria, o sionismo e o bolchevismo. Em contraposição a estes, apregoavam o sindicalismo nacional, a civilização cristã e o nacionalismo revolucionário, respectivamente.⁴¹¹ O MJP não se assumia como fascista, mas se assim fossem chamados, sentiriam-se honrados.⁴¹² Fascismo este que consideravam deturpado por uma máquina propagandística orquestrada pelos vencedores da guerra.⁴¹³ Buscando mobilizar a juventude em torno da direita radical, o MJP lançava argumentos que enfatizavam o papel dos jovens na história e a predominância da ação sobre a teorização:

Portugal foi (...) obra de jovens (...) temos a obrigação de dar continuidade à obra juvenilmente realizada através de nossa História. (...) Os valores da juventude foram empregados fecundamente durante 8 séculos para construir Portugal, temos de fazer o possível para que a inextinguível veia jovem da Pátria não se extravie indo engrossar a triste história das gerações que descarrilaram irremediavelmente. Para isso não basta só a doutrina expandida propagandisticamente (...) é necessária ainda mais a acção sobre as mentalidades intelectuais...⁴¹⁴

De fato, à diferença do grupo ligado à revista *Tempo Presente*, os membros da MJP levaram a militância juvenil ao nível da ação direta,

⁴¹⁰ A cruz celta é um símbolo utilizado por diversas culturas antigas na América, Ásia e Europa. Foi largamente utilizada pelos celtas, que alguns grupos de inspiração nazista consideram os arianos mais puros. Nos anos 1950, o símbolo foi usado pelo movimento francês *Jeune Nation* e pelo grupo belga *Mouvement d'Action Civique*, este criado em 1960. Após a proibição do uso da suástica na maioria dos países do mundo, a cruz celta foi adotada como principal símbolo dos grupos de ideologia *white power*, popularizando-se nos anos 80 e 90.

⁴¹¹ MARCHI, 2009-c, op. cit., p. 102.

⁴¹² “*Que uns nos apelidem fascistas, só nos honra*”. Editorial. **Ataque**, ano I, n. 3, julho-agosto de 1961, p. 1.

⁴¹³ “*...uma bem orquestrada máquina propagandística que vigora desde o fim do último conflito mundial. E isto, há dezasseis longos anos.*” Editorial. **Ataque**, ano I, n. 3, julho-agosto de 1961, p. 1.

⁴¹⁴ Juventude e História. **Ataque**, ano I, n. 3, julho-agosto de 1961, p. 2.

envolvendo-se em diversos episódios violentos. Costumavam sair armados com barras de ferro e mesmo com armas de fogo. Atuavam principalmente nos meios estudantis da Universidade de Lisboa, onde se confrontavam com organizações de esquerda. Fato este que tornava o MJP útil ao regime do estado Novo, que todavia o vigiava de perto, através de um agente da PIDE infiltrado no grupo.⁴¹⁵

Na conjuntura dos anos 1950-60, despontou uma figura importante no cenário político português. O advogado e professor universitário Marcello Caetano era oriundo dos meios integralistas, e ocupou cargos importantes dentro do Estado Novo. Foi comissário nacional da Mocidade Portuguesa (1940-1944), ministro das Colônias (1944-1947), e reitor da Universidade de Lisboa (1959-1962), entre outros cargos. Classificado por alguns como “liberal” e por outros como “representante da esquerda do regime”, Marcello Caetano propunha uma evolução reformista do regime autoritário. Nunca deixou de ser um partidário do Estado forte e corporativo, porém defendia uma relativa abertura no âmbito das liberdades e garantias individuais. Era favorável à modernização da economia, aos projetos desenvolvimentistas a nível industrial e a um plano nacional de reforma agrária.⁴¹⁶

O crescimento de Marcello Caetano e seus seguidores (os “marcelistas”) expunha as divisões internas do regime. A ala mais à direita do regime via o crescimento de Caetano com preocupação. Qualquer abertura era encarada como uma abertura ao “inimigo”, ao “comunismo” e à “desordem”. Evitar as reformas marcelistas significava, para a direita do salazarismo, prevenir o enfraquecimento do governo e postergar o processo que levaria ao fim do regime. Formada essencialmente por católicos conservadores, antigos integralistas, fascistas reformados e ex-monarquistas, a direita do Estado Novo reagiu ao cenário de uma possível reforma alinhando-se radicalmente com Salazar, visto como definitivo guardião da velha ordem e dos valores tradicionais. Como disse Fernando Rosas, essa direita constituía o escol puro e duro do salazarismo, sendo mesmo “*mais salazaristas do que Salazar*”. Tinham o apoio

⁴¹⁵ MARCHI, 2009-c, op. cit., pp. 72-107.

⁴¹⁶ ROSAS, 1998, op. cit., p. 453.

dos grandes e médios interesses estabelecidos sob o protecionismo, a burocracia, o colonialismo, o corporativismo e a repressão do Estado Novo: a indústria arcaica ligada ao comércio colonial, o latifúndio da agricultura tradicional e a elite da burocracia estatal.⁴¹⁷

Marcello Caetano crescia em popularidade, enquanto aguardava pelo momento vindouro de sucessão no comando do Estado Novo. Sua oportunidade começou a desenhar-se em 3 de agosto de 1968, quando um acidente doméstico incapacitou fisicamente Salazar. A queda de uma cadeira e o conseqüente impacto de sua cabeça no chão, (matida em segredo durante dezesseis dias), acarretariam ao Presidente do Conselho de Ministros sequelas irreversíveis, que o afastariam do cargo que ocupara durante trinta e seis anos. Esgotadas todas as tentativas de recuperação física de Salazar, coube ao Presidente da República, Américo Tomás, e ao Conselho de Estado a tarefa de escolher um substituto. Após longas deliberações, onde foram ouvidas autoridades políticas, militares e financeiras do regime, Marcello Caetano foi escolhido para suceder António Salazar na Presidência do Conselho de Ministros, vindo a tomar posse em 23 de setembro de 1968.⁴¹⁸

A posse de Caetano significou a vitória da corrente reformista do salazarismo. Todavia, o equilíbrio das forças internas do regime era frágil. A ala conservadora havia feito exigências para que o nome de Marcello Caetano fosse aprovado. Uma delas era a manutenção da Guerra Colonial e a defesa intransigente da manutenção das Colônias. A sombra de um golpe militar pairava sobre o novo governo, que inicialmente não alterou a política militarista na África. Por outro lado, o Marcelismo buscou reformar e modernizar a economia, implementando um plano desenvolvimentista, pró-europeu, e aberto aos investimentos estrangeiros. No âmbito social, melhorou as políticas de assistência e previdência, além de lançar uma ousada reforma no sentido de democratizar o acesso ao ensino.⁴¹⁹ Em uma atitude que indicava a tendência de

⁴¹⁷ Ibid, pp. 456-457.

⁴¹⁸ Ibid, p. 485.

⁴¹⁹ Ibid, pp. 486-487.

abertura, Marcello Caetano autorizou o retorno a Portugal de centenas de exilados de esquerda, sendo um deles Mário Soares. Também moderou a censura e assim teatros e cinemas passaram a exhibir peças e filmes de conteúdo social ou “imoral”. Livros antes considerados “subversivos” começaram a aparecer nas livrarias. Caetano também diminuiu os poderes da PIDE, que àquela altura eram quase totais, e passou-se a falar de forma mais livre nos lugares públicos.⁴²⁰ Esse conjunto de medidas trouxe popularidade ao novo governo e ficou conhecido como a “Primavera Marcelista”.

Todavia, a partir de 1970, o governo marcelista recuou nas suas políticas de abertura. Pressionado por greves e, sobretudo, movimentos estudantis inspirados no maio francês, o governo tomou uma série de medidas de caráter reacionário. Em primeiro lugar, manteve a Guerra na África, sob a justificativa de defender os interesses da população branca portuguesa, há muito tempo lá instalada. Cada vez mais soldados eram enviados para as áreas de conflito. Em Angola, por exemplo, no início da revolta, o contingente de militares portugueses era de nove mil homens. Em 1974 esse número havia aumentado para setenta mil. A PIDE também enviou uma quantidade significativa de agentes para a África, a ponto de seu efetivo naquele continente superar o seu efetivo em Portugal.⁴²¹

No plano interno, o governo marcelista publicou uma nova legislação sindical que permitia a destituição das direções “subversivas”. Além disso, houve um recrudescimento da repressão policial às manifestações de rua, tanto de trabalhadores quanto de estudantes. Em relação à crescente mobilização do movimento estudantil – cada vez mais mobilizado contra a Guerra Colonial – a polícia política foi acionada para fechar as associações acadêmicas mais ativas do país. Ao mesmo tempo, dezenas de estudantes foram presos ou incorporados compulsoriamente às Forças Armadas. A guinada policialesca do Estado se deu também contra o Partido Comunista Português, contra os católicos progressistas

⁴²⁰ MARQUES, 1996, op. cit., p. 641.

⁴²¹ Ibid, p. 706.

e diversas personalidades socialistas.⁴²² Muitos dos exilados que haviam retornado, incluindo Mário Soares, foram obrigados a exilarem-se novamente, para não serem presos.⁴²³

Entre 1972 e 1973 a crise social e política agravou-se, indicando que o final de uma longa história de autoritarismo se aproximava. O prolongamento e indefinição da Guerra Colonial desprestigiava as Forças Armadas. Milhares de soldados desertavam do Exército e buscavam uma vida no exílio, muitas vezes sob condições de pobreza. A crise econômica mundial também afetou o país, causando inflação e mobilização política (na oposição) de uma parcela da população anteriormente neutra. No início de 1974 a insatisfação dentro do Exército evidenciou-se através da publicação do livro do General Spínola, *Portugal e o Futuro*, onde eram tecidas duras críticas às políticas interna e externa do país, e nas entrelinhas, a ideia de um golpe militar era desenhada.⁴²⁴

Em 14 de março, Spínola foi destituído de suas funções. Dois dias depois, uma sublevação militar em Caldas da Rainha foi controlada pelo governo. Dia 25 de abril, um novo movimento militar deu fim ao regime autoritário. Com adesão da maioria das unidades, bem planejado e orquestrado, o movimento de 25 de abril dominou as principais cidades portuguesas em menos de doze horas e quase sem derramamento de sangue. Praticamente não houve resistência contra o movimento revoltoso. A direita radical, a PIDE e a Legião Portuguesa permaneceram inertes, indicando o estado de desagregação em que o regime se encontrava.⁴²⁵ O governo marcelista rendeu-se em Lisboa e seus principais líderes foram exilados. A Revolução dos Cravos, como ficou conhecido o movimento de 25 de abril de 1974, dava fim ao Estado Novo português.

⁴²² ROSAS, 1998, op. cit., pp. 490-491.

⁴²³ MARQUES, 1996, op. cit., p. 642.

⁴²⁴ Ibid, p. 644.

⁴²⁵ MARCHI, Riccardo. The Portuguese radical right in the democratic period. In: GODIN, Emmanuel; JENKINS, Brian; e MAMMONE, Andrea (eds). **Mapping the Extreme Right in Contemporary Europe**: from local to transnational. Nova Iorque: Routledge, 2012, p. 95.

4. A DIREITA RADICAL EM PORTUGAL: DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS AO ASSASSINATO DE ALCINDO MONTEIRO (1974 - 1995)

*No fim do sonho voltamos a encontrar-nos aqui,
encurralados neste rectângulo pequeno e
mesquinho, depois de destruída a Nação que
queríamos.*⁴²⁶

Após 1974, a direita radical portuguesa buscou rearticulação através de diversas organizações. Inicialmente, foram criados grupos paramilitares visando uma restauração autoritária. Tais grupos não possuíam um plano ideológico verificável através de discursos, propaganda ou publicações. Eram células reacionárias de ação direta, criadas no imediato pós-25 de Abril. Alguns elementos extremistas, que haviam sido marginalizados durante o Estado Novo, se engajam na resistência do regime, como forma de luta anticomunista. Táticas de guerrilha e atentados terroristas eram algumas das estratégias utilizadas por estas organizações. Em 21 de julho de 1975 tiveram início os ataques contra sedes do Partido Comunista Português (PCP), MDP, partidos e organizações da esquerda revolucionária. Em julho de 1975 foram registrados oitenta e seis ataques contra sedes do PCP. No mês seguinte, foram atacados cinquenta e cinco sedes do PCP, vinte e cinco do MDP-CDE além de dezenas de incêndios e

⁴²⁶ A nossa filosofia. **Vanguarda Nacional**, n. 1, Amadora, maio de 1984, p. 2. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

atentados a outros alvos.⁴²⁷ Em referência ao grande número de ataques à bomba perpetrados por tais grupos foi cunhada a expressão “verão quente de 1975”, amplamente utilizada pela mídia. Foram vários os grupos e grupelhos de extrema-direita atuantes nesse contexto, como o Movimento Anticomunista Português (MAP), o Movimento Federalista Português (MFP), o Exército de Libertação Português (ELP), os Comitês de Defesa da Civilização Ocidental (CODECOs), o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), e o Movimento Maria da Fonte.

Na década seguinte, com a consolidação do processo democrático, a direita radical buscou novas formas de organização em um novo contexto. Por um lado, consolidou-se a associação entre setores da subcultura *skinhead* e a direita radical, que ao mesmo tempo, buscou retornar ao cenário político através da estruturação de novas agremiações partidárias. No plano internacional, o mundo passava por uma revolução nos meios de comunicação, que acentuava os efeitos da globalização. A União Européia se consolidou com o Tratado de Maastricht, em 1993, e Portugal aderiu ao Euro em 1999. Paralelamente, assim como em outros países europeus, Portugal passa a receber cada vez mais imigrantes oriundos das antigas colônias africanas, do Brasil e da Ásia. A mistura desses ingredientes formou o contexto que emoldurou a direita radical portuguesa pós-1974.

4.1. A extrema-direita de “ação direta” no imediato pós-25 de Abril

O Exército de Libertação Português (ELP) foi uma das principais organizações de extrema-direita⁴²⁸, que se opuseram ao processo revolucionário

⁴²⁷ Cronologia Pulsar da Revolução. Centro de Documentação 25 de abril. Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarJulho75>>. Acesso em agosto de 2012.

⁴²⁸ Aqui, optou-se utilizar a expressão “extrema-direita”, considerando-a como sendo um subgrupo da direita radical. A diferença da expressão “radicalismo de direita” para o termo “extremismo de direita” consiste no fato de que este inclui, necessariamente, o elemento anticonstitucional: o extremista de direita posiciona-se contra a ordem constitucional democrática, apelando mais para a violência do que para a militância político-partidária. Ver discussão teórica sobre o assunto no Capítulo 2.

de 1974. Possuía ligações com os Comitês de Defesa da Civilização Ocidental (CODECOs). O ELP possuía membros militares e civis, e era comandado por Barbieri Cardoso, ex-subdiretor da PIDE/DGS. O ELP era treinado no norte de Portugal e na Espanha, sob a conivência do regime de Franco. O grupo distribuía panfletos que conclamavam cada português a tornar-se um combatente contra os “*assassinos comunistas*”, em uma eventual e futura guerra civil. Um panfleto de 1975 definia a “*limpeza do País*” como o objetivo principal da organização:

O Exército de Libertação português (ELP) agradece a todos aqueles que, no CDS, PPD, PDC, igrejas, paróquias, bancos, etc., ou em iniciativas de carácter privado, têm apoiado a nossa justa luta, criando um clima propício para a nossa entrada em acção com o fim de limpar o País de todos os cães comunistas e traidores, que nos tentam impedir de sermos o que sempre fomos e de dispormos de nós como muito bem entendemos.⁴²⁹

Muitas vezes o ELP atuou de maneira orquestrada com o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), liderado pelo exilado general António Spínola, a partir da Espanha e do Brasil. A associação do ELP com o MDLP gerou uma onda de violência terrorista contra alvos relacionados à esquerda política de Portugal. O ELP teve suas lideranças identificadas e passou a sofrer repressão do Estado em 1975. Muitos de seus membros foram detidos, e a organização perdeu força. Mesmo assim, em abril de 1976 o MDLP esteve diretamente envolvido no assassinato do Padre Maximiano de Sousa e da estudante Maria de Lurdes Costa. O chamado “caso do Padre Max”, jovem militante dos movimentos de esquerda, teve ampla repercussão no país. O julgamento dos envolvidos, interrompido várias vezes, durou mais de vinte anos. Ficou comprovado o envolvimento do MDLP, porém não houve condenações. Quatro anos mais tarde, em 1980, um atentado terrorista matou o primeiro ministro de Portugal, Francisco Sá Carneiro, e o ministro da defesa, Adelino

⁴²⁹ MADAÍL, Fernando. A 'cruzada branca' contra 'comunistas e seus lacaios'. Jornal **Diário de Notícias**, 17 de agosto de 2005. Disponível em: <http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=619761>. Acesso em agosto de 2010.

Amaro da Costa. Mais uma vez, surgiram indícios do envolvimento do MDLP no episódio.⁴³⁰

Outra organização de direita surgida no período foi o Movimento Maria da Fonte. Criada por Valdemar Paradela de Abreu, o Maria da Fonte procurava aproveitar a estrutura logística da Igreja Católica em Portugal para “combater os comunistas”. Conforme explica Paradela de Abreu,

Cada diocese tem muitas paróquias, logo muitas igrejas, logo muitos sinos. Milhares de sinos ao norte do rio Douro. Centenas de milhares de católicos. Ao pensar nesta 'estrutura' em termos de eventual guerra interna, constatei que o País já estava 'quadriculado' militarmente. Cada paróquia seria uma 'base'. Cada igreja de granito ancestral, um 'reduto'. Cada sino um 'rádio transmissor'. Cada quinta perdida nas serras, um 'apoio logístico'.⁴³¹

Além de Valdemar Paradela de Abreu, João Braga, António Estarreja e José Brito Silva Santos constituíam outras lideranças importantes do Movimento. Possuía seu epicentro na diocese bracarense, mas estendeu-se a seis dioceses. Muitas das ações terroristas de 1975 foram reivindicadas pelo Movimento Maria da Fonte. Considera-se que a organização tenha sido responsável por mais de cem ataques a sedes do PCP e outras instituições ligadas à esquerda.⁴³²

Outra organização reacionária do pós-25 de Abril foi o Movimento Independente para a Reconstrução Nacional (MIRN), fundado em 1977 pelo General Kaúlza Oliveira de Arriaga. Sob o regime salazarista, Arriaga havia sido uma figura de destaque, comandante das Forças Terrestres em Moçambique durante a Guerra do Ultramar. O MIRN direcionou sua propaganda para o público

⁴³⁰ RATTNER, Jair. Português confessa ter feito bomba que matou premiê. **BBC Brasil**, 29 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061129_portugal_aviao_dg.shtm>. Acesso em agosto de 2010.

⁴³¹ ABREU, Paradela; Apud: MADAÍL, Fernando; op. cit.

⁴³² Cronologia Pulsar da Revolução, op. cit.

jovem, buscando atingir parte da militância nacionalista que naquele momento não se via estimulada pela ala mais velha da direita radical.⁴³³



Imagem 7: Panfleto de propaganda do MIRN, direcionado à juventude.⁴³⁴

Nas eleições de 1980, o MIRN participou de uma coalizão batizada Direita Unida (DU), juntamente com outras pequenas organizações posicionadas na direita mais radical do espectro político português daquele momento. A DU era formada pelo MIRN (renomeado então como Partido da Direita Portuguesa); PDC e Frente Nacional. Os resultados eleitorais da coligação foram insignificantes (23.819 votos, o que configurou 0,4% do total). O MIRN foi extinto em 1984. Dentre todos os partidos políticos que conseguiram reunir parte da militância da direita radical, o único que manteve-se ativo por mais tempo foi o PDC, que

⁴³³ MARCHI, Riccardo. The Portuguese radical right in the democratic period. In: GODIN, Emmanuel; JENKINS, Brian; e MAMMONE, Andrea (eds). **Mapping the Extreme Right in Contemporary Europe: From Local to Transnational**. Nova Iorque: Routledge, 2012, p. 101.

⁴³⁴ Imagem pertencente ao Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.com/2009/07/05/materiais-de-propaganda-politica-137-mirn>>. Acesso em dezembro de 2012.

conseguiu 0,69% dos votos em 1983 (39.180 votos), 0,72% em 1985 (41.831 votos) e 0,56% (31.667 votos) em 1987.⁴³⁵

4.2. A “resistência cultural” da direita radical

Após o fracasso dessas insurreições reacionárias imediatamente posteriores ao 25 de Abril, as organizações de extrema-direita acabaram desestruturando-se. Muitos de seus membros entrariam na militância política através de partidos da direita tradicional, como o Partido Popular Democrático (PPD) e o Centro Democrático Social (CDS). O aporte de parte da direita radical portuguesa contribuiu para o sucesso eleitoral da coalizão anti-socialista Aliança Democrática, formada em 1979 pelo CDS, Partido Social-Democrata e Partido Popular Monárquico (PPM).⁴³⁶ Outros grupos, entretanto, não buscaram inserção na vida político-partidária, optando por engajarem-se em uma “resistência cultural”. Exemplo disso foi o surgimento da revista *Futuro Presente*, editada por Jaime Nogueira Pinto, e fortemente influenciada pela *Nouvelle Droite* de Alain de Benoist. A *Futuro Presente* foi pioneira em Portugal no sentido de buscar uma renovação na ideologia e no vocabulário da direita radical. Com a influência da *Nouvelle Droite* e do *gramscismo de direita à la Benoist*, a revista transformou-se no movimento mais importante, em termos culturais, da direita radical após o período autoritário.⁴³⁷

Outra figura destacada do período foi António da Cruz Rodrigues, fundador do Círculo de Estudos Sociais Vector (CESV), ainda em 1970. Organizado por Cruz Rodrigues e outros católicos portugueses conservadores, o CESV surgiu como reação às mudanças resultantes do Concílio Vaticano II. Os idealizadores do CESV organizaram-se em torno da Revista Resistência, cujo primeiro número

⁴³⁵ MARCHI, 2012, op. cit., pp. 102-102.

⁴³⁶ MARCHI, Riccardo. At the Roots of the New Right-Wing Extremism in Portugal: The National Action Movement (1985-1991). **Totalitarian Movements and Political Religions**. Vol. 11, No. 1, março de 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14690764.2010.499670>>. Acesso em setembro de 2010, p. 50.

⁴³⁷ MARCHI, 2012, op. cit., pp. 102-103.

data de julho de 1968. A maior inspiração para a criação do CESV veio do *Office International des Oeuvres d' Action Civique Selon le Droit Naturel et Chrétien*, também conhecida como *Cité Catholique*, organização anticomunista francesa criada em 1946 por Jean Ousset, um ex-integrante da *Action Française*, que fora secretário particular de Charles Maurras.⁴³⁸

Após a Revolução dos Cravos, durante os meses do PREC, o CESV orientou-se essencialmente para o combate ao comunismo e ao *progressismo* católico, este considerado esquerdista por “*excesso de benevolência, de estupidez ou de ingenuidade.*”⁴³⁹ De acordo com António da Cruz Rodrigues,

A atitude de muitos nós, a partir do 25 de Abril, não podia, por isso, deixar de ser de resistência muito activa, fundamentalmente e decididamente contra a ameaça que de imediato se revelara e pusera em marcha contra Portugal: a ameaça do comunismo internacional, totalitário e ateu, representada e expressa pelo PCP, desde o dia seguinte ao sucesso da revolução.⁴⁴⁰ (...) O PCP só compreendia a força, só tremia diante da resistência activa, e essa foi-lhe oferecida, sem temor nem hesitações, pelas grandes massas de católicos e simpatizantes católicos, militantemente anti-comunistas, educados nos quarenta anos anteriores pela Igreja e pelo Estado.⁴⁴¹

Após as eleições de 1975, quando o PCP obteve uma votação muito abaixo das projeções que assustavam o imaginário da direita radical, o Vector mudou sua estratégia política, buscando infiltração nos meios acadêmicos. Muitos professores universitários ligados ao regime autoritário haviam sido afastados de suas funções após o 25 de abril de 1974. Reunindo alguns desses

⁴³⁸ Sobre a *Cité Catholique*, ver: SCIRICA, Elena. Educación y guerra contrarrevolucionaria: una propuesta de Ciudad Católica-Verbo. **Clío & Asociados**: La Historia Enseñada. n. 11. Facultad de Humanidades y Ciencias. UNL: Santa Fe, Argentina, 2007, pp. 119-135.

⁴³⁹ RODRIGUES, António da Cruz. O que foi o Círculo de Estudos Sociais VECTOR? (2) Texto publicado em 13 de março de 2006 no *blog* Aliança Nacional – Nação & Liberdade. Disponível em: <http://nacionalismo-de-futuro.blogspot.com.br/2006/03/o-que-foi-o-crculo-de-estudos-sociais_13.html>. Acesso em março de 2012.

⁴⁴⁰ Idem.

⁴⁴¹ RODRIGUES, António da Cruz. O que foi o Círculo de Estudos Sociais VECTOR? (3) Texto publicado em 14 de março de 2006 no *blog* Aliança Nacional – Nação & Liberdade. Disponível em: <http://nacionalismo-de-futuro.blogspot.com.br/2006/03/o-que-foi-o-crculo-de-estudos-sociais_14.html>. Acesso em março de 2012.

saneados (expurgados)⁴⁴², o CESV criou em 1977 a Universidade Livre, uma alternativa educacional para o ensino público, que considerava contaminado pela ideologia marxista. A Universidade Livre, que viria a possuir sedes em Lisboa e no Porto, configurou-se mesmo como instituição pioneira no Ensino Superior privado em Portugal. Antes dela, todas as universidades do país eram administradas pelo Estado.⁴⁴³ A Universidade Livre funcionou até 1987, quando encerrou suas atividades em função de problemas financeiros e judiciais. Após o fechamento da Universidade Livre, António Cruz Rodrigues e outros personagens ligados ao Vector decidem criar em 1989, centenário de nascimento de Salazar, um centro de estudos em sua homenagem. Dessa forma surgiu o Núcleo de Estudos Oliveira Salazar (NEOS), organização que existe até os dias de hoje. Além da atuação discreta, porém contínua, do NEOS, António Cruz Rodrigues voltaria a ganhar certa notoriedade em 1995 com a criação de uma nova organização política, a Aliança Nacional. O surgimento desta será abordado ainda neste capítulo.

⁴⁴² A Junta de Salvação Nacional afastou muitos professores universitários, em vários casos de forma sumária e sem embasamento legal. Isso fez com que alguns membros da Comissão de Saneamento do Ministério da Educação pedissem demissão, em protesto. Em outros casos, os estudantes, mesmo sem o aval da Comissão, impediram a entrada nas Universidades dos professores e funcionários considerados suspeitos de colaboração com a polícia política. Ver: PINTO, António Costa. O legado do autoritarismo e a transição portuguesa para a democracia, 1974-2004. In: LOFF, Manuel; e PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. (coords.) **Portugal, 30 anos de democracia (1974-2004)**. Porto: UP, 2006, pp. 47-49.

⁴⁴³ DAMÁSIO, Manuel de Almeida. **Contributos para a história do ensino superior em Portugal**: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril. Tese de Doutoramento em História. Universidade Portucalense Infante D. Henrique – Departamento de Ciências da Educação e do Patrimônio. Porto, Portugal, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/298>>. Acesso em junho de 2012.



Imagem 8: Logotipo do Núcleo de Estudos Oliveira Salazar.⁴⁴⁴

4.3. O Movimento de Acção Nacional (MAN) e os *skinheads* portugueses

As articulações que dariam origem ao Movimento de Acção Nacional (MAN) remontam ao ano de 1984, quando foi lançada a revista *Vanguarda Nacional*. Sob direção de Pedro Miguel Correia e de propriedade de José Luís Paulo Henriques, a revista caracterizava-se por uma ideologia de direita radical revolucionária, crítica do regime movido por “*homens corruptos e sem princípios ético-políticos*.”⁴⁴⁵ Nesse período, a revista apresentava algumas contradições ideológicas. O editorial do primeiro número da revista fazia referência aos tempos do Império Ultramarino, falando com saudosismo de uma Pátria que “*irmanava de todas as raças e harmonizava culturas e credos*”.⁴⁴⁶ No mesmo número da revista, um artigo reclamava a falta de um “*espírito europeu*”, que permitiria manter os povos europeus intactos.⁴⁴⁷

⁴⁴⁴ Publicado no *blog* Aliança Nacional – Nação & Liberdade Disponível em: <<http://nacionalismo-de-futuro.blogspot.com.br/2006/03/fase-mais-recente-da-vida-do-vector.html>>. Acesso em junho de 2012.

⁴⁴⁵ O homem novo. **Vanguarda Nacional**, n. 3, Amadora, setembro-outubro de 1984, p. 2. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

⁴⁴⁶ A nossa filosofia, 1984, op. cit., p. 2.

⁴⁴⁷ “O caos geral, a ausência de paz e de amor (...) são também (...) o alvo da guerra psicológica dos grandes banqueiros contra a Europa e a raça branca. (...) Falta-nos um ‘espírito europeu’! O espírito e as esperanças que permitem manter os povos europeus intactos.” ERLACH, Otto. Socialismo, nacionalismo, biologismo. **Vanguarda Nacional**, n. 1, Amadora, maio de 1984, p. 9. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

Em 1985, José Luís Paulo Henriques, Vítor Santos, Manuel Andrade, Alexandre Freire e Paulo Sequeira fundaram a Associação Cultural Acção Nacional, em seguida rebatizada como Movimento de Acção Nacional. Foi um passo decisivo para organizar politicamente o grupo reunido em torno da revista Vanguarda Nacional. Descontente com o regime político implementado em Portugal após a Revolução dos Cravos, o grupo apresentava-se como uma alternativa à “*falácia democrática*”, em nome das “*aspirações do povo e da Nação*”. Seus fundadores, todos jovens, pregavam uma luta contra a “*partidocracia*”, comandada por “*canalhas e traidores*”, e associada à injustiça, corrupção, e miséria.⁴⁴⁸

O MAN apresentava-se como uma “*terceira atitude*”, em oposição ao capitalismo e ao socialismo.⁴⁴⁹ O grupo definia-se como um “*movimento cultural e político, de carácter nacionalista, revolucionário e popular*”. Assim era definido, em um manifesto de 1985, este “*nacionalismo popular revolucionário*” pregado pelo movimento:

Defendemos um Nacionalismo Popular Revolucionário. Um Nacionalismo Popular, porque assente num Povo inteiro e não numa parcela ou numa classe ou na utópica igualdade. Um Nacionalismo Revolucionário, porque indissolúvel do mandato e da continuidade históricos e não dependente de maiorias momentâneas, de minorias desenraizadas, de votos instáveis, de individualismos interesseiros, de particularismos desinseridos.⁴⁵⁰

Afirmavam-se contra o Estado de Direito, por isso não teriam aspirações político-partidárias⁴⁵¹: “*Não somos embrião de qualquer partido político.*”⁴⁵² Visto

⁴⁴⁸ HENRIQUES, Luis Paulo. Um ano depois: a luta continua. **Acção**, n. 3, maio-agosto de 1986, p.2. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>.

⁴⁴⁹ “*O Movimento de Acção Nacional é uma organização caracterizada por uma Terceira Atitude que se coloca em total oposição ao Capitalismo e aos Socialismos ‘de esquerda’ (...)*”. **Acção**, n. 2, março-abril de 1986, p.3. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>. Acesso em setembro de 2012.

⁴⁵⁰ Pontos Programáticos do Movimento de Acção Nacional. Disponível em: <<http://www.causanacional.net/index.php?itemid=155>>. Acesso em agosto de 2010.

⁴⁵¹ PEIXOTO, Jorge. Nacionalistas sim! Fascistas... não.” **Revista Sábado**, n. 33, de 4 de fevereiro de 1989, p. 21.

que não mostravam interesse em participar de eleições, no imaginário do MAN, o poder seria conquistado, algum dia, pela via revolucionária. “*Queremos o poder todo*”, afirmava seu presidente Luís Paulo Henriques, então com 26 anos, em entrevista de 1989.⁴⁵³ Uma vez atingido o poder, o modelo de governo pregado pelo movimento assemelhava-se ao corporativismo salazarista. Um governo formado pelos “*mais competentes*” e onde a participação popular seria efetivada através dos sindicatos e das “*organizações populares de base.*” Conforme Henriques, o modelo mais próximo do que defendia o MAN era o modelo de governo da Líbia de Muammar Kadhafi.⁴⁵⁴ Por Salazar, o MAN nutria admiração e saudosismo. Em texto alusivo ao sexagésimo aniversário do Golpe de 28 de Maio de 1926, fica evidente o culto à figura do ex-ditador:

...SALAZAR. Só à simples menção do seu nome, um vivo frémito de emoção nos assalta, pois que, graças a ele – e sobretudo a ele – é que nós já hoje nos podemos gabar – “com toda a honra, com todo o orgulho e sem nenhum proveito” – de ter pertencido à era do combate e não à do debate; à idade do duelo e não à do diálogo; à geração da guerra e não à do cessar-fogo.⁴⁵⁵

Durante os primeiros três anos desde sua fundação (1985-1987) o movimento limitou-se a algumas atividades isoladas, como a distribuição de panfletos e colagem de cartazes, principalmente na cidade de Amadora.⁴⁵⁶ Também nesse período inicial, o MAN lançou sua primeira publicação oficial, o jornal *Acção* (1986), um “*jornal nacionalista de combate ao sistema*”.⁴⁵⁷ O discurso do MAN, através do seu jornal oficial, era especialmente dirigido ao público jovem. Seria no “*corpo e no espírito da gente moça*” que residiria a esperança da restauração autoritária:

⁴⁵² O nosso combate. **Acção**, n. 2, março-abril de 1986, p.1. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>. Acesso em novembro de 2012.

⁴⁵³ PEIXOTO, 1989, op. cit., p. 21.

⁴⁵⁴ Idem.

⁴⁵⁵ EMÍLIO, Rodrigo. O nosso 28 de Maio. **Acção**, n. 3, maio-agosto de 1986, p.1. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>. Acesso em novembro de 2012.

⁴⁵⁶ MARCHI, 2010, op. cit., pp. 51-52.

⁴⁵⁷ Frase presente ao lado do título do jornal, em todas as edições.

Nos é certo que pouco ou nada pudemos contra o 25 de Abril; mas o 25 de Abril também nada pôde nem poderá contra nós. Enganaram-se os que dizem, pois, que a Revolução Nacional dorme em paz. Não dorme tal. Não. Ainda mexe. Mais: prepara-se para palpitar de novo, e de vez, no ânimo, no corpo e no espírito da generalidade da gente moça.⁴⁵⁸

O MAN apelava à tomada de uma postura ofensiva e reacionária daqueles descontentes com a democracia portuguesa. Em meio a ilustrações utilizando a iconografia da cruz celta, os textos do *Acção* descreviam um panorama político desolador e caótico: Portugal atravessava “*tempos decadentes e envelhecidos*.”⁴⁵⁹ Os artigos do jornal condenavam duramente a posição de “*indiferença, apatia ou passividade*” diante desse cenário político pessimista e buscavam incentivar um alinhamento ideológico e ações anti-sistêmicas:

Impunemente, os políticos corruptos e corruptores continuam o saque à Nação. Não se vislumbra, nos tempos mais próximos, uma alternativa real, porque o problema não se resolve por meio do voto. No entanto, existem sinais de reação e um erguer de cabeça, por parte dos que se negam a tornar-se cúmplices deste sistema e a pactuar com este regime. Para lá dos instalados e dos acomodatícios, perfilam-se os jovens e muitos outros patriotas, que desejam passar à ofensiva, absolutamente necessária e justa, tendo sempre em mente o futuro de Portugal. (...) Por todo o país, pequenos grupos acordam para a luta política (...). O nosso pensamento, que implica um espírito de acção, se fôr levado à prática de uma organização bem estruturada, tornar-se-á o meio mais eficaz para servir aquilo em que acreditamos, o que o povo português, mesmo que obscura ou intuitivamente, deseja, a saída do poço onde todos estamos afundados.⁴⁶⁰

Em contraposição ao cenário de caos que caracterizaria o presente de Portugal, o Movimento de Acção Nacional buscava referências em um passado mítico glorioso, cuja herança deveria ser defendida e preservada.⁴⁶¹ O povo português, ameaçado, era caracterizado como descendente das antigas

⁴⁵⁸ EMÍLIO, 1986, op. cit., p. 2.

⁴⁵⁹ O nosso combate, 1986, op. cit., p.1.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ “*Organizamo-nos para defender o que resta desta Nação gloriosa.*” O nosso combate, 1986, op. cit., p.1.

civilizações europeias e elemento de vital importância para a evolução da humanidade em função das Grandes Navegações.⁴⁶²

Os textos do jornal do Movimento de Acção Nacional imaginavam a nação como homogênea em termos culturais e raciais. A identidade da nação portuguesa estaria diretamente vinculada aos valores e tradições de seu povo, que na construção discursiva do MAN, seria um povo branco e homogêneo. A influência de outras “raças” na construção da identidade nacional não eram consideradas:

Qualquer país, esteja ele situado onde estiver, é constituído por uma população que representa uma própria cultura, uma raça e todo um conjunto de valores que constituem a Nação (...) um povo com características específicas e com uma cultura e tradições completamente distintas de todos os outros. É no conceito de raça, que reside a causa determinante das diferentes culturas humanas. Consequentemente, toda a cultura dum país é o produto do povo que a ergueu.⁴⁶³

Os textos do MAN davam muita ênfase ao suposto elemento racial na formação da cultura nacional. Tendo por princípio verdadeiro o mito da homogeneidade racial portuguesa, conseqüentemente é pregada a defesa da população contra a contaminação estrangeira, pois “*para manter preservada a nação, é preciso preservar o povo*”⁴⁶⁴:

(...) de alguns anos a esta parte, têm aumentado gradualmente e assustadoramente as populações africanas e asiáticas no nosso país. Estas crescentes situações promovidas pelas populações alienígenas põem Portugal em perigo, no que respeita à sua manutenção como país de brancos.⁴⁶⁵

⁴⁶² “O nosso povo, que tem uma história bem definida há mais de oito séculos e que se lançou na prodigiosa epopeia dos Descobrimentos, que foi de vital importância para a evolução da humanidade, teve as suas origens nas antigas civilizações europeias, e por isso não pode desaparecer.” TAVEIRA, Jorge Manuel. Imigração: o princípio do fim. **Acção**, n. 2, março-abril de 1986, p.1. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>. Acesso em novembro de 2012.

⁴⁶³ Idem.

⁴⁶⁴ Idem.

⁴⁶⁵ Idem.

O discurso típico do Estado Novo, que caracterizava Portugal como um grande império multirracial, é substituído pelos argumentos racistas. Tratou-se de uma radicalização do discurso, em comparação com a fase da Revista Vanguarda Nacional. Se naquele momento ainda se falava em harmonia de “raças, culturas e credos”, agora o paradigma é racista. Os portugueses sempre foram brancos⁴⁶⁶ e tal status definiria a pureza biológica da Nação.⁴⁶⁷ No discurso do MAN, a identidade nacional do povo português estaria ligada de maneira natural com a “pureza da raça”. De tal pressuposto, intrinsecamente ligado aos argumentos racistas, derivam os argumentos xenofóbicos:

...a mestiçagem é a maior inimiga dum povo (e da sua cultura) porque representa o fim irreversível e definitivo desse mesmo povo e de todas as suas raízes naturais. (...) a solução do problema só pode estar no repatriamento das populações africanas e asiáticas que vivem no nosso país.⁴⁶⁸

O surgimento do MAN ocorreu num contexto que coincide com a consolidação do processo de globalização. Vários fatores se conjugaram para isso ocorresse nos anos oitenta. O padrão tecnológico baseado na informática valorizou o “capital pensante” nos países centrais, enquanto acelerou a desigualdade com a exclusão dos países periféricos, envoltos na crise do endividamento externo.⁴⁶⁹ Como consequência disso, aumentou a imigração dos países periféricos para os países centrais. Apesar de não estar entre os países mais ricos da Europa, Portugal gozava do status de país central no sistema formado com as suas antigas colônias, como Brasil, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, o que implicou no aumento da

⁴⁶⁶ “Os portugueses sempre foram, são e continuarão a ser brancos, não mestiços.” TAVEIRA, 1986, op. cit., p.1.

⁴⁶⁷ “(o repatriamento de negros, indianos e outros não-europeus) é a única hipótese para a sobrevivência da Nação, da cultura e da identidade do nosso povo: um povo branco e europeu. Isso significa manter puro o corpo biológico da Nação portuguesa.” TAVEIRA, 1986, op. cit., p.1.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ HAESBAERT, Rogério. Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo. In: HAESBAERT, Rogério (org.). **Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: EdUFF, 1998, p. 17.

imigração oriunda destes países. Desde 1980, há um crescimento contínuo do número de estrangeiros residentes no país, como é visível no gráfico a seguir.

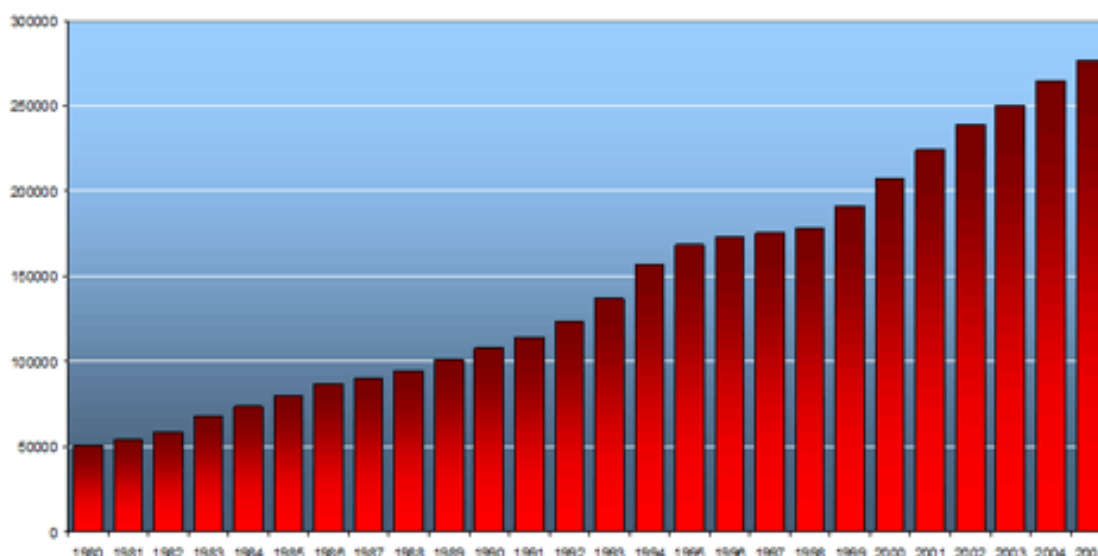


Imagem 9: Crescimento da imigração em Portugal de 1980 a 2005.⁴⁷⁰

Além das antigas colônias, também aumentou o número de imigrantes oriundos do Leste Europeu, sobretudo de ucranianos, russos, búlgaros e romenos. Também é significativo o aporte de asiáticos vindos de países como China, Índia e Bangladesh. Conforme os dados coletados nos últimos censos, o número de estrangeiros residentes em Portugal passou de 127.370, em 1991, para 232.695, em 2001, o que representou um crescimento de aproximadamente 83% e contribuiu em 22% para o acréscimo populacional observado no país na década de 1990.⁴⁷¹

Também é significativo nesse panorama a assinatura do Acordo de Schengen, em 1985, que permitiu a livre circulação de pessoas entre os países signatários. É condição para todos os países membros da União Europeia aceitarem as condições do Acordo de Schengen. Portugal aderiu ao acordo em 1991, abrindo assim suas fronteiras para a circulação de cidadãos europeus e

⁴⁷⁰ Disponível em: <<http://www.presidencia.pt/?idc=24&idi=1743>>. Acesso em novembro de 2012.

⁴⁷¹ Estes números levam em consideração apenas as “autorizações de residência” fornecidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, portanto, não estão contabilizadas as “autorizações de permanência” nem os imigrantes ilegais. <<http://www.presidencia.pt/?idc=24&idi=1743>>. Acesso em novembro de 2012.

também de turistas que tenham ingressado na Europa a partir de outro país do espaço Schengen. O aumento do aporte de cidadãos europeus, turistas e imigrantes viria a contrastar com a “identidade mítica” pregada pela direita radical, que caracterizava Portugal como um país homogêneo em termos linguísticos, culturais e religiosos.⁴⁷²

É interessante notar como a percepção da nova configuração da nação portuguesa (antes um Império Ultramarino, agora um pequeno país no canto da Europa) está ligada à adoção do paradigma racialista. Para a direita radical portuguesa, a perda das colônias foi um episódio doloroso e de difícil superação. Desde a revista *Vanguarda Nacional*, esse trauma já era visível: “*No fim do sonho voltamos a encontrar-nos aqui, encurralados neste rectângulo pequeno e mesquinho, depois de destruída a Nação que queríamos.*”⁴⁷³ No Movimento de Acção Nacional, o complexo de humilhação e o recalçamento em relação ao assunto mostram-se ainda presentes: “*É sempre aborrecido, (...) imensamente humilhante, termo-nos considerado o umbigo do mundo e ver, às tantas, que não somos senão as suas glândulas lacrimais.*”⁴⁷⁴ A forma de lidar com esse problema será adotar uma mudança ideológica. Se agora Portugal tornou-se um país pequeno, ao menos vamos lutar para que seja um país de brancos. Essa era a missão do Movimento de Acção Nacional.

O “nacionalismo revolucionário” do MAN buscava combater o sistema democrático através de núcleos organizados de difusão de propaganda. Ações de distribuição de panfletos, venda de jornais e pichações de muros eram realizadas em estações de trem, praças e escolas. Tais eventos eram divulgados através de notas no *Jornal Acção*. Contudo, na prática, a atuação dos militantes do MAN não se restringiam a eventos pacíficos. Entre os anos de 1988 e 1990, ao mesmo tempo em que radicalizava seu discurso, o MAN conseguia novos adeptos. Foi nesse período que o nome do movimento acabou por ser associado

⁴⁷² CABECINHAS, Rosa. **Racismo e etnicidade em Portugal**: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. Braga, 2002, pp. 73-74.

⁴⁷³ A nossa filosofia, 1984, op. cit., p. 2.

⁴⁷⁴ EMÍLIO, 1986, op. cit., p.1.

a diversos episódios violentos. De maneira geral, os militantes do MAN eram jovens trabalhadores de classe baixa ou estudantes de classe média de Lisboa e cidades próximas, e também do norte do país, de cidades como Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Espinho, Mirandela, Guimarães, Braga, Coimbra e Porto. Muitos destes jovens faziam parte de grupos *skinheads* de extrema-direita.

Em Portugal, havia importantes núcleos do movimento *skinhead*⁴⁷⁵ nas cidades de Almada, na margem sul do Rio Tejo, Amadora, Lisboa e Porto. Desde o início dos anos oitenta, a subcultura *skinhead* de extrema-direita marcava presença nos subúrbios das principais cidades portuguesas, infiltrando-se principalmente nas escolas secundárias.⁴⁷⁶ Na falta de outra organização política de extrema-direita, o MAN atraiu a atenção das organizações *skinheads* com seu discurso nacionalista, xenofóbico e anticomunista. Em um panfleto de propaganda do MAN é possível identificar esses principais argumentos de forma objetiva:

NÃO ao regime da mediocridade e da corrupção; à influência marxista no ensino; à legalização da imigração; ao desemprego dos portugueses; à tolerância com o tráfico de droga; à impunidade dos criminosos. SIM ao nacionalismo; a um Portugal forte e independente; à destruição do liberalismo e do marxismo; à defesa do ensino livre; ao repatriamento progressivo e definitivo dos imigrantes; à prioridade de emprego aos portugueses.⁴⁷⁷

Para os líderes do MAN, os *skinheads* eram vistos como ativistas em potencial, sendo necessário atraí-los para a estrutura da organização e doutriná-los politicamente.⁴⁷⁸ A aproximação entre o Movimento de Acção Nacional e a subcultura *skinhead* tornou-se evidente através de diversas publicações. Fanzines direcionados ao público *skin* (Combate Branco, Vanguarda Nacional,

⁴⁷⁵ A partir deste momento, sempre que se utilizar a expressão *skinheads* (ou *skins*), dentro do contexto dos acontecimentos aqui relatados, se estará fazendo referência ao *skinheads* de extrema-direita, de orientação *white power*.

⁴⁷⁶ MARCHI, 2010, op. cit., pp. 51-52.

⁴⁷⁷ “Face à miséria e à corrupção, um novo Portugal”. Panfleto de propaganda do MAN, sem data. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

⁴⁷⁸ MARCHI, 2010, op. cit., p. 52.

Vento do Norte) passaram a fazer propaganda do MAN em suas páginas. De forma análoga, o jornal oficial do MAN, o *Acção*, passou a abrir espaço para textos relacionados à subcultura *skinhead*.⁴⁷⁹ Em uma edição do boletim *Vento do Norte*, fanzine da cidade de Amadora, ilustrado com fascios, runas⁴⁸⁰ e cruzes celtas, tentava-se angariar novos militantes ao MAN junto ao público *skinhead*:

O Skinhead, onde quer que exista, é Nacionalista (...) parte deste movimento encontra-se inserido em organizações de índole Nacional Revolucionária em todo o Continente, militando activamente (...). Em Portugal há uma aderência positiva de Skins ao MOVIMENTO DE ACÇÃO NACIONAL (M.A.N.), organização à qual eu orgulho-me de pertencer, tentando dar o meu melhor, como Nacional Revolucionário (...) o Skinhead Português é um elemento de grande valia (...) o que é necessário é consciencializar o movimento, organizá-lo e uni-lo no seio duma postura resoluta no combate político, dar a entender que Skinhead implica entrega, contra a passividade e a inactividade.⁴⁸¹

Com a vinculação do MAN à subcultura *skinhead*, a organização atingiu certa visibilidade na mídia. Diversos artigos sobre o Movimento de Acção Nacional foram publicados em jornais e revistas do país. De certa forma, a cobertura da imprensa mostrou-se exagerada, supervalorizando o tamanho da organização. Foi denunciado que o MAN receberia treinamento de militares e policiais portugueses, inclusive dentro de quartéis, e que haveria entre três a cinco mil *skinheads* ligados ao MAN em Portugal.⁴⁸² Números extremamente questionáveis, em se tratando de um país com aproximadamente 1/3 da área do Rio Grande do Sul e menos de 6% da população do Brasil. Para as dimensões

⁴⁷⁹ Idem.

⁴⁸⁰ A utilização de runas aponta para a influência da mitologia nórdica, comum em alguns grupos de direita radical de inspiração nazista. Ver: ALMEIDA, Fábio Chang de. **A serpente na rede**: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2008, pp. 222-223.

⁴⁸¹ LIMA, Carlos. Skinheads Portugal. In: **Vento do Norte**, n. 2. Amadora: primavera de 1988. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

⁴⁸² "Skinheads" do Porto mataram militante do PSR. **Diário de Notícias**. 25 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1007222&especial=Extrema%20Direita&seccao=SOCIEDADE>. Acesso em janeiro de 2012.

de Portugal, cinco mil *skinheads* militantes formariam um exército formidável. Os números reais certamente eram bem mais modestos.

A clara vinculação entre o MAN e os *skinheads* não era bem vista pelos outros setores da direita radical portuguesa. Em 11 de maio de 1989, a Força Nacional-Nova Monarquia (FN-NM) promoveu no Hotel Roma, em Lisboa, uma conferência com Blas Piñar, histórico líder da direita radical espanhola. Compareceram ao evento alguns membros do MAN, que interromperam o discurso do conferencista em vários momentos. Para eles, a posição política de Blas Piñar não estava suficientemente à direita. Após os incidentes no Hotel Roma, o líder da FN-NM, Miguel Castelo Branco caracterizou o MAN como “*um grupo de provocadores nazi.*”⁴⁸³

De fato, uma característica que diferenciava o MAN de outras organizações portuguesas da direita radical era o forte apelo antissemita. O discurso da organização era pautado pela teoria da “conspiração sionista internacional”, um dos argumentos antissemitas clássicos. Algumas vezes o termo pode ser “conspiração judaica”, “conspiração judaico-maçônica”, ou “conspiração judaico-marxista”, mas o princípio é sempre o mesmo. No imaginário da direita radical, trata-se de uma complexa coalizão envolvendo judeus, maçons e comunistas com o objetivo secreto de dominar o mundo. Para a direita radical de influência nazista, um dos objetivos da conspiração seria subjugar a “raça ariana”. Também a suposta manipulação da história pode ser compreendida pelos simpatizantes do revisionismo como um dos elementos dessa conspiração.

Os Protocolos dos Sábios do Sião configuram o mais famoso texto sobre a suposta conspiração sionista. Os Protocolos seriam a transcrição da ata de um congresso sionista realizado na Basileia, em 1807. Nele teriam sido traçados os planos judaicos para o domínio do mundo. A primeira publicação dos Protocolos foi realizada na Rússia, em 1903. Desde então, o texto foi traduzido para diversos idiomas e publicado em praticamente todo o mundo. Em 1921, o jornal

⁴⁸³ SOUSA, Rui Ferreira e. A força velha. **Revista Face**, 25 de maio de 1989, p. 24.

inglês *The Times* já publicara um artigo onde revelava a fraude dos Protocolos. O documento fora forjado por um agente da Okhrana, (a polícia secreta da Rússia czarista), no final do século XIX. A intenção da farsa era culpabilizar os judeus pela instabilidade da monarquia russa. A falsificação foi realizada com base em um texto de 1864 do francês Maurice Joly: “O diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu”. Em 1999, após pesquisar em arquivos recentemente abertos pela ex-União Soviética, o historiador russo Mikhail Lepekhine confirmou a fraude e inclusive revelou o nome do falsificador: Mathieu Golovinski, um ex-agente da Okhrana que viria a trabalhar para os bolcheviques após 1917. Golovinski utilizou o texto de Joly para dar forma a um documento que, supostamente, comprovaria uma série de antigos mitos antissemitas.⁴⁸⁴

Sob influência da teoria da Conspiração Sionista Internacional, o presidente do MAN afirmava: “*Mais de 60% do capital ocidental está nas mãos dos judeus*”.⁴⁸⁵ “*Em Treblinka judeu não brinca*”, era uma das frases pichadas nos muros de Lisboa por membros do MAN.⁴⁸⁶ Assim como é comum em outros grupos antissemitas do mundo⁴⁸⁷, o MAN incluía na sua agenda a forte crítica à política do Estado de Israel e declarava apoio ao povo palestino.

No primeiro número do boletim *Vento do Norte* é dado destaque a uma matéria sobre a banda *skinhead* francesa *Legion 88*, que segundo os editores da publicação, é “*merecedora de todo (...) respeito e admiração, devido à sua postura e (...) total devoção à Causa Européia*”.⁴⁸⁸ O número 88 tem um significado especial pois representa a saudação nazista “*Heil Hitler*” (o “H” é a oitava letra do alfabeto, portanto “88” representa “HH”). Isso evidencia o caráter

⁴⁸⁴ ALMEIDA, 2008, op. cit. pp. 153-154; e CONAN, Eric. *Les secrets d'une manipulation antisémite*. **Jornal L'Express**, 16 de novembro de 1999. Disponível em: <<http://www.phdn.org/antisem/protocolos/origines.html>>. Acesso em janeiro de 2012.

⁴⁸⁵ PEIXOTO, 1989, op. cit., p. 22.

⁴⁸⁶ Idem.

⁴⁸⁷ ALMEIDA, 2008, op. cit., pp. 184-185.

⁴⁸⁸ Legion 88. **Vento do Norte**, n. 1. 1988, p. 8. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

racista e de apologia ao nazismo do boletim. Em entrevista para o *Vento do Norte*, Alain Perez, o vocalista da banda, afirmava:

Acreditamos no devir de uma Europa forte, unida e branca, bem livre da gangrena de cor, maçonaria judaica e todos os “Lobbys” (...) do grande capitalismo mundial. Para tal, apenas o despertar da consciência da identidade racial da população branca pode salvar a Europa (...). Até ao último sopro de nossas vidas, lutaremos até que a Raça Branca e a Europa reconquistem o seu lugar de direito de entidade dominadora que ganhou por direito há longos milênios desde Thulé e o Reino Hiperboreano (...) ⁴⁸⁹

O “*Centro hiperbóreo*”, ou a crença em um mundo habitado no interior do planeta, constitui um dos pontos centrais na obra do escritor chileno Miguel Serrano.⁴⁹⁰ O mito da “Terra Oca” remonta ao século XVII, quando o astrônomo inglês Edmund Halley divulgou uma teoria segundo a qual nosso planeta seria formado por quatro esferas concêntricas. As proposições de Miguel Serrano parecem aproximar-se de outra teoria, difundida no século XVIII pelo matemático e físico suíço Leonard Euler. Segundo Euler, a Terra seria oca e haveria duas entradas para o seu interior, uma em cada pólo geográfico.⁴⁹¹ Em seu livro “*El Cordon Dourado*”, Serrano não faz nenhuma referência a Halley ou Euler, mas fala de um continente mágico no interior da Terra, habitado por uma “raça superior”. As referências às crenças nazi-esotéricas na publicação *Vento do Norte* indicam a influência nazista no perfil ideológico de seus leitores.

⁴⁸⁹ Ibid., p. 11.

⁴⁹⁰ Ex-diplomata chileno, Miguel Serrano dedica-se a escrever sobre misticismo nazista. Já publicou mais de quarenta livros. Seus “estudos” acerca do esoterismo nazista constroem um imaginário que mistura hinduísmo, mitologia nórdica, discos voadores e uma mítica fuga de Hitler para a Antártida. Suas teorias também fazem referência a sociedades secretas relacionadas ao Santo Graal, Cavaleiros Templários e rosacruzes. Ver: ALMEIDA, 2008, op. cit., pp. 216-218.

⁴⁹¹ Ver: GRIFFIN, Duane. **What Curiosity in the Structure: The Hollow Earth in Science.** Disponível em: <http://www.facstaff.bucknell.edu/dgriffin/Research/Griffin-HE_in_Science.pdf>. Acesso em setembro de 2007.

4.4. O assassinato de José Carvalho

Na madrugada do sábado dia 28 de outubro de 1989, aconteceu o primeiro assassinato de repercussão nacional envolvendo *skinheads* de extrema-direita. Nessa data, em um confronto na Rua da Palma, em Lisboa, foi assassinado com um golpe de faca no peito, José da Conceição de Carvalho, 37 anos, dirigente do pequeno Partido Socialista Revolucionário (PSR). O partido foi criado em 1978, no congresso em que ocorreu a fusão da Liga Comunista Internacional (LCI) com o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e integrou um conjunto de militantes de tradições trotskistas diversas. O partido nunca teve representação parlamentar e foi uma das organizações políticas que participaram da fusão que deu origem ao atual Bloco de Esquerda (BE). Seus principais líderes foram Francisco Louçã, Alfredo Frade, Helena Lopes da Silva e José Falcão. O PSR era formado essencialmente por jovens, e defendia ideais considerados polêmicos, como a legalização das drogas e do aborto.

Em 1987, o PSR iniciou uma série de campanhas antimilitaristas, especialmente dirigidas à juventude. Naquela época, o serviço militar durava entre 18 e 24 meses. Na sede do partido estava localizado o *Bar das Palmeiras*, ponto de encontro da juventude de esquerda. Já era conhecida a noite *anti-tropa* das sextas-feiras na sede do PSR, onde os jovens se reuniam para protestar contra o serviço militar obrigatório ao som de música *rock'n roll*. José Carvalho era o responsável pela organização e pela segurança desses eventos.⁴⁹² Na ocasião do assassinato de José Carvalho, madrugada de sexta-feira para o sábado, iria acontecer no bar Palmeiras mais uma edição de uma série de *shows* com temática antimilitarista.

⁴⁹² Boletim de organização e informação do PSR, n. 140, Lisboa, novembro de 1989, p. 1. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

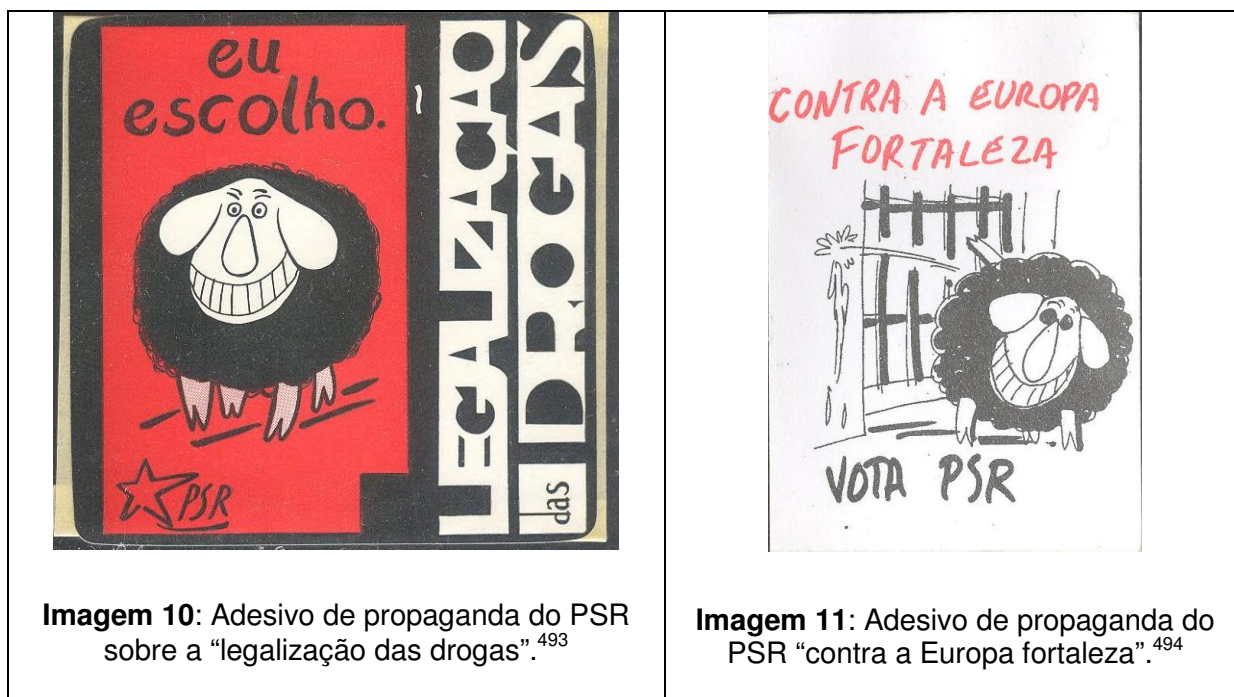


Imagem 10: Adesivo de propaganda do PSR sobre a “legalização das drogas”.⁴⁹³

Imagem 11: Adesivo de propaganda do PSR “contra a Europa fortaleza”.⁴⁹⁴



Imagem 12: Adesivo de propaganda do PSR “Sou eu que decido – aborto livre”.⁴⁹⁵

⁴⁹³ Imagem pertencente ao Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.com/2012/12/14/materiais-de-propaganda-politica-21-autocolantes-do-psr-serie-da-ovelha>>. Acesso em dezembro de 2012.

⁴⁹⁴ Idem.

⁴⁹⁵ Imagem pertencente ao Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.com/2012/12/15/materiais-de-propaganda-politica-15-autocolantes-do-psr>>. Acesso em dezembro de 2012.



Imagem 13: Muro pintado com propaganda do PSR “A tropa faz de ti um homem... sem direitos! Vota PSR.”⁴⁹⁶

Há diferentes versões sobre os fatos que levaram à morte do *Zé da Messa*⁴⁹⁷, como era conhecido José Carvalho. Houve um confronto entre militantes do PSR e *skinheads* de extrema-direita, nas imediações da sede do partido. São contraditórios alguns dos relatos sobre os acontecimentos daquela noite. As diferentes versões foram contadas por diferentes personagens em diferentes momentos. A ampla cobertura da imprensa, muitas vezes sensacionalista, contribuiu para criar certa atmosfera de incerteza em torno dos acontecimentos. Por tratar-se de um caso emblemático e pelo acesso a vasta documentação (depoimentos de testemunhas, documentos da Polícia e da Justiça, material da imprensa, correspondências, fotografias, etc.) considerou-se possível e importante realizar neste ponto do trabalho uma reconstituição dos fatos que levaram ao assassinato de José Carvalho em 28 de outubro de 1989.⁴⁹⁸

⁴⁹⁶ Imagem pertencente ao Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=528&album=Murais>>. Acesso em dezembro de 2012.

⁴⁹⁷ José Carvalho fora empregado e líder dos trabalhadores da fábrica Messa, de máquinas de escrever, situada em Mem Martins - Sintra.

⁴⁹⁸ Optou-se por substituir os nomes dos envolvidos pelas iniciais de seus nomes.

Naquela noite haveria apresentações das bandas *Censurados* e *Dogue Dócil* no Bar das Palmeiras. No dia seguinte ao assassinato, foi divulgado erroneamente pela imprensa⁴⁹⁹ que a *Dogue Dócil* teria realizado contato com José Carvalho, a fim de conseguir apresentar-se naquela noite no Bar das Palmeiras. Era notório que Carvalho tinha por hábito “*facilitar sempre as coisas às bandas novas.*”⁵⁰⁰ O que o militante do PSR não saberia era que a vocalista da banda *Dogue Dócil* era namorada de um dos líderes do movimento *skinhead* de extrema-direita de Almada. Este, ao chegar ao bar junto com alguns amigos *skinheads* e serem impedidos de entrarem para assistir à apresentação da *Dogue Docil*, teria iniciado o confronto.

Tais informações divulgadas pela imprensa contêm algumas imprecisões. Na realidade, a banda *Dogue Dócil* foi convidada para tocar no Bar das Palmeiras por um militante do PSR. O *show* estava marcado para as 23 horas, mas a vocalista da banda atrasou-se, chegando por volta da meia noite. Esse foi o verdadeiro motivo que inviabilizou a apresentação da banda. Também foi publicado erroneamente na imprensa que o *show* da *Dogue Dócil* não foi autorizado em função da sua inadequação com o tema antimilitarista, além de sua ligação com os *skinheads*. Também foi publicado, de forma incorreta, que a impossibilidade da participação da banda lhe teria sido comunicada três dias antes do evento, pelo próprio José Carvalho.⁵⁰¹ Tais informações são errôneas e não correspondem aos depoimentos dados à polícia pelos membros da banda e pelos dirigentes do PSR.⁵⁰² De fato, os músicos da *Dogue Dócil* compareceram ao bar, na hora prevista para o *show*, carregando os instrumentos e prontos para

⁴⁹⁹ “Skin heads” atacaram na sede do PSR. **Diário de Lisboa**, 28 de outubro de 1989, p. 2.

⁵⁰⁰ *Idem*.

⁵⁰¹ Ver: Cabeças-raspadas alvo de mais investigações. **Diário de Notícias**, Lisboa, 02 de novembro de 1989.

⁵⁰² Auto de Inquirição – Ministério da Justiça – Polícia Judiciária – Directoria de Lisboa. Depoimento de J.A.F.P.F. 28 de outubro de 1989; e Depoimento de V.I.M.G. 28 de outubro de 1989. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

tocar.⁵⁰³ O *show* apenas não se realizou por conta do atraso da vocalista, V.I.M.G.⁵⁰⁴

A questão da participação da banda *Dogue Dócil* adquiriu importância quando a Polícia Judiciária utilizou esse detalhe para concluir que não haveria motivação política para o crime. Em comunicado realizado pelo seu porta-voz, a PJ afirmou “*não existirem motivações políticas*” no crime, sendo que as razões do conflito residiriam no fato de o PSR ter impedido os *skinheads* de assistirem ao concerto da banda cuja vocalista era namorada de um dos seus líderes.⁵⁰⁵ Na verdade, tal concerto nunca aconteceu.

Para compreender a motivação política do crime, faz-se necessário atentar para outro evento que ocorreu naquela mesma noite, na Margem Sul do Rio Tejo. Um grupo de aproximadamente vinte pessoas – muitos deles amigos de infância e a maioria deles *skinheads* – se reuniram às 20 horas para um jantar em Almada, na casa de M.A.D.S., 18 anos, que comemorava a sua incorporação na Escola de Tropas Pára-Quedistas do Exército Português, situada na localidade de Tancos. M.A.D.S. havia abandonado os estudos sem completar o ensino secundário, a fim de ingressar na vida militar.⁵⁰⁶ Ele deveria apresentar-se no quartel no dia seguinte e reuniu os amigos para celebrar. Ou seja, ao mesmo tempo em que ocorria a festa anti-militarista na sede do PSR, jovens *skinheads* comemoravam, na outra margem do rio, a incorporação de um de seus membros em uma tropa especial do Exército Português, para realizar o serviço militar. Eram dois eventos antagônicos, realizados na mesma noite, em margens opostas do Rio Tejo.

Estavam presentes no jantar de M.A.D.S. alguns dos personagens que viriam a participar, algumas horas mais tarde, dos eventos na frente da sede do

⁵⁰³ Skinheads. **Semanário**, 06 de novembro de 1989, pp. 18-19.

⁵⁰⁴ As identidades dos envolvidos foram preservadas, substituindo os nomes pelas iniciais.

⁵⁰⁵ Ver: Cabeças-raspadas alvo de mais investigações, 02 de novembro de 1989, op. cit.

⁵⁰⁶ Relatório Social de M.A.D.S., elaborado pelo Instituto de Reinserção Social, Ministério da Justiça, anexo ao processo n. 8565, datado de 11 de fevereiro de 1991, p. 5. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

PSR. Dentre eles estava J.P.S.F., 29 anos, namorado de V.I.M.G., a vocalista da *Dogue Dócil*. J.P.S.F. havia discutido com sua namorada no dia anterior.⁵⁰⁷ Também estava na casa de M.A.D.S. o jovem P.J.O.C.A.G.⁵⁰⁸, 18 anos, aluno do ensino secundário, que viria a ser condenado por desferir o golpe fatal contra o peito de José Carvalho. De acordo com o depoimento de um de seus amigos, P.J.A.G. era um dos mais agressivos e destemperados do grupo e o único que costumava carregar facas, canivetes e navalhas consigo.⁵⁰⁹

Em determinado momento, uma parte dos presentes resolveu continuar a festa em Lisboa, justamente no Bar das Palmeiras, onde ocorria a noite antimilitarista do PSR. Foi sugestão de J.P.S.F. ir ao Palmeiras para assistir a banda de sua namorada.⁵¹⁰ Com base nos depoimentos dos participantes da festa de M.A.D.S., conclui-se que eles não foram informados sobre a suposta proibição da realização do *show* da *Dogue Dócil*. Isso indica que a banda realmente iria se apresentar, não fosse o atraso da vocalista, pois ela não avisou ninguém sobre o suposto cancelamento. Todos os músicos compareceram no Bar das Palmeiras, no horário marcado, exceto a vocalista V.I.M.G.

Quando o grupo de *skinheads* decidiu ir para Lisboa, era formado por dez elementos: A.P.M.S., G.B.M.F., R.M.L.⁵¹¹, P.J.A.G., F.J.M.S., J.C.V.M., J.R.G.⁵¹², F.V.R.T., M.J.V.R.T.⁵¹³ e J.P.S.F. O grupo dividiu-se em dois. Uma parte foi de ônibus, a outra de barco. Neste momento, P.J.A.G. já levava no bolso de trás de sua calça uma faca, do tipo de abertura automática⁵¹⁴, que lhe fora emprestada

⁵⁰⁷ Auto de Interrogatório de Arguido – Ministério da Justiça – Polícia Judiciária. Depoimento de G.B.M.F., realizado em 30 de outubro de 1989, às 11 horas, na Directoria de Lisboa. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁰⁸ Doravante referido como P.J.A.G.

⁵⁰⁹ Auto de Inquirição – Ministério da Justiça – Polícia Judiciária – Directoria de Lisboa. Depoimento de J.P.S.F. 28 de outubro de 1989. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵¹⁰ Depoimento de G.B.M.F., 30 de outubro de 1989, op. cit.

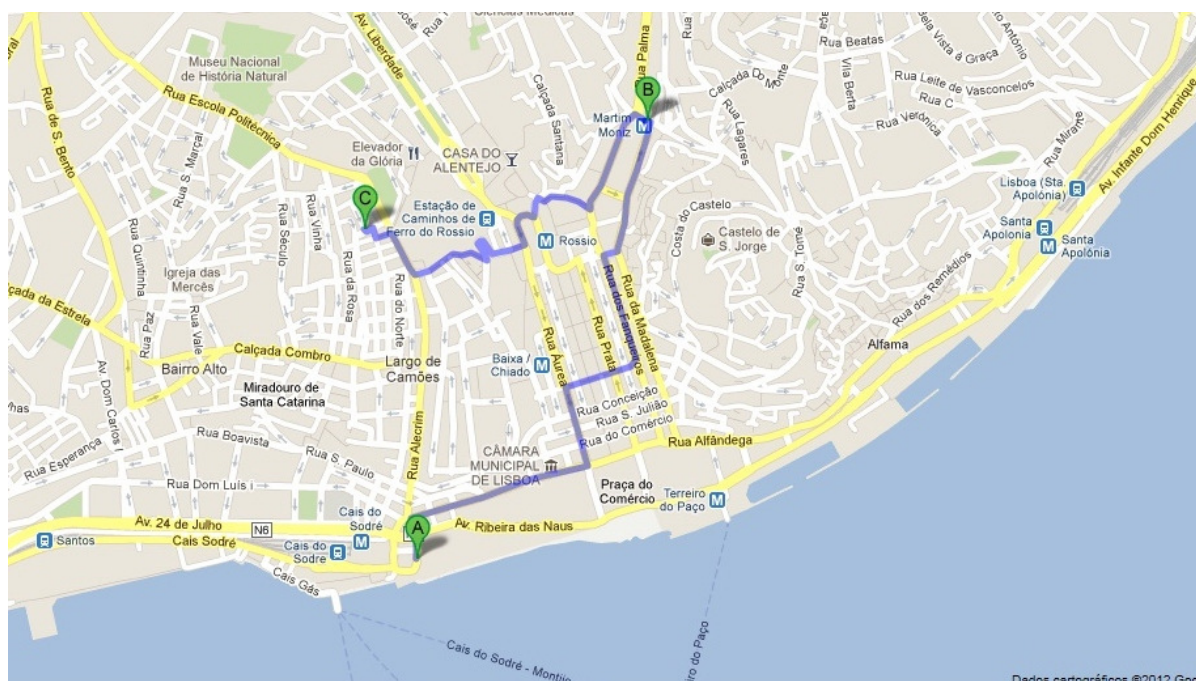
⁵¹¹ Neste caso, as iniciais fazem referência a um pseudônimo.

⁵¹² Idem.

⁵¹³ Doravante referido como M.J.R.T. Era irmão de F.V.R.T.

⁵¹⁴ Faca de abertura automática, uma espécie de canivete, em Portugal chama-se “navalha de ponto-e-mola”.

por R.M.L. quando estavam a caminho da casa de M.A.D.S. Emprestada “*para o que desse e viesse.*”⁵¹⁵ O grupo que seguiu para Lisboa de barco desembarcou no Cais do Sodré (A) e realizou o restante do trajeto a pé. Era por volta de 23 horas de sexta-feira e as ruas percorridas pelos *skinheads* deviam estar cheias de jovens, pois muitas são as opções de bares na região que vai do Cais do Sodré até as cercanias do Martim Moniz, onde ficava a sede do PSR (B). Em realidade, partindo do Cais do Sodré, o grupo poderia ter caminhado até o Bairro Alto (C), tradicional ponto de encontro da boemia lisboeta, onde haveria muitas alternativas de locais para continuarem a comemoração – eventualmente, inclusive locais frequentados por jovens de extrema-direita.⁵¹⁶ Entretanto, mesmo havendo diversas outras opções, os *skinheads* dirigiram-se para um bar onde sabidamente iriam encontrar pessoas que defendiam uma ideologia política contrária à sua.



⁵¹⁵ Auto de Interrogatório de Arguido – Ministério da Justiça – Polícia Judiciária. Depoimento de P.J.A.G., realizado em 28 de outubro de 1989, às 17 horas, no Edifício da Polícia Judiciária de Lisboa. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵¹⁶ Inclusive, após o confronto, alguns membros do grupo de *skinheads* foram ao Bairro Alto para “*tomar uns copos.*” Depoimento de P.J.A.G., 28 de outubro de 1989, op. cit.

Imagem 14: Possível trajeto realizado pelo grupo de *skinheads* na noite do assassinato de José Carvalho.⁵¹⁷

Os dois grupos se encontraram na frente do Bar das Palmeiras. Logo foram identificados como *skinheads* pelos militantes do PSR.⁵¹⁸ Alguns já eram conhecidos pelos frequentadores do Bar Palmeiras, pois lá já haviam se envolvido em outras confusões. Além disso, estavam vestidos a caráter: tinham o cabelo cortado à máquina bem curto (com exceção de F.J.M.S.), usavam camiseta camuflada (P.J.A.G.), jaqueta da Força Aérea Americana (A.P.M.S.), botas *Doc Martens* (A.P.M.S. e M.A.D.S.), etc. Por isso, claramente identificados como *skinheads* de extrema-direita, foram impedidos de ingressar no local. Houve uma discussão e um princípio de confusão.

Um dos mais exaltados era J.P.S.F. Naquele momento, sua namorada V.I.M.G. ainda não havia chegado. Quando ela apareceu, passou por ele e não o cumprimentou. Talvez em parte por conta da briga que tiveram no dia anterior, mas certamente porque ela estava mais de uma hora atrasada para o *show*. Sentindo-se ofendido, J.P.S.F. foi atrás dela e agrediu-a com três “bofetões” no rosto.⁵¹⁹ Tão violenta foi a agressão, que J.P.S.F. machucou um dos dedos da mão, o mesmo que já havia fraturado dias antes. V.I.M.G. começou a sangrar pelo nariz. Aconselhada pela irmã, entrou em um taxi junto com um amigo a fim de buscar atendimento médico. J.P.S.F., com a mão machucada, correu e entrou no mesmo taxi, que rumou para o Hospital São José.⁵²⁰ A.P.M.S., F.J.M.S. e M.A.D.S. pegaram outro taxi e foram atrás do casal para acompanhar os desdobramentos dos fatos. Os outros *skinheads* permaneceram nas imediações da sede do PSR. Após algum tempo (menos de uma hora) A.P.M.S., F.J.M.S. e M.A.D.S. retornaram a pé e reencontraram aqueles que haviam permanecido na Rua da Palma. J.P.S.F. e V.I.M.G. permaneceram no hospital até às 3 horas e 30 minutos da manhã e depois foram para casa.

⁵¹⁷ Imagem construída com a ferramenta *Google Maps*.

⁵¹⁸ Cf. Acta de debate instrutório de 19 de junho de 1990. Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa. Juíza Maria da Graça Araújo. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵¹⁹ Depoimento de J.P.S.F., 28 de outubro de 1989, op. cit.

⁵²⁰ Depoimento de V.I.M.G., 28 de outubro de 1989, op. cit.

De acordo com os frequentadores do bar, mesmo já sabendo que o *show* da Dogue Dócil havia sido cancelado, nesse momento os *skinheads* decidiram forçar a entrada no bar. Conforme os *skins*, eles apenas reagiram a provocações por parte de pessoas ligadas ao PSR.⁵²¹ O certo é que se iniciou então outra discussão e logo em seguida o confronto corporal. A rua transformou-se em um campo de batalha. Ouviram-se gritos de “*morte aos comunistas*” e “*vamos ao ataque*”.⁵²² A.P.M.S., M.A.D.S., G.B.M.F. e P.J.A.G. avançaram contra as pessoas que se encontravam na entrada do bar. A.P.M.S. estava armado com uma barra de ferro e P.J.A.G. com a faca automática, que já estava aberta desde que chegou aquele local.⁵²³ M.A.D.S. empunhava uma ripa de madeira.⁵²⁴ G.B.M.F. tinha as mãos nuas, avançando contra as pessoas com socos e chutes.⁵²⁵ Os outros *skinheads* (F.V.R.T., F.J.M.S., J.C.V.M. e M.J.R.T.) arremessavam pedras retiradas da calçada. Os militantes do PSR armaram-se com que encontraram no local. José Falcão, um dos principais líderes do PSR, empunhou uma tranca de ferro, retirada de uma janela. José Carvalho e outros conseguiram armar-se com pedaços de madeira.⁵²⁶ As pessoas no primeiro andar do prédio da sede do PSR jogavam cadeiras e lixeiras pelas janelas.⁵²⁷ Durante alguns minutos de caos, pessoas corriam para vários lados, outras gritavam e a pancadaria era generalizada. P.J.A.G. desferiu golpes de faca contra dois homens.⁵²⁸ Um deles foi atingido no peito, com um golpe que resultou em uma perfuração de 3 x 10 centímetros no seu coração.⁵²⁹ Era José Carvalho.

⁵²¹ De acordo com os depoimentos dos *skinheads*, um membro do PSR arremessou um pedaço de madeira que atingiu A.P.M.S. no braço esquerdo.

⁵²² Auto de Inquirição – Ministério da Justiça – Polícia Judiciária – Directoria de Lisboa. Depoimento de L.M.M.S.O. 07 de novembro de 1989. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵²³ Depoimento de P.J.A.G., 28 de outubro de 1989, op. cit.

⁵²⁴ Cf. Acta de debate instrutório de 19 de junho de 1990, op. cit.

⁵²⁵ Idem.

⁵²⁶ Depoimento de L.M.M.S.O., 07 de novembro de 1989, op. cit.

⁵²⁷ Depoimento de J.P.S.F., 28 de outubro de 1989, op. cit.

⁵²⁸ Depoimento de P.J.A.G., 28 de outubro de 1989, op. cit.

⁵²⁹ Relatório de Autópsia de José da Conceição Carvalho – Instituto de Medicina Legal de Lisboa – 31 de janeiro de 1990. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.



Imagem 15: A vítima de 1989, José Carvalho.⁵³⁰

Após o confronto, os *skinheads* fugiram em direção à Praça Martim Moniz. Alguns decidiram pegar um taxi e retornar para a outra margem do Tejo. P.J.A.G., G.B.M.F. e F.J.M.S. seguiram para o Bairro Alto (C), onde ainda foram beber. Depois, também pegaram um taxi e foram embora. P.J.A.G. chegou em casa e colocou a faca em sua mesa, no seu quarto, dentro de uma caneca onde guardava canetas e lápis.⁵³¹

José Carvalho havia ficado caído no chão. Pelo menos outros cinco frequentadores do bar também ficaram feridos.⁵³² À 1h e 24 minutos, uma viatura da Polícia de Segurança Pública⁵³³ (PSP) recebeu uma chamada de rádio

⁵³⁰ Imagem disponível em: <<http://periodiccircumspection.blogspot.com.br/2009/11/jose-carvalho-foi-assassinado-ha-vinte.html>>. Acesso em março de 2013.

⁵³¹ Depoimento de P.J.A.G., 28 de outubro de 1989, op. cit.

⁵³² Cf. Acta de debate instrutório de 19 de junho de 1990, op. cit. Dentre os feridos no confronto estava J.A.F.P.F., que foi entrevistado para a realização deste trabalho. Outro ferido foi P.J.B.L.C., que necessitou internação hospitalar por seis dias em função de fraturas no nariz. Cf. Boletim de organização e informação do PSR, n. 140, Lisboa, novembro de 1989, p. 1. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal; e Auto de Inquirição – Ministério da Justiça – Polícia Judiciária – Directoria de Lisboa. Depoimento de P.J.B.L.C. 07 de novembro de 1989. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵³³ A Polícia de Segurança Pública (PSP), “é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa. A PSP tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei. (...) A PSP depende do membro do Governo responsável pela Administração Interna, a sua organização é única para todo o

informando sobre “desordem” na sede do PSR. Chegando ao local, os policiais já encontraram José Carvalho inconsciente. Uma ambulância da Polícia o levou ao Hospital São José, onde já chegou morto, à 1h e 50 minutos.⁵³⁴ Ironicamente, quando o corpo de José Carvalho deu entrada no Hospital São José, lá se encontravam dois personagens centrais para a conexão dos diversos fatos que culminaram na tragédia da Rua da Palma: o casal V.I.M.G. e J.P.S.F., aguardava atendimento por conta da briga conjugal que os fez ausentarem-se do local do crime antes de se iniciarem os confrontos.⁵³⁵

No local do crime, um dos policiais da PSP recebeu uma faca encontrada no chão por um segurança de uma firma situada à Rua da Palma.⁵³⁶ Este viria a ser o detalhe mais controverso de toda a história, pois P.J.A.G. assumiu que desferiu golpes de faca contra duas pessoas, contudo levou a arma para casa. Estaria ele mentindo? Ou haveria outro *skinhead* também manuseando uma faca?⁵³⁷ A existência de duas facas foi amplamente explorada pela imprensa e

território nacional e está organizada hierarquicamente em todos os níveis da sua estrutura com respeito pela diferenciação entre funções policiais e funções gerais de gestão e administração públicas, obedecendo quanto às primeiras à hierarquia de comando e quanto às segundas às regras gerais de hierarquia da função pública. (...) Em situações de normalidade, as suas actividades são desenvolvidas de acordo com os objectivos e finalidades da política de segurança interna, com respeito pelos limites do respectivo enquadramento orgânico. Em situações de excepção, as suas atribuições são as decorrentes da legislação sobre defesa nacional, estado de sítio e estado de emergência.”
Fonte: <<http://www.psp.pt>>. Acesso em agosto de 2012.

⁵³⁴ Auto de Notícia, do policial Antônio Resende Rego. Polícia de Segurança Pública – Comando Distrital de Lisboa – 1ª Divisão – Posto de Atendimento n. 6, 28 de outubro de 1989; e Relatório de Autópsia de José da Conceição Carvalho – Instituto de Medicina Legal de Lisboa – 31 de janeiro de 1990, op. cit. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵³⁵ Depoimento de J.A.F.P.F., 28 de outubro de 1989, op. cit.; e Depoimento de V.I.M.G., 28 de outubro de 1989, op. cit.

⁵³⁶ Informação de Serviço – Polícia Judiciária – Ministério da Justiça. Da agente Sara Romão para Exmo. Sr. Inspetor. 27 de outubro de 1989. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal. Observação: a data deste documento (27 de outubro) deve corresponder à data do início do turno da agente Sara Romão, pois o crime ocorreu já na madrugada do dia 28 de outubro.

⁵³⁷ Outro detalhe que chama a atenção na documentação é que o fato de ter sido encontrada uma navalha na cena do crime não consta no relatório do policial da PSP (o primeiro a chegar no local, e para quem teria sido entregue a navalha), provavelmente porque estão faltando páginas ao referido relatório. A informação consta apenas no relatório da agente da PJ.

pela defesa de P.J.A.G. Contudo, a análise da documentação policial revela que, na realidade, a faca encontrada na cena do crime pertencia a um frequentador do bar, que não se envolveu na briga, mas utilizou tal instrumento para cortar a camiseta de José Carvalho e prestar os primeiros socorros.⁵³⁸

Às 4h e 15 minutos, a PSP comunicou à Polícia Judiciária⁵³⁹ (PJ) que havia ocorrido um homicídio em frente ao número 268 da Rua da Palma.⁵⁴⁰ Para lá se deslocaram três policiais da PJ, que conversaram com algumas testemunhas. Nesse primeiro contato, as testemunhas já puderam identificar alguns *skinheads*, como J.P.S.F. e P.J.A.G., o que comprova que os mesmos já eram conhecidos por alguns frequentadores do bar.

Nos dias seguintes ao assassinato de José Carvalho, foram muitos os partidos e organizações políticas – de direita e de esquerda – que manifestaram publicamente sua indignação com o ocorrido: PS; PCP; MDP-CDE; Verdes; Intervenção Democrática; UDP; FER; OCPO; JS; JCP; PPM; JSD; centrais sindicais; sindicatos; grupos musicais; grupos de teatro, associações universitárias; Câmaras Municipais; Assembleia da República e outros. O próprio Presidente da República manifestou-se sobre o caso. Já no dia 28 de outubro, o PSR passou a receber uma série de cartas e telegramas de condolências. Tais mensagens eram oriundas de outras organizações políticas, de militantes e simpatizantes do partido, ou mesmo de pessoas comuns, sem ligação com o PSR, mas que demonstravam preocupação com a “ameaça nazista.” A análise dessa documentação, que revela a opinião daquelas pessoas imediatamente após o ocorrido, indica a clara e inequívoca conotação política que o episódio

⁵³⁸ Auto de Inquirição – Ministério da Justiça – Polícia Judiciária – Directoria de Lisboa. Depoimento de J.R.L.C.P. 07 de novembro de 1989. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal; e Auto de Inquirição – Ministério da Justiça – Polícia Judiciária – Directoria de Lisboa; e Depoimento de T.C.S.F.S. 07 de novembro de 1989. Acervo da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵³⁹ A Polícia Judiciária (PJ) “tem por missão, nos termos da sua Lei Orgânica e da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação e desenvolver e promover acções de prevenção, detecção e investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.” Fonte: <<http://www.policiajudiciaria.pt>>. Acesso em agosto de 2012.

⁵⁴⁰ Cf. Informação de Serviço – Polícia Judiciária – Ministério da Justiça. Da agente Sara Romão para Exmo. Sr. Inspetor, 27 de outubro de 1989, op. cit.

adquiriu. Tratava-se de um “atentado nazista”, contra a jovem democracia portuguesa. Era o sinal de que as “forças fascistas” estavam vivas e se manifestando novamente.

Como expresso em uma dessas cartas, o fato – que já era bastante grave e triste – ganhava uma dimensão mais alarmante, quando todos sabiam quem eram e o que desejavam os seus autores.⁵⁴¹ A caracterização dos perpetradores do crime como nazistas ou fascistas era extremamente comum na correspondência recebida pelo PSR: os responsáveis seriam “*jovens menos conscientes*” atraídos por “*grupos impulsionados por forças negras do fascismo*”⁵⁴²; “*assassínios fascistas*”⁵⁴³; um “*grupo nazi e racista*”⁵⁴⁴, “*bandos neo-nazis*”⁵⁴⁵. Tratava-se de um “*acto fascista contra a vida*”⁵⁴⁶ e José Carvalho seria “*mais uma vítima da besta nazi*”.⁵⁴⁷ Outra ideia bastante recorrente na correspondência é a de que o episódio (ou a escalada da violência da extrema-direita) representava um “*atentado ao Sistema Democrático Português*”.⁵⁴⁸ Dentre a correspondência direcionada ao PSR nos dias seguintes à morte de José Carvalho, chama a atenção uma carta do Partido Popular Monárquico

⁵⁴¹ Carta, de 29 de outubro de 1989, do Centro de Cultura Libertária/Ateneu, para a Comissão Directiva do PSR. Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁴² Telegrama n. 1125, de 28 de outubro de 1989, do Secretariado do CN da UDP (União Democrática Popular) para a Direção do PSR. Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁴³ Comunicado à Imprensa, de 28 de outubro de 1989, do Comitê Executivo da Frente da Esquerda Revolucionária (FER). Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁴⁴ Comunicado, de 28 de outubro de 1989, do POUS (Partido Operário de União Socialista). Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁴⁵ Carta, de 28 de outubro de 1989, do GSAL (Grupo de Estudos e Solidariedade com a América Latina). Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁴⁶ Telegrama n. 1004, de 28 de outubro de 1989, de Maria Santos para Francisco Louçã. Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁴⁷ Telegrama n. 1053, de 29 de outubro de 1989, de Mario Antonio Monteiro Martins, para o PSR.

⁵⁴⁸ Carta, de 29 de outubro de 1989, da Comissão Coordenadora Nacional da JRD (Juventude Renovadora Democrática) ao PSR e aos órgãos de comunicação social. Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

(PPM), notadamente de direita, expressando solidariedade pela morte do dirigente do PSR:

A Comissão Política do PPM reunida hoje, deliberou tornar pública a sua indignação pelo crime perpetrado por elementos dum grupo de extrema-direita que vitimou o Dirigente do PSR José Carvalho. O PPM manifesta a sua solidariedade ao PSR pela perda deste seu militante e reclama das autoridades urgentes medidas de segurança que ponham termo a estas seitas extremistas, verdadeiras seitas de malfeitores, a reprimir sem hesitações e exemplarmente.⁵⁴⁹

Muitas das mensagens enviadas ao PSR, além de lamentar a morte do *Zé da Messa*, faziam referência à necessidade de organização de uma defesa contra os ataques da extrema-direita. Algumas manifestações defendiam uma estratégia de ação mais forte, uma “*defesa armada*”, ou ainda utilizar “*meios idênticos*” aos usados pelos *skinheads*:

A conclusão que é necessário tirar deste bárbaro atentado aponta para a sistemática organização da auto-defesa armada de todas as manifestações, comícios, greves ou acções de massas. (...) Toda acção de massas dos trabalhadores tem que estar igualmente preparada para lhes dar resposta.⁵⁵⁰

...teremos que organizar todo o país e aonde existir um só nazista, deve ser atacado e denunciado publicamente. Aí devem usar meios idênticos aos que fizeram tombar para sempre o camarada, não lhes perdoem. Se for preciso, avisem que eu vou ajudar, não hesitem, que é isso mesmo que eles pretendem, pois sabem-se acobertados pelos donos do país.⁵⁵¹

Por outro lado, algumas mensagens, ainda que também demonstrando a preocupação com a necessidade de uma reacção, enfatizavam a natureza pacífica que as mesmas deveriam possuir:

Desde já, em nome deste Centro e da Revista Antítese, aqui vos expressamos a nossa solidariedade neste momento difícil para todos os amantes da LIBERDADE e PROGRESSO

⁵⁴⁹ Comunicado, de 30 de outubro de 1989, da Comissão Política do Partido Popular Monárquico (PPM), anexo à carta de 31 de outubro de 1989, da Comissão Executiva do PPR ao PSR. Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁵⁰ Comunicado à Imprensa, de 28 de outubro de 1989, do Comitê Executivo da Frente da Esquerda Revolucionária (FER). Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁵¹ Carta, de 29 de outubro de 1989, de Francisco José Rebêlo Ribeiro, para Francisco Louçã.

SOCIAL; declarando-nos disponíveis para qualquer futura acção numa perspectiva pacífica e anti-autoritária, que tenha como objetivo a luta contra esta verdadeira aberração social, o neonazismo.⁵⁵²

Na análise da correspondência do PSR, ainda é possível perceber que muitas das mensagens recebidas enfatizam que o episódio José Carvalho não foi um caso isolado. Longe de constituir um evento circunstancial, o ataque da Rua da Palma representou o ápice momentâneo de uma escalada de violência da extrema-direita:

...se este grupo nazi e racista pôde agora assassinar isso se deve à impunidade total de que os seus membros têm gozado apesar de se terem vindo a evidenciar nos últimos tempos através de agressões físicas bárbaras a vários cidadãos, em particular cabo-verdianos.⁵⁵³

Este crime não é um acto isolado e exige por isso, de todas as instituições democráticas, uma acção concertada para por termo à espiral de violência que tem atingido a nossa sociedade, através de actos praticados por sectores da extrema-direita.⁵⁵⁴

A FER denuncia a benevolência das autoridades policiais perante esses bandos, cuja atividade terrorista é já conhecida desde há algum tempo sem que qualquer medida tenha sido tomada.⁵⁵⁵

Mais uma vez, grupos nazis que têm actuado impunemente, matando e espancando democratas, anti-fascistas e revolucionários perante a passividade do Poder burguês e das suas polícias, saíram à rua semeando a destruição e a morte.⁵⁵⁶

...este não foi um acto isolado, mas sim um desenvolvimento (que já de há muito se vinha a prever) das inúmeras agressões

⁵⁵² Carta, de 29 de outubro de 1989, do Centro de Cultura Libertária/Ateneu, para a Comissão Directiva do PSR. Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁵³ Comunicado, de 28 de outubro de 1989, do POUS (Partido Operário de União Socialista). Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁵⁴ Carta, de 28 de outubro de 1989, do GSAL (Grupo de Estudos e Solidariedade com a América Latina). Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁵⁵ Comunicado à Imprensa, de 28 de outubro de 1989, do Comitê Executivo da Frente da Esquerda Revolucionária (FER). Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁵⁶ Carta dos presos do “Caso FUP/FP25”, de 28 de outubro de 1989. Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

que este bando de neonazis, com efectivas ligações ao movimento ilegal, neofascista e anti-democrático MAN, tem praticado. (...) o assassinato de José Carvalho não deve ser julgado isoladamente, mas (...) devem ser considerados como cúmplices todos aqueles que, pertencendo ao mesmo bando de arruaceiros e ao movimento MAN, têm fomentado e praticado a violência, já muitas vezes com consequências trágicas, contrariando no espírito e na forma os princípios democráticos e humanos da Constituição da República Portuguesa.⁵⁵⁷

De fato, a morte de José Carvalho foi o ápice de uma escalada de violência envolvendo os *skinheads* em Portugal. Em 1989, dois casos envolvendo *skinheads* já haviam recebido atenção da mídia. Em maio ocorrera a agressão ao ator João Grosso, realizada por sete *skinheads*, quando aquele intervira para socorrer um jovem que estava sendo espancado pelo grupo.⁵⁵⁸ Em junho, um turista alemão foi assassinado no Largo do Camões, em Lisboa. A autoria do crime nunca foi esclarecida, apesar de pairarem suspeitas contra elementos de grupos *skinheads*.⁵⁵⁹ No dia 27 de outubro (véspera da morte de José Carvalho) o semanário *Tal & Qual* publicou reportagem de duas páginas intitulada “Cabeças-Raspadas Entram na Dança” que tratava de uma confusão causada por *skinheads* em uma discoteca de Lisboa. A matéria alertava que “os *skinheads* estão a espalhar o terror pela cidade”.⁵⁶⁰ No dia seguinte, José Carvalho foi assassinado.

Oito *skinheads* foram indiciados no caso José Carvalho. O julgamento aconteceu em 1991, quinze meses após o assassinato, condenando seis e absolvendo dois dos acusados. Dois dos condenados tiveram suas penas suspensas.⁵⁶¹ P.J.A.G., que alegou inocência, foi condenado por homicídio

⁵⁵⁷ Comunicado, de 31 de outubro de 1989, da Comissão Concelhia de Almada da Juventude Comunista Portuguesa (JCP). Acervo documental da Associação José Carvalho, Lisboa, Portugal.

⁵⁵⁸ A extrema-direita em Portugal. **Relatório do S.O.S. Racismo**. Lisboa, 1998, p. 26.

⁵⁵⁹ LEMOS, Orlando. *Skinheads*. **Semanário**, 4 de novembro de 1989, p. 18.

⁵⁶⁰ Cabeças-Raspadas Entram na Dança. **Tal & Qual**, 27 de outubro de 1989, pp. 14-15.

⁵⁶¹ Em Portugal, a pena de prisão suspensa é aplicada quando o juiz entende que o condenado merece uma segunda oportunidade e que não voltará a cometer o crime. Ela só pode ser aplicada a crimes com moldura penal até cinco anos de prisão. Quem é condenado a uma pena suspensa de prisão ganha um “crédito”, mas fica com a espada da Justiça sobre a cabeça. Se for condenado por algum crime durante o período em que têm a pena

voluntário qualificado. A.P.M.S., M.A.D.S. e G.B.M.F. foram condenados por homicídio em co-autoria, ofensas corporais voluntárias e participação em rixa. Os irmãos F.V.R.T. e M.J.R.T. foram condenados por ofensas corporais voluntárias e participação em rixa.⁵⁶² P.J.A.G. cumpriu sua pena no Estabelecimento Prisional do Linhó, em Sintra, até agosto de 1991, quando conseguiu fugir juntamente com mais dois prisioneiros não envolvidos no caso José Carvalho. P.J.A.G. entregou-se às autoridades quatro anos depois da fuga, numa ação mediada por seu advogado.⁵⁶³

Acusado	Sentença
P.J.A.G.	12 anos de prisão e pagamento de multa de 15 mil escudos.
A.P.M.S.	7 anos de prisão e pagamento de multa de 30 mil escudos.
M.A.D.S.	6 anos de prisão e multa de 30 mil escudos.
G.B.M.F.	5 anos e multa de 10 contos.
F.V.R.T.	18 meses de prisão com pena suspensa.
M.J.R.T.	2 anos de prisão com pena suspensa.
F.J.M.S.	Absolvido.
J.C.V.M.	Absolvido.

Tabela: Acusados no caso José Carvalho e suas sentenças.⁵⁶⁴

suspensa, terá que cumprir todo o tempo de prisão efetiva na cadeia (pelo crime anterior e pelo novo). Ver: COELHO, Rute. Há 15 mil pessoas a 'cumprir' penas suspensas de prisão. **Diário de Notícias**, Lisboa, 13 de fevereiro de 2012, p. 17.

⁵⁶² "Skinheads" 30 anos de prisão. **Diário de Notícias**. 22 de março de 1991. Disponível em: <http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1007219&especial=Extrema%20Direita&seccao=SOCIEDADE>. Acesso em janeiro de 2014.

⁵⁶³ CARDOSO, Joana Amaral. Dez anos passados sobre condenação de P.J.A.G. **Público**. 21 de março de 2001. Disponível em: <<http://www.publico.pt>>. Acesso em janeiro de 2014.

⁵⁶⁴ "Skinheads" 30 anos de prisão, op. cit.

Na esteira do assassinato de José Carvalho, outros ataques de *skinheads* foram registrados pelo país. A cobertura da imprensa – parte dela sensacionalista – contribuía para a formação de um clima de tensão racial no início de 1990. Na capa do dia 2 de janeiro de 1990, o jornal Diário Popular estampou em letras garrafais a manchete: “Onda Racista: skinheads atacam no Porto.” (ver imagem 16). Altas autoridades na nação vinham a público para fazer declarações onde afirmavam que a polícia e a Justiça não estavam medindo esforços para conter a vaga *skinhead*.⁵⁶⁵ Comunidades de imigrantes e descendentes passaram a se organizar para autodefesa contra a “ameaça racista”.⁵⁶⁶

Outros casos de assassinatos com indícios de participação de *skinheads* ocorreram em Portugal nos anos seguintes, porém sem que os culpados fossem identificados. Em janeiro de 1992, um africano foi espancado e morto em Lisboa por três homens que proferiam frases racistas. Em fevereiro de 1993 um operário natural de Cabo Verde foi assassinado no Feijó, sendo que testemunhas viram “cabeças raspadas” fugindo do local. Em 13 de junho de 1993 Geraldo Tavares, cidadão cabo-verdiano, foi assassinado por “desconhecidos” em Carnaxide.⁵⁶⁷

⁵⁶⁵ Ministro promete dar guerra aos “skin-head”. **Correio da Manhã**, 11 de janeiro de 1990.

⁵⁶⁶ PINTO, Ricardo Jorge. Jovens africanos prometem guerra aberta aos ‘skinheads’. **Expresso**, 6 de janeiro de 1990.

⁵⁶⁷ MARIA, Margarida. Mortes sem culpa formada. **Diário de Notícias**. 16 de junho de 1995. Disponível em: <http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1006999&especial=Extrema%20Direita&seccao=SOCIEDADE>. Acesso em janeiro de 2014.



Imagem 16: Capa do jornal Diário Popular, de 2 de janeiro de 1990.⁵⁶⁸

Sob pressão da opinião pública, as autoridades rastream as conexões entre os grupos *skinhead* e o Movimento de Acção Nacional. A organização passou a ser investigada, ao mesmo tempo em que diminui suas atividades. Contribuiu para tanto, a fragmentação interna do movimento. Alguns de seus membros deixaram o MAN e fundaram uma nova organização, a Frente de Defesa Nacional. Entre 1993 e 1994, o MAN foi julgado pelo Tribunal Constitucional, sob a acusação de organização de ideologia fascista. Em uma decisão controversa, o Tribunal indeferiu o pedido do Ministério Público que pleiteava a extinção do movimento, argumentando que o mesmo já se encontrava extinto antes do requerimento ter sido apresentado.

⁵⁶⁸ Hemeroteca Municipal de Lisboa.

4.5. O assassinato de Alcindo Monteiro

As condenações advindas do caso José Carvalho e a dissolução do MAN não foram suficientes para acabar com o movimento *skinhead* de extrema-direita. P.J.A.G. foi o único envolvido que recebeu pena significativa. Entre 1989 e 1995, ao contrário de enfraquecer-se, o movimento *skinhead* português fortaleceu-se. Intencionalmente, durante este período, houve uma mudança estratégica no movimento, que buscou intervenções mais discretas, sem grandes concentrações públicas, substituindo-as por jantares em cidades como Cacilhas, Espinho, Almada, Gaia, Coimbra, Porto, Faro, Maia e Lisboa.⁵⁶⁹

Todavia, a violência *skinhead* viria a explodir novamente em 10 de junho de 1995, quando Lisboa testemunhou um ataque generalizado de conotação racista e xenofóbica sem precedentes na História de Portugal. Tratou-se de um episódio emblemático devido à magnitude do ataque e à ineficiência das forças de segurança pública no sentido de prevê-lo e reprimi-lo. O 10 de junho de 1995 marcou o auge da atuação da segunda leva *skinhead* portuguesa. Quando do assassinato de José Carvalho em 1989, o então ministro da Justiça, Fernando Nogueira, havia afirmado que o problema seria “*cortado pela raiz*” enquanto seu colega da Administração Interna, Manuel Pereira, apontava como prioridade “*impedir que estes bandos se organizem*”.⁵⁷⁰ Entretanto, apesar da desestruturação do Movimento de Acção Nacional, o país foi ineficiente em impedir a reorganização da extrema-direita em novas organizações *skinheads*. Ainda mais violenta do que a primeira leva, os *skins* de 1995 caracterizavam-se pelo racismo e xenofobia explícitos, além da aberta adesão à estética nazista e à ideologia da supremacia branca. Enquanto a primeira geração *skinhead* possuía certo ímpeto de militância política através do MAN, a segunda leva direcionou esta militância para um partido político emergente, o Partido Nacional Renovador.

⁵⁶⁹ DAMASO, Eduardo. “Führer” precisa-se... **Público**, 29 de junho de 1995, p. 12.

⁵⁷⁰ Idem.

As consequências do 10 de junho de 1995 foram profundas. Em primeiro lugar, o fato mais óbvio a lamentar foi que, seis anos após o Caso José Carvalho, novamente a extrema-direita fez uma vítima fatal em Portugal. Em segundo lugar, em decorrência desse fato e da ampla repercussão internacional do mesmo, ocorreram mudanças na forma como o Estado passou a tratar a questão da extrema-direita em Portugal. Será analisado mais adiante se essas mudanças foram suficientes para evitar novos episódios semelhantes. Neste momento, com base na documentação levantada, será realizada uma reconstituição na noite em que a direita radical portuguesa mostrou sua face mais violenta nas ruas de Lisboa. Disso resultou a morte de um jovem trabalhador de origem caboverdeana, chamado Alcindo Monteiro.

Na noite de 10 de junho de 1995, um grupo de *skinheads* promoveu um jantar comemorativo ao Dia Nacional de Portugal. O evento aconteceu no restaurante “O Ribeiro”, em Cacilhas-Almada e reuniu aproximadamente sessenta pessoas. Estavam representados núcleos *skinheads* de Lisboa, Porto, Matosinhos, Almada, Carcavelos, Sintra, Olivais, Loures e Corroios. Durante o jantar, os presentes levantaram-se, cantaram o hino nacional e fizeram a saudação nazista.⁵⁷¹ Ao final do evento, a maioria dos participantes dirigiu-se para o bar “O Minhoto”⁵⁷², no Bairro Alto, em Lisboa, a fim de prolongar a comemoração. Era de conhecimento dos *skinheads* que o Bairro Alto, tradicional ponto de boemia, é um local multicultural, frequentado por indivíduos de diversas nacionalidades e etnias, inclusive muitos imigrantes oriundos das ex-colônias africanas. Por isso, antes de iniciar o deslocamento para “O Minhoto”, o grupo já antevia a ocorrência de “confrontos”, inclusive tendo sido organizada a estratégia de reagrupamento no bar “A Merendinha”, após as eventuais brigas. A maioria dos *skinheads* usava coturnos *Doc Martens* com biqueiras de aço. Alguns levavam consigo soqueiras de metal e outros carregavam porretes de madeira.⁵⁷³

⁵⁷¹ Conclusão, 10.10.96, parágrafos 7º ao 14º. Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

⁵⁷² Sito na Travessa da Boa-Hora, n.º 23, local habitualmente frequentado pelos *skinheads*.

⁵⁷³ Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., parágrafos 16º ao 23º.

Portanto, a “continuação da comemoração” implicava na quase obrigatoriedade do comportamento violento. O grupo estava imbuído de um espírito agressivo e estava armado. Faltavam as vítimas, que seriam encontradas no Bairro Alto.

Ao chegarem ao bar de destino, os *skinheads* posicionaram-se na entrada do estabelecimento e passaram a agredir verbalmente as pessoas negras que transitavam na rua, com xingamentos como “*preto vai-te embora*”; “*preto cheiras mal*”; e “*preto não tomas banho*”. Além das agressões verbais, em determinado momento os *skins* passaram a arremessar garrafas contra essas pessoas.⁵⁷⁴

Diante das provocações, os agredidos reuniram um grupo de pessoas no bar “*A Tasquinha*”, (situado na Rua Diário de Notícias), ponto de encontro habitual de imigrantes e *punks*. O grupo, formado por dez a quinze pessoas, foi ao encontro dos *skinheads* para tirar satisfações. Os dois grupos se confrontaram na esquina da Travessa da Boa-Hora com a Rua Diário de Notícias. Houve troca de insultos de ambos os lados e a tensão foi acumulando-se. Ao perceber que os *skinheads* eram numericamente muito superiores, entre trinta a quarenta elementos⁵⁷⁵, o segundo grupo decidiu bater em retirada. Nesse momento, os *skinheads* partiram para o ataque, perseguindo o grupo que já estava em fuga. Aqueles que foram alcançados foram espancados com as soqueiras, porretes e coturnos com bico de aço. No ataque, também foram utilizadas lixeiras, copos e garrafas de vidro.

Após a dispersão do contingente oriundo do bar *Tasquinha*, os *skinheads* dividiram-se em grupos menores que passaram a perseguir e agredir qualquer pessoa negra que encontrassem na rua. Esse segundo ataque, generalizado, espalhou o pânico pelo Bairro Alto. Os alvos, sempre pessoas negras, eram perseguidos, encurralados e espancados violentamente. Foram dezenas de vítimas ao longo de vários minutos de terror, incluindo três oficiais do Exército Angolano que andavam pela rua inadvertidamente e foram surpreendidos.

⁵⁷⁴ Ibid., parágrafo 24º.

⁵⁷⁵ Ibid., parágrafo 55º, p. 4.

Os *skinheads* andavam pelas ruas do Bairro Alto aos berros, jogando lixeiras para o ar.⁵⁷⁶ Entraram em vários bares, arrombando a porta se necessário, para localizar alvos em potencial.⁵⁷⁷ As pessoas eram espancadas com chutes, socos, golpes de soqueira, porretes e barras de ferro, sendo atingidas em todo o corpo mas principalmente na região da cabeça. As vítimas eram jogadas ao solo, quando então os agressores formavam um círculo em sua volta e as atingiam com chutes, muitas vezes até que perdessem os sentidos.⁵⁷⁸ Durante as agressões eram bradadas palavras de ordem, como: “*Preto, vai para tua terra que isto aqui não é lugar pra ti!*”, “*Morte aos pretos!*”, “*Portugal é nosso!*”⁵⁷⁹

Na Rua Garret⁵⁸⁰, um grupo de aproximadamente quinze *skinheads* visualizou um homem negro que caminhava sozinho. Tratava-se de Alcindo Bernardo Fontes Monteiro, 27 anos, mecânico de automóveis natural de Cabo Verde e naturalizado português em 1991. Monteiro entraria para a história como “o africano assassinado pelos *skinheads*” em 1995. Ao contrário de José Carvalho, cuja memória foi preservada, pouco se publicou sobre a vida pessoal de Alcindo Monteiro.⁵⁸¹ Sabe-se que vivia com os pais em Barreiro e gostava de jogar futebol. Seus amigos o consideravam “bom de bola”. Também gostava de dançar, inclusive já havia conquistado alguns troféus em concursos de dança.

⁵⁷⁶ Ibid, parágrafo 68º.

⁵⁷⁷ Ibid, parágrafo 53º.

⁵⁷⁸ Ibid, parágrafo 96º.

⁵⁷⁹ Ibid, parágrafos 75º e 114º.

⁵⁸⁰ A Rua Garret é uma das atrações turísticas de Lisboa. Localiza-se no centro do bairro do Chiado, um dos mais tradicionais e elegantes da cidade. Nela localizam-se a Livraria Bertrand – a mais antiga livraria do mundo em atividade, segundo os portugueses – e o Café A Brasileira, cenário de reunião de personalidades da política e cultura portuguesas. Em seus arredores situam-se o Teatro Nacional de São Carlos, o Teatro São Luiz e o Teatro da Trindade. Na primeira metade do século XX a rua era local de reunião dos intelectuais. Atualmente, reúne algumas das lojas mais chiques da cidade. À noite, principalmente nos finais de semana, a Rua Garret transforma-se em passagem quase obrigatória para os jovens que dirigem-se à boemia da noite do Bairro Alto, vindos da estação do metrô da Baixa-Chiado, ou da estação de trens e de barcos do Cais do Sodré.

⁵⁸¹ Vale ressaltar a longa reportagem “A vítima perfeita”, de Fábio Monteiro, publicada em 9 de junho de 2014, e disponível em: <<http://observador.pt/especiais/alcindo-monteiro>>. Acesso em outubro de 2014.

Outro *hobbie* de Monteiro era a cozinha. Gostava de cozinhar e já havia trabalhado no restaurante panorâmico de Monsanto, onde frequentou um curso profissionalizante de culinária. Nos fundos da oficina mecânica onde trabalhava, com autorização do patrão, improvisou uma cozinha para eventuais confraternizações. Monteiro havia passado a tarde do sábado 10 de junho de 1995 cuidando dos sobrinhos, em Barreiro. Não trabalhava no domingo, por isso decidiu passar a noite em Lisboa. No Bairro Alto havia muitas opções de bares e danceterias.⁵⁸²

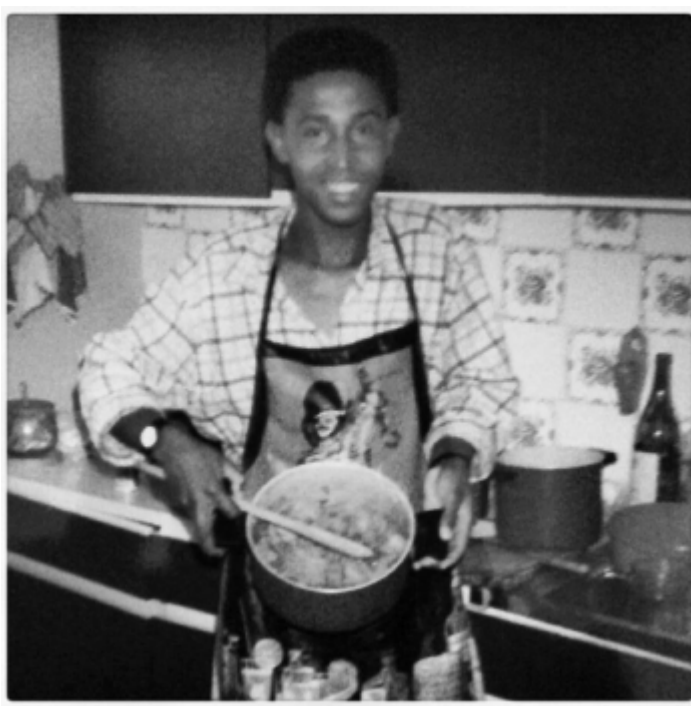


Imagem 17: A vítima de 1995, Alcindo Monteiro.⁵⁸³

Os agressores correram na direção de Monteiro, que tentou fugir. Ainda na Rua Garret a vítima foi alcançada e jogada ao solo com uma rasteira. Monteiro foi vítima da mesma tática-padrão adotada pelos *skinheads* nas agressões anteriores: com ampla superioridade numérica dos agressores, a vítima foi derrubada, cercada e espancada. Entretanto, com Monteiro as agressões prolongaram-se por mais tempo. Após uma primeira sessão de espancamento a vítima foi levantada e arrastada até a frente da loja *Gianni Versace*, onde foi

⁵⁸² CARMO, Teresa. *Skins*. **DNa**, n. 18, 29 de março de 1997, p. 28.

⁵⁸³ Imagem disponível em: <http://www.fcsh-elearning.edu.pt/acient/file.php/632/Alcindo_FINAL.pdf>. Acesso em março de 2013.

novamente jogada ao solo e espancada pela segunda vez.⁵⁸⁴ Nesse ponto, um dos agressores (J.L.T.P.) lançou mão de um objeto com uma base circular de cimento com cerca de 21,5 cm de diâmetro com o qual atingiu a vítima na cabeça por duas vezes, enquanto os outros seguiam desferindo socos e pontapés.⁵⁸⁵ No coturno de um dos agressores foi possível identificar vestígios de sangue e cabelo da vítima.⁵⁸⁶ Estando Alcindo Monteiro já desmaiado, o *skinhead* J.A.H.G.M. colocou um dos pés sobre a cabeça da vítima e levantou os braços em atitude de comemoração.⁵⁸⁷ Os agressores então disperaram-se em direção à Rua Nova do Almada. Em dado momento, dois ou três *skinheads* retornam até a vítima, que jazia inconsciente no chão, e desferiram-lhe mais uma série de chutes. O corpo inanimado da vítima saltava diante da força dos golpes imprimidos pelos agressores.⁵⁸⁸

Finalmente, o grupo de *skinheads* abandonou o local, deslocando-se para o ponto de encontro combinado previamente, o bar *A Merendinha*. Na Rua Garret, ficou Alcindo Monteiro desacordado, com diversos traumatismos cranianos, graves lesões nos pulmões e estômago, múltiplas contusões no cérebro e hemorragias internas.⁵⁸⁹ Os ferimentos de Monteiro atestam o método covarde das agressões. Muitas das lesões estavam localizadas no plano posterior do corpo, ou seja, as agressões foram cometidas quando a vítima estava deitada no chão, com as costas voltadas para cima. Conforme depoimento de João Charneca, dono da oficina mecânica onde Monteiro trabalhava, o corpo “*de frente até estava limpo. Agora, a parte de trás da cabeça até metia medo. Tinham-na metido toda para dentro.*”⁵⁹⁰

⁵⁸⁴ Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., parágrafos 123º a 129º.

⁵⁸⁵ Ibid, parágrafos 130º e 131º.

⁵⁸⁶ Ibid, parágrafo 132º.

⁵⁸⁷ Ibid, parágrafo 133º.

⁵⁸⁸ Ibid, parágrafos 134º a 137º.

⁵⁸⁹ Ibid, parágrafo 138º.

⁵⁹⁰ CARMO, 1997, op. cit., p. 30.

No caminho até o bar *A Merendinha*, os *skinheads* ainda viriam a fazer mais uma vítima, Matias de Almeida, agredido na Rua do Arsenal. O *modus operandi* foi semelhante ao utilizado com as outras vítimas: Matias foi perseguido, encurralado, cercado, jogado ao solo e agredido com chutes, socos e um porrete de madeira. Como consequência das agressões, a vítima sofreu uma série de lesões, incluindo traumatismo craniano.⁵⁹¹

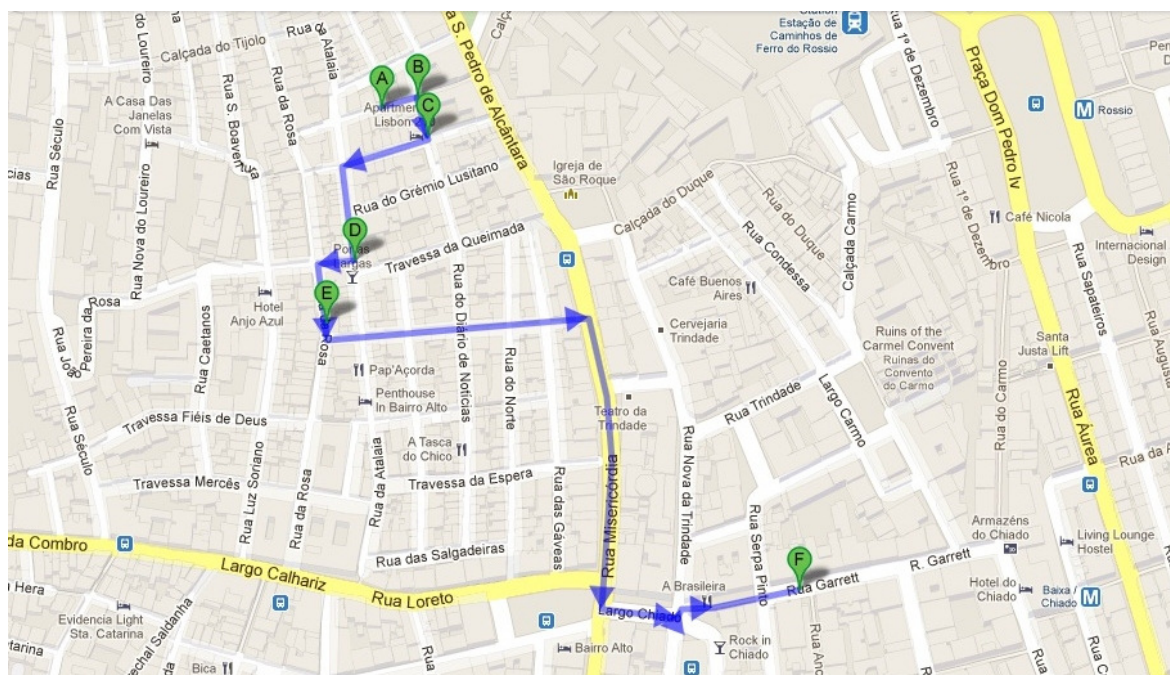


Imagem 18: A trajetória seguida pelos *skinheads*, enquanto agrediam pessoas na noite do dia 10 de junho de 1995, em Lisboa.⁵⁹²

Após a noite de selvageria, ao menos dezoito jovens negros haviam sido agredidos⁵⁹³, (mas o número total de vítimas foi maior, pois muitas não registraram ocorrência, tornando difícil sua identificação e contabilização) dos quais doze haviam sido encaminhados para as emergências dos hospitais de Lisboa.⁵⁹⁴ Um destes era Alcindo Monteiro, internado em estado grave, em consequência dos múltiplos ferimentos sofridos. Sua família ficou sabendo do

⁵⁹¹ Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., parágrafos 140º a 145º.

⁵⁹² Mapa elaborado com a ferramenta *Google Maps*.

⁵⁹³ Ver reconstituição detalhada no Anexo I.

⁵⁹⁴ CARMO, 1997, op. cit., p. 26.

ocorrido através das notícias na televisão.⁵⁹⁵ Monteiro viria a falecer trinta horas depois.

Dezoito pessoas foram indiciadas no processo⁵⁹⁶, que foi julgado em junho de 1997. Com mandados de busca e apreensão, a polícia encontrou em poder dos réus grande quantidade de material de propaganda de direita radical, com slogans como: “*A nossa religião é a nossa raça*”, “*Orgulho Branco*”, “*Poder Branco*”, “*Imigração não, obrigado*”, “*Portugal livre de pretos*”.⁵⁹⁷ Os *skinheads* admitiram serem contrários à presença de estrangeiros em Portugal e contra a união de brancos e negros. Buscando demonstrar a retidão de conduta característica do imaginário *skin*, afirmaram serem contra o uso de drogas e contra a prostituição. Consideravam-se “patriotas” e “nacionalistas” e admitiram também que utilizavam a iconografia nazista, considerada “*gira*”.⁵⁹⁸ Dos acusados, o único que rompeu o pacto de silêncio dos *skinheads* em relação aos fatos foi J.F.B.L., que identificou os agressores de Alcindo Monteiro. Entretanto, a colaboração de J.F.B.L. nas investigações não lhe rendeu a redução de pena desejada.⁵⁹⁹

⁵⁹⁵ COELHO, Sofia Pinto. Odiados e orgulhosos. **Expresso**, 7 de junho de 1997, p. 54.

⁵⁹⁶ Assim identificados no **Acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça**: 1. A, nascido a 22-3-974; 2. B, nascido a 19-12-69; 3. C, nascido a 19-2-73; 4. D, nascido a 22-1-75; 5. E, nascido a 3-8-76; 6. F, nascido a 19-3-72; 7. G, nascido a 1-1-75; 8. H, nascido a 19-12-76; 9. I, nascido 23-11-74; 10. J, nascido a 14-4-967; 11. L, nascido a 10-5-72; 12. M, nascido a 4-6-74; 13. N, nascido a 12-6-71; 14. O, nascido a 30-4-76; 15. P, nascido a 7-7-73; 16. Q, nascido a 9-11-75; 17. R, nascido a 10-12-74; 18. S, contumaz, 19.T, contumaz. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/dd1cc4e3936ccd49802568fc003b7da0?OpenDocument>>. Acesso em Janeiro de 2013.

⁵⁹⁷ Material de propaganda apreendido com os arguidos no caso Alcindo Monteiro. Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., p. 4.

⁵⁹⁸ COELHO, 1997, op. cit., pp. 51-55.

⁵⁹⁹ Cf o **Acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça**, op. cit.: “*Uma referência especial para o recorrente J, que pretende a atenuação especial da pena, de modo a que a medida concreta não ultrapasse 8 anos de prisão. Para tanto, alega que demonstrou estar arrependido e as suas declarações foram muito relevantes para a descoberta da verdade material. A Excelentíssima Procuradora da República, na sua douda contra motivação, opina pelo provimento parcial deste recurso, fixando-se a pena em medida não inferior a 12 anos de prisão. Na verdade, o acórdão recorrido refere, sob o ponto 128 da matéria de facto, que o arguido J desertou do grupo por ter ficado impressionado e arrependido por tudo quanto fizera anteriormente. O que fizera anteriormente fora participar nas agressões a V1, O1, D1 e MDS, e no homicídio de X. Na sua contestação, este arguido afirmou que “está*

O julgamento dos acusados foi amplamente acompanhado pela imprensa, inclusive internacional. Os réus foram acusados, em coautoria material e concurso real, na forma consumada de: um crime de genocídio; dez crimes de ofensas corporais; e um crime de homicídio qualificado.⁶⁰⁰ Foi um caso de grande repercussão, e as sentenças, anunciadas em junho de 1997, foram consideradas duras para os padrões portugueses.⁶⁰¹

arrependido". Olvidou o "sinceramente". Na alínea c) do n. 2 do artigo 73 CP82 (artigo 72 actual) prevêem-se actos demonstrativos do arrependimento sincero do agente, nomeadamente a reparação dos danos causados, na medida das suas possibilidades. O arrependimento sincero do agente revela uma reinserção social, consumada ou prestes a consumir-se, pelo que as exigências de prevenção, na determinação da medida judicial da pena, são de diminuta relevância. Contudo, o arrependimento é um fenómeno da vida psíquica e, como tal, só pode ser conhecido directamente pelo sujeito; através das suas manifestações exteriores à que se torna possível a sua detecção por outrem. Isto é, o arrependimento sincero do agente há-de ser revelado por actos que o demonstrem. Como decidiu este Supremo Tribunal em seu acórdão de 5 de Março de 1992 (BMJ n. 415, pág. 434): "A alínea c) do n. 2 do artigo 73 do Código Penal exige actos externos reveladores do arrependimento sincero, por se traduzirem numa efectiva actuação de sinal contrário ao do crime e que se mostrem capazes de visivelmente rebaterem os contornos e os efeitos do mesmo". Ora, este arguido não denotou qualquer acto demonstrativo do seu arrependimento sincero, nomeadamente a reparação, até onde lhe era possível, dos danos causados aos ofendidos e à família da vítima. Nem sequer consta que tenha pedido perdão aos ofendidos ou tenha estado no funeral de X. Por isso não pode beneficiar do disposto no artigo 72 n. 2 alínea c) do CP (versão actual). Quanto às suas declarações, ignora-se qual a importância que tiveram para a descoberta da verdade material, até porque agressões houve que ficaram impunes por falta de prova."

⁶⁰⁰ **Acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça**, op. cit.

⁶⁰¹ Cf o **Acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça**, op. cit.: "Efectuado o julgamento pelo tribunal colectivo da 5. Vara Criminal de Lisboa, foi decidido(...): - Julgar a acusação improcedente em relação aos arguidos P e R, os quais foram absolvidos; - Julgar a acusação improcedente na parte em que imputava aos restantes arguidos a prática de um crime de genocídio p. e p. pelo art. 189 n. 1 alíneas a) e b) e e do crime de ofensas corporais com dolo de perigo, p. e p. pelo art. 144 n. 2, referente à agressão do casal de namorados no Largo Trindade Coelho, e nessa parte os absolveu; - Julgar a acusação procedente na modalidade de se considerarem os arguidos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q, co-autores materiais, em concurso real, na forma consumada: - o arguido A, seis crimes de ofensas corporais com dolo de perigo, cujas penas parcelares se resolveram em cúmulo jurídico na pena única de 2 anos e 6 meses de prisão; - o arguido B, oito crimes de ofensas corporais com dolo de perigo e um de homicídio qualificado, resolvendo-se as penas parcelares em cúmulo jurídico na pena única de 17 anos e 6 meses de prisão; - o arguido C, cinco crimes de ofensas corporais com dolo de perigo e um de homicídio qualificado, resolvendo-se as penas parcelares, em cúmulo jurídico, na pena única de 17 anos e 6 meses de prisão; - o arguido D, 9 crimes de ofensas corporais com dolo de perigo e um de homicídio qualificado, cujas penas parcelares se resolveram, em cúmulo jurídico, na pena única de 16 anos e 6 meses de prisão; - o arguido E, 8 crimes de ofensas corporais com dolo de perigo, cujas penas parcelares se resolveram, em cúmulo jurídico, na pena única de 4 anos e 3 meses de prisão; - o arguido F, 9 crimes de ofensas corporais com dolo de perigo e um de homicídio qualificado, cujas penas parcelares se resolveram, em cúmulo

Acusado	Sentença Inicial	Sentença após recurso
N.M.P.T.S. (arguido “F”)	18 anos de prisão.	17 anos de prisão.
H.M.M.G.S. (arguido “H”)	18 anos de prisão.	17 anos e 2 meses de prisão.
R.J.A.M.S.A. (arguido “L”)	18 anos de prisão.	17 anos e 6 meses de prisão.
N.M.R.M. (arguido “G”)	18 anos de prisão.	17 anos e 2 meses de prisão.
T.A.Q.A.P. (arguido “O”)	18 anos de prisão.	17 anos e 6 meses de prisão.
J.L.T.P. (arguido “M”)	18 anos de prisão.	17 anos e 6 meses de prisão.
N.C.S. (arguido “C”)	17 anos e 6 meses de prisão.	17 anos de prisão.
J.A.S.L.H. (arguido “B”)	17 anos e 6 meses de prisão.	17 anos de prisão.
J.A.H.G.M. (arguido “I”)	17 anos e 6 meses de prisão.	17 anos de prisão.
A.R.F.C. (arguido “D”)	16 anos e 6 meses de prisão.	16 anos de prisão.
J.F.B.L. (arguido “J”)	14 anos de prisão.	13 anos de prisão.
M.R.V.M. (arguido “E”)	4 anos e 3 meses de prisão.	2 anos e 6 meses de prisão.
J.M.P.S.M. (arguido “N”)	3 anos e 9 meses de prisão.	2 anos e 3 meses de prisão.

jurídico, na pena única de 18 anos de prisão; - o arguido F, 9 crimes de ofensas corporais com dolo de perigo e um de homicídio qualificado, cujas penas parcelares se resolveram, em cúmulo jurídico, na pena única de 18 anos de prisão; - o arguido H, 9 crimes de ofensas corporais com dolo de perigo e um de homicídio qualificado, cujas penas parcelares se resolveram, em cúmulo jurídico, na pena única de 18 anos de prisão; - o arguido I, 8 crimes de ofensas corporais com dolo de perigo e um de homicídio qualificado, cujas penas parcelares se resolveram, em cúmulo jurídico, na pena única de 17 anos e 6 meses de prisão; - o arguido J, sete crimes de ofensas corporais com dolo de perigo e um de homicídio qualificado, cujas penas parcelares se resolveram, em cúmulo jurídico, na pena única de 14 anos de prisão; - o arguido L, 9 crimes de ofensas corporais com dolo de perigo e um de homicídio qualificado, cujas penas parcelares se resolveram, em cúmulo jurídico, na pena única de 18 anos de prisão; - o arguido M, 9 crimes de ofensas corporais com dolo de perigo e um de homicídio qualificado, cujas penas parcelares se resolveram, em cúmulo jurídico, na pena única de 18 anos de prisão; - o arguido N, 7 crimes de ofensas corporais com dolo de perigo, cujas penas parcelares se resolveram, em cúmulo jurídico, na pena única de 3 anos e 9 meses de prisão; - o arguido O, 9 crimes de ofensas corporais com dolo de perigo e um de homicídio qualificado, cujas penas parcelares se resolveram, em cúmulo jurídico, na pena única de 18 anos de prisão; - o arguido Q, 7 crimes de ofensas corporais com dolo de perigo, cujas penas parcelares se resolveram, em cúmulo jurídico, na pena única de 3 anos e 9 meses de prisão.”

N.S.B.P. (arguido “Q”)	3 anos e 9 meses de prisão.	2 anos e 3 meses de prisão.
N.C.H.C. (arguido “A”)	2 anos e 6 meses de prisão.	2 anos de prisão.
J. M. G. S. (arguido “P”)	Absolvido.	-
J. M. S. H. (arguido “R”)	Absolvido.	-

Tabela: acusados e sentenças do caso Alcindo Monteiro.⁶⁰²

Com base na documentação, é possível traçar o perfil dos acusados no caso Alcindo Monteiro. Eram jovens, de pouca escolaridade (no máximo ensino secundário completo) e oriundos de famílias de classe média baixa. A.R.F.C., do Porto, 20 anos, era simpatizante da Frente de Direita Nacional de Jaime Coutinho. Aluno do Ensino Secundário, pretendia seguir a carreira militar. Membro da torcida organizada Super Dragões, do Futebol Clube do Porto, vinha de uma família desestruturada. Os pais haviam tido um divórcio violento. Morava com a mãe e não tinha um bom relacionamento com o padrasto. A mãe vendia artigos em ouro.⁶⁰³ Em 1994 já havia sido indiciado por ter agredido um homem à porta do Café Caravela, na Vila do Conde, local conhecido por ser ponto de encontro de pessoas ligadas à ideologia política de esquerda.⁶⁰⁴

H.M.M.G.S., de Matosinhos, 18 anos, era repositor de estoque em um supermercado, para desgosto dos pais, que eram donos de um comércio de eletrodomésticos.⁶⁰⁵ J.F.B.L., 27 anos, possuía Ensino Fundamental incompleto e ajudava os pais em um minimercado em Carcavelos.⁶⁰⁶ J.L.T.P. possuía uma

⁶⁰² Cf o **Acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça**, op. cit. Ver também: MARIA, Margarida; e RAPAZOTE, Inês. “Cabeças-rapadas” condenados. **Diário de Notícias**. 5 de junho de 1997. Disponível em: <http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1007003&especial=Extrema%20Direita&seccao=SOCIEDADE>. Acesso em janeiro de 2014.

⁶⁰³ COELHO, 1997, op. cit., p. 54; e Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., p. 1.

⁶⁰⁴ CARMO, 1997, op. cit., p. 30.

⁶⁰⁵ COELHO, 1997, op. cit., p. 54; e Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., p. 2.

⁶⁰⁶ COELHO, 1997, op. cit., p. 55; e Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., p. 2.

cruz suástica tatuada no braço direito e era segurança da empresa Prosegur. Tinha 21 anos e o Ensino Secundário incompleto. Vivia com a mãe em Cacém.⁶⁰⁷ N.M.P.T.S. era segurança, tinha 22 anos, à noite frequentava o Ensino Secundário, e morava com os pais em Santo António dos Cavaleiros, em Loures. O pai era taxista e a mãe enfermeira.⁶⁰⁸ N.M.R.M., 20 anos, de Lisboa, era soldado do Exército e possuía ensino secundário incompleto.⁶⁰⁹ J.A.S.L.H., de Lisboa, 25 anos, era órfão de pai, sua mãe era aposentada por invalidez, possuía ensino secundário incompleto, e trabalhava como mecânico de ar condicionado.⁶¹⁰ N.C.S. era balconista, tinha 22 anos, morava no Porto, mas era nascido na Venezuela.⁶¹¹

N.C.H.C. era de Cacilhas, mas natural de Moçambique, tinha 26 anos, e era escriturário no Aeroporto de Lisboa. Vivia com os pais. Possuía Ensino Secundário incompleto.⁶¹² M.R.V.M., de Odivelas, 19 anos, cabo da Força Aérea Portuguesa, afirmou ser “*skinhead* com orgulho”.⁶¹³ J.A.H.G.M., de Cacém, mas nascido em Moçambique, tinha 20 anos e era estudante do ensino secundário noturno. Trabalhava no café de propriedade de seus pais. Destoava do restante do grupo, pois era franzino e usava óculos. Os pais o descreviam como “*bom rapaz, estudioso e pacato*”. A Polícia Judiciária caracterizou-o como sendo de “*pose ativa, extremamente vaidoso. O elemento detonador.*” Apesar de preso, apresentava-se no tribunal impecavelmente vestido, usando roupas da moda. Aparentemente era o mais interessado em aprofundar os estudos ideológicos. Em sua casa foram encontrados 51 livros de direita radical. Fez questão de enfatizar que “*também possuía literatura de esquerda*”, que a polícia não

⁶⁰⁷ COELHO, 1997, op. cit., p. 56; e Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., p. 2.

⁶⁰⁸ Idem.

⁶⁰⁹ Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., p. 2.

⁶¹⁰ Ibid, p. 1.

⁶¹¹ Idem.

⁶¹² COELHO, 1997, op. cit., p. 53; e Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., p. 1.

⁶¹³ Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., pp. 1-2; e COELHO, 1997, op. cit., p. 59.

apreendeu. Admitiu que frequentava a casa de Luís Paulo Henriques, antigo dirigente do MAN.⁶¹⁴

R.J.A.M.S.A, de Carcavelos, era desenhista e tinha 23 anos. Havia escrito algumas letras de músicas de extrema-direita.⁶¹⁵ J.M.P.S.M., residente na Cova da Piedade, era estudante e tinha 24 anos.⁶¹⁶ T.A.Q.A.P., de Almada, era estudante, 19 anos, e atleta do Ginásio Clube do Sul, em Almada.⁶¹⁷ J. M. G. S., de Almada, 22 anos, era ajudante de motorista. Tinha tatuados no braço esquerdo o escudo nacional de Portugal, lanças cruzadas e a frase “*Skinheads de Portugal, odiados e orgulhosos*”.⁶¹⁸ N.S.B.P., da Cova da Piedade, era eletricitista e tinha 19 anos.⁶¹⁹ J.M.S.H. tinha 20 anos e trabalhava nos Correios, como montador de peças.⁶²⁰

O assassinato de Alcindo Monteiro jogou luz sobre a atuação dos *skinheads* de extrema-direita após o episódio José Carvalho, em 1989. Foi possível perceber como os extremistas buscaram reorganização de maneira silenciosa, até culminar na explosão de violência de 1995. Mesmo com este segundo evento de consequências trágicas, e o julgamento considerado exemplar, nos anos seguintes a extrema-direita assumiu novas configurações, inclusive com lideranças ativas oriundas da geração de 1995. No próximo Capítulo, será analisada a configuração da direita radical portuguesa após 1995, através de novas organizações políticas e o surgimento de uma terceira onda *skinhead*.

⁶¹⁴ COELHO, 1997, op. cit., pp. 51-58; e Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., p. 2.

⁶¹⁵ COELHO, 1997, op. cit., p. 58; e Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., p. 2.

⁶¹⁶ Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., p. 3.

⁶¹⁷ Idem.

⁶¹⁸ Idem; e CARMO, 1997, op. cit., p. 30.

⁶¹⁹ Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, op. cit., p. 3.

⁶²⁰ Idem.

5. A DIREITA RADICAL EM PORTUGAL: DO ASSASSINATO DE ALCINDO MONTEIRO AOS DIAS DE HOJE (1995 – 2012)

Nós queremos dizer aos portugueses que existem brancos que têm muito orgulho em ser brancos e estão aqui para atender aos interesses dos portugueses. Porque nós somos portugueses há 850 anos. Não somos portugueses há 30. (...) Eles não podem pensar que vêm aqui fazer o que querem. Isto é nosso.⁶²¹

Após o assassinato de Alcindo Monteiro e as condenações dos *skinheads* envolvidos, a direita radical portuguesa assumiu uma nova configuração. Novos grupos políticos surgiram e a cena *skinhead*, após um breve período de silêncio, voltou a se manifestar. Nessa nova configuração, surgiram novas lideranças e ocorreu a associação, dentro de certos limites, entre a vertente política e a “tropa de choque” formada pelos *skinheads* de extrema-direita.

5.1. Novos e pequenos grupos de direita radical

Em março de 1995 foi criada na cidade do Porto a *Acção Fundacional Nacionalista* (AFN), que definia-se como um grupo de nacionalistas portugueses

⁶²¹ MACHADO, Mário. Entrevista para Rede de Televisão SIC. Reportagem (editada) reproduzida em: <<http://www.youtube.com/watch?v=K9AOZauLwps>>. Acesso em outubro de 2012.

“sem qualquer ligação ao nacional-socialismo ou ao fascismo”. Afirmava ter em torno de cem membros e tinha como objetivo, no futuro, formar o Partido Nacionalista Português. “Somos uma ameaça ao sistema”, afirmava seu coordenador, o advogado Luís Pinto, que defendia uma nova constituição e “um regime presidencialista capaz de combater o clientelismo, a corrupção e a inércia governativa”. Segundo o líder da ANF, Portugal vivia dias difíceis por causa da herança do 25 de Abril e dos últimos anos de governo do PSD. Diziam-se contra a xenofobia: “temos militantes pretos”, afirmou um membro da organização.⁶²²

Também em 1995 surgiu a Aliança Nacional, liderada pelo professor António Cruz Rodrigues, antigo militante da direita nacionalista e cristã. Cruz Rodrigues é o mesmo envolvido na criação do Centro de Estudos Sociais Vector, da Universidade Livre e do Centro de Estudos Oliveira Salazar, vistos no capítulo anterior. Com a Aliança Nacional, a proposta de Cruz Rodrigues e seus colaboradores era a de reabilitar o conceito nacionalista, que agora consideravam desatualizado.⁶²³ Tratava-se da tentativa de criar uma “nova” direita radical, renovada estética e ideologicamente, mas que reverenciava a tradição.⁶²⁴ Nesse sentido, a Aliança Nacional recusava o rótulo de direita radical. Afirmavam reunir “as vantagens e a grandeza da direita e da esquerda.”⁶²⁵ Todavia, em adesivo de propaganda recolhido nas ruas de Lisboa em 1998, definiam-se como a “direita de combate por Portugal.”⁶²⁶

Em sua busca por renovação, e apesar de ainda reverenciar Salazar, a AN buscava romper uma associação direta com o passado autoritário.

⁶²² MANGAS, Francisco. Acção Nacionalista sem “forças obscuras”. **Diário de Notícias**, 17 de março de 1995, p. 9.

⁶²³ FERREIRA, Francisco Mota. As palavras extremistas. **Semanário Já**. 19 de setembro de 1996, p. 4.

⁶²⁴ “A tradição individualista portuguesa, a tradição do Estado em apoiar a sociedade civil, a tradição da propriedade e da iniciativa privada e a tradição cristã portuguesa, que condiciona muitas das nossas paixões pela política social.” RODRIGUES, António Cruz *apud* FERREIRA, 1996, op. cit., p. 4.

⁶²⁵ *Idem*.

⁶²⁶ “Junte-se à direita de combate por Portugal.” Adesivo de propaganda da Aliança Nacional. Recolhido nas ruas de Lisboa em maio de 1998. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

Apresentavam-se como “*mais flexíveis*”, ao considerar que não haveria outra forma de conquistar e permanecer no poder além do sufrágio universal.⁶²⁷ Em sua busca por uma nova imagem, diziam ser o movimento “*menos passadista que se pode encontrar*”⁶²⁸:

O nacionalismo parou e tendeu a esterilizar-se em formas passadistas, momentos da história que nós respeitamos e consideramos fundamentais na vida portuguesa, mas insuficientes para actualizar um pensamento vivo e acções construtivas.⁶²⁹

A propaganda da Aliança Nacional colocava “*Portugal e os portugueses em primeiro lugar*.”⁶³⁰ Em 1996, o nacionalismo pregado pela AN enxergava a Europa cercada e invadida, à leste pelos produtos asiáticos que são vendidos a preços baixos, “*produzidos por trabalhadores mal pagos e sem direitos e por mão-de-obra infantil*”⁶³¹, e à oeste pelos Estados Unidos, que determinam as regras do mercado. Dessa forma, as consequências para os europeus seriam o desemprego e a “*diminuição das regalias sociais*”, problemas apresentados como fatalidades que o sistema vigente não conseguia resolver. Para Cruz Rodrigues, tal situação configurava a “*Quarta Grande Guerra*” enfrentada pela Europa no século XX: “*Depois das duas primeiras, houve a Guerra Fria, que terminou em 1989, e agora joga-se talvez a mais terrível, a que coloca os povos europeus na iminência do desemprego e da exclusão.*”⁶³² A solução para tal situação passaria pela autonomia militar dos países europeus, que deveriam ter o poder de resolver seus “problemas de segurança interna” ou assegurar seus “interesses internacionais” sem a necessidade de pedir autorização dos EUA. “*Se a Europa*

⁶²⁷ RODRIGUES, António Cruz. Apud: VIANA, Luís Miguel. Das cinzas do PDC... **Público**, 17 de agosto de 1996, p. 4.

⁶²⁸ RODRIGUES, Cruz apud FERREIRA, 1996, op. cit., p. 4.

⁶²⁹ Idem.

⁶³⁰ “Servir Portugal e os portugueses em primeiro lugar.” Adesivo de propaganda da Aliança Nacional. Recolhido nas ruas de Lisboa em maio de 1998. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

⁶³¹ RODRIGUES apud VIANA, 1996, op. cit., p. 4.

⁶³² Idem.

não tiver força para impor regras, ir-se-á cada vez mais afundar economicamente”, afirmava Cruz Rodriguez.⁶³³

O discurso do líder da Aliança Nacional pautava-se por uma aparente recusa dos argumentos xenofóbicos clássicos. A AN elegeu como uma de suas prioridades a luta contra o desemprego, entretanto, não culpava diretamente os imigrantes pelo problema. De acordo com Cruz Rodriguez, os verdadeiros culpados eram os EUA e a expansão das economias do Oriente, que asfixiavam economicamente a Europa. As soluções racistas e xenofóbicas eram caracterizadas como *“infantilidades completamente deslocadas.”*⁶³⁴ Contudo, o dirigente considerava que o aumento da imigração africana constituiria um problema europeu: *“A Europa tem que se entender sobre a maneira de lutar contra isso para que não se descaracterize.”*⁶³⁵

A tentativa de afastamento em relação aos argumentos clássicos da direita radical racista e xenofóbica pode ser explicada pela busca de legitimidade eleitoral da AN. A organização, ao contrário de outros exemplos da família radical portuguesa, almejava a sua consolidação como uma força política legítima, por isso evitava fazer apologia a um regime político ditatorial.⁶³⁶ Nesse sentido, criticava os simpatizantes da direita radical que não se envolviam politicamente, ou que apoiavam movimentos considerados fora da legalidade:

Se poupassem um décimo da energia que despendem diariamente a dizer mal de tudo e o aplicassem no apoio a quem, dentro da legalidade vigente, lhes pretende dar voz, então sim, as coisas iam começar a mudar. Mas aí tinham um problema: se calhar já não iam ter tantas coisas sobre as quais poderiam dizer mal.⁶³⁷

⁶³³ RODRIGUES, *apud* FERREIRA, 1996, op. cit., pp. 4-5.

⁶³⁴ *Ibid*, p. 5.

⁶³⁵ RODRIGUES, Cruz. *Apud*: PEREIRA, Helena. “Aliança Nacional quer ser partido.” **Público**, 8 de dezembro de 1996, p. 14.

⁶³⁶ PEREIRA, 1996, op. cit., p. 14.

⁶³⁷ “É com acções que se defende a Pátria.” **O Dia**. 9 de dezembro de 1999, p. 8.

Especialmente onde ainda persiste uma aproximação doutrinária da direita radical com o nazi-fascismo, percebe-se que ela não consegue expressão em termos eleitorais. Partidos de direita radical tradicionais, como o MSI (Itália) e a FN (França), só conseguiram resultados eleitorais significativos a partir do momento em que passaram por uma renovação estética e doutrinária. Foi a maneira através da qual a antiga direita radical conseguiu sobreviver no cenário político: realizando adaptações aos novos tempos. Essa era a intenção de Cruz Rodrigues com a AN. Onde há ambições políticas reais, há necessidade de renovação. Todavia, sobretudo nas últimas décadas, são vários os casos de organizações de direita radical que tentam ingressar na arena política pela via constitucional, o que normalmente implica em adaptações doutrinárias. A Aliança Nacional tentou, em 1997 e 1998, reunir o número mínimo de cinco mil assinaturas para a constituição de um partido político reconhecido pela Justiça Portuguesa. Foram buscadas alianças com grupos do norte do país, porém tais esforços mostraram-se insuficientes para mobilizar a militância nacionalista necessária para a institucionalização oficial da organização.⁶³⁸

De forma contida, porém visível, é possível identificar no discurso de Cruz Rodrigues resquícios da teoria da Conspiração Sionista Internacional, que era lugar comum nos discursos do MAN na década anterior. Conforme o líder da Aliança Nacional, o mundo tenderia a ser governado por “forças internacionais mais ou menos ocultas, que não dão a cara frontalmente, mas que vão movimentando as pedras dos seus interesses.”⁶³⁹

De fato, por trás da nova roupagem idealizada por Cruz Rodrigues e da sua utopia partidária, escondia-se uma disputa de poder e ideologia dentro da Aliança Nacional. Apesar do discurso que criticava as soluções extremistas, a AN cooptou em suas fileiras personagens ligados à direita radical racista e xenofóbica como, por exemplo, José Luís Paulo Henriques, dirigente do extinto MAN. Henriques, juntamente com Cruz Rodrigues, compunham o conselho de

⁶³⁸ COSTA, José Mourão da. O Partido Nacional Renovador na democracia portuguesa. In: **Análise Social**, v. XLVI (201). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2011, p. 773.

⁶³⁹ RODRIGUES, *apud* FERREIRA, 1996, op. cit., p. 5.

redação do jornal *Agora!*, publicação nacionalista bimestral ligada à Aliança Nacional.⁶⁴⁰ Nas páginas do jornal, o tom do discurso era mais próximo da direita radical tradicional do que da “nova direita radical” almejada por Cruz Rodrigues. O jornal, através de seus colaboradores, fazia a defesa aberta de argumentos racistas e xenofóbicos. Um bom exemplo é o texto intitulado “*A cafrealização*”, de autoria de Herlânder Duarte, publicado na edição de março-abril de 1996. O título do texto é um neologismo inspirado na palavra árabe *kafir*, que significa “infiel”. Conforme o autor, o termo alargou-se para significar “*homem rude, bárbaro, cru*”, e é aplicada para identificar as etnias não islamizadas da África Ocidental. Para Herlânder Duarte, a civilização europeia degrada-se, enquanto a cristandade *cafrealiza-se*:

Nos tempos que correm, predomina a moda de anatematizar a xenofobia e louvaminhar a xenofilia. Os que resistem à alienação xenófila sofrem a acusação de odioso racismo, são estigmatizados na praça pública e perseguidos como profanadores de sacralizados direitos do homem. (...) as raças têm diferenças somáticas, características transmitidas geneticamente, componentes hereditários que determinam distinções na criação cultural, na conformação política, na convivência social, na missão comunitária. (...) entrou na moda negros ameaçarem que vão colonizar os brancos. A cultura que nos vai colonizar será a do canibalismo, do feiticismo, da antropomânciã, dos amuletos e dos troféus de mutilações humanas, dos sacrifícios de virgens a manipulamos? (...) O Senhor não distribuiu igualmente os talentos pelos servos, mas sim conforme a capacidade de cada um (...) Está em curso a degradação dos costumes, a degradação da autoridade, o banimento da ordem, o aviltamento da identidade (...) Alguns intelectualóides têm a desfaçatez de vir impingir a desvirtuante interpretação que este assoberbado surto de banditismo de jovens negros, à maneira de Los Angeles, é, afinal, uma ‘sub-cultura’ própria (...)⁶⁴¹

O texto de Herlânder Duarte sintetiza os principais argumentos da direita radical portuguesa pós-ditatorial. A maior preocupação tornou-se a questão da “contaminação cultural” da imaginada identidade nacional branca portuguesa. Tal questão sequer era um problema existente na pauta da direita radical anterior à

⁶⁴⁰ António Dias era o proprietário e diretor do jornal. Compunham o Conselho de Redação: António da Cruz Rodrigues; António Monteiro; Herlânder Duarte; Manuel Maria Múrias; e Paulo Henriques. Cf. **Jornal Agora!**, ano III, n. 13, Lisboa, março-abril de 1996, p. 2.

⁶⁴¹ DUARTE, Herlânder. *A cafrealização*. **Jornal Agora!**, ano III, n. 13, Lisboa, março-abril de 1996, p. 8.

Revolução dos Cravos. É um ponto surgido a partir do aumento dos efeitos culturais da globalização, visíveis já a partir dos anos 1980 e, principalmente, da segunda metade da década de 1990. Foi neste momento que o impacto da revolução nos meios de comunicação, advindo da popularização da rede mundial de computadores, mudou a configuração do mundo: as fronteiras tornaram-se mais fluidas e as distâncias diminuíram.

Uma vez perdidas as colônias, restou aos nacionalistas de direita radical agarrarem-se na suposta pureza e tradição da identidade nacional. E esta identidade estava ameaçada. Se os povos não valorizarem suas tradições, não conseguirão se defender contra a *“homogeneização mundialista” que serviria aos interesses de “diversas forças internacionais”*. A defesa da “tradição”, contra a “contaminação cultural” denunciada pelo texto, difere de outros argumentos antiglobalização (oriundos da esquerda, por exemplo), pela ênfase no elemento racial. O raciocínio do autor parte do pressuposto de que existem condicionantes genéticos para a cultura, política e sociedade. Tais condicionantes seriam de ordem biológica, mas também divina: *“o Senhor não distribuiu igualmente os talentos pelos servos.”*⁶⁴²

Nesse sentido, as culturas negras são associadas com termos que remetem ao imaginário das sociedades “selvagens”, anteriores à intervenção civilizatória do homem branco europeu. Dessa forma, o negro é associado com canibalismo, feitiçaria, mutilações e sacrifícios humanos. Para além do imaginário da selvageria pré-civilização, o texto também vincula a cultura negra com o atual problema da violência urbana. A motivação central do texto é repudiar a influência crescente (segundo o autor) das culturas negras nas sociedades brancas: *“Na música, na linguagem, no vestuário, no penteado, na compostura, no comportamento, os negros estão a ser imitados por brancos.”*⁶⁴³ São citados

⁶⁴² Idem.

⁶⁴³ Idem.

exemplos como a influência do *jazz* e do *rock* na música, estando este último associado com uma “*sensualidade grosseira*”, a violência e às drogas.⁶⁴⁴

Em maio de 2005 surgiu outro grupo, a “Causa Identitária”. Inspirado no movimento identitário francês – de onde buscaram inspiração para o javali de seu logotipo – os identitários portugueses dirigiam seu discurso, essencialmente, aos “trabalhadores portugueses”. Realizavam a crítica à globalização e ao “capitalismo financeiro selvagem” que, segundo eles, massacravam os trabalhadores portugueses.

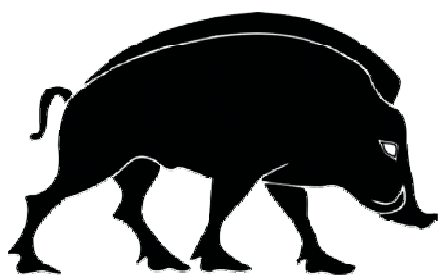


Imagem 19: Logotipo do movimento identitário francês.⁶⁴⁵



Imagem 20: Logotipo da Causa Identitária portuguesa.⁶⁴⁶

A Causa Identitária atacava a esquerda, que era associada com a imigração e com a violação da “identidade” portuguesa e europeia. A direita “conservadora e burguesa” também era atacada, acusada de ser colaboracionista e geradora de privilégios. Dessa forma, a Causa Identitária, assim como a Aliança Nacional, considerava-se superior à dicotomia política

⁶⁴⁴ “O “rock” revela-se um meio especialmente eficaz de degradar a juventude. Aculturação já está no “jazz”, música negro-americana lançada em fins do século passado; começou por diluir melodias dançantes europeias em ritmos de raiz africana (...) O “rock” é uma sensualidade grosseira que domina os jovens num ambiente laxista, em que não há resistência religiosa, nem intelectual, nem cultural, ao assalto da rudeza. Atordoa, martela, exaspera o sistema nervoso, desequilibra o cérebro, embrutece, provoca perturbações na consciência e na vontade e é a porta aberta à violência e à droga.” DUARTE, 1996, op. cit., p. 8.

⁶⁴⁵ Imagem disponível em: <<http://observatoiredesextremes.com/?p=705&lang=en>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁶⁴⁶ Imagem disponível em: <<http://causa-identitaria.blogspot.com.br/2006/05/o-nosso-simbolo.html>>. Acesso em janeiro de 2013.

“esquerda/direita”. Propunha uma terceira via baseada no “*cooperativismo, municipalismo e comunitarismo*”.⁶⁴⁷

Em um adesivo de propaganda coletado em 2006, a Causa Identitária apelava para o tema da reconquista: “RECONQUISTA! Fizemo-lo uma vez, fá-lo-emos de novo.”⁶⁴⁸ A frase aparece ao lado de uma imagem da estátua de Dom Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, célebre por conquistar territórios até então em poder dos mouros.

Em um panfleto de propaganda, os identitários portugueses definiram cultura como sendo “um conjunto que engloba língua, tradições, costumes, valores, mentalidades ou ainda uma história partilhada”. A partir disso, pregavam a defesa da cultura portuguesa contra a invasão estrangeira. Tal processo, que resultaria em uma suposta perda da identidade nacional, era associado com o liberalismo e o marxismo, além da “imigração terceiro-mundista”. O produto final seria o “multiculturalismo”, que a Causa Identitária buscava combater:

Os portugueses encontram-se hoje mergulhados num processo de aculturação, resultado do desaparecimento de referências culturais, que conduz inevitavelmente à perda da nossa identidade específica, isto é, aquilo que nos torna únicos e distintos dos outros povos. Esta aculturação resulta particularmente de um sentimento xenófilo, que no seu fascínio pelo “outro”, sobrevaloriza sistematicamente o que é estranho, diferente, num puro acto de auto-etno-flagelação. A ideologia dominante, produto das filosofias liberais e marxistas, visa universalizar o primado absoluto da sociedade mercantil e do igualitarismo individualista, negando às etnias, povos e comunidades o direito de viverem de acordo com a sua própria cultura, em nome de um pretenso anti-racismo. Por outro lado, incentiva a imigração maciça de populações terceiro-mundistas, as quais, na procura de melhores condições de vida, invadem a Europa, estabelecendo sociedades multirraciais e multiculturais, conduzindo invariavelmente ao enfraquecimento da cultura autóctone, dada a sua propensão para absorver as influências estrangeiras. É notório para todos os portugueses que não existe qualquer paraíso multicultural e multirracial, já que a tão apregoada sociedade multirracial se tornou imediatamente numa sociedade multirracista! A cultura é

⁶⁴⁷ “Escuta trabalhador português e europeu. Nacionalismo é a Solução!!!” Panfleto da Causa Identitária, distribuído em 09 de maio de 2005. Acervo do SOS Racismo – Lisboa.

⁶⁴⁸ Adesivo de propaganda da Causa Identitária, coletado em Oeiras, Portugal, em 2006. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

a semente produtora das civilizações, podendo as diversas Culturas interagirem, mantendo-se, porém, fiéis a si mesmas. Defender e promover a Cultura portuguesa e europeia não é reivindicar algo “supérfluo” ou “secundário”. Trata-se, isso sim, de conservar o essencial da nossa identidade. O FUTURO DOS POVOS DA EUROPA ESTÁ EM PERIGO E ESSE É O MOTIVO PELO QUAL DECIDIMOS COMBATER ESTE PROJECTO IDENTICIDA DENOMINADO MULTICULTURALISMO.⁶⁴⁹

A Causa Identitária portuguesa constitui um bom exemplo dos novos movimentos de direita radical que desenvolveram um discurso contrário às democracias liberais, condenando o materialismo, o individualismo, a universalidade dos direitos humanos e o multiculturalismo. O retorno a uma mítica homogeneidade europeia afetada pela miscigenação étnica e cultural é o carro chefe de seu discurso.⁶⁵⁰

5.2. Portugal Hammerskins (PHS): reorganização da extrema-direita

Após a extinção do Movimento de Acção Nacional, a direita radical juvenil portuguesa buscou rearticulação em outras organizações. Surgiram alguns grupos ligados a torcidas organizadas de clubes de futebol, com relações, normalmente indiretas, com a direita radical: *No Name Boys* e *Diabos Vermelhos* (Benfica); Grupo Manks (também do Benfica); Grupo 1143 e Juventude Leonina (Sporting); Super Dragões e Colectivo Ultras (F.C. Porto); D-14 (Académica de Coimbra); Ultras Marafados (Portimonense S.C.), *South Side Boys* (S.C.Farense), Fanáticos 1919 (Belenenses), Ultra Espírito Azul (Amora), entre outras.⁶⁵¹ Tais grupos não constituem organizações de direita radical, mas

⁶⁴⁹ “A cultura acaba onde começa o multiculturalismo”. Panfleto de propaganda da Causa Identitária, sem data. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

⁶⁵⁰ Ver Capítulo 2.

⁶⁵¹ O site “Ultras Contra o Racismo” publicou uma compilação de fotografias de elementos neofascistas nas torcidas de futebol portuguesas. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/falcon/ucr/fotos.html>>. Acesso em agosto de 2010. Ver também: LIMA, Licínio. Membros de claques entre “skins” detidos. **Diário de Notícias**. 19 de abril de 2007. Disponível em: <http://dn.sapo.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1006695&especial=ExtremaDireita&seccao=SOCIEDADE>. Acesso em agosto de 2010.

oferecem relativa abertura para o ingresso de tal ideologia política nos seus meios. A infiltração de membros violentos da direita radical nas torcidas organizadas dos times de futebol de Portugal aconteceu principalmente nos anos 1990. Logo no início da década, os primeiros incidentes relacionados com a direita radical e as torcidas de futebol foram registrados e sua frequência aumentou ao longo do tempo.

A exibição de bandeiras com símbolos neonazistas passou a ser recorrente nas torcidas do Benfica, Sporting e F. C. do Porto. No início de 1993 a opinião pública despertou para o problema quando a mídia ofereceu grande repercussão a um incidente ocorrido em três de janeiro, no jogo entre Belenenses e Benfica. Na ocasião, membros da torcida organizada *No Name Boys*, do Benfica, agrediram um funcionário do Belenenses e após o incidente foi exibida uma bandeira com a cruz suástica por um suposto membro da torcida Diabos Vermelhos, também do Benfica. Tudo foi transmitido pela televisão em cadeia nacional, explicitando a partir de então a relação entre a violência nos estádios e a ideologia de direita radical.

A infiltração ideológica nas torcidas de futebol é uma característica da direita radical,⁶⁵² pois a grande visibilidade social das manifestações políticas nas arquibancadas dos estádios funciona como uma estratégia de divulgação. Além disso, assim como as soluções políticas extremistas, o futebol exerce uma atração significativa sobre determinados setores da população. O futebol, a direita radical e a violência funcionam como um canal de manifestação e de identificação cultural para esta população, essencialmente jovem e em busca de meios de expressão. Na Inglaterra, os *skinheads* tradicionais ingressaram nas

⁶⁵² Não exclusivamente da direita radical. Há também torcidas identificadas com a esquerda, embora em menor escala. Não é raro identificar bandeiras com a imagem de Che Guevara em muitas torcidas. Um exemplo bastante conhecido é a torcida do Livorno (Itália) majoritariamente identificada com a classe operária e a ideologia comunista. É comum ouvir no estádio Armando Picchi a torcida do Livorno cantar músicas de conotação política, como a *Bella Ciao*, histórica canção dos *partigianos* da resistência antifascista.

torcidas de futebol ainda nos anos 60, dando origem ao genérico termo *hooligan* para caracterizar os torcedores violentos.⁶⁵³

Para além das torcidas organizadas, outros grupos que conseguiram algum destaque foram a “Ordem Lusa”, o “Orgulho Branco” e a “Irmandade Ariana”. Relativamente pequenos, tais grupos recebiam pouca atenção da mídia. O Orgulho Branco pautava sua atuação em campanhas sazonais de propaganda, como a colagem de adesivos e cartazes, distribuição de panfletos (normalmente à noite, colocando-os nos para-brisas dos carros) e a realização de pichações. Alguns dos adesivos da Orgulho Branco traziam inscrições como: “*Racista? Eu não sou, mas amo a minha raça!*”⁶⁵⁴; “*Mistura Racial? Não, obrigado!*”⁶⁵⁵; “*Como seria o mundo sem a nossa raça?*”⁶⁵⁶; e “*Mistura racial é destruição social.*”⁶⁵⁷ Um dos panfletos produzidos por esta organização trazia o seguinte texto: “*Se um estranho invadir a sua casa e destruir a sua família, você importa-se? NÓS TAMBÉM!!! A nossa casa é Portugal! A nossa família, a nossa raça!*”⁶⁵⁸ A Orgulho Branco ganhou algum espaço na imprensa no ano de 1998, quando tornou-se público o funcionamento de uma linha telefônica criada pela organização. Através de um número de telefone celular, era possível ouvir mensagens gravadas de caráter racista e xenofóbico como mostram os excertos a seguir:

Bem-vindo à linha telefônica mais incorreta de Portugal: Orgulho Branco. (...) Neste tempo que vivemos, a Europa assiste a uma autêntica invasão silenciosa de imigrantes de outros continentes. No caso de Portugal, provenientes

⁶⁵³ Contudo, nem todo *hooligan* era um *skinhead*, e nem todo *skinhead* era um *hooligan*. COSTA, Márcia Regina da. **Os “carecas do subúrbio”**: caminhos de um nomadismo moderno. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 25.

⁶⁵⁴ Adesivo de propaganda da organização Orgulho Branco (1). Recolhido na zona de Chelas, em Lisboa, em 27 de maio de 1998. Acervo do S.O.S. Racismo, Lisboa.

⁶⁵⁵ Adesivo de propaganda da organização Orgulho Branco (2). Recolhido em Matosinhos, Lisboa, em outubro/novembro de 1997. Acervo do S.O.S. Racismo, Lisboa.

⁶⁵⁶ Adesivo de propaganda da organização Orgulho Branco (3). Recolhido em Matosinhos, Lisboa, em outubro/novembro de 1997. Acervo do S.O.S. Racismo, Lisboa.

⁶⁵⁷ Adesivo de propaganda da organização Orgulho Branco (4). Recolhido em Matosinhos, Lisboa, em outubro/novembro de 1997. Acervo do S.O.S. Racismo, Lisboa.

⁶⁵⁸ Panfleto da organização Orgulho Branco. Provavelmente, ano de 1998. Acervo do S.O.S. Racismo, Lisboa.

maioritariamente de África, claro. Quer se goste ou não, a verdade é que estamos a ser colonizados. Cada vez mais adotamos certos hábitos, certas expressões, maneiras de estar e mesmo a mentalidade que não é e nem nunca foi a nossa. Portugal começa a deixar de ser dos portugueses para ser apenas uma extensão do continente africano. Qualquer português que trabalhe ou viva na área da Grande Lisboa ou em certas regiões do Algarve sabe que assim é.⁶⁵⁹

Temos respeito por todos negros que tenham orgulho da sua raça e a queiram preservar. Em África, lógico, pois essa é a sua terra natal. (...) Portugal não é a Arca de Noé.⁶⁶⁰

Na ocasião, a Assembleia da República chegou a manifestar-se a respeito do caso, através de uma menção de protesto aprovada por todas as bancadas dos partidos com representação na casa.⁶⁶¹ Em novembro de 1998, o líder da Orgulho Branco (sem se identificar) concedeu entrevista ao jornal *O Independente* onde afirmava que “*não somos skinheads, não somos seguidores das filosofias da Ku Klux Klan, não somos racistas nem assassinos, não somos de esquerda nem de direita, somos pela liberdade de expressão.*”⁶⁶² De fato, o grupo não possuía as características de um grupo *skinhead*. Suas ações eram essencialmente de propaganda e não violentas. Seus membros não tinham o perfil radical necessário para participar de uma organização de caráter *skinhead*: “*Não nos consideramos superiores aos negros e amarelos. Racistas, não somos. (...) Eu até tenho alguns conhecidos negros, com quem até nem me dou mal*”, afirmou o líder do grupo.⁶⁶³ Em 30 de dezembro de 1988, a linha telefônica foi bloqueada por força de uma ordem judicial⁶⁶⁴ e a organização diminuiu suas atividades tendendo ao desaparecimento.

⁶⁵⁹ MIGUEL, João Dias. “Orgulho branco” de telemóvel. **Público**, 13 de novembro de 1998, p. 19

⁶⁶⁰ AMARO, José Bento; MARQUES, Miguel. Telefone racista silenciado. **Público**, 9 de janeiro de 1999, p. 19.

⁶⁶¹ FONSECA, Francisco. “Portugal não é a Arca de Noé”. **Público**, 14 de novembro de 1998, p. 19.

⁶⁶² CABRAL, Luis Pedro. Orgulho Branco não se cala. Jornal **O Independente**, 20 de novembro de 1998.

⁶⁶³ Idem.

⁶⁶⁴ AMARO, 1999, op. cit., p. 19.

O final da década de 1990 coincidiu com a popularização do uso da internet como meio de comunicação. A direita radical utilizou esse recurso de maneira eficaz, tanto para recrutar novos membros, como para estabelecer contatos internacionais. Embora os antigos meios de comunicação não tenham sido totalmente abandonados (panfletos, adesivos e pichações continuaram a ser utilizados) a internet potencializou a criação de uma rede de direita radical interconectada em escala nacional. Os fanzines fabricados de forma artesanal nas décadas de 1980 e 1990 deram lugar aos *sites*, especialmente os *blogs*, muito utilizados pelas organizações de direita radical a partir dos anos 2000. A Ordem Lusa foi um dos grupos portugueses pioneiros na utilização da internet. Utilizando a ferramenta *Internet Archive Wayback Machine*⁶⁶⁵, é possível rastrear o *site* da Ordem Lusa (hoje fora do ar) até dezembro de 2001. O *site* estava hospedado no portal argentino *Ciudad Libre Opinión*.⁶⁶⁶

Tanto a Ordem Lusa quanto a Irmandade Ariana, eram organizações diretamente vinculadas à subcultura *skinhead*. Em seu *site*, a Ordem Lusa afirmava não possuir objetivos políticos. O grupo existiria apenas para “*divulgar e defender a cultura portuguesa e europeia, bem como apoiar a cultura Skinhead (...). Não incitamos à violência, ao racismo ou à xenofobia. Apenas buscamos a nossa liberdade perdida ao longo dos tempos.*”⁶⁶⁷

Disputas internas no movimento *skinhead* levaram a Ordem Lusa a entrar em confronto direto com a Irmandade Ariana. Esta organização fora criada entre os anos de 1995 e 2000, nos presídios de Lisboa e Caxias, por Mário Machado e

⁶⁶⁵ <<http://archive.org/web/web.php>>.

⁶⁶⁶ Portal argentino criado em 1999 por Alejandro Biondini. Hospeda centenas de páginas de direita radical de diversos países do mundo. Além de hospedagem gratuita de *sites*, o portal oferece um boletim *on-line* com notícias de interesse para o público nacional-socialista, fóruns de discussão, *chat*, caixa de mensagens privadas e outros serviços. Apresenta *links* para os *sites* do PNT, Weblog Libres, Red Kalki, e Metapedia. Disponível em: <<http://libreopinion.com>>. Acesso em janeiro de 2012. Ver: ALMEIDA, Fábio Chang de. **A serpente na rede**: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

⁶⁶⁷ Texto originalmente publicado em: <<http://www.libreopinion.com/members/ordemlusa/campanha.htm>>, disponível em fevereiro de 2002. Acesso via Internet Archive Wayback Machine em outubro de 2012.

outros *skinheads*, muitos dos quais cumpriam pena pelo assassinato de Alcindo Monteiro. Mário Rui Valente Machado era um segurança de boates, ex-cabo da Força Aérea, que aderiu à subcultura *skinhead* ainda adolescente. Admirador de Adolf Hitler, tem os braços tatuados com suásticas e outros símbolos nazistas. Um coadjuvante no caso de Alcindo Monteiro, Machado viria a se tornar o rosto mais conhecido da extrema-direita portuguesa, dez anos depois.⁶⁶⁸

O grupo Irmandade Ariana adquiriu consistência e tomou as ruas na medida em que os *skinheads* presos eram libertados. A Irmandade Ariana operava em uma estrutura de células, sem uma liderança central (*leaderless resistance*).⁶⁶⁹ Nas palavras do próprio Mário Machado:

The AB⁶⁷⁰ is an organization, which works in the pattern of the resistance without leadership, so we have many cells. All these cells are independent, and fight isolated. The first cell, the founder, wanted this system because we believe this way any person who takes direct action, could do these actions in the name of the AB. without the need of agreement from the other cells. The great advantage is that most of the people whom claim to be AB do not know each other so in this way they cannot talk about the other people involved on it, what it makes hard the work of ZOG.⁶⁷¹(...) we have no control or idea how many members we have and where you can find them, although we have an idea by the actions that are reported in the press or by what people have heard here and there....⁶⁷²

O retorno às ruas dos condenados no caso Alcindo Monteiro tornaram a Irmandade Ariana hegemônica na cena *skinhead* portuguesa. Utilizando a

⁶⁶⁸ Identificado no Capítulo anterior como M.R.V.M. (arguido “E”). Dentre todos os condenados no **Acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça**, Mário Machado foi o único que passou a ser personagem conhecido na imprensa portuguesa, tendo sido publicadas em jornais e revistas e veiculadas na televisão e internet centenas de matérias a seu respeito. Por isso, a preservação de sua identidade através do uso das iniciais do nome tornou-se desnecessária.

⁶⁶⁹ FERNANDES, Maria de Fátima Carrilho. **O neonazismo em Portugal: real e virtu@l** – estudo exploratório. Dissertação de mestrado em Guerra da Informação. Academia Militar – Direção de Ensino – Departamento de Estudos Pós-Graduados. Lisboa, 2010, p. 52.

⁶⁷⁰ *Arian Brotherhood* (Irmandade Ariana).

⁶⁷¹ ZOG: abreviatura de “*Zionist Occupation Government*” ou “*Zionist Occupied Government*”, teoria da conspiração segundo a qual o governo de determinado país é controlado pela Conspiração Sionista Internacional.

⁶⁷² Entrevista de Mário Machado para a revista Aithgena n.1, reproduzida no *blog* Homem Lobo. Disponível em: <<http://homemlobo.blogspot.com.br/2005/05/irmandade-ariana-entrevista.html>>. Acesso em junho de 2012.

violência, os outros grupos, como a Ordem Lusa, foram reduzidos ou mesmo suprimidos. No início dos anos 2000, a Irmandade Ariana estabeleceu contato com a *Hammerskin Nation* (HSN), buscando criar uma sucursal portuguesa daquela que é uma das principais organizações racistas dos Estados Unidos. Fundada em Dallas no final da década de 1980, a HSN é considerada a organização *White Power* mais organizada dos EUA e muitos de seus membros estão envolvidos em episódios violentos, como agressões e assassinatos.⁶⁷³ O nome e o símbolo do grupo, com dois martelos cruzados, foram inspirados em uma cena do filme *The Wall*, de 1982, da banda de rock inglesa Pink Floyd.



Imagem 21: Cena do filme Pink Floyd - *The Wall*.⁶⁷⁴

A HSN prega a teoria da supremacia branca como forma de resistência ao multiculturalismo. A organização recruta principalmente jovens do sexo masculino, que de alguma forma não se sentem integrados numa sociedade multicultural. O grupo recebe esses jovens integrando-os na subcultura *skinhead* e doutrinando-os ideologicamente a partir de uma perspectiva racista. Dessa forma, a organização fornece uma identidade de grupo para seus membros,

⁶⁷³ Skinheads in America: racists on the rampage. Intelligence report special edition. **Southern Poverty Law Center**, 2012, p. 5. Disponível em: <<http://www.splcenter.org/intelligence-report-special-edition-racist-skinheads-understanding-the-threat>>. Acesso em outubro de 2012; e The Hammerskin Nation. **Anti Defamation League** (ADL). Disponível em: <http://www.adl.org/learn/ext_us/Hammerskin.asp?LEARN_Cat=Extremism&LEARN_SubCat=Extremism_in_>. Acesso em maio de 2012.

⁶⁷⁴ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=jiVGD1rcQxY>>. Acesso em março de 2013.

baseada em princípios étnico-raciais. Uma vez aceito no grupo, a HSN utiliza a ideia de “*fazer por merecer*”, para que o recruta possa crescer e ser respeitado dentro da organização. Os novos membros passam por um período probatório que pode variar de alguns meses a até dois anos.⁶⁷⁵ Enquanto passam por esse estágio de teste, os recrutas devem provar sua lealdade ao grupo e aos princípios norteadores da HSN.

A HSN autoriza a abertura de sucursais (chamados *chapters*) fora dos EUA. Atualmente, existem *chapters* da *Hammerskin Nation* em onze países: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Hungria, Itália, Nova Zelândia, Portugal, Espanha, Suécia e Suíça. A utilização da internet foi fundamental para a internacionalização da organização. Conforme um membro da HSN, a internet mudou completamente o ponto de vista do grupo, que passou do local/nacional para uma perspectiva global:

*Since we've been able to access the Internet and email Hammers in other countries it's changed everything. We really see ourselves as part of an international movement... We knew about [skinheads in other parts of the world], but it was more word of mouth and now we're actually working together.*⁶⁷⁶

Em 2005, a Irmandade Ariana de Mário Machado conseguiu a incorporação oficial à *Hammerskin Nation* estadunidense, ganhando a denominação de *Portugal Hammerskins*. Antes foi necessário passar quatorze meses como *hang around* (nível inicial de aproximação do grupo com a HSN) e mais vinte e quatro meses como *Prospect of the Nation* (espécie de estágio probatório). Durante estes períodos, o grupo português foi observado e ao final autorizado a fazer parte da “fraternidade” *Hammerskin*. Os *hammerskins* intitulam-se como a elite do movimento *skinhead*:

Qualquer um pode chamar-se ou ser um Skinhead mas não é qualquer um que se pode intitular Hammerskin. A intenção de Hammerskins é ser a nobreza e a elite do movimento skinhead, longe de drogas, criminalidade banal, e combater a falta de solidariedade, camaradagem, e outros atributos relacionados

⁶⁷⁵ The Hammerskin Nation. **Anti-Defamation League** (ADL), op. cit.

⁶⁷⁶ FUTRELL, Robert; SIMI, Pete. White power cyberculture: building a movement. **The Public Eye Magazine**, v. 20, n. 2, 2006.

com o movimento skin. Num mundo em que os skinheads representam o que há de melhor na sociedade, nós somos o que de melhor existe nos skinheads!⁶⁷⁷

Assim como outras organizações racistas, os *hammerskins* utilizam iconografia e simbologia que os identificam. Declaram-se seguidores das 14 palavras de David Lane.⁶⁷⁸ Usam códigos de letras e números com significado particular. Costumam utilizar números que correspondem a letras do alfabeto, formando siglas ou palavras. Por exemplo, o número 8668 corresponde à sigla HFFH (“H” é a 8ª e “F” é 6ª letra do alfabeto), que significa *Hammer Forever Forever Hammer*. De forma análoga, 38 (3ª e 8ª letras do alfabeto) significa *Crossed Hammers*; 838 significa *Hail Crossed Hammers*, etc. Também gostam de utilizar a sigla POW, que significa *Prisoners of War*, referindo-se aos “camaradas” que estão presos.



Imagens 22 e 23: Símbolos da *Hammerskin Nation* (esquerda) e da *Portugal Hammerskins* (direita).⁶⁷⁹

Em 2004, Mário Machado foi um dos criadores do Fórum Nacional, *site* que se transformou em um dos principais pontos de encontro da extrema-direita portuguesa na *web*. Um ano após sua criação, o Fórum Nacional contava com

⁶⁷⁷ Comunicado n. 1 da PHS, publicado no *blog* Homem Lobo, de autoria de Mário Machado, em 31 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://homemlobo.blogspot.com.br/2005/01/hammerskins-portugal_31.html>. Acesso em maio de 2012. Texto também reproduzido no fórum Stormfront em 09 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.stormfront.org/forum/t520375>>. Acesso em maio de 2012.

⁶⁷⁸ A frase de quatorze palavras de David Lane é muito utilizada como *slogan* por grupos de orientação *White Power*: “*We must secure the existence of our people and a future for white children.*” (“Devemos assegurar a existência de nosso povo e um futuro para as crianças brancas.”)

⁶⁷⁹ The Hammerskin Nation Official Website. Disponível em: <<http://www.hammerskins.net>>. Acesso em janeiro de 2012.

três mil usuários registrados, uma afluência mensal de seis mil e quinhentos internautas e dez mil e quinhentas visualizações de páginas por mês.⁶⁸⁰ Também em 2004, Mário Machado criou a Frente Nacional (FN), grupo nacionalista de direita radical que operou até 2008.⁶⁸¹

Mário Machado possui uma longa ficha criminal. Antes da condenação de 1995 como figura secundária no caso Alcindo Monteiro, Machado já havia sido acusado de extorsão, sequestro, agressão e porte ilegal de arma. Em 2006, o líder dos *hammerskins* apareceu em uma reportagem de televisão portando armas de fogo e incentivando os “nacionalistas” portugueses a iniciarem uma luta armada no caso do Estado não oferecer segurança para a população. Foi condenado a sete meses de prisão por detenção ilegal de arma e três meses de prisão por detenção de arma proibida, com pena suspensa.⁶⁸²

5.3. O “Arrastão” de Carcavelos e o Protesto “Contra a Criminalidade”

Em 10 de junho de 2005, os principais meios de comunicação de Portugal noticiaram a ocorrência de um “arrastão” na praia de Carcavelos, freguesia pertencente ao concelho de Cascais, e distante vinte e quatro quilômetros de Lisboa. As notícias falavam em “*quinhentos jovens que lançaram o pânico em Carcavelos*”⁶⁸³, assaltando, roubando e agredindo os banhistas.⁶⁸⁴ Segundo as

⁶⁸⁰ Ver: <<http://www.antoniosalas.org/neonazis/articulo/el-movimiento-skinhead-nazi-en-portugal>>. Acesso em janeiro de 2012.

⁶⁸¹ Conforme Mário Machado, “*A FN é um movimento político que tem como objectivo promover o activismo nacionalista e ser a locomotiva desse mesmo ideal, produzindo manifestações, conferências, propaganda, sites, jantares de convívio, estreitamento de relações com organizações congêneres nacionais e internacionais etc.*” Entrevista publicada no blog “Os meus pensamentos”, em 21 de abril de 2006. Disponível em: <<http://lucrecia19.blogspot.com.br/2006/04/entrevista-mrio-machadoin-silncio.html>>. Acesso em março de 2014.

⁶⁸² **Proc. Abreviado n.º 65/06.1SLLSB**, do 2.º Juízo de Pequena Instância Criminal de Loures, referente à prática de crimes em 5 de junho de 2006. Sentença de 16 de julho de 2007, transitada em julgado em 31 de julho de 2007.

⁶⁸³ Rede de televisão **RTP1**, 10 de junho de 2005. Vídeo retirado do documentário: ANDRINGA, Diana. “Era uma vez um arrastão” (2005).

notícias, os jovens “*cercavam os banhistas e roubavam tudo que podiam. Em caso de resistência, agrediam e ameaçavam com armas brancas.*”⁶⁸⁵ A “*violência do ataque era visível*” através de fotografias que ilustravam as matérias.⁶⁸⁶ Tais imagens, veiculadas exaustivamente na televisão, mostravam um grupo de jovens negros reunidos na praia. Em algumas das fotografias, os jovens apareciam correndo. Em outras, apareciam policiais armados em meio aos banhistas na praia. António Capucho, do PSD, então presidente da Câmara Municipal de Cascais, afirmou que solicitaria uma audiência com o ministro da administração interna, pois a polícia de Cascais era incapaz de lidar com uma situação onde “*centenas de marginais que de repente surgem de todos os lados e aparentemente de forma organizada varrem a praia da forma inacreditável como aconteceu.*”⁶⁸⁷

No dia seguinte, também os jornais impressos deram grande destaque para o “Arrastão de Carcavelos”. O Público reportou que “*Arrastão varreu o areal e envolveu centenas de assaltantes*”.⁶⁸⁸ O Correio da Manhã estampou a manchete de capa em letras garrafais: “*Terror na Praia*”, acima de uma fotografia de pessoas negras correndo na areia de Carcavelos.⁶⁸⁹ O Diário de Notícias, também em chamada de capa, publicou: “*Arrastão à brasileira chega a Carcavelos*”, acompanhada do seguinte texto:

A praia de Carcavelos viveu momentos de terror, ontem à tarde, quando grupos de jovens espalharam o pânico, agredindo e assaltando os banhistas. A polícia estima em 500 o número de indivíduos que participaram no “arrastão”, uma

⁶⁸⁴ Rede de televisão **SIC**, 10 de junho de 2005. Vídeo retirado do documentário: ANDRINGA, Diana. “Era uma vez um arrastão” (2005).

⁶⁸⁵ Rede de televisão **TVI**, 10 de junho de 2005. Vídeo retirado do documentário: ANDRINGA, Diana. “Era uma vez um arrastão” (2005).

⁶⁸⁶ Idem.

⁶⁸⁷ Rede de televisão **RTP1**, 10 de junho de 2005. Vídeo retirado do documentário: ANDRINGA, Diana. “Era uma vez um arrastão” (2005).

⁶⁸⁸ “Bandos de jovens criam o pânico na praia de Carcavelos”. **Público**, 11 de junho de 1995, p. 1.

⁶⁸⁹ “Terror na Praia”. **Correio da Manhã**. 11 de junho de 2005, p. 1.

prática habitual nas praias do Rio de Janeiro, mas até agora inédita em Portugal.⁶⁹⁰

Nos dias seguintes foram dezenas de intervenções na televisão e centenas de matérias nos jornais impressos, repercutindo o assunto.⁶⁹¹ Em artigo de opinião publicado no jornal Público, no dia 14 de junho, o autor afirmava que “*se ainda estamos muito longe do quotidiano sórdido das favelas do Rio de Janeiro, temos razões para recear que nos subúrbios de Lisboa se dão os primeiros passos nesse sentido*”.⁶⁹² A cobertura da imprensa sobre o “Arrastão de Carcavelos” insistia em usar expressões como “terror”, “pânico”, “bandos”, “delinquência”, “violência”, “gangs”, “crime organizado”, “marginais”, etc. O presidente do CDS-PP foi à televisão falar sobre o “*fim de tarde de terror em Carcavelos*” e exigir que o governo enfrentasse a situação de “*falta de segurança terrível*” com “*determinação e rigor*”.⁶⁹³ As imagens que acompanhavam as matérias sempre mostravam jovens negros correndo na praia, o que implicou em uma conotação étnica para os crimes.

A cobertura da imprensa acabou por criar um clima de tensão e insegurança relacionado aos imigrantes, especialmente africanos. A FN de Mário Machado aproveitou a oportunidade e convocou uma manifestação contra a criminalidade para acontecer em Lisboa no dia 18 de junho de 2005. Outras organizações de direita radical também engajaram-se no evento. Além da FN, também estavam envolvidas a Causa Identitária, o Partido Nacional Renovador e associações de antigos combatentes da Guerra Colonial. O evento foi

⁶⁹⁰ “Arrastão à brasileira chega à Carcavelos”. **Diário de Notícias**. 11 de junho de 2005, p. 1.

⁶⁹¹ Em oito jornais analisados por Clara Almeida Santos (Público, Diário de Notícias, A Capital, Jornal de Notícias, Correio da Manhã, 24 Horas, Expresso e O Independente) encontraram-se 248 matérias em que o episódio do “arrastão” havia de ser referido ou implicado. Ver: SANTOS, Clara Almeida. O “arrastão” de Carcavelos ou “arrastão” mediático? In: MARTINS, Moisés de Lemos; PINTO, Manuel (Orgs.). **Comunicação e Cidadania** - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), 2008, pp. 2119-2131.

⁶⁹² CARVALHO, Manuel. A espiral da violência urbana. **Público**, 14 de junho de 2005.

⁶⁹³ Entrevista para a rede de televisão **TVI**. Vídeo retirado do documentário: ANDRINGA, Diana. “Era uma vez um arrastão” (2005).

amplamente divulgado através da rede de comunicação da direita radical na Internet.⁶⁹⁴ A mídia caracterizou o protesto da direita radical como uma reação ao Arrastão de Carcavelos. O Correio da Manhã informou que a Frente Nacional iniciou a divulgação da manifestação através de seu site na internet “*como resposta ao ‘arrastão’ na praia de Carcavelos, levado a cabo na última sexta-feira por centenas de jovens oriundos de bairros degradados da Grande Lisboa e organizados em grupos.*”⁶⁹⁵

⁶⁹⁴ A divulgação do protesto foi feita através de imagens e textos. A convocação publicada dia 16 de junho de 2005 no *blog White Lusitanian Resistance* era um manifesto emblemático dos argumentos que motivavam o engajamento de setores da população no protesto do dia 18: “*Apela-se a todos os Portugueses que estejam presentes na Manifestação contra a criminalidade, a imigração, o desemprego, e os demais problemas que assolam a nossa Nação. (...) O motivo principal da dita Manifestação, é o aumento da criminalidade no nosso País, temos os escandalosos casos recentes dos arrastões na praia de Carcavelos e da Quarteira, e também o caso de Coruche. Os casos diários, também estes, apesar de não terem destaque nos meios de comunicação social, estão bem presentes no nosso País, nas nossas ruas, nas nossas escolas, nos nossos locais de trabalho, etc... Os assaltos, o tráfico de droga, a prostituição, as cenas de violência, e ainda mais grave, as violações, estão cada vez mais presentes no nosso País. Quem sente-se seguro nos meios de transportes públicos, na Linha de Sintra e Cascais? Podem as crianças Portuguesas fazerem a rotina diária casa-escola e vice-versa em segurança? Podem os Portugueses estacionar os seus meios de transporte, e quando voltarem ao local, eles ainda lá estarem intactos? Estas são apenas algumas questões que nos fazem pensar, qual será o epicentro do problema, facilmente chega-se à conclusão que é a imigração, é este tipo de problemas, que nos fazem sair à rua, pegarmos na bandeira de Portugal, e gritar "Portugal aos Portugueses!" ESTAMOS FARTOS! OS PORTUGUESES EXIGEM SEGURANÇA! Estamos fartos do "politicamente correcto" que defende as minorias étnicas e os "jovens" em detrimento dos Portugueses, estamos fartos do "se és preto pede ao Estado, se és branco pede ao Banco", estamos fartos de racismo anti-branco, estamos fartos da invasão, estamos fartos das crises económicas que se arrastam à dezenas de anos, estamos fartos de sermos os piores da Europa em vários aspectos, FARTOS! FARTOS! FARTOS! É hora de lutar, de dizer basta, de mostrar que não temos medo de imigrantes, dos políticos da fantochada que só servem os lobbys capitalistas e outros que em nada são benéficos para Portugal e os Portugueses, que queremos um PORTUGAL AOS PORTUGUESES! TODOS À MANIFESTAÇÃO! DIA 18, ÀS 14 HORAS NO MARTIM MONIZ! Se por acaso alguém ao ler este texto, ficar com a ideia do "isto acontece a algumas pessoas, mas não a mim", fica já avisado, que ontem foi Coruche, hoje Carcavelos, amanhã... ao pé de si... Não pense só em si, pense nos seus amigos, na sua família, e mais preocupante ainda, no futuro, os seus filhos, cada vez que ele for assaltado, espancado, etc, etc... em certa parte, a culpa é sua, porque não lutou por um Portugal mais seguro, por um Portugal livre de escumalha, porque não lutou por um... PORTUGAL AOS PORTUGUESES! Portanto continue lá (...) no sofá enquanto outros derramam sangue e suor por si... POR PORTUGAL! pela Pátria lutar..." Disponível em: <<http://lusitanianresistance.blogspot.com.br/2005/06/apela-se-todos-os-portugueses-que.html>>. Acesso em outubro de 2012.*

⁶⁹⁵ CARVALHO, Hernâni. Manifestação: governo sem medo dos ‘skins’. **Correio da Manhã**, 17 de junho de 2005, p. 4.

Mais uma vez, a cobertura da imprensa ajudou a vincular o clima de insegurança aos imigrantes. O jornal *Público* do dia 17 de junho citou Mário Machado justificando o percurso da marcha, (iniciando no Martim Moniz e terminando no Rossio), por serem dois locais emblemáticos da cidade de Lisboa “*onde a imigração e o crime andam de mãos dadas*”.⁶⁹⁶ O *Correio da Manhã* do dia 17 de junho publicou matéria onde aumentava ainda mais a tensão em torno da manifestação. Segundo o jornal, a comunidade de imigrantes da zona do Martim Moniz estava à espera dos *skinheads*, e preparados para reagir a quaisquer provocações.⁶⁹⁷ O Governo Civil de Lisboa autorizou o pedido para a realização da manifestação, apesar dos protestos do S.O.S. Racismo, que denunciava o caráter xenófobo e racista da mesma.⁶⁹⁸ Também protestaram contra a autorização dada pelo Governo de Lisboa o partido ecologista Os Verdes, A Frente Anti-Racista, a Renovação Comunista, o CDS-PP, e até o bispo das Forças Armadas.⁶⁹⁹

⁶⁹⁶ LOURENÇO, Nuno Sá. PNR presente na Marcha contra a Criminalidade. **Público**, 17 de junho de 2005.

⁶⁹⁷ SANTOS, Paulo João. Preparados para o pior. **Correio da Manhã**. 17 de junho de 2005, p. 6.

⁶⁹⁸ “*Mas o curioso é quando, apesar de toda a publicidade feita desta manifestação, (...) o Governo Civil veio agora dizer que não havendo nenhuma referência à Frente Nacional, podia então autorizar esta manifestação. Será que o Governo Civil não leu o conteúdo do pedido que está igual àquele vertido nos panfletos distribuídos pela Frente Nacional tanto em suporte papel como em suporte informático e veiculado na Internet, nas várias páginas de todos movimentos de extrema-direita em Portugal? É escandaloso que o Governo Civil se furete atrás de uma pseudo legalidade para permitir a realização de uma manifestação promovida por pessoas que no passado se envolveram no assassinato racista de Alcindo Monteiro.*” Governo Civil de Lisboa autoriza provocação da extrema-direita. **Nota de Imprensa** do S.O.S. Racismo, de 17 de junho de 2005, p.1.

⁶⁹⁹ “Protesto de extrema-direita entre Martim Moniz e Rossio marcado para hoje”. **Público**, 18 de junho de 2005.



Imagem 24: Cartaz de propaganda convocando para a manifestação de 18 de junho de 2005.⁷⁰⁰

Entretanto, na véspera da manifestação, o Arrastão de Carcavelos viria a revelar ser uma construção midiática semi-ficcional. No dia 17 de junho, a PSP comunicou que o número de pessoas envolvidas nas desordens do dia 10 girava em torno de trinta a quarenta, e não quinhentas como estava sendo veiculado pela imprensa havia uma semana.⁷⁰¹ A PSP informou ainda que as fotografias que estavam sendo divulgadas pelos meios de comunicação social não mostravam criminosos, mas sim banhistas que fugiam com seus próprios pertences.⁷⁰² As declarações da polícia desmontaram as notícias do arrastão de

⁷⁰⁰ Imagem retirada do documentário: ANDRINGA, Diana. “Era uma vez um arrastão” (2005).

⁷⁰¹ “Sempre foi comum juntarem-se vastos grupos nas praias de onde depois divergiam pequenos núcleos de oito ou dez indivíduos que praticavam assaltos. Concluímos que na sexta-feira aconteceu o mesmo, só que devido às centenas de pessoas que se encontravam na praia o fenómeno tomou outras proporções. De um grande grupo de 400 ou 500 pessoas só 30 ou 40 praticaram ilícitos”. ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. **O pseudo-arrastão de Carcavelos**: documentos. Lisboa, junho de 2006, p. 10.

⁷⁰² “Muitos jovens que apareceram em imagens televisivas e fotográficas a correr na praia de Carcavelos, naquele dia, não eram assaltantes, mas tão só jovens que fugiam com os seus próprios haveres”. ACIME, 2006, op. cit., p. 10.

proporções gigantescas. Ficou claro que as agências de notícias basearam suas matérias em informações contraditórias e fotografias confusas, às quais interpretaram de maneira tendenciosa. Foram publicados desmentidos e erratas nos jornais, porém sem o mesmo destaque das matérias originais.

A *mea culpa* da PSP não alterou a programação do Protesto Contra a Criminalidade. O evento ocorreu conforme o planejado, no dia 18 de junho. Logo após o meio dia iniciou a chegada de pessoas para a concentração no Martim Moniz. Às várias organizações da direita radical presentes se juntaram populares sem vinculação com nenhum grupo específico. Várias lojas, muitas de propriedade de imigrantes, fecharam suas portas. A polícia calculou em trezentas pessoas e a organização em torno de mil o número de manifestantes naquela que o Diário de Notícias chamou “*a maior manifestação xenófoba de sempre*”.⁷⁰³ Desfilaram bandeiras de Portugal, bandeiras negras com a cruz celta, faixas com inscrições do tipo: “*Isto é nosso*”; “*Não existem direitos iguais quando és um alvo por seres branco*”; e “*Imigrantes igual a crime*”.⁷⁰⁴ A cobertura da imprensa foi ampla, dando voz aos argumentos da direita radical. Matéria da rede de televisão SIC entrevistou alguns manifestantes. Um deles afirmou: “*se os mouros foram embora, se os espanhóis foram embora, agora estes também têm que ir embora*”.⁷⁰⁵ Outro, que se apresentou como pai e avô, resumiu um amplo leque de ideias comuns no imaginário da direita radical:

O meu país está a ser invadido por indivíduos clandestinos (...) que não vêm a trabalhar. O imigrante português vai para o estrangeiro e vai trabalhar, tenta integrar-se na sociedade do país que o acolheu (...) e pagam os impostos como os cidadãos desses países. Aqui em Portugal isso não acontece. Eles vêm pra cá, trazem a família, não têm emprego, reproduzem-se às dezenas e qualquer dia vamos ser uma minoria em um país com uma maioria de marginais. (...) A maioria dos africanos que estão em Portugal não trabalham (...)

⁷⁰³ NAVES, Filomena. Tensão na maior *manif* xenófoba de sempre. **Diário de Notícias**. 19 de junho de 2005.

⁷⁰⁴ Idem.

⁷⁰⁵ Reportagem da rede de televisão **SIC** editada e reproduzida em: <<http://www.youtube.com/watch?v=K9AOZauLwps>>. Acesso em outubro de 2012.

50% dos indivíduos que estão nos estabelecimentos prisionais não são de origem portuguesa.⁷⁰⁶

Mário Machado também foi entrevistado e repetiu em rede nacional frases que costumam aparecer nos *blogs* da direita radical:

Nós queremos dizer aos portugueses que existem brancos que têm muito orgulho em ser brancos e estão aqui para atender aos interesses dos portugueses. Porque nós somos portugueses há 850 anos. Não somos portugueses há 30. (...) Eles não podem pensar que vêm aqui fazer o que querem. Isto é nosso.⁷⁰⁷

Houve registros de alguns confrontos entre os manifestantes e imigrantes, que foram minimizados em função da intervenção da PSP. O principal resultado do Protesto contra a Criminalidade de 2005 foi a exposição que a direita radical conseguiu na mídia. Na sequência do Pseudo-Arrastão de Carcavelos, a direita radical conseguiu novamente inserção midiática em rede nacional, fazendo ecoar argumentos racistas e xenofóbicos em horário nobre. Além disso, a união das várias correntes da direita radical, bem como a adesão de populares à manifestação, passou uma mensagem de força para os seus adversários. Mesmo após os diversos episódios de violência envolvendo a extrema-direita portuguesa, ela conseguiu organizar e realizar um evento público de significativas proporções que recebeu proteção do Estado (escolta policial) e ampla cobertura da mídia.

5.4. O Partido Nacional Renovador (PNR)

Apesar do crescimento no número de incidentes violentos com conotação neofascista, ao final dos anos 90 Portugal não contava com um partido político claramente identificado com a extrema-direita. Tal “lacuna” seria preenchida no ano 2000, com a criação do Partido Nacional Renovador (PNR). Partidos de direita radical claramente identificados com o nazi-fascismo, como é o caso do PNR, enfrentam dificuldades para se estabelecer. Estas dizem respeito às

⁷⁰⁶ Idem.

⁷⁰⁷ Idem.

proibições ideológicas de cunho legal, bem como à dificuldade em se conseguir um número mínimo de assinaturas (cinco mil, em Portugal) para a legitimação do partido. Talvez por isso não houvesse nenhum partido de direita radical em Portugal até o ano 2000.

Nesse sentido, a estratégia para a criação do PNR foi simples, engenhosa e efetiva. Os fundadores do partido apropriaram-se de uma pequena agremiação já registrada, o Partido Renovador Democrático (PRD), infiltrando-se nas fileiras do mesmo e ascendendo aos seus órgãos diretivos. O PRD fora criado em 1985, com o apoio do então presidente da República, Ramalho Eanes. O partido obteve um relativo sucesso em seus anos iniciais, especialmente nas eleições legislativas de 1987, porém enfrentou um período de declínio a partir dos anos 90. No final da década, o PRD estava desestruturado, endividado e completamente decadente. O partido tinha abandonado sua sede por não mais conseguir pagar o aluguel⁷⁰⁸ e havia dois anos que não apresentava suas contas ao Tribunal Constitucional.⁷⁰⁹ Foi nesse momento, quando o PRD encontrava-se à beira da extinção legal, que membros da Aliança Nacional se aproximaram do partido, com a intenção de tomá-lo por dentro.

As tratativas iniciais foram entre Manuel Vargas Loureiro, líder do PRD, e José Luís Paulo Henriques, antigo líder do MAN que naquele momento estava ligado à Aliança Nacional. Cruz Rodrigues defendia uma aproximação da AN com o Partido da Democracia Cristã, e por esse motivo manteve-se à margem das negociações com o PRD.⁷¹⁰ Mais de uma dezena de reuniões entre as direções do PRD e da AN aconteceram no número 18 do Largo do Carmo, em Lisboa, onde funcionava a editora Nova Arrancada (de propriedade de António Cruz Rodrigues) e também servia de sede para a AN.⁷¹¹

⁷⁰⁸ REBELO, Luís. Extrema-direita compra partido de Eanes. **Jornal Euronotícias**, 7 de janeiro de 2000, p. 8.

⁷⁰⁹ GALOPE, Francisco; e RAPAOTE, Inês. Fascista, eu?! **Revista Visão**, 2 de março de 2000, p. 35.

⁷¹⁰ COSTA, 2011, op. cit., pp. 773-774.

⁷¹¹ GALOPE, 2 de março de 2000, op. cit., p. 35.

Como resultado, cerca de quarenta integrantes da AN filiaram-se ao PRD, pagando uma taxa de cinco contos cada um.⁷¹² A infiltração de elementos da direita radical no PRD gerou protestos de alguns de seus poucos militantes remanescentes. Todavia, o processo se concretizou na Convenção Nacional do partido, realizada em 13 de novembro de 1999. Foi apresentada uma chapa única para a nova diretoria do partido. O resultado foi uma transposição quase total dos órgãos diretivos da Aliança Nacional para o PRD, sendo a presidência da Comissão Diretiva entregue a Cruz Rodrigues. A vice-presidência ficou a cargo de Paulo Henriques e a secretaria-geral ocupada por Paulo Rodrigues (ex-membro do MAN). A nova diretoria assumiu o passivo do partido e saldou as suas dívidas.

A clivagem ideológica dentro do PNR era visível: de um lado estava a “velha guarda” de Cruz Rodrigues e seus seguidores salazaristas “renovados”, que defendiam um projeto nos moldes da área católica-tradicionalista. Do outro lado estava a ala jovem, mais numerosa, liderada por Paulo Henriques, e que se aproximava da extrema-direita de caráter racista e nazista, atraindo assim elementos ligados aos grupos *skinheads*.

Em 12 de abril do ano 2000, a transmutação do PRD em um partido de direita radical foi oficializada mediante a aprovação do requerimento interposto junto ao Tribunal Constitucional que solicitava alteração dos estatutos, nome, sigla e iconografia do partido.⁷¹³ O símbolo principal, que antes era uma balança, passou a ser uma chama azul e vermelha.⁷¹⁴ O partido oferece uma explicação oficial para a sua heráldica. Em relação à escolha da chama, o PNR esclarece:

A Chama representa uma descoberta humana ancestral – o Fogo - e por isso com profundas raízes na História do próprio homem. O Fogo, esse bem precioso que acompanha o homem, ao longo de milénios, é testemunha do seu desenvolvimento, bem-estar, protecção. A Chama é por isso um símbolo de luz que indica o caminho, de fogo que aquece, de fogueira que reúne à sua volta os membros da comunidade,

⁷¹² Idem.

⁷¹³ COSTA, 2011, op. cit., p. 774.

⁷¹⁴ Em 2010 o partido renovou seu símbolo, modernizando o desenho da chama.

de presença, que marca uma posição e afugenta os agressores. A Chama é símbolo de união da comunidade ancestral. A Chama como símbolo numa organização é um archote comum que se partilha, passa de mão em mão, e a todos aquece. Que só se apaga com egoísmos e a indiferença face aos únicos valores que a criaram, mas, nunca enquanto estiver em nós viva.⁷¹⁵



Imagem 25: Símbolo original do PRD.⁷¹⁶



Imagem 26: Primeiro símbolo do PNR.⁷¹⁷



Imagem 27: Símbolo do PNR redesenhado em 2010.⁷¹⁸

A chama estilizada do PNR é muito semelhante a outras chamas, historicamente vinculadas à partidos de direita radical. A iconografia da chama já foi utilizada pelo Movimento Social Italiano (MSI)⁷¹⁹, pelo *Movimento Sociale Fiamma Tricolore* (MS-FT)⁷²⁰, pelo *National Front* inglês (NF) e pelo *Front National* francês (FN), entre outros. Também para os nazistas a chama era um ícone importante. Ela possuía significados de conotação esotérica, como o

⁷¹⁵ “O nosso símbolo – A chama”. Texto publicado no *site* do PNR em 12 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.pnr.pt/sobre-2/simbolo>>. Acesso em agosto de 2012.

⁷¹⁶ Imagem disponível em: Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=prd>>. Acesso em setembro de 2012.

⁷¹⁷ Imagem disponível em: <<http://www.pnr.pt>>. Acesso em setembro de 2012.

⁷¹⁸ Imagem disponível em: <<http://www.pnr.pt>>. Acesso em setembro de 2012.

⁷¹⁹ Organização, fundada em 1946 por Giorgio Almirante e outros ex-membros do Partido Fascista. O MSI tinha um caráter saudosista e nostálgico. Simpatizante de um sistema de governo autoritário, o partido defendia uma “terceira via” entre o capitalismo liberal e o socialismo. Entre 1948 e 1989, o MSI manteve uma média de 4 a 5 % dos votos nas eleições italianas. Seu pior resultado eleitoral foi obtido em 1948 (1,9%) e seu ápice foi atingido em 1972 (8,7%). Nas eleições para o Parlamento Europeu, em 1989, o MSI obteve 5,5% dos votos italianos. Em 1992 o MSI elegeu Alessandra Mussolini, neta do *Duce*, para o parlamento de Nápoles. Embora marginalizado, o MSI sobreviveu até 1995, quando foi dissolvido, dando origem à *Alleanza Nazionale* que também utiliza o símbolo da chama. Ver: ALMEIDA, 2008, op. cit., pp. 66-68.

⁷²⁰ Partido italiano de influência fascista fundado em 1995.

“eterno processo da vida” ou a “reencarnação eterna”, e era bastante utilizada nas cerimônias oficiais do NSDAP.⁷²¹



Imagem 28: Símbolo do MSI.⁷²²



Imagem 29: Símbolo do MS-FT.⁷²³

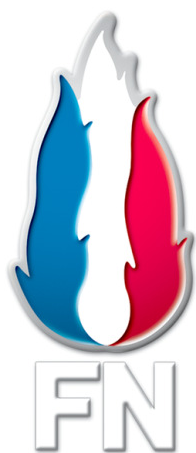


Imagem 30: Símbolo do *Front National* francês.⁷²⁴



Imagem 31: Símbolo do *National Front* inglês.⁷²⁵

O PNR explica a falta de vinculação com a bandeira nacional portuguesa, na escolha das cores azul e vermelha do seu logotipo. Segundo o partido, associar as suas cores às da bandeira seria errado, pois estas são susceptíveis

⁷²¹ BERGHAUS, Günter. **Fascism and theatre: comparative studies on the aesthetics and politics of performance in Europe, 1925-1945.** Providence-EUA: Berghahn Books, 1996, p. 185.

⁷²² Imagem disponível em: <<http://www.destranazionale.org>>. Acesso em outubro de 2012.

⁷²³ Imagem disponível em: <<http://www.fiammatricolore.com>>. Acesso em outubro de 2012.

⁷²⁴ Imagem disponível em: <<http://www.sondages-election.com/partis/front-national.htm>>. Acesso em outubro de 2012.

⁷²⁵ Imagem disponível em: <<http://www.tynesider.co.uk/flame>>. Acesso em outubro de 2012.

de mudanças no tempo, de acordo com os “rumos nacionais”. Dessa forma, o PNR buscou inspiração em tempos medievais.⁷²⁶

Logo após o reconhecimento oficial do partido no ano 2000, a nova direção anunciou a intenção de lançar candidatos nas eleições seguintes. Estava assim preenchida a lacuna representativa da direita radical no jogo eleitoral da nova democracia portuguesa. O PNR ocupou o espaço vago na extrema-direita do espectro político português. Tomando por base o ano de 2012, é possível fazer um esquema simplificado do panorama político-partidário do país da seguinte maneira:

Partidos políticos em Portugal no ano de 2012⁷²⁷	
Esquerda Radical	PCP – Partido Comunista Português PCTP/MRPP – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado POUS – Partido Operário de Unidade Socialista
Esquerda	BE – Bloco de Esquerda PEV – Partido Ecologista “Os Verdes” PAN – Partido pelos Animais e pela Natureza PH – Partido Humanista CDU – Coligação Democrática Unitária (PCP + PEV)
Centro Esquerda	PS – Partido Socialista PDA – Partido Democrático do Atlântico PTP – Partido Trabalhista Português
Centro	MEP – Movimento Esperança Portugal MPT – Partido da Terra
Centro Direita	PPD/PSD – Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata PLD – Partido Liberal-Democrata
Direita	CDS/PP – Centro Democrático Social/Partido Popular PND – Nova Democracia PPV – Portugal pro Vida

⁷²⁶ “Azul: É a cor das Armas de D. Afonso Henriques, e foi adoptada para a primeira bandeira nacional: Cruz azul, sobre fundo prata. Atribuimos também o azul à elevação do homem. Uma dimensão vertical que aponta para o alto e eleva. Azul é ainda a cor do mar que é inseparável da História de Portugal. Vermelho: Atribuimos também ao vermelho a representação do sangue. O derramado nas batalhas dos nossos antepassados e por isso uma homenagem, mas também o herdado e por isso uma ligação estreita à nossa identidade.” O nosso símbolo – A “chama”, op. cit.

⁷²⁷ Adaptado de: SILVA, Érica Anita Baptista. A campanha de Cavaco Silva em Portugal (2011): a retórica da direita. In: **Em Debate**, v. 4, n. 7, UFMG: Belo Horizonte, outubro de 2012, p. 37.

	PPM – Partido Popular Monárquico
Direita Radical	PNR – Partido Nacional Renovador

Tradicionalmente, os eleitores da direita portuguesa concentram seus votos no Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP). Buscando captar parte desse eleitorado, o PNR realizou sua estreia nas urnas nas eleições autárquicas⁷²⁸ de 2001, gerando protestos do Bloco de Esquerda, que denunciou a possibilidade de “*candidaturas fascistas*” em Lisboa e no Porto.⁷²⁹ O comunicado do BE fazia referência a um jantar promovido pelo PNR no Porto, em homenagem a Salazar e ao 75º aniversário do golpe de 28 de Maio de 1926. Naquela ocasião, o presidente do partido, Cruz Rodrigues, anunciou a intenção de lançar candidaturas em Lisboa e no Porto.⁷³⁰ Todavia, nas autárquicas de 2001, o PNR apresentou candidatos apenas nos concelhos de Lisboa e Mafra. O partido obteve um resultado insignificante, conquistando o total de 877 votos (0,02% do total).⁷³¹

A primeira Convenção Nacional do PNR aconteceu em janeiro de 2002 e expôs as divergências internas do partido. Havia a tendência de constituição de uma Comissão Diretiva conciliadora, com nomes próximos a Cruz Rodrigues,

⁷²⁸ Em Portugal, as eleições autárquicas se referem à escolha dos representantes dos órgãos executivos e deliberativos das autarquias locais. São órgãos executivos das autarquias a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. São órgãos deliberativos a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. Em termos práticos, compete aos órgãos executivos propor e executar as decisões e indicações dos órgãos deliberativos. Aos órgãos deliberativos cabe aprovar, ou não, entre outras competências de iniciativa própria, as propostas dos respectivos órgãos executivos. Os órgãos das autarquias locais são eleitos por sufrágio universal direto, exceto a Junta de Freguesia, cujo presidente é eleito pela Assembleia de Freguesia. O mandato dos titulares de órgãos das autarquias locais é de quatro anos, tendo sido legalmente estabelecida, desde 2005, uma limitação de 3 mandatos consecutivos para os presidentes dos órgãos executivos (presidentes das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia). Ver: <<http://www.portaldoeleitor.pt/Paginas/TipoDeEleicoeseReferendos.aspx>>. Acesso em outubro de 2012.

⁷²⁹ “Bloco denuncia candidaturas fascistas”. **Público**, Lisboa, 6 de junho de 2001, p. 9.

⁷³⁰ Idem.

⁷³¹ COSTA, 2011, op. cit., p. 774; e <<http://www.portaldoeleitor.pt/Paginas/HistoricodeResultados.aspx>>. Acesso em outubro de 2012.

porém este decidiu por encabeçar uma lista de última hora. Como resultado, Paulo Rodrigues (que não possui grau de parentesco com Cruz Rodrigues) foi eleito para a presidência da Comissão Diretiva do partido. Ao mesmo tempo, a Convenção Nacional de 2002 marcou o início do processo de afastamento de Cruz Rodrigues do PNR, que seria consolidado nos anos seguintes com sua saída definitiva. O mandato de Paulo Rodrigues à frente do partido constituiu um interstício ideológico entre o inicial período de enfrentamento de radicais e moderados e a tomada de poder por pela ala extremista na segunda Convenção Nacional do PNR, em 2005.

Entre os anos de 2002 e 2005 a atuação do partido pautou-se pela realização de conferências e reuniões semanais na sede do partido em Lisboa⁷³², bem como pela atuação de núcleos espalhados pelo país (em torno de dez). Esse foi o período onde o PNR buscou aproximação ideológica com as correntes da nova direita radical, inspirado nos identitários franceses. Em 2002, o PNR participou pela primeira vez das eleições legislativas, apresentando listas em oito círculos eleitorais: Castelo Branco, Coimbra, Évora, Lisboa, Porto, Setúbal, Europa e Resto do Mundo.⁷³³ No total, o PNR conquistou 4712 votos, o que representou 0,09% do total.

⁷³² Sob a presidência de Paulo Rodrigues, o PNR mudou sua sede para a Rua do Calhariz, em Lisboa. Até então o partido utilizava como sede as instalações da editora Nova Arrancada (de propriedade de António da Cruz Rodrigues, no Largo do Carmo, também em Lisboa).

⁷³³ A cada um dos dezoito distritos de Portugal continental corresponde um círculo eleitoral. Ainda existem os círculos eleitorais das Regiões Autônomas da Madeira e dos Açores; o círculo eleitoral dos portugueses que residem em outros países da Europa; e o círculo eleitoral dos portugueses que residem no resto do mundo, totalizando vinte e dois círculos eleitorais. O número de deputados por cada círculo é proporcional ao número de cidadãos eleitores nele inscritos.

Portugal - Eleições Legislativas 2002 - Resultados Nacionais por Partido ⁷³⁴												
	PPD/PS D	PS	CDS- PP	PCP- PEV	B.E.	PCTP/ MRPP	MPT	PPM	PH	PNR	POUS	B.E.- UDP
Total de Votos	2200765	206858 4	47735 0	37987 0	14996 6	36193	15540	12398	11472	4712	4316	3911
%	40,21%	37,79 %	8,72%	6,94%	2,74%	0,66%	0,28%	0,23%	0,21%	0,09%	0,08%	0,07%
Mandato s	105	96	14	12	3	0	0	0	0	0	0	0

As eleições legislativas de 2002 foram atípicas, pois não estavam previstas. Elas foram resultado da demissão do primeiro-ministro António Guterres, ocorrida em 17 de dezembro de 2001, que deu início a uma grave crise política. O presidente da República, Jorge Sampaio, anunciou a dissolução da Assembleia Nacional e convocou eleições antecipadas para 17 de março de 2002. De maneira geral, 2002 resultou em vitória da direita. O PS voltou para a oposição, após quinze anos de governo, o PCP perdeu deputados e o Bloco de Esquerda elegeu apenas três.

Em 20 de fevereiro de 2005, o PNR participou pela segunda vez das eleições legislativas de Portugal. A eleição de 2005 teve ampla vitória do Partido Socialista (PS) de José Sócrates, que viria a ser nomeado primeiro-ministro. Em 2005 o PNR obteve uma melhora significativa de desempenho em relação à eleição anterior, saltando dos 4712 votos conquistados em 2002 para 9374 em 2005. O incremento foi significativo em relação ao próprio partido, mas continuou insignificante em termos nacionais: de 0,09% em 2002 cresceu para 0,16% dos votos em 2005.

⁷³⁴ Fonte: <<http://www.portaldoeleitor.pt/Paginas/HistoricodeResultados.aspx>>. Acesso em outubro de 2012.

Portugal – Eleições Legislativas 2005 - Resultados Nacionais por Partido ⁷³⁵											
	PS	PPD/PS D	PCP- PEV	CDS- PP	B.E.	PCTP/ MRPP	PND	PH	PNR	POUS	PDA
Total	258831 2	1653425	433369	416415	36497 1	48186	40358	17056	9374	5535	1618
%	45,03%	28,77%	7,54%	7,24%	6,35%	0,84%	0,70%	0,30%	0,16%	0,10%	0,03%
Mandato s	121	75	14	12	8	0	0	0	0	0	0

Em 25 de junho de 2005 o partido realizou a sua segunda Conferência Nacional. Ela marcou o afastamento definitivo dos setores salazaristas e a substituição do “paradigma nacionalista tradicional”⁷³⁶ por um modelo extremista atrelado a ideais de caráter nazista, racista e xenofóbico. Através de eleição interna, o presidente Paulo Rodrigues foi substituído por José Pinto-Coelho, um dos membros fundadores do PNR, porém de atuação discreta até aquele momento. O percurso político de Pinto-Coelho demonstra que havia transitado por outras organizações nas décadas anteriores. Nos anos 80, havia passado pelo MIRN e pela ON. Nos anos 90, havia feito parte da AN.⁷³⁷

José Pinto-Coelho imprimiu uma guinada para a extrema-direita nos rumos do partido. Em seu discurso como candidato à presidência do partido, ele já avisava da intenção de reformular totalmente o PNR: “*a minha linha de actuação, a partir da próxima segunda-feira, passa (...) pelo reconhecimento de que é preciso, antes de mais, refundar o partido quase a partir do zero.*”⁷³⁸ Com essas mudanças, Pinto-Coelho acreditava que o PNR conseguiria constituir uma ameaça aos “*partidos poderosos*” e aos meios de comunicação, que tudo fariam

⁷³⁵ Fonte: Histórico de resultados das eleições em Portugal. Portal do Eleitor. Disponível em: <<http://www.portaldoeleitor.pt/Paginas/HistoricodeResultados.aspx>>. Acesso em outubro de 2012.

⁷³⁶ COSTA, 2011, op. cit., p. 775.

⁷³⁷ Idem.

⁷³⁸ PINTO-COELHO, José. “Renascer”. Moção de estratégia apresentada na II Conferência Nacional do PNR, em 25 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.pnr.pt/2005/07/08/mocao-de-estrategia-%E2%80%9Crenascer%E2%80%9D-apresentada-por-pinto-coelho-candidato-a-presidente>>. Acesso em outubro de 2012.

para marginalizar o partido, “*intoxicando as pessoas*” com rótulos como radical, extremista, xenófobo e racista.⁷³⁹ Apesar disso, o presidente do PNR era otimista, acreditando na possibilidade de chegar ao poder em pouco tempo: “*Acredito nesta nossa caminhada, que será curta, para chegar ao poder. Ainda não temos condições para governar, mas a hora é favorável para os nacionalistas.*”⁷⁴⁰

Uma das mudanças implementadas logo no início de seu primeiro mandato foi a substituição da antiga militância (muitos ligados à intelectualidade de direita, alguns inclusive com idade avançada) por uma militância jovem e renovada. Essa intenção também foi exposta no discurso realizado durante a II Convenção, quando Pinto-Coelho indicou a intenção de criar uma ala jovem chamada Juventude Nacionalista, com direito a assento no Conselho do partido.⁷⁴¹ Isso implicava em alterações estatutárias que mudariam a cara do PNR. A ênfase na militância juvenil foi um dos temas mais recorrentes no referido discurso:

No actual momento político, económico e social de extrema decadência e injustiça que Portugal e a Europa atravessam, existe uma natural reacção por parte de juventude desperta, que é por natureza rebelde e inconformista, embora generosa e idealista, e da qual uma boa parte tem notórias simpatias pelo PNR e pelas suas ideias. Os jovens de hoje, são os homens de amanhã, e nós Nacionalistas, não nos podemos dar ao luxo de desperdiçar e passar ao lado deste imenso potencial humano. Se não os cativarmos, doutrinarmos e mobilizarmos hoje para o nosso combate, uma coisa é certa: a imensa maioria deles perde-se definitivamente para outros partidos ou para um eterno encolher de ombros burguês e indiferença em relação aos destinos e descaminhos da Nação.⁷⁴²

Menos de um mês após esse discurso, em 16 de julho de 2005, era oficialmente criada a Juventude Nacionalista (JN ou JUVENAC), órgão

⁷³⁹ Ver material de propaganda do PNR nos Anexos.

⁷⁴⁰ PINTO-COELHO, José, *apud* GARCIA, João Bénard. Le Pen é nosso amigo. **Jornal 24 Horas**, 14 de maio de 2002, p. 9.

⁷⁴¹ PINTO-COELHO, 2005, op. cit.

⁷⁴² *Idem*.

diretamente ligado à direção do PNR, porém com um estatuto próprio que lhe conferia relativa autonomia. A JN tinha por objetivos principais:

- a) Actuar junto dos meios juvenis, nomeadamente Escolas Secundárias e Universidades, disseminando as ideias, princípios e programa do PNR, por forma a conquistar a filiação político-ideológica dos jovens portugueses para o ideário nacionalista;
- b) Enquadrar as acções políticas e de militância dos jovens nacionalistas, sejam estudantes ou trabalhadores.⁷⁴³

Podiam fazer parte da JN jovens entre 14 e 26 anos de idade, desde que pagassem uma taxa de adesão de 15 euros, além de uma anuidade do mesmo valor.⁷⁴⁴ A direção nacional da JN era composta por um coordenador e dois secretários, todos nomeados pela Comissão Política Nacional do PNR. Em sua primeira formação, estes cargos foram ocupados por Filipe Batista e Silva (coordenador nacional), Emanuel Guerreiro (secretário nacional) e Rita Vaz (secretária nacional).⁷⁴⁵ Em novembro de 2006, Rita Vaz assumiu a coordenação nacional.⁷⁴⁶ Em suas declarações para a imprensa, a líder da Juventude Nacionalista, estudante de medicina de 24 anos de idade, evidencia algumas características básicas do perfil do militante da JN: pessoalmente, se identificava com algumas ideias do III Reich; considerava que a nacionalidade deveria ser “*dada pelo sangue*”; gostaria de ver expulsos do país “*todos os imigrantes que não estão integrados*”; pensava que um Portugal ideal seria “*um Portugal de portugueses*”; e que um português “*não é alguém que tem um bilhete de identidade português, é alguém que tem uma história, tradições, cultura, conhecimento*”.⁷⁴⁷

⁷⁴³ Texto originalmente publicado em: <<http://www.juvenac.org/organizacao.htm>>, disponível em fevereiro de 2006. Acesso via Internet Archive Wayback Machine em outubro de 2012.

⁷⁴⁴ Texto originalmente publicado em: <<http://juvenac.org/aderir.htm>>, disponível em fevereiro de 2006. Acesso via Internet Archive Wayback Machine em outubro de 2012.

⁷⁴⁵ Texto originalmente publicado em: <<http://www.juvenac.org/organizacao.htm>>, disponível em fevereiro de 2006. Acesso via Internet Archive Wayback Machine em outubro de 2012.

⁷⁴⁶ SANCHES, Andreia. Rita não gosta que lhe chamem fascista. **Público**, Lisboa, 15 de abril de 2007, p. 4.

⁷⁴⁷ *Ibid.*, pp. 4-6.



Imagem 32: Frente e verso do cartão de militante da JN.⁷⁴⁸

5.5. PNR e PHS: uma direita radical midiática em Portugal?

Além da direção nacional, a JN era dividida em circunscrições regionais, lideradas por coordenadores regionais indicados pela direção nacional. Por sua vez, as circunscrições regionais eram subdivididas em núcleos locais, que podiam ser criados com a inscrição de pelo menos três militantes. Em fevereiro de 2006 a JN contava com sete núcleos locais: Lisboa, Loures, Braga, Beja, Belmonte, Portimão e Porto.⁷⁴⁹ Os membros da Juventude Nacionalista do PNR recebiam um cartão de identificação, onde constavam os deveres do militante: “Honrar a Pátria através da minha conduta; Ser leal para com os meus camaradas; Ser um exemplo de coragem, retidão e valor no trabalho, na família e na comunidade”.⁷⁵⁰

Na prática, a estratégia do PNR de mobilização da juventude significou uma aproximação com os setores *skinheads*, órfãos de uma organização política desde a dissolução do MAN. Fato que ilustra claramente isso foi a distinção, ainda em 2005, de Mário Machado – o líder da *Portugal Hammerskins* e condenado no acórdão nº 97P1203 – como “militante ativista do ano” pela

⁷⁴⁸ Fonte: <<http://juvenac.org/aderir.htm>>, disponível em fevereiro de 2006. Acesso via Internet Archive Wayback Machine em outubro de 2012.

⁷⁴⁹ Texto originalmente publicado em: <<http://juvenac.org/nucleos.htm>>, disponível em fevereiro de 2006. Acesso via Internet Archive Wayback Machine em outubro de 2012.

⁷⁵⁰ Fonte: <<http://juvenac.org/aderir.htm>>, disponível em fevereiro de 2006. Acesso via Internet Archive Wayback Machine em outubro de 2012.

direção do partido.⁷⁵¹ De fato, Mário Machado era amigo pessoal de José Pinto-Coelho. Em entrevista ao Jornal Sol, reproduzida no *site* do PNR, o presidente do partido afirmou: “*Sou amigo do Mário, é um excelente nacionalista. Aprovo todos os tipos de nacionalismo, de toda a gente que ama a sua pátria. O Mário foi a face mais visível da fase impulsionadora do nacionalismo.*”⁷⁵² O novo presidente do PNR não procurava esconder as estreitas ligações com os *skinheads*. Em 2007, Pinto-Coelho disse: “*Sou muito amigo de skinheads. Acho que eles são de uma fidelidade a toda prova e pintam-nos pior do que são.*”⁷⁵³ Em outra ocasião, afirmou: “*os actos de violência dos skinheads, os nossos militantes mais fiéis, pertencem ao passado*”.⁷⁵⁴

A mobilização política da juventude de direita radical obteve reflexo nos meios estudantis da Universidade de Lisboa, a partir do ano de 2006. Em 25 de abril daquele ano, o S.O.S. Racismo de Lisboa recebeu por *e-mail* denúncia a respeito de “*elementos da extrema-direita*” que estariam a atormentar e causar transtornos na Faculdade de Letras da UL.⁷⁵⁵ A mensagem afirmava que muitos racistas militantes – sendo alguns deles alunos da Faculdade e outros estranhos à instituição – estariam frequentando o bar lá existente, tendo já ocorrido “*picardias verbais e alguma agressão física*”. A denúncia ainda referia que ao menos um desses elementos radicais, e aluno da Faculdade de Letras, seria um

⁷⁵¹ CABRAL, Luís Manuel. O líder do movimento “skinhead” português. **Diário de Notícias**, 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1006000&especial=Extrema%20Direita&secao=SOCIEDADE>. Acesso em janeiro de 2012.

⁷⁵² Ver: <http://www.pnr.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=293>; e CÂMARA, Ana Cristina; e GUERREIRO, Pedro. PNR ao ataque. **Semanário Sol**, de 14 de abril de 2007, p. 14.

⁷⁵³ PINTO, Nuno Tiago. Conhece este homem? **Sábado**, 4 de abril de 2007, p. 66.

⁷⁵⁴ SANCHES, 2007, op. cit., p. 6.

⁷⁵⁵ A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa é dividida em quatro áreas: Ciências da Linguagem, Filosofia, História e “Literatura, Artes e Cultura”. Reúne os cursos de Arqueologia, Artes e Humanidades, Ciências da Cultura, Ciências da Linguagem, Estudos Africanos, Estudos Artísticos, Estudos Asiáticos, Estudos Clássicos, Estudos Eslavos, Estudos Europeus, Estudos Gerais, Estudos Portugueses e Lusófonos, Filosofia, História, História da Arte, “Línguas, Literatura e Cultura” e Tradução.

dos *skinheads* condenados no assassinato de Alcindo Monteiro.⁷⁵⁶ Em uma reunião ocorrida no dia 26 de maio de 2006, o S.O.S Racismo fez chegar ao diretor da Faculdade a sua preocupação com as ameaças e intimidações promovidas no interior da instituição por membros da direita radical. Todavia, nenhuma medida foi tomada pela direção da Faculdade para resolver o problema.⁷⁵⁷

Ao longo do ano de 2006 e no início de 2007 a tensão na Faculdade só aumentou. O enfrentamento entre os estudantes de direita radical (reforçados por elementos externos) e os outros estudantes (muitos ligados a organizações políticas de esquerda) tornaram-se cotidianos. Os muros e escadarias da Faculdade foram pichados com inscrições do tipo: “*Portugal aos portugueses*”; “*Fascismo é a solução*”; “*Não queremos um Portugal mestiço*”, além de serem desenhadas cruces celtas e colados cartazes e adesivos de propaganda do PNR em vários pontos da Universidade e em suas imediações.⁷⁵⁸ Outra prática que se tornou comum, além das pichações, era a destruição de pinturas murais feitas pelas organizações estudantis tidas como “esquerdistas”.

Um dos murais vandalizados continha um trecho de um poema de Bertold Brecht: “*Do rio que tudo arrasta todos dizem violento / mas não das margens que o oprimem*”. Tal mural foi riscado e sobre ele foram inscritas frases e símbolos fascistas.⁷⁵⁹ Em reação a esse contexto, estudantes apoiados pela União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) propuseram-se a pintar, no dia 15 de março, um novo mural no mesmo lugar, com desenhos de cravos vermelhos e

⁷⁵⁶ Mensagem via *e-mail* recebida pelo S.O.S. Racismo de Lisboa no dia 25 de abril de 2006.

⁷⁵⁷ “Extrema-direita candidata-se à Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras”. Comunicado do S.O.S. Racismo, assinado por José Falcão, de 24 de março de 2007.

⁷⁵⁸ “Não podemos aceitar a ameaça do racismo e da violência na escola!”. Comunicado do MOVE (Movimento Aberto por uma Outra Vida na Escola) de 16 de março de 2007; “Extrema-direita ameaça Universidade”. Comunicado do S.O.S. Racismo, assinado por José Falcão, de 15 de março de 2007; e “Extrema-direita candidata-se à Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras”. Comunicado do S.O.S. Racismo, assinado por José Falcão, de 24 de março de 2007.

⁷⁵⁹ Coragem e determinação contra práticas fascistas. **Jornal Avante!** n. 1738, de 22 de março de 2007.

a frase: “25 de Abril Sempre”. Durante a semana anterior foram distribuídos panfletos convidando os estudantes a participarem do ato. Nesses panfletos eram exaltados os valores e a memória do 25 de Abril, e enfatizadas as proibições legais para partidos e movimentos de caráter fascista, que preguem a violência e o ódio.⁷⁶⁰ Como forma de resposta às “*acções fascistas na Faculdade de Letras*” o panfleto convocava os estudantes para a ação do dia 15 de março.⁷⁶¹

No dia marcado para o evento, dois grupos apareceram no local. Um era formado por apoiadores do ato, estudantes ligados à Juventude Comunista Portuguesa (JCP) e a URAP. O outro grupo tentava impedir a pintura do mural, e era formado por cerca de quarenta pessoas: estudantes de direita radical, militantes do PNR e da FN.⁷⁶² O primeiro grupo iniciou a pintura, apesar de ser hostilizado pelo segundo. Conseguiu pintar o fundo, branco e preto, quando o corpo de intervenção da PSP chegou ao local, chamada pela direção da Faculdade, ordenando a interrupção da atividade. O mural ficou incompleto, tendo sido possível apenas pintar um cravo vermelho sobre o fundo preto e branco.⁷⁶³ No dia seguinte o cravo vermelho havia sido apagado e substituído pela chama da FN.

⁷⁶⁰ “Apelo aos estudantes”. Panfleto distribuído na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em março de 2007. Acervo do S.O.S. Racismo.

⁷⁶¹ “(...) porque a tua presença é de extrema importância, convidamos-te a vir pintar conosco um mural antifascista em Letras, na quinta-feira, pelas 16h, numa afirmação dos ideais democráticos que Abril nos trouxe. É preciso que em cada dia sejamos capazes de defender a liberdade, a democracia, a fraternidade e a necessidade de continuar a sonhar com um mundo melhor. O fascismo não passará!” “Apelo aos estudantes”. Panfleto distribuído na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em março de 2007. Acervo do S.O.S. Racismo.

⁷⁶² CHAVES, Rui Arala. ‘Skins’ vão às eleições. **Correio da Manhã**, 26 de março de 2007, p. 15.

⁷⁶³ Coragem e determinação contra práticas fascistas, 22 de março de 2007, op. cit.; e WONG, Bárbara. Extrema-direita quer entrar nas secundárias e universidades. **Público**, 26 de março de 2007, pp. 6-7.



Imagens 33 e 34: Semelhanças entre os logotipos da Frente Nacional (à esquerda) e do PNR (à direita).⁷⁶⁴

Esse incidente na Faculdade de Letras gerou significativa repercussão na imprensa, colocando em evidência a disputa política travada no meio estudantil da instituição. O incidente do chamado “*mural da discórdia*” chamou a atenção da mídia para o processo eleitoral que estava em andamento para a escolha da Direção da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras (DAELUL). A eleição estava marcada para os dias 26 e 27 de março de 2007, e foram inscritas duas chapas. Uma, denominada Lista “U”, era ligada a JCP. A outra chapa, denominada Lista “X”, de direita radical, era formada por membros ligados ao PNR e à Frente Nacional. Apesar disso, a Lista “X” declarava-se como uma “*totalmente apolítica*”.⁷⁶⁵

Para além do discurso que tentava passar uma imagem apolítica, a participação direta do PNR na eleição da DAELUL pôde ser verificado nas declarações de seus dirigentes. “*A nossa intenção sempre foi candidatar-mo-nos às associações de estudantes, o que é um bocadinho complicado, porque são controladas pela Juventude Comunista Portuguesa e pelo Bloco de Esquerda*”, afirmou Rita Vaz.⁷⁶⁶ O próprio José Pinto-Coelho envolveu-se no processo

⁷⁶⁴ Logotipo da FN disponível em: <<http://homemlobo.blogspot.com.br/2004/12/frente-nacional-video.html>>. Acesso em janeiro de 2013. Logotipo do PNR disponível em: <<http://www.pnr.pt>>. Acesso em janeiro de 2012.

⁷⁶⁵ “*Somos uma lista totalmente apolítica cujo o único objetivo é representar dignamente os estudantes da Faculdade de Letras e não perder o tempo em guerras partidárias e interesses políticos que de nada servem aos verdadeiros interesses dos alunos*”. Panfleto de propaganda da Lista X para as eleições da DAEUL em março de 2007. Acervo do S.O.S. Racismo, Lisboa.

⁷⁶⁶ WONG, 2007, op. cit., pp. 6-7.

através de entrevista publicada no Jornal de Notícias do dia 19 de março, quando afirmou que o partido buscava aumentar a “*presença nacionalista*” nas universidades: “*Eles (os ‘comunistas’, segundo sua classificação) têm que perceber que não podem ser só eles a poder pintar murais e a fazer propaganda, nós também podemos e vamos continuar, é uma promessa*”.⁷⁶⁷

A mobilização estudantil e a ampla cobertura dos meios de comunicação fizeram com que a participação dos estudantes nas eleições de 2007 fosse a maior da história na Faculdade de Letras: 942 eleitores participaram. O resultado final apontou 818 votos para a “Lista U”, 81 votos para a “Lista X”, 19 votos nulos e 24 votos em branco.⁷⁶⁸ Cerca de 91% dos estudantes votaram contra a direita radical, assinalando uma derrota esmagadora da Lista X. Contudo, a eleição na Faculdade de Letras serviu para alertar em relação a estratégia do PNR de infiltração nos meios estudantis. Ao mesmo tempo, funcionou como uma maneira de colocar o partido em destaque nos principais jornais do país.

Na sequência da exposição midiática proporcionada pelas eleições na UL, o PNR voltou a aparecer nas manchetes dos jornais e televisão nos meses de março e abril de 2007, quando o partido posicionou um *outdoor* de caráter xenofóbico no centro da cidade de Lisboa, próximo à rótula do Marquês do Pombal. A peça de propaganda, instalada em local de grande movimento e alta visibilidade, mostrava o presidente do partido, José Pinto Coelho, como os dizeres “*Basta de imigração. Nacionalismo é solução. Façam boa viagem. Portugal aos portugueses.*” De acordo com a página do partido na Internet, o *outdoor* desejava boa viagem “*aos imigrantes que cometem crimes, aos ilegais e aos subsídio-dependentes.*”⁷⁶⁹ Mais tarde, José Pinto-Coelho viria a admitir que a

⁷⁶⁷ PNR promete subir pressão universitária. **Jornal de Notícias**, 19 de março de 2007.

⁷⁶⁸ “Resultado final apresentado pela Comissão Eleitoral”. Acervo do S.O.S. Racismo, Lisboa.

⁷⁶⁹ PNR coloca novo cartaz em Lisboa contra a imigração. Texto publicado no site do PNR em 30 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.pnr.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=412&Itemid=151>. Acesso em agosto de 2010.

colocação do cartaz foi, em parte, patrocinada pela *Portugal Hammerskins*.⁷⁷⁰ O cartaz recebeu a condenação de todos os partidos com assento parlamentar, inclusive do CDS-PP, o partido mais à direita com representantes na Assembleia da República: “*Não aceitamos qualquer tipo de radicalismo, venha de direita ou de esquerda*”, afirmou o deputado do CDS-PP, Nuno Magalhães.⁷⁷¹

Nos dias seguintes o *outdoor* do PNR foi vandalizado por pessoas não identificadas. No lugar dele o partido posicionou outro, com a inscrição: “*As idéias não se apagam. Discutem-se.*” De acordo com o partido, uma “*resposta à intolerância de que é vítima o PNR por parte dos auto-proclamados «defensores da liberdade de expressão» que tentam a qualquer custo pulverizar e eliminar as suas ideias*”.⁷⁷²



Imagem 35: Primeiro *outdoor* do PNR de 2007.⁷⁷³

⁷⁷⁰ MARQUES, José Carlos; e SIMÕES, Sônia. Judiciária prende skins. **Correio da Manhã**. 19 de abril de 2007, p. 5.

⁷⁷¹ BRANCO, Sofia. Procuradoria considera que cartaz do Partido Nacional Renovador não é ilícito. **Público**, Lisboa, 30 de março de 2007, p. 11.

⁷⁷² Ver: <<http://www.pnr.pt/2007/04/13/novo-cartaz-as-ideias-nao-se-apagam-discutem-se>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁷⁷³ Imagem disponível em: <<http://gladio.blogspot.com.br>>. Acesso em janeiro de 2013.



Imagem 36: Segundo *outdoor* do PNR de 2007.⁷⁷⁴

Mais uma vez, funcionou a estratégia do PNR de buscar visibilidade na mídia. Os cartazes tiveram repercussão nos principais veículos de comunicação do país. Além disso, um conhecido grupo de comediantes portugueses, o “Gato Fedorento”, acabou por potencializar o resultado midiático dos cartazes do PNR. Os comediantes criaram um *outdoor* de sátira ao cartaz do PNR, com as mesmas dimensões, e posicionaram-no ao lado deste. Tal fato rendeu uma nova onda de repercussão na imprensa.⁷⁷⁵ O grupo acabou por ser multado pela Câmara Municipal de Lisboa por “afixação de mensagem publicitária” e “ocupação da via pública” sem a devida licença, além de serem obrigados a arcar com os custos de retirada do material, oito dias após sua instalação.⁷⁷⁶

⁷⁷⁴ Imagem disponível em: <<http://www.bitaites.org/paginas/as-ideias-nao-se-apagam-e-verdade>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁷⁷⁵ OLIVEIRA, Maria José. Gato Fedorento lança ofensiva contra o cartaz do PNR. **Público**, Lisboa, 5 de abril de 2007; BASTOS, Inês David; CÂNCIO, Fernanda; e MORAIS, Filipe. “Gato Fedorento” sob ameaça da extrema-direita por causa de cartaz. **Jornal Diário de Notícias**, Lisboa, 6 de abril de 2007; e CABRAL, Eva. “Gato Fedorento” têm protecção policial por causa das ameaças. **Jornal Diário de Notícias**, Lisboa, 7 de abril de 2007.

⁷⁷⁶ PIRES, Patrícia; e ROSENBUSCH, Cláudia. Humoristas multados pela câmara. **Jornal Metro**, Lisboa, 16 de abril de 2007, p. 4.



Imagem 37: Cartaz do grupo “Gato Fedorento”, posicionado ao lado do cartaz do PNR.⁷⁷⁷

Na sequência da ofensiva midiática de 2007, que fez tornar o PNR conhecido nacionalmente, foi anunciado um grande evento nacionalista a ser realizado em Lisboa no dia 21 de abril. A organização do evento estava a cargo do PRN, principalmente através da sua Juventude Nacionalista. A promessa era a de reunir quatrocentas pessoas ligadas à direita radical de diversos países naquela que foi batizada como a “I Conferência Internacional Activismo Nacionalista”.⁷⁷⁸ Eram esperados representantes do *Front National* francês, *Vlaams Belang* (Bélgica), NPD (Alemanha), do *British National Party*, *Freier Widerstand* (Alemanha), *Noua Dreapta* (Romênia), *Alianza Nacional* (Espanha), *Nordic Alliance* (Suécia), *Democracia Nacional* (Espanha), *Combat España*, *Forza Nuova* (Itália), *Fiamma Tricolore* (Itália), FPO (Áustria), *Nation* (Bélgica), PNOS (Suíça), *Anti Kapitalismus* (Alemanha), entre outros.⁷⁷⁹ À noite haveria um concerto *skinhead* com as bandas *Asedio* e *Brigada Totenkopf* (Espanha) e *Bullet 38* (Portugal). A segurança do evento estaria a cargo da *Portugal Hammerskins*.⁷⁸⁰

Entretanto, faltando três dias para o evento, os setores mais extremistas do PNR sofreram um duro golpe. Em 18 de abril de 2007, trinta e um elementos

⁷⁷⁷ Imagem disponível em: <<http://reactor4.blogs.sapo.pt/tag/pnr>>. Acesso em janeiro de 2013.

⁷⁷⁸ GUERREIRO, 2007, op. cit., p. 14.

⁷⁷⁹ COUTINHO, Miguel Conde; MARCELINO, Valentino; e OLIVEIRA, Isabel. De facho a caminho de Lisboa. *Jornal Expresso*, 14 de abril de 2007, pp. 14-15.

⁷⁸⁰ GUERREIRO, 2007, op. cit., p. 14.

ligados à extrema-direita foram presos numa grande operação da Polícia Judiciária (em articulação com o Ministério Público), que envolveu cento e noventa investigadores em diversas localidades do país. Foi o ápice de uma investigação que decorria em segredo desde 2004 e tinha por alvo principal a organização *Portugal Hammerskins*. Foram realizados cinquenta e cinco mandados de busca (sendo um deles na sede do PNR⁷⁸¹), resultando na apreensão de esteróides anabolizantes, quinze armas de fogo, explosivos, coletes à prova de balas, munições de vários calibres, *sprays* contendo gás tóxico e dezenas de armas brancas (machados, bastões, soqueiras, facas, etc.).⁷⁸² Também foi apreendido material de propaganda, bandeiras com a cruz gamada e a cruz celta, fotografias de Adolf Hitler, etc.⁷⁸³

Dos trinta e um detidos na operação, vinte e sete foram presos em flagrante delito: na posse ou em poder de armas proibidas, ou material informático utilizado para propagar conteúdo racista. Desses, dez foram levados ao Tribunal de Instrução Criminal, a fim de serem aplicadas medidas judiciais. Todavia, apenas Mário Machado permaneceu em prisão preventiva após o interrogatório. A três outros elementos foi determinado aguardar julgamento em prisão domiciliar com uso de pulseira eletrônica. Outros seis deveriam se apresentar periodicamente à PSP. Aos outros vinte e um detidos não foram aplicadas quaisquer medidas restritivas naquele momento.⁷⁸⁴

A operação policial do dia 18 de abril refletiu no PNR. Vários dos detidos eram militantes do partido. Mário Machado tinha sua imagem publicamente vinculada ao partido e ao presidente Pinto-Coelho. Também V.L., um dos detidos em prisão domiciliar, era membro da PHS e também militante do PNR. Era,

⁷⁸¹ Na sede do PNR não foi encontrado material proibido nem se realizaram detenções. Ver: MARQUES e SIMÕES, 2007, op. cit., pp. 4-5; e VARELA, Carlos. Líder do PNR diz que o partido é perseguido. **Jornal de Notícias**, 21 de abril de 2007, p. 10.

⁷⁸² “Discriminação racial” (1). **Comunicado da Polícia Judiciária**, de 20 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/%7BFF39EDB3-492B-4355-AFE5-7FA394C2903B%7D>>. Acesso em outubro de 2012.

⁷⁸³ CANDOSO, Marcio Alves. Líder da juventude nacionalista demite-se. **Jornal Diário de Notícias**, Lisboa, 21 de abril de 2007, pp. 2-3.

⁷⁸⁴ *Idem*.

inclusive, responsável pelo *site* do partido.⁷⁸⁵ A operação pegou a direita radical de surpresa e desarticulou completamente a organização da Conferência Internacional Nacionalista, que estava marcada para o dia 21. No dia 19 de abril, a coordenadora nacional da Juventude Nacionalista, Rita Vaz, pediu afastamento do cargo. No dia seguinte, o partido anunciou o cancelamento da conferência e também do concerto musical. Como esta comunicação foi realizada na véspera do evento, muitos dos participantes internacionais já se encontravam em Lisboa. José Pinto-Coelho procurou minimizar os efeitos para a imagem do PNR afirmando que o partido era perseguido e que as organizações internacionais que iriam participar do evento “*também estão habituadas a estas atitudes*”.⁷⁸⁶

Nos meses seguintes a investigação teve prosseguimento, mais mandados de busca e apreensão foram expedidos, e mais elementos foram presos. Em setembro de 2007, o Ministério Público indiciou 36 elementos, todos envolvidos com a PHS, por crimes como discriminação racial, posse ilegal de arma, ofensa à integridade física, ameaças, sequestro, instigação pública à prática de crimes, entre outros.⁷⁸⁷ Conforme nota oficial da Polícia Judiciária,

(...) a investigação esteve a cargo da Direcção Central de Combate ao Banditismo da Polícia Judiciária e focou essencialmente os mecanismos de difusão e o teor das mensagens públicas com carácter racista, xenófobo e anti-semita. As mensagens divulgadas através dos meios de comunicação tradicionais e electrónicos e bem assim, no decurso de concertos musicais, encontros, concentrações e manifestações, entre outros eventos, apelavam à violência inter-étnica, visando também, enquanto alvos, todos os movimentos anti-racistas em geral. Importará de resto salientar e sublinhar, a forte componente e tendências político-ideológicas anti-semitas que marcavam o comportamento e interacção social dos elementos afectos a esta organização, aliás igualmente direccionadas, em idêntico tom e registo de intolerância, agressividade, repulsa e ódio, contra outras minorias étnicas, designadamente, negros, ciganos (...). A aturada e prolongada investigação permitiu colher (...) indícios suficientes que documentam a existência de relação de

⁷⁸⁵ VARELA, 2007, op. cit., p. 10.

⁷⁸⁶ Idem.

⁷⁸⁷ “Discriminação racial” (2). **Comunicado da Polícia Judiciária**, de 18 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/%7BAABAE860-0110-4F2B-A15C-439776D76B49%7D>>. Acesso em outubro de 2012.

causalidade entre a difusão de propaganda ofensiva e de carácter político-ideológico e as várias dezenas de acções violentas que se traduziram e saldaram na execução de diversos crimes (...).⁷⁸⁸

Dos trinta e seis indiciados, seis foram condenados a penas efetivas de prisão.⁷⁸⁹ Dezesete foram condenados a penas suspensas. Oito foram condenados ao pagamento de multas e cinco foram absolvidos.⁷⁹⁰ Algumas considerações podem ser feitas a respeito do resultado do julgamento do processo 1706/04.PTLSB. Pela primeira vez na história de Portugal, houve condenações pela prática do crime de discriminação racial (doze condenações).⁷⁹¹

Dos acusados, três eram remanescentes do grupo envolvido no processo que julgou os acontecimentos que culminaram na morte de Alcindo Monteiro em 10 de junho de 1995: Mário Machado (condenado a 2 anos e 6 meses de prisão no caso Alcindo Monteiro e 4 anos e 10 meses de prisão agora no processo 1706/04.PTLSB); N.M.P.T.S (condenado a 17 anos de prisão no caso Alcindo Monteiro e absolvido agora no processo 1706/04.PTLSB) e N.S.B.P. (condenado a 2 anos e 3 meses de prisão no caso Alcindo Monteiro e agora condenado a 1

⁷⁸⁸ Idem.

⁷⁸⁹ A operação policial resultou no inquérito n.º 1706/04.0PTLSB, dirigido pela Procuradora da República da 11ª secção do DIAP de Lisboa, com coadjuvação da DCCB da PJ. Por sua vez, o inquérito resultou no processo n.º 1706/04.PTLSB, que foi julgado entre abril e outubro de 2008.

⁷⁹⁰ **Resultado do processo 1706/04.PTLSB.** Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/novidades/nov_print_doc.php?nid_novidade=414&destaque=>>. Acesso em outubro de 2012.

⁷⁹¹ “Artigo 240º do Código Penal Português - Discriminação racial ou religiosa. 1 - Quem: a) Fundar ou constituir organização ou desenvolver actividades de propaganda organizada que incitem à discriminação, ao ódio ou à violência raciais ou religiosas, ou que a encorajem; ou b) Participar na organização ou nas actividades referidas na alínea anterior ou lhes prestar assistência, incluindo o seu financiamento; é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos. 2 - Quem, em reunião pública, por escrito destinado a divulgação ou através de qualquer meio de comunicação social: a) Provocar actos de violência contra pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional ou religião; ou b) Difamar ou injuriar pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional ou religião, nomeadamente através da negação de crimes de guerra ou contra a paz e a humanidade; com a intenção de incitar à discriminação racial ou religiosa ou de a encorajar, é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos.” **Código Penal Português**, Redacção da Lei nº 65/98, de 2 de setembro de 1998. Disponível em: <<http://www.hsph.harvard.edu/population/domesticviolence/portugal.penal.95.pdf>>. Acesso em outubro de 2012.

ano e 6 meses de prisão com pena suspensa, no processo 1706/04.PTLSB). Os dois arguidos mais explicitamente vinculados ao PNR foram condenados: Mário Machado foi condenado a quatro anos e dez meses de prisão⁷⁹², enquanto V.L. foi condenado a um ano e oito meses de pena suspensa.⁷⁹³ Quem recebeu a pena mais pesada foi P.M., condenado a sete anos de prisão por diversos crimes, dentre eles duas tentativas de homicídio e dois crimes de sequestro. Estes ocorreram quando P.M. atirou contra duas pessoas na estação de trens de Almada, e depois entrou em um carro, sequestrando durante a fuga o motorista e

⁷⁹² “Condenação do arguido T nas seguintes penas: Um crime de discriminação racial, praticado em co-autoria, p. e p. nos termos do art.240 n.º1 do Código Penal, na pena de dois anos e seis meses de prisão; Um crime de ameaças, praticado em autoria material, p. e p. nos termos do art.153 n.º1 do Código Penal, tendo por ofendido o assistente Daniel Oliveira, a pena de cinco meses de prisão; Um crime de coacção agravada, praticado em co-autoria, p. e p. nos termos do art.154º; 155º n.º1 alínea a); 143º, nº1; 146º; 132º, 2, g) do Código Penal na redacção vigente à data da sua prática, a pena de um ano e seis meses de prisão; Um crime de ofensas à integridade física qualificadas, praticado em co-autoria, p. e p. nos termos do art.143, nº1; 146 n.º1 e 2, com referência ao art.132 n.º2 alínea g) do Código Penal vigente à data da prática dos factos, na pena de um ano e seis meses de prisão; Um crime de dano, praticado em co-autoria, p. e p. no art.212 do Código Penal, na pena de seis meses de prisão; Um crime de introdução de local vedado ao público, praticado em co-autoria, p. e p. nos termos do art.191 do Código Penal, na pena de quarenta e cinco dias de multa, à taxa diária de 10,00 €, perfazendo o total de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros); Um crime de detenção ilegal de arma, praticado em autoria material, p. e p. nos termos do art.6 n.º1; 1º, nº1, alínea d) da Lei 22/97 de 27 de Junho, na redacção introduzida pela Lei n.º 98/2001 de 25 de Agosto, por referência ao Dec.Lei 207A/75 de 17 de Abril, na pena de um ano de prisão; Um crime de ameaças, praticado em autoria material, p. e p. nos termos do art.153 n.º1 do Código Penal, tendo por ofendido Fernando Martins, na pena de sete meses de prisão. Em cúmulo jurídico, vai o arguido condenado na pena única de quatro anos e dez meses de prisão, e quarenta e cinco dias de multa, à taxa diária de dez euros, perfazendo o total de quatrocentos e cinquenta euros. Vai o arguido absolvido da prática de: Dois crimes de ofensas à integridade física qualificadas, p. e p. nos termos do art.143, 146 n.º1 e 2 com referência ao art.132 n.º2 alínea e) do Código Penal, sendo um deles na forma tentada, nos termos do art.22 n.º2, alínea c) e 23 do mesmo Código; Três crimes de instigação pública a um crime p. e p. nos termos do art.297 do Código Penal; Um crime de dano, p. e p. no art.212 do Código Penal.” **Resultado do processo 1706/04.PTLSB**, op. cit.

⁷⁹³ “Condenação do arguido A nas seguintes penas e coima: Um crime de discriminação racial, praticado em co-autoria, p. e p. nos termos do art.240 n.º1 do Código Penal, na pena de um ano e oito meses de prisão, suspensa na sua execução por igual período de tempo; Uma contra-ordenação p. e p. nos termos do art.97º da Lei 5/2006 de 23 de Fevereiro, na coima de seiscentos e cinquenta euros; Vai o arguido absolvido da prática dos seguintes crimes: Um crime de ofensas à integridade física qualificadas, p. e p. no art.143, 146 n.º1 e 2 com referência ao art.132 n.º2 alínea e) do Código Penal; Um crime de ameaça p. e p. nos termos do art.153 n.º1 do Código Penal. Um crime de detenção de arma proibida p. e p. nos termos do art.86 n.º1 alínea d) da Lei 5/2006 de 23 de Fevereiro por referência ao art.3 n.º2 alínea f) do mesmo diploma legal.” **Resultado do processo 1706/04.PTLSB**, op. cit.

a criança que o acompanhava.⁷⁹⁴ R.V., considerado responsável pela logística da PHS, foi condenado a três anos e nove meses de prisão, que somaram-se à pena de quatro anos e meio que já estava cumprindo por tráfico de drogas. Em janeiro de 2006, R.V. foi preso no aeroporto de Lisboa com 1,5 Kg de cocaína, quando regressava a Portugal em um voo proveniente do Cabo Verde.

Outra particularidade interessante diz respeito ao acusado C.S., que mesmo estando respondendo ao processo 1706/04.PTLSB, invadiu e profanou o cemitério judaico de Lisboa em 25 de setembro de 2007, juntamente com um *skinhead* de dezesseis anos. Os dois foram presos em flagrante, após vandalizarem dezessete túmulos com pichações de cruzes suásticas, cruzes celtas e frases de caráter nazista. No âmbito do processo 1706/04.PTLSB, C.S. foi condenado por discriminação racial, ofensas à integridade física e posse de arma proibida.⁷⁹⁵ Todavia, sua pena de cinco anos de prisão foi suspensa por não possuir antecedentes criminais.

⁷⁹⁴ “*Condenação do arguido J nas seguintes penas e coima: Um crime de discriminação racial, praticado em co-autoria, p. e p. nos termos do art.240 n.º1 do Código Penal, na pena de dois anos de prisão; Um crime de ofensas à integridade física qualificadas, p. e p. no art.143, 146 n.º1 e 2 com referência ao art.132 n.º2 alínea e) do Código Penal, na pena de três anos de prisão; Um crime de detenção de arma proibida p. e p. nos termos do art.86 n.º1 alínea d) da Lei 5/2006 de 23 de Fevereiro, na pena de seis meses de prisão; Um crime de detenção de arma proibida p. e p. nos termos do art.86 n.º1 alínea d) da Lei 5/2006 de 23 de Fevereiro, na pena de um ano e quatro meses de prisão; Um crime de ameaças p. e p. nos termos do art.153 n.º1 do Código Penal, na pena de seis meses de prisão. Um crime de ofensas à integridade física qualificadas, p. e p. no art.143, 146 n.º1 e 2 com referência ao art.132 n.º2 alínea e) do Código Penal, na pena de três anos de prisão; Um crime de sequestro p. e p. nos termos do art.158 n.º1 do Código Penal, na pena de oito meses de prisão; Um crime de coacção agravada p. e p. nos termos do art.154 n.º1 e art.155 n.º1 alínea a) do Código Penal, na pena de dois anos e três meses de prisão. Uma contra-ordenação p. e p. no art.97º por referência aos art.3º, nº8, alínea a) e 12º alínea f) da Lei 5/2006 de 23 de Fevereiro, na coima de setecentos euros. Em cúmulo jurídico, vai o arguido condenado na pena única de sete anos de prisão. Mais vai condenado no pagamento da coima de setecentos euros.*” **Resultado do processo 1706/04.PTLSB**, op. cit.

⁷⁹⁵ “*Condenação do arguido EE nas seguintes penas: Um crime de discriminação racial p. e p. nos termos do art.240 n.º1 do Código Penal, na pena de um ano e quatro meses de prisão; Um crime de ofensas à integridade física qualificadas, p. e p. no art.143, 146 n.º1 e n.º2 com referência ao art.132 n.º2 alínea e) do Código Penal, na pena de dois anos de prisão. Um crime de detenção de arma proibida, p. e p. nos termos do art.86 n.1 alínea a), da Lei 5/2006 de 23 de Fevereiro, na pena de três anos de prisão. Um crime de detenção de arma proibida p. e p. nos termos do art.86 n.º1 alínea d) da Lei 5/2006 de 23 de Fevereiro, na pena de oito meses de prisão. Em cúmulo jurídico, vai o arguido condenado na pena única de cinco anos de prisão, suspensa na sua execução por igual período de tempo.*” **Resultado do processo 1706/04.PTLSB**, op. cit.



Imagem 38: Mário Machado faz a saudação nazista diante de jornalistas em um intervalo do seu julgamento em 3 de outubro de 2008. No antebraço direito é visível a tatuagem de uma suástica. Na camiseta, a inscrição: “SUPPORT POW 38 PORTUGAL”.⁷⁹⁶

José Pinto-Coelho manifestou-se considerando “vergonhosa” a decisão do tribunal. O presidente do PNR afirmou ser político o processo contra os membros da PHS, e buscou relativizar: “*Movem-se estes processos políticos enquanto grupos étnicos andam aos tiros, assassinos e pedófilos estão à solta*”. Em uma manifestação que não é comum na moderna direita radical portuguesa, Pinto-Coelho relacionou o julgamento da *Hammerskins* com a maçonaria, afirmando que tratava-se de fato normal num regime de “*maçónicos e marxistas*”.⁷⁹⁷

Em setembro de 2008 o PNR voltou a patrocinar um *outdoor* anti-imigração em Lisboa. Desta vez o cartaz mostrava uma ovelha branca com o símbolo do partido expulsando seis ovelhas negras do mapa de Portugal.

⁷⁹⁶ Fonte: <<http://www.daylife.com/photo/04fK6h4cg124a>>. Acesso em setembro de 2010.

⁷⁹⁷ MARQUES, Pedro Vilela. Juiz condena “skins” a penas de prisão efectiva. Jornal **Diário de Notícias**, 4 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1022289&especial=ExtremaDireita&seccao=SOCIEDADE&page=-1>. Acesso em outubro de 2012. Em um panfleto de propaganda (ver Anexos) o PNR também associa a maçonaria com “roubo”.

Apareciam as frases: “*Imigração? Nós dizemos não! Portugal aos portugueses.*” Conforme nota oficial do partido sobre o assunto, “*o PNR transmite mensagens politicamente muito incorrectas. Sem medo! Diz aquilo que muitos portugueses pensam e dizem baixinho.*”⁷⁹⁸ O *outdoor* foi removido pela Câmara Municipal de Lisboa, por iniciativa do vereador José Sá Fernandes. A retirada foi criticada pelo então presidente da Ordem dos Advogados de Portugal, Marinho Pinto, por considerar que as questões relacionadas com a “liberdade de expressão” deveriam ser decididas exclusivamente pelos tribunais. Conforme Marinho Pinto, independentemente do conteúdo do *outdoor*, somente um juiz poderia ordenar a sua remoção. “*Não pode ser uma autoridade administrativa ou um partido político no poder a impor limites à liberdade de expressão política que a Constituição da República consagra.*”⁷⁹⁹



Imagem 39: Outdoor do PNR de 2008.⁸⁰⁰

De acordo com a referida nota do partido, cada uma das ovelhas negras representa uma causa ou consequência de certos “cancros” do país, que estão inscritos nas mesmas: criminalidade, desemprego, baixos salários,

⁷⁹⁸ Novo “outdoor” do PNR. Texto publicado no *site* do PNR em 28 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.pnr.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=547&Itemid=119>. Acesso em agosto de 2010.

⁷⁹⁹ PNR: só um juiz pode ordenar remoção de cartaz. 7 de outubro de 2008. **Portugal Diário**. Disponível em: <<http://diario.iol.pt/politica/pnr-pinto-coelho-marinho-pinto-cartaz-lisboa-sa-fernandes/999598-4072.html>>. Acesso em agosto de 2010.

⁸⁰⁰ Imagem disponível em: <<http://gladio.blogspot.com.br>>. Acesso em janeiro de 2013.

multiculturalismo, fronteiras abertas e subsídio dependência. Conforme José Pinto-Coelho, o *outdoor*

...é mais uma pedrada no charco que serve para alertar consciências para aquilo que se passa em Portugal e que mais nenhum partido tem coragem de denunciar. (...) Vivemos um momento de crise profunda, com tendência a agravar, e no entanto os partidos do sistema andam entretidos a discutir casamentos gay (...).⁸⁰¹

Na realidade, o *outdoor* do PNR de 2008 era praticamente uma cópia de um cartaz de 2007 do Partido do Povo Suíço (SVP), onde uma ovelha branca expulsava uma ovelha negra sobre a bandeira da Suíça. No cartaz suíço aparecia a inscrição “*sicherheit schaffen*”, que em português significa “criar segurança”. O cartaz suíço já havia sido copiado em 2008 pelo NPD alemão, o que gerou um processo por plágio movido pelo SVP.⁸⁰²

Ironicamente, esses cartazes da direita radical traziam semelhanças com as campanhas da “ovelha negra”, lançadas pelo PSR na década de 1980. Vinte anos depois, as ovelhas retornaram, porém desta vez utilizadas pelo outro lado do espectro político.

⁸⁰¹ PNR coloca novo cartaz em Lisboa contra a imigração, op. cit.

⁸⁰² MINKENBERG, Michael. The radical right in Europe today: trends and patterns in East and West. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG (eds.) **Is Europe on the “right” path?** Right-wing extremism and right-wing populism in Europe. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011, p. 39. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/do/08338.pdf>>. Acesso em janeiro de 2013.



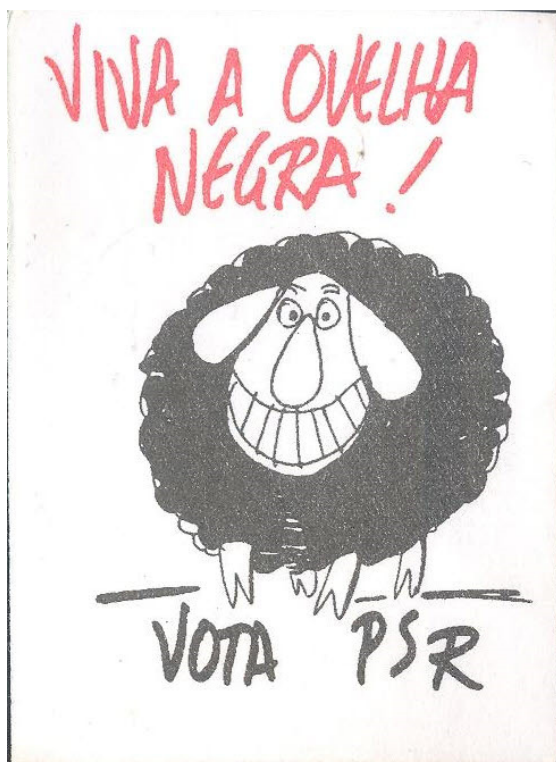
Imagem 40: Cartaz de 2007 do SVP.⁸⁰³



Imagem 41: Cartaz de 2008 do NPD, “A limpeza em Hessen!”⁸⁰⁴

⁸⁰³ Idem.

⁸⁰⁴ Imagem disponível em: <http://julia-seeliger.de/wp-content/uploads/2007/10/npd_schaefchen.png>. Acesso em janeiro de 2013.



Imagens 42 e 43: Cartazes do PSR da década de 1980.⁸⁰⁵

O PNR buscou, desde o início, estabelecer contato com outras organizações da direita europeia. Todavia, sob o comando de Pinto-Coelho, uma dessas organizações destacou-se como a principal ligação internacional do PNR: a *Front National* francesa. Pinto-Coelho chegou a afirmar que a FN de Jean-Marie Le Pen seria a única força europeia com a qual o PNR teria alguma aproximação e relacionamento.⁸⁰⁶ Nesse sentido, talvez por conta de sua estreita relação com a militância violenta, o PNR falhou na construção de uma rede internacional de colaboração política, embora tenha obtido sucesso ao ganhar considerável espaço na mídia portuguesa.

⁸⁰⁵ Imagens pertencentes ao Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.com/2012/12/14/materiais-de-propaganda-politica-21-autocolantes-do-psr-serie-da-ovelha>>. Acesso em dezembro de 2012.

⁸⁰⁶ PINTO-COELHO, José, *apud* GARCIA, 2002, op. cit. p. 9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi objetivo do presente trabalho analisar as transformações da direita radical portuguesa desde o imediato desmantelamento do regime autoritário em 1974, até o panorama atual (2012), onde a revolução nos meios de comunicação proporcionou novas ferramentas para o recrutamento, organização e doutrinação política dos grupos radicais. Certamente, a Internet contribuiu (e continua contribuindo) para que a militância na direita radical – seja em sua vertente política, ou nas atividades violentas – venha crescendo, sobretudo, entre os jovens no Século XXI. Por outro lado, esta pesquisa também buscou identificar as especificidades da direita radical portuguesa, frente a um espectro mais amplo de grupos, movimentos e instituições que compõem a heterogênea direita radical europeia.

Quando da “vaga *skinhead*” ocorrida próxima ao assassinato de José Carvalho, o Ministro da Administração Interna de Portugal, Manuel Pereira, afirmou que as atividades da extrema-direita seriam combatidas com toda a determinação pelas autoridades, com o objetivo de defender os “*princípios de multirraciedade que distinguem a alma portuguesa*”.⁸⁰⁷ Partindo dessa afirmação, algumas perguntas podem ser formuladas: como Portugal passou de

⁸⁰⁷ Ministro promete dar guerra aos “skin-head”. **Correio da Manhã**, 11 de janeiro de 1990.

um contexto onde cultivava o mito da sociedade multiétnica e inclusiva⁸⁰⁸ para um panorama onde proliferam grupos de direita radical? Como foi possível transformar o paradigma da comunhão de diversas culturas e “raças” diferentes, em um cenário de racismo e xenofobia?

A resposta a essas questões deve levar em conta que a idealização multiracial, criada pela propaganda do salazarismo, certamente mascarava problemas de caráter étnico existentes na sociedade portuguesa do Estado Novo. Também a marginalização da direita radical durante aquele período, contribuiu para a diluição das ideias extremistas que não encontravam canais adequados para serem manifestadas politicamente. Por mais paradoxal que possa parecer, a análise dos acontecimentos demonstra que a direita radical encontrou melhores condições para o seu desenvolvimento nos anos democráticos pós 1974, do que durante o Estado Novo. Para isso, contribuiu uma série de fatores. A revolução tecnológica nos meios de comunicação certamente teve um papel importante e a direita radical soube explorar bem o potencial da Internet como ferramenta de propaganda. Também o contexto de globalização e o aumento da imigração em Portugal contribuíram para a criação do cenário de crise de identidade (real ou fictícia) explorada pela direita radical.

Outro fator significativo para que a direita radical encontrasse um terreno fértil no Portugal democrático foi a falta de legislação, ou a branda aplicação da legislação existente, para coibir os chamados “crimes de ódio”, com conotação racial ou xenofóbica. Foi possível perceber que há uma continuidade entre a geração *skinhead* dos anos oitenta, noventa e também no século XXI. Personagens envolvidos em crimes continuam engrossando as fileiras das gangues extremistas, mesmo quando são condenados. Também a cobertura da imprensa portuguesa, em grande parte sensacionalista, auxiliou a transformar em personalidades nacionais, membros da direita radical como Mário Machado e José Pinto-Coelho.

⁸⁰⁸ Ver: MONTEIRO, Nuno G; e PINTO, António Costa. A identidade nacional portuguesa. In: PINTO, António Costa (coord.). **Portugal contemporâneo**. Lisboa: Dom Quixote, 2004, pp. 61-62; e ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, v. XXXV (157). Lisboa: ICS-UL, 2001, p. 1035.

Por outro lado, a ênfase dada neste trabalho à atuação da direita radical não significa que o racismo e a xenofobia constituam uma tendência na sociedade portuguesa. Sem dúvida, as manifestações da direita radical vêm crescendo nos últimos anos, mas isso não implica necessariamente em uma aceitação de suas ideias por parte significativa da população. Seria necessária uma pesquisa que analisasse a recepção dos argumentos da direita radical pela população ao longo do tempo, para que fosse possível um diagnóstico acerca da adesão do cidadão comum ao racismo e à xenofobia. Apesar da falta de uma investigação desse tipo, a análise dos votos da população portuguesa no único partido de direita radical disponível indica que a adesão aos seus ideais não é significativa. A atuação da direita radical em Portugal se restringe a grupos numericamente pequenos que, todavia, recebem uma grande atenção da mídia. Mesmo sendo numericamente pouco expressivas, organizações como a *Portugal Hammerskins* tornam-se relevantes em função de suas ações violentas e do considerável espaço que a imprensa portuguesa reserva para seus personagens.

Na sua vertente político partidária, a direita radical portuguesa demonstra ineficácia eleitoral se comparada com outros países da Europa. Como foi possível verificar através da análise do material de propaganda, a plataforma política do Partido Nacional Renovador é explicitamente xenófoba com elementos racistas e homofóbicos presentes em menor intensidade.⁸⁰⁹ Defende a homogeneidade étnica da Nação, por isso, posiciona-se contra o “multiculturalismo”. Oficialmente o partido não se considera racista ou xenofóbico, mas “nacionalista” e “antisistêmico”. Um dos slogans mais repetidos pela propaganda do partido é “*nacionalismo é solução*”. O PNR considera que a Nação é “*o prolongamento natural da família*”⁸¹⁰ e define-se como um partido pró-Pátria, pró-família e pró-vida.⁸¹¹ No discurso oficial, o partido não se considera

⁸⁰⁹ Ver Anexos.

⁸¹⁰ “Perguntas mais frequentes”. Texto publicado no *site* do PNR em 25 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.pnr.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=103>. Acesso em agosto de 2010.

⁸¹¹ “*Pró-pátria porque tem uma concepção do mundo baseada na existência e cooperação de pátrias diferentes vivendo cada uma segundo os seus próprios costumes. Pró-família*

extremista. Afirma-se acima do espectro político baseado nos conceitos de direita e esquerda: “*nem esquerdas, nem direitas: os Portugueses primeiro*”. Em relação à imigração – ponto central no discurso do PNR – considera-se preocupado com a “invasão” estrangeira e a “islamização” do país.

Os argumentos do PNR apresentam semelhanças com as ideias difundidas nos anos oitenta pelo Movimento de Acção Nacional. Os textos do MAN davam muita ênfase ao suposto elemento racial na formação da cultura nacional. Tendo por princípio verdadeiro o mito da homogeneidade racial portuguesa, conseqüentemente era pregada a defesa da população contra a “contaminação estrangeira”, pois “*para manter preservada a nação, é preciso preservar o povo*”.⁸¹²

A busca de explicações para a ineficácia eleitoral do PNR deve passar pela constatação da sua vinculação com os argumentos da “antiga direita radical”, além de sua ligação com elementos violentos pertencentes a grupos *skinheads*. A vertente política da direita radical portuguesa ainda não passou pela renovação estética e discursiva que tem marcado seus assemelhados em outros países europeus. Por outro lado, paradoxalmente, os resultados eleitorais insignificantes não impedem que a imprensa portuguesa dedique um amplo espaço para o Partido Nacional Renovador.

Uma análise interessante pode ser feita se compararmos o caso português com o caso argentino, estudado em minha dissertação de mestrado.⁸¹³ A análise

porque é na defesa da instituição família que está a sobrevivência e o futuro de cada povo. Pró-vida porque deve ser defendida uma cultura da vida, numa sociedade em harmonia com a natureza, contrária às políticas actuais que promovem uma cultura de morte, baseada no individualismo e na promoção do comportamento destrutivo (droga, aborto, lobi-gay, etc).” Perguntas mais freqüentes, op. cit.

⁸¹² TAVEIRA, Jorge Manuel. Imigração: o princípio do fim. **Acção**, n. 2, março-abril de 1986, p.1. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>. Acesso em março de 2013.

⁸¹³ ALMEIDA, Fábio Chang de. **A serpente na rede**: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

do *Partido Nuevo Triunfo*⁸¹⁴ na Argentina e do Partido Nacional Renovador em Portugal indica algumas semelhanças. As duas organizações são pequenas e não possuem relevância significativa em termos de número de militantes ou resultados eleitorais. Na Argentina, o PNT nunca conseguiu o reconhecimento oficial da Justiça, enquanto em Portugal o PNR utilizou-se de uma estratégia engenhosa (a infiltração em um partido pré-existente) para efetivar seu reconhecimento oficial.

Além das dimensões reduzidas, outra característica comum aos dois partidos diz respeito ao forte apelo nacionalista. “*Um só interesse a defender: os portugueses*”, afirma a propaganda do PNR.⁸¹⁵ “*Primero está Argentina, segundo está Argentina, tercero está Argentina, y después viene el resto*”, afirmava Alejandro Biondini.⁸¹⁶ Todavia, enquanto o PNT buscava clara inspiração estética do Partido Nazista alemão, o PNR mantém-se na direita radical do espectro político sem apelar para a mimetização nazi. Por outro lado, o PNR manteve, ao menos durante algum tempo, estreitas (e públicas) relações com *skinheads* de orientação racista de Portugal. Tal fato não se verificava de maneira explícita no PNT, de certa forma distante das gangues extremistas que durante certo período buscaram organização política em outro partido.⁸¹⁷

Uma diferença fundamental entre as duas organizações diz respeito à utilização de argumentos antissemitas. No caso do PNT, o antissemitismo ocupava um espaço significativo no discurso do partido. Especialmente na Argentina, um tema bastante recorrente nos discursos da direita radical diz respeito ao “revisonismo histórico” negacionista. Em relação às acusações de antissemitismo, Biondini declarava-se como um “inimigo do sionismo”, e não do

⁸¹⁴ Partido argentino de direita radical criado em 1990 e extinto em 2009. O partido foi fundado e presidido por Alejandro Biondini.

⁸¹⁵ Folheto do PNR referente às eleições europeias de 2004. Acervo da organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

⁸¹⁶ BIONDINI, Alejandro. *apud* GARCÍA, César. Presentación. **Boletim Universitários Nacionalistas**. Ano 1, n.1, maio de 2007, p. 7.

⁸¹⁷ Em 1994, uma dissidência do PNT encabeçada por Alejandro Franze, fundou o *Movimiento Nuevo Orden* (MNO), uma organização juvenil de extrema-direita. Com ambições políticas, em 1996 o MNO alterou seu nome para *Partido Nueva Orden Social Patriótica* (PNOSP). Este partido possuía uma grande quantidade de *skinheads* racistas entre seus membros.

judaísmo.⁸¹⁸ Ao mesmo tempo, definia-se como um “*amante do revisionismo histórico*”.⁸¹⁹ Citando Paul Rassinier, Biondini utilizava a justificativa negacionista clássica, segundo a qual “*a história é escrita pelos vencedores*”.⁸²⁰

Como uma forma de condenação do “sionismo internacional”, o PNT declarava sua solidariedade com o povo palestino.⁸²¹ Como lembra Roger Griffin, as novas configurações da direita radical podem assumir o caráter de luta contra o capitalismo, pregando uma nova ordem mundial contrária à dominação econômica, cultural, e militar dos EUA. Este posicionamento pode levar à idealização de uma comunidade internacional, interligada por um objetivo comum: a derrubada do sistema mundial atual.⁸²² Dessa forma, muitas organizações de direita radical acabam promovendo – ao menos no plano discursivo – um senso de solidariedade não somente com a causa palestina, mas também com outros países não-alinhados com os EUA, como Líbia, Iraque, Irã e Afeganistão.

⁸¹⁸ BIONDINI, Alejandro Carlos. Ciertos "periodistas" argentinos, ¿profesionales de la mentira? Texto publicado no site do PNT. Disponível em: <<http://pnt.libreopinion.com/novedades/nov20070807.htm>>. Acesso em janeiro de 2008.

⁸¹⁹ BIONDINI, Alejandro. Entrevista à revista *Acción Chilena*, do dia 13 de janeiro de 2003. Disponível em <http://www.accionchilena.cl/Internacional/reportaje_a_alejandro_biondini.htm>. Acesso em março de 2007.

⁸²⁰ “*La historia sobre la Segunda Guerra Mundial, la escribieron los que ganaron. Indudablemente, hay cosas que yo no comparto de lo que fue la experiencia del Nacionalsocialismo en Alemania, y hay otras muchas cosas que fueron deformadas. Por ejemplo, hoy en el mundo hay una enorme movimiento revisionista que empezó con Paul Rassinier, que fue un prisionero de los campos de detención alemanes (...) Cuando se empezó a difundir, después de la Segunda Guerra, el tema de las cámaras de gas, del Zyklon B, un héroe de la Resistencia Francesa como fue Paul Rassinier escribió "La Mentira de Ulises" para decir: "Señores, eso es propaganda de guerra, eso nunca existió (las cámaras de gas)*". BIONDINI, Alejandro Carlos. Entrevista à Rede de Televisão CableVisión Noticias (CVN), no dia 11 de junho de 2002. Disponível em <<http://pnt.libreopinion.com>>. Acesso em setembro de 2006.

⁸²¹ “*Afirmamos nuestro reconocimiento con rango diplomático a la representación legítima del Pueblo Palestino y nos solidarizamos con su heroica y justa lucha soberana. Adherimos en un todo a los términos de la reiteradas resoluciones condenatorias que ha adoptado la Asamblea General de las Naciones Unidas (ONU) respecto del sionismo internacional y el denominado Estado de Israel*”. “*El Programa de Gobierno de la Nueva Argentina*”. Disponível em: <<http://pnt.libreopinion.com/programa.htm>>. Acesso em janeiro de 2008, Capítulo I, ponto 10.

⁸²² GRIFFIN, Roger. *Fascism's new faces (and new facelessness) in the 'post-fascist' epoch*, p. 16. Disponível em: <<http://ah.brookes.ac.uk/history/staff/griffin>>. Acesso em setembro de 2007.

Entretanto, em Portugal não se verifica a mesma ênfase no discurso antissemita nem tampouco a disposição para apoiar a causa palestina. Uma busca no *site* do PNR não encontrou nenhuma referência à luta palestina.⁸²³ A preocupação maior da atual direita radical portuguesa diz respeito à imigração (principalmente muçulmana, africana, asiática e brasileira) e não a uma suposta conspiração judaica. O PNR chega a fazer relação entre imigração e “terrorismo islâmico”: “*Não há controle (...) sobre a imigração desenfreada, que abre as portas do país ao terrorismo islâmico, (...) tira-nos os empregos e aumenta a criminalidade e a insegurança.*”⁸²⁴

As atuações da direita radical argentina e portuguesa destacam-se, sobretudo, pela expansão na Internet. Na Argentina, um marco fundamental nesse sentido foi a criação do portal e servidor *Ciudad Libre Opinión*. Conforme Biondini, o nacionalismo alimenta o espírito da *Ciudad* e os seus princípios norteadores são Deus, Pátria, Justiça Social e Família. Ele define seu servidor como “*a cidade do nacionalismo na internet*”.⁸²⁵ No país sul-americano, a repressão contra *sites* de conteúdo racista e antissemita era praticamente inexistente, pois a lei argentina anti-discriminação não era aplicada à Internet.⁸²⁶ Aproveitando esta falha, Alejandro Biondini utilizava seu portal para hospedar *sites* de conteúdo extremista não apenas da América Latina, mas também dos EUA e da Europa.⁸²⁷ Dessa forma, a *Ciudad*, sob o argumento da defesa da liberdade de expressão, tornou-se um refúgio para os grupos extremistas de direita que não conseguem hospedar seus *sites* nos países de origem.

Em Portugal, em 2004, Mário Machado foi um dos criadores do Fórum Nacional, *site* que se transformou em um dos principais pontos de encontro dos neonazistas portugueses na *web*. Atualmente o *site* está fora do ar, entretanto,

⁸²³ <<http://www.pnr.pt>>, em janeiro de 2012.

⁸²⁴ Folheto do PNR, 2004, op. cit.

⁸²⁵ BIONDINI, Alejandro Carlos. *Quiénes Somos*. Apresentação do servidor *Ciudad Libertad de Opinión*. Disponível em <<http://www.libreopinion.com/presentacion.html>>. Acesso em setembro de 2007.

⁸²⁶ No período estudado.

⁸²⁷ O *site* do grupo português Ordem Lusa estava hospedado no *Ciudad Libre Opinión*, como foi visto no capítulo 5.

seguindo a tendência mundial da direita radical, o PNR também aproveita de forma significativa as possibilidades de divulgação proporcionadas pela *web 2.0*. Além do *site* oficial do partido,⁸²⁸ a agremiação possui um fórum para discussões *online*,⁸²⁹ um *blog*,⁸³⁰ uma página no *Facebook*⁸³¹ (além dos diversos perfis dos núcleos regionais), uma conta no *Picasa*,⁸³² e uma página no *Twitter*.⁸³³ Dessa forma, tanto para o PNT quanto para o PNR, a Internet funciona não apenas como uma ferramenta de propaganda, mas como um instrumento para a ligação entre indivíduos e organizações, consolidando assim uma das características fundamentais da direita grupuscular: o esforço para a criação de redes.

A aceitação das ideias veiculadas nos discursos da direita radical não é “natural”. O preconceito, a intolerância e a discriminação não são inatos, mas aprendidos. Portanto, são necessários meios, através dos quais ocorra o processo de aquisição ideológica dessas idéias.⁸³⁴ A análise das estratégias da direita grupuscular na Argentina e em Portugal evidencia que os canais disponíveis para a aquisição das informações necessárias ao doutrinamento político radical (seja qual for a escala numérica de tal doutrinamento) passam pela Internet.⁸³⁵ Por trás dos ataques violentos, ou das organizações políticas de

⁸²⁸ Disponível em: <<http://www.pnr.pt/portal>>. Acesso em janeiro de 2012.

⁸²⁹ Disponível em: <<http://www.pnr.pt/forum>>. Acesso em agosto de 2010. (Atualmente fora do ar, provavelmente tornado obsoleto em função do Facebook).

⁸³⁰ Disponível em: <<http://terraportuguesa.blogspot.com>>. Acesso em janeiro de 2012.

⁸³¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/PNR-Partido-Nacional-Renovador/116915155007941>>. Acesso em janeiro de 2014.

⁸³² Disponível em: <<http://picasaweb.google.pt/pnrportugal>>. Acesso em janeiro de 2012.

⁸³³ Disponível em: <<http://twitter.com/pnr>>. Acesso em janeiro de 2012.

⁸³⁴ Teun van Dijk afirma, a respeito do pensamento racista, que “a maioria dos membros do grupo dominante aprende a ser racista devido às formas de texto e de fala numa ampla variedade de eventos comunicativos. A maior parte do que os grupos dominantes brancos “sabem” ou acreditam sobre a etnia dos outros foi, portanto, formulada, mais ou menos explicitamente, em inúmeras conversações, histórias, reportagens de jornais, livros didáticos e discurso político. É também sobre essa base que as pessoas formam suas próprias opiniões e atitudes, e a menos que haja boas razões para desviar do consenso do grupo, a maior parte dos membros reproduzirá o status quo étnico e adquirirá as ideologias dominantes que os legitime.” DIJK, Teun van. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: UNESCO-Editora Contexto, 2008, p. 15.

⁸³⁵ Conforme Teun van Dijk “as formas usadas pelos discursos dominantes para enfatizar as características negativas dos grupos étnicos de fora tornam-se problemáticas especialmente quanto a seus possíveis efeitos nas mentes dos receptores. É verdade que os textos não

caráter grupuscular, está uma organizada rede de comunicação. Nela reside o maior risco oferecido por essas pequenas organizações de caráter grupuscular. Além disso, o espaço desproporcional que a imprensa portuguesa reserva para a direita radical também contribui para que as ideias das organizações grupusculares consigam atingir um público cada vez maior.

Tanto na Argentina quanto em Portugal, os únicos partidos políticos de direita radical atuantes no período estudado, não conseguiam resultados eleitorais significativos. Certamente, isso se deve à falta de um processo de renovação que lhes dê uma nova roupagem, mais atraente aos eleitores do século XXI. Em Portugal, o verdadeiro perigo representado pela direita radical parece residir nas gangues *skinheads* e em seus ataques violentos sazonais. Para causar prejuízos irreparáveis através da violência, não é necessário um partido de massas. Visto que no plano político não há resultados expressivos, o foco do combate ao radicalismo de direita em Portugal deve ser no sentido de evitar que ocorram novos casos como os de José Carvalho e Alcindo Monteiro.

têm um efeito automático sobre as opiniões dos leitores – principalmente porque, como veremos, muitos leitores podem resistir às interpretações sugeridas pelo discurso racista – mas, sob condições especiais, essa influência pode ser penetrante. (...) se os membros dos grupos dominantes não possuem muitos contatos étnicos alternativos ou informações, como é também o caso em muitas partes da Europa e da América Latina, a representação negativa de acontecimentos étnicos e de pessoas pode facilmente influenciar as mentes dos receptores. Estes últimos formarão, portanto, modelos mentais tendenciosos de acontecimentos étnicos específicos que lêem ou ouvem. Esses modelos podem, por sua vez, ser generalizações para atitudes mais negativas e ideológicas sobre os Outros. Nossos discursos e outras ações sociais são, portanto, baseados em modelos mentais (planos etc.) que são informados por ideologias e atitudes socialmente compartilhadas. Temos, assim, um círculo vicioso e vemos como o discurso está crucialmente envolvido na reprodução do racismo, em geral, e na formação de ideologias racistas subjacentes, em particular.” DIJK, 2008, op. cit., pp. 19-20.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cid Coirolo de. **Escola Estadual Gomes Carneiro**: memória nos relatos de diretoras. Porto Alegre: Editora do autor, 2008.

ALMEIDA, Fábio Chang de. A “Nova” Extrema-Direita: o caráter grupuscular das organizações neofascistas em Portugal e na Argentina. **Locus (UFJF)** - Revista de História (periódico do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora), v. 18, 2012, pp. 187-208. ISSN: 1413-3024.

_____. **A serpente na rede**: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. Neofascismo, Internet e História do Tempo Presente. In: **Ditadura, repressão e conservadorismo**. SILVA, Michel Goulart; e SOUSA, Fernando Pontes de. Florianópolis: UFSC, 2011, pp. 267-300. ISBN 978-85-61682-57-6.

_____. Neofascismo: uma abordagem histórica. In: Giselda Brito Silva; Leandro Pereira Gonçalves; Mauricio B. Alvarez Parada. (Orgs.). **Histórias da Política Autoritária**: Integralismos, Nacional-Sindicalismo, Nazismo e Fascismos. Recife: UFRPE, 2010.

_____. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para pesquisas históricas. In: **Aedos** – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. V. 3, n. 8. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>>. Acesso em janeiro de 2013.

ALMEIDA, Fábio Chang de; e CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo e novas mídias: uma análise sobre a “Ação dos Blogs Integralistas”. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; e SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista, v. 2. Guaíba: Editora Sob Medida, 2012, pp. 421-439.

ANASTASAKIS, Othon. **Extreme Right in Europe**: a comparative study of recent trends. Discussion Paper n. 3. The Hellenic Observatory - The European Institute - London School of Economics & Political Science. Nov. 2000. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/collections/hellenicObservatory/pdf/AnastasakisDiscussionPaper3.pdf>>. Acesso em março 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ATTON, Chris. Far-right media on the Internet: culture, discourse and power. **New media & society**, v. 8, n. 4, 2006.

AZA, José María García de Tunón. “Hispanidad”: historia y significación de la palabra. In: **Revista El Catoblepas**, n. 31, setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.nodulo.org/ec/2004/n031p15.htm>>. Acesso em abril de 2009.

BARKUN, Michael. **A Culture of Conspiracy**: Apocalyptic Visions in Contemporary America. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2003.

BARRIGA, Guillermo. **Nationalism, violence and cosmopolitanism**. School of Foreign Service. International Politics. Georgetown University. Thesis Submitted in Partial Fulfillment of the Requirements for the Certificate in Justice and Peace, Georgetown University, 2011, p. 8.

BÉDARIDA, François. As responsabilidades do historiador *expert*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

_____. Definición, método y práctica de la Historia del Tiempo Presente. **Cuadernos de Historia Contemporánea**. Servicio de Publicaciones, Universidad Complutense de Madrid. n. 20, 1998. Disponível em: <<http://www.ucm.es/BUCM/revistasBUC/portal>>. Acesso em setembro de 2012.

BERGHAUS, Günter. **Fascism and theatre**: comparative studies on the aesthetics and politics of performance in Europe, 1925-1945. Providence-EUA: Berghahn Books, 1996.

BETTS, Paul. **The new fascination with Fascism**: the case of nazi modernism. In: *Journal of contemporary history*. Vol. 37 (4), pp. 541-558. New Delhi, 2002.

BETZ, Hans-Georg. Contemporary right-wing radicalism in Europe. **Contemporary European History**, v. 8, n. 2, Cambridge University Press, julho de 1999.

_____. Politics of Resentment: Right-Wing Radicalism in West Germany. **Comparative Politics**, v. 23, n. 1, pp. 45-60. Nova York: outubro 1990.

_____. The New Politics of Resentment: Radical Right-Wing Populist Parties in Western Europe. **Comparative Politics**, v. 25, n. 4, pp. 413-427. Nova York: julho 1993.

BIRMINGHAM, David. **A Concise History of Portugal**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BLANCO, Pablo Toro. Historia del Tiempo Presente y necesidad de distancia en el tiempo. **Revista de Humanidades**. Departamento de Artes y Humanidades de la Universidad Andrés Bello, v. 17-18, Santiago, junho-dezembro de 2008. Disponível em: <<http://artesyhumanidades.unab.cl/volumen-17-y-18>>. Acesso em janeiro de 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORCH, Christian. The exclusion of the crowd: the destiny of a sociological figure of the irrational. In: **European Journal of Social Theory**, v. 9, 2006. Disponível em: <<http://est.sagepub.com/cgi/reprint/9/1/83>>. Acesso em julho de 2012.

BRANDALISE, Carla. A Europa de direita radical. **Revista Humanas**, v. 22, n.1/2, pp. 77-108, Porto Alegre: 1999.

_____. Europes des patries: histórico da extrema direita européia. **Revista Cena Internacional**, ano 7, n. 1. Brasília: UNB, 2005.

_____. O fascismo extra-europeu: o caso do integralismo no Rio Grande do Sul. In: GRIJÓ, Luiz Alberto (et al.) (orgs.) **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **O fascismo na periferia latino-americana**: o paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Mestrado em Ciência Política/UFRGS, 1992.

BURTON, Orville Vernon. American Digital History. In: **Social Science Computer Review**, Vol. 23, n. 2, Social Science Computing Association - North Carolina State University, 2005. Disponível em: <<http://ssc.sagepub.com/cgi/content/abstract/23/2/206>>. Acesso em setembro de 2010.

CABECINHAS, Rosa. **Racismo e etnicidade** em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias. Tese de Doutorado em

Ciências da Comunicação. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. Braga, 2002.

CALDEIRA NETO, Odilon. “Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história”. In: **Antíteses**, vol. 2 (4). Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2507>>. Acesso em setembro de 2009.

CAMPBELL, Alex. The search for authenticity: an exploration of an online skinhead newsgroup. **New media & society**, v. 8, n. 2, 2006. Disponível em <<http://nms.sagepub.com>>. Acesso em setembro de 2009.

CAMUS, Jean-Yves. The extreme-right in France: redrawing of the map to be expected. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG (eds.) **Is Europe on the “right” path?** Right-wing extremism and right-wing populism in Europe. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Neonazismo: o renascer da besta. In: PINSKY, Jaime; PINSKI, Carla Bassanezi (orgs.). **Faces do fanatismo**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, Paulo Archer de. **Nação e Nacionalismo**: mitemas do Integralismo Lusitano. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea de Portugal, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

CASALS, Xavier. **Neonazis en España**: de las audiciones wagnerianas a los skinheads (1966-1995). Barcelona: Grijalbo, 1995.

CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In: SOBRAL, José Manuel; VALA, Jorge. (orgs.) **Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

CHELES, Luciano; FERGUSON, Ronnie; VAUGHAN, Michalina. (orgs.) **Neo-Fascism in Europe**. Londres e Nova York: Longman, 1991.

CHIANG, Chau-Pu. GERSTENFELD, Phyllis B. GRANT, Diana R. Hate Online: a content analysis of extremist internet sites. **Analyses of social issues and public policy**, v. 3, n. 1, 2003.

COHEN, Daniel J; ROSENZWEIG, Roy. **Digital History**: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web. Disponível em: <<http://chnm.gmu.edu/digitalhistory>>. Acesso em setembro de 2010.

COLE, Phillip. **The myth of evil**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

CONTE, Édouard. ESSNER, Cornelia. **A demanda da raça**: uma antropologia do nazismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

COSTA, José Mourão da. O Partido Nacional Renovador na democracia portuguesa. In: **Análise Social**, v. XLVI (201). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2011.

COSTA, Márcia Regina da. **Os “carecas do subúrbio”**: caminhos de um nomadismo moderno. Petrópolis: Vozes, 1993.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: FERREIRA, Maria Cristina L.; INDURSSKY, Freda. (orgs.) **Os múltiplos territórios da análise de discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

CRUZ, Manuel Braga da. Nacionalismo e autoritarismo no Estado Novo. In: SANTOS, Boaventura de Souza (dir.). **25 de Abril**: Textos científicos. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, 2000, p. 38.

_____. O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. **Análise Social**, vol. XVIII (70). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1982.

_____. Salazar e a Política. In: SILVA, A. E. Duarte. Et. al. **Salazar e o Salazarismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

CUESTA, Josefina. **Historia del Presente**. Madrid: Eudena, 1993.

DAMÁSIO, Manuel de Almeida. **Contributos para a história do ensino superior em Portugal**: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril. Tese de Doutoramento em História. Universidade Portucalense Infante D. Henrique – Departamento de Ciências da Educação e do Patrimônio. Porto, Portugal, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/298>>. Acesso em junho de 2012.

DE FELICE, Renzo. **Explicar o Fascismo**. Lisboa: Edições 70, 1978.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DIJK, Teun A. Van. El estudio del discurso. In: DIJK, Teun A. van. (org.) **El discurso como estructura y proceso**. Barcelona: Gedisa, 2000.

_____. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: UNESCO-Editora Contexto, 2008.

DOLLAR, Charles. **Tecnologias da informação digitalizada e pesquisa acadêmica nas ciências sociais e humanas**: o papel da arquivologia. In: Estudos Históricos, vol. 7, n. 13. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DONSKIS, Leonidas. **Forms of Hatred**: The Troubled Imagination in Modern Philosophy and Literature. Amsterdã: Editions Rodopi B. V., 2003.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação**. In: Estudos Históricos, vol. 7, n. 13. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

EATWELL, Roger. Ten Theories of the Extreme Right. In: MERKEL, Peter; WEINBERG, Leonard. (eds.) **Right-Wing Extremism in the Twenty-first Century**. Londres: Frank Class, 2003. Disponível em: <<http://staff.bath.ac.uk/mlsre/MerklandWeinberg.htm>>.

_____. The holocaust denial: a study in propaganda technique. In: CHELES, Luciano; FERGUSON, Ronnie; VAUGHAN, Michalina (orgs.). **Neo-Fascism in Europe**. Londres e Nova York: Longman, 1991.

_____. The Nature of Fascism: or Essentialism by Another Name?. In: **Erwägen, Wissen, Ethik 2004**. Disponível em: <<http://staff.bath.ac.uk/mlsre/EWE1&2.htm>>.

_____. The Nature of 'Generic Fascism': The 'Fascist Minimum' and the 'Fascist Matrix'. In: U. Backes (ed.). **Rechsextreme Ideologien im 20 und 21 Jahrhundert**. Cologne: Bohlau Verlag, 2003. Disponível em: <<http://staff.bath.ac.uk/mlsre/Seriousfascism.htm>>.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. **Eternal Fascism**: fourteen ways of looking at a blackshirt. Originalmente publicado em New York Review of Books, 22 jun 1995, pp.12-15. Excerto em Utne Reader, nov-dez 1995, pp. 57-59. Disponível em: <http://www.themodernword.com/eco/eco_blackshirt.html>. Acesso em março 2010.

EIRAS, Bruno Duarte. Blogs: mais que uma tecnologia, uma atitude. **Cadernos de biblioteconomia arquivística e documentação**, n. 1. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=38570105>>. Acesso em junho de 2010.

FANGEN, Katrine. Right-wing skinheads- Nostalgia and binary oppositions. In: **Young - Nordic Journal of Youth Research**, v. 6, n. 9, 1998. Disponível em <<http://you.sagepub.com/cgi/reprint/6/3/33>>. Acesso em setembro de 2010.

FERNANDES, Maria de Fátima Carrilho. **O neonazismo em Portugal**: real e virtu@al – estudo exploratório. Dissertação de Mestrado em Guerra da

Informação. Academia Militar – Departamento de Estudos Pós-Graduados. Lisboa, 2010.

FERREIRA, José Medeiros. **Portugal na Conferência da Paz**. Lisboa: Quetzal, 1992.

FERRO, Marc. **História da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 1995.

FLEISCHMAN, Luis. The case of the bombing of the jewish headquarters in Buenos Aires (AMIA): a structural approach. **Latin American Essays**. v. XII, março de 1998. Middle Atlantic Council of Latin American Studies. Disponível em: <<http://www.maclas.vcu.edu/journal>>. Acesso em dezembro de 2009.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

FUTRELL, Robert; SIMI, Pete. White power cyberculture: building a movement. **The Public Eye Magazine**, v. 20, n. 2, 2006.

GANDINI, João Agnaldo Donizeti; JACOB, Cristiane; SALOMÃO, Diana Paola da Silva. **A validade jurídica dos documentos digitais**. 2001. Site do Curso de Direito da UFSM. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/direito/artigos/informatica/validade.htm>>. Acesso em março de 2010.

GELLNER, Ernest. **Dos nacionalismos**. Lisboa: Teorema, 1998.

GICO JÚNIOR, Ivo Teixeira. O conceito de documento eletrônico. In: **Repertório IOB de Jurisprudência**: tributária, constitucional, administrativa. n. 14, caderno 3, 2000. Disponível em: <http://works.bepress.com/ivo_teixeira_gico_junior>. Acesso em abril de 2010.

_____. O documento eletrônico como meio de prova no Brasil. In: BAPTISTA, Luiz Olavo. (coord.) **Novas fronteiras do Direito na informática e telemática**. São Paulo: Saraiva, 2001. Disponível em: <http://works.bepress.com/ivo_teixeira_gico_junior/14>. Acesso em abril de 2010.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. **Os carrascos voluntários de Hitler**: o povo alemão e o Holocausto. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

GÓMEZ, Hipólito de la Torre. **O Estado Novo de Salazar**. 2. ed. Alfragide: Texto, 2011.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GOODRICK-CLARKE, Nicholas. **Black Sun: Aryan Cults, Esoteric Nazism and the Politics of Identity**. Nova Iorque: New York University Press, 2003.

_____. **Hitler's priestess: Savitri Devi, the Hindu-Aryan myth, and neo-Nazism**. Nova Iorque: New York University Press, 1998.

GOTTFRIED, Ted. **Deniers of holocaust: who they are, what they do, why they do**. Brookfield: Twenty-First Century Books, 2001.

GRIFFIN, Roger. Fascism's new faces (and new facelessness) in the 'post-fascist' epoch. **Erwägen Wissen Ethik**, n. 15, 2004. Disponível em: <<http://ah.brookes.ac.uk/history/staff/griffin>>. Acesso em setembro de 2010.

_____. From slime mould to rhizome: an introduction to the groupuscular right. **Patterns of Prejudice**, v. 37, n.1, Routledge, 2003.

_____. **The nation reborn: a new ideal type of generic fascism**. Paper apresentado no XV World Congress of the International Political Science Association (IPSA), Buenos Aires, julho de 1991a.

_____. **The nature of Fascism**. Londres: Pinter Publishers, 1991b.

_____. The primacy of culture: the current growth (or manufacture) of consensus within fascist studies. In: **Journal of Contemporary History**, v. 37, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://jch.sagepub.com>>. Acesso em outubro de 2009.

GUERRA, François-Xavier. El renacer de la História Política: razones y propuestas. In ANDRÉS-GALLEGO, José (dir.). **New History, Nouvelle Histoire: hacia una nueva Historia**. Madri: Actas, 1993.

GUIBERNAU, Montserrat. **Migration and the rise of the radical right: social malaise and the failure of mainstream politics**. Policy Network Paper. Londres, 2010. Disponível em: <<http://www.policy-network.net/publications/3690/Migration-and-the-rise-of-the-radical-right>>. Acesso em janeiro de 2013.

HAESBAERT, Rogério. Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo. In: HAESBAERT, Rogério (org.). **Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: EdUFF, 1998.

HEBDIGE, Dick. **Subculture: the meaning of style**. Londres: Routledge, 1991.

HOBBSAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IGNAZI, Piero. **Extreme right parties in Western Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória**: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003). São Paulo: UNESP, 2006.

JIMÉNEZ, José Luis Rodriguez. De la vieja a la nueva extrema derecha (pasando por la fascinación por el fascismo). In: **Historia Actual Online**, n. 9, 2006. Disponível em: <<http://www.historia-actual.com>>. Acesso em dezembro de 2009.

_____. **Nuevos Fascismos?** Extrema derecha y neofascismo. Barcelona: Península, 1998.

KOGAN, N. **The nature of Fascism**. Nova York: Vintage Books/Random House, 1969.

KRAUSE-VILMAR, Dietfrid. A negação dos assassinatos em massa do nacional-socialismo: desafios para a ciência e para a educação política. In: MILMAN, Luis e VIZENTINI, Paulo Fagundes (orgs.) **Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

KREJČÍ, Jaroslav. Concepts of right and left. In: CHELES, Luciano; FERGUSON, Ronnie; VAUGHAN, Michalina. (orgs.) **Neo-Fascism in Europe**. Londres e Nova York: Longman, 1991.

KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. **Análise Social**, v. XXVIII (122), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1993.

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. **Computer networking**: a top-down approach featuring the internet. 3. ed. Boston: Pearson/Addison Wesley, 2005.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, J. **A Nova História**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG (eds.) **Is Europe on the “right” path?** Right-wing extremism and right-wing populism in Europe. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/do/08338.pdf>>. Acesso em janeiro de 2013.

LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG. Introduction: An anthology about the manifestations and development of the radical right in Europe. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG (eds.) **Is Europe on the “right” path?** Right-wing extremism and right-wing populism in Europe. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/do/08338.pdf>>. Acesso em janeiro de 2013.

LEÃO, Lucia. **O labirinto da hipermídia**: Arquitetura e navegação no ciberespaço. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LEINER, Barry M. et. al. **A Brief History of the Internet**. Disponível em: <<http://www.isoc.org/internet/history/brief.shtml>>. Acesso em março de 2010.

LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. In: **Para navegar no século XXI**: tecnologias do imaginário e cibercultura. MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 1999-a.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999-b.

_____. **Inteligencia colectiva**: por una antropologia del ciberespacio. Washington, 2004, p. 20. Disponível em: <<http://inteligenciacolectiva.bvsalud.org>>. Acesso em julho de 2010.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LINDHOLM, Charles. **Carisma**: êxtase e perda de identidade na veneração ao líder. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

LINDHOLM, Charles; e ZÚQUETE, José Pedro. **The struggle for the world**: liberation movements for the 21st century. Stanford: Stanford University Press, 2010.

LINKLATER, Magnus et al. **O IV Reich**: Klaus Barbie e a conexão neonazista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

LOFF, Manuel. A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa. In: **Ler História**, n. 51. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2006.

LOFF, Manuel; e PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. (coords.) **Portugal, 30 anos de democracia (1974-2004)**. Porto: UP, 2006.

LOURENÇO, Eduardo. Fascismo e cultura no antigo regime. **Análise Social**, v. XVIII, (72-73-74), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1982.

MARCHI, Riccardo. A direita radical em Coimbra (1945-1974). **Análise Social**, v. XLIII (3º), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008.

_____. As direitas radicais no Estado Novo (1945 – 1974). **Ler História**, n. 57, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2009-a.

_____. At the roots of the new right-wing extremism in Portugal: the National Action Movement (1985-1991). **Totalitarian Movements and Political**

Religions, v. 11, n. 1, março de 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14690764.2010.499670>>. Acesso em agosto de 2010.

_____. **Folhas ultras**: as idéias da direita radical portuguesa (1939-1950). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009-b.

_____. **Império, Nação, Revolução**: as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974). Alfragide: Texto, 2009-c.

_____. The Portuguese radical right in the democratic period. In: GODIN, Emmanuel; JENKINS, Brian; e MAMMONE, Andrea (eds). **Mapping the Extreme Right in Contemporary Europe**: from local to transnational. Nova Iorque: Routledge, 2012.

MARQUES, A. H. De Oliveira. **Breve História de Portugal**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

_____. Da Monarquia para a República. In: **História de Portugal**. TENGARRINHA, José. (org). Bauru: EDUSC/UNESP, 2000.

MEDINA, João. **Salazar e os fascistas**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1978.

MICHEL, Henri. **Os fascismos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

MIGUEL, Gonzalo Capellán de. Historia y “presente”. In: **Berceo – Revista Riojana de Ciencias Sociales y Humanidades**, n. 140. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2001. Disponible em <<http://dialnet.unirioja.es>>. Acesso em setembro de 2012.

MINKENBERG, Michael. The radical right in Europe today: trends and patterns in East and West. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG (eds.) **Is Europe on the “right” path?** Right-wing extremism and right-wing populism in Europe. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011, p. 38. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/do/08338.pdf>>. Acesso em janeiro de 2013.

_____. The renewal of the radical right: between modernity and anti-modernity. In: **Government and Opposition**, v. 35, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.blackwell-synergy.com/toc/goop/35/2>>. Acesso em outubro de 2012.

MONTEIRO, Nuno G; e PINTO, António Costa. A identidade nacional portuguesa. In: PINTO, António Costa (coord.). **Portugal contemporâneo**. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

MUDDE, Cas. **The ideology of the extreme right**. Manchester: Manchester University Press, 2002.

NOIRET, Serge; e GALLINI, Stefania. La historia digital em la era del web 2.0. **Revista Historia Crítica**, n. 43, Revista del Departamento de Historia de la

Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de los Andes, Bogotá, janeiro-abril de 2011, pp. 16-17.

NOLTE, Ernst. **Les mouvements fascistes**: l'Europe de 1919 à 1945. Paris: Calmann-Lévy, 1969.

NORA, Pierre. O Acontecimento e o Historiador do Presente. In: LE GOFF, J. et al. **A Nova História**. Lisboa: Edições 70, 1986.

_____. O retorno do fato. In : LE GOFF, J. e Nora, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

OLIVA, Alberto. **Filosofia da ciência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORTEGA Y GASSET. Introdução sobre o que é uma paisagem. **Notas de Andar e Ver**: viagens, gentes e países. Lisboa: Fim de Século, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. In: **Anos 90** – Revista do programa de pós-graduação em História/UFRGS, v. 11, n. 19/20, janeiro/dezembro de 2004. Porto Alegre: PPGH, 2004.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

PAYNE, Stanley G. **El Fascismo**. Madri: Alianza Editorial, 1982.

PALLA, Marco. **A Itália fascista**. São Paulo: Ática, 1996.

PAMPLONA, Marco Antônio. A questão nacional no mundo contemporâneo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (orgs.) **O Século XX**: o tempo das dúvidas. 2. ed., v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PATY, Michel. Inteligibilidade racional e historicidade. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, 2005.

PAXTON, Robert O. **The anatomy of fascism**. Nova York: Vintage Books, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **Hacia el analisis automático del discurso**. Madri: Gredos, 1976.

PINTO, António Costa. “Caos e ordem”: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. In: **Histórias da política autoritária**: integralismos, nacional sindicalismo, nazismo, fascismos. Silva, Giselda Brito et. al. (orgs). Recife: UFRPE, 2010.

_____. O legado do autoritarismo e a transição portuguesa para a democracia, 1974-2004. In: LOFF, Manuel; e PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. (coords.) **Portugal, 30 anos de democracia (1974-2004)**. Porto: UP, 2006.

_____. **Os camisas azuis**: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914 – 1945). Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

PORTO, Humberto e SCHLESINGER, Hugo. **Anatomia do anti-semitismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1975.

RÉMOND, René. Do político. In : RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ\FGV, 1996.

_____. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

_____. Uma história presente. In : RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ\FGV, 1996.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 - 1964). 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

RODRIGUES, Luís Nuno. **A Legião Portuguesa**: a milícia do Estado Novo (1936 – 1944). Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

ROLLAND, Denis. Internet e história do tempo presente: estratégias de memória e mitologias políticas. **Revista Tempo**, n. 16, vol. 8. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg16-4.pdf>. Acesso em junho de 2010.

ROSANVALLON, Pierre. **Por una historia conceptual de lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

ROSAS, Fernando. O Estado Novo. In: MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal**. Vol.VII. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, v. XXXV (157), 2001.

ROSS, Corey. Mass Politics and the Techniques of Leadership: The Promise and Perils of Propaganda in Weimar Germany. In: **German History**, v. 24, n. 2, 2006, pp. 192-193. Disponível em: <<http://gh.oxfordjournals.org/content/24/2.toc>>. Acesso em julho de 2012.

ROVERSI, Antonio. **L'odio in rete**: siti ultras, nazifascismo online, jihad eletrônica. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 2006.

SABINO, Catarina. et al. **The making of policies of immigration control in Portugal**. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa, 2010. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP_2_2010.pdf>. Acesso em agosto de 2010.

SANTOS, Clara Almeida. O “arrastão” de Carcavelos ou “arrastão” mediático? In: MARTINS, Moisés de Lemos; PINTO, Manuel (Orgs.). **Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), 2008.

SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. **Anatomia do anti-semitismo**. São Paulo: Loyola, 1975.

SILVA, Érica Anita Baptista. A campanha de Cavaco Silva em Portugal (2011): a retórica da direita. In: **Em Debate**, v. 4, n. 7, UFMG: Belo Horizonte, outubro de 2012.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (et. al.) (orgs.) **Dicionário crítico do pensamento da direita**: idéias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.

_____. Os Fascismos. In: REIS FILHO, Daniel et al. **O Século XX**. Vol 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Revoluções conservadoras, terror e fundamentalismo: regressões do indivíduo na modernidade. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.) **O Século sombrio**: uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.

SCIRICA, Elena. Educación y guerra contrarrevolucionaria: una propuesta de Ciudad Católica-*Verbo*. **Clio & Asociados**: La Historia Enseñada. n. 11. Facultad de Humanidades y Ciencias. UNL: Santa Fe, Argentina, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

SOUSA, Lindeberg Barros de. **Redes de computadores**: dados, voz e imagem. 8. ed. São Paulo: Érica, 2005.

STAUBER, Roni. Leuchter Report. In: LEVY, Richard S. (org). **Antisemitism**: a historical encyclopedia of prejudice and persecution. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2005.

STOREY, David. **Territory**: the claiming of space. Harlow/Nova Iorque: Prentice Hall/Pearson Education, 2001.

TRAVERSO, Enzo. La singularidad de Auschwitz - hipótesis, problemas y derivaciones de la investigación histórica. Buenos Aires: **Revista Nuestra Memória**, n. 22, 2003.

TRINDADE, Hélgio. El tema del Fascismo en América Latina. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Época), n. 30, Centro de Estudios Constitucionales. Madrid: nov-diez 1982.

_____. Fascismo e neofascismo na América Latina. In: MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo Fagundes (orgs.) **Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

_____. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. 2. ed. Porto Alegre/São Paulo: UFRGS/DIFEL, 1979.

_____. **O nazi-fascismo na América Latina**: mito e realidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. 3. ed. Brasília: UNB, 1987.

VIDAL, César. **La revisión del holocausto**. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1994.

WACQUANT, Loïc J. D. O retorno do recalcado: violência urbana, "raça" e dualização em três sociedades avançadas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – ANPOCS, n. 24, 1994.

WIARDA, Howard J. Toward a Framework for the Study of Political Change in the Iberic-Latin Tradition: The Corporative Model. **World Politics**, Vol. 25, No. 2 (Jan., 1973), p. 229. Cambridge University Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2010494>>. Acesso em julho de 2012.

ZÚQUETE, José Pedro. Novos tempos, novos ventos? A extrema-direita europeia e o Islão. **Análise Social**, v. XLVI (201), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2011.

FONTES

A seguir estão listadas as principais fontes utilizadas na pesquisa. Eventuais fontes adicionais podem estar relacionadas ao longo dos Capítulos, nas notas de rodapé.

Principais Jornais, Revistas e Fanzines Pesquisados:

Acção;

Ataque;

Correio da Manhã;

Diário de Lisboa;

Diário de Notícias;

Diário Popular;

Diário República;

DNa;

Expresso;

Jornal 24 Horas;

Jornal Agora!;

Jornal Metro

Jornal de Notícias;

Jornal Euronotícias;

Jornal O Independente;

O Dia;

Público;
 Revista Face;
 Revista Sábado;
 Revista Visão;
 Semanário;
 Semanário Já;
 Semanário Sol;
 Tal e Qual;
 Tempo Presente;
 Vanguarda Nacional;
 Vento do Norte.

Principais Jornais e Revistas Pesquisados em versão eletrônica:

Correio da Manhã – Lisboa

Disponível em: <<http://www.cmjornal.xl.pt>>. Acesso em setembro de 2010.

Diário de Coimbra – Coimbra

Disponível em: <<http://www.diariocoimbra.pt>>. Acesso em setembro de 2010.

Diário de Notícias – Porto

Disponível em: <<http://dn.sapo.pt>>. Acesso em agosto de 2010.

Portugal Diário – Lisboa/Porto

Disponível em: <<http://diario.iol.pt>>. Acesso em agosto de 2010

Público – Lisboa

Disponível em: <<http://www.publico.pt>>. Acesso em setembro de 2010.

Principais sites utilizados como fontes de documentação:

<i>Site</i>	Endereço
Aliança Nacional	http://nacionalismo-de-futuro.blogspot.com
Causa Identitária	http://causa-identitaria.blogspot.com.br
Causa Nacional	http://www.causanacional.net
Gladius	http://gladio.blogspot.com.br
Homem Lobo	http://homemlobo.blogspot.com.br

Juventude Nacionalista	http://www.juvenac.org
Metapedia	http://pt.metapedia.org
Mito & Realidade	http://cidadino.blogspot.com.br
Os Meus Pensamentos	http://lucrecia19.blogspot.com.br
Partido Nacional Renovador	http://www.pnr.pt
Stormfront - Portugal	http://www.stormfront.org/forum/f187
Terra Portuguesa	http://terraportuguesa.blogspot.com
White Lusitanian Resistance	http://lusitanianresistance.blogspot.com.br

Outras Páginas Consultadas:

Anti Defamation League

Disponível em: <<http://www.adl.org>>. Acesso em maio de 2012.

Antonio Salas

Disponível em: <<http://www.antoniosalas.org>>. Acesso em janeiro de 2012

Agência de Notícias Inter Press Service

Disponível em <<http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net>> Acesso em janeiro de 2010.

A Summons to Comradeship – University of Minnesota

Disponível em: <<http://digital.lib.umn.edu/warposters/warpost.html>>. Acesso em outubro de 2010.

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo

Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em setembro de 2010.

Bloc Identitaire

Disponível em: <<http://www.bloc-identitaire.com>>. Acesso em janeiro de 2013

Blog do Planalto

Disponível em <<http://blog.planalto.gov.br>>. Acesso em junho de 2011.

Centro de Mídia Independente

Disponível em <<http://www.midiaindependente.org>> Acesso em agosto de 2010.

Centro Wiesenthal

Disponível em <<http://www.wiesenthal.com>> Acesso em janeiro de 2010.

Diário da República Eletrônico

Disponível em <www.dre.pt>. Acesso em janeiro de 2013.

Direita Radical em Portugal

Disponível em: <<http://www.direitasradicais.ics.ul.pt>>. Acesso em novembro de 2012.

European Union Agency for Fundamental Rights

Disponível em: <<http://fra.europa.eu/en>>. Acesso em janeiro de 2013.

Einherier Books

Distribuidora oficial dos livros de Miguel Serrano. Disponível em: <<http://www.einherierbooks.cl/biblio.html>>. Acesso em janeiro de 2010.

Fiamma Tricolore

Disponível em: <<http://www.fiammatricolore.com>>. Acesso em outubro de 2012.

Foro Nacional Socialista

Disponível em <<http://www.14ns88.creatuforo.com>>. Acesso em outubro de 2007.

Front National

Programa de Governo, 2007, p. 5, disponível em: <<http://www.lepen2007.fr/pdf/Programmejmlp2007.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2007.

German Propaganda Archive – Calvin University

Disponível em: <<http://www.calvin.edu/academic/cas/gpa>>. Acesso em março de 2010.

GRECE

Disponível em: <<http://grece-fr.com>>. Acesso em janeiro de 2013.

Grupo de Pesquisa da Discriminação – CEJ/NEV/USP

Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/dlo/cej/gpd>> Acesso em janeiro de 2010.

History of the Internet, Internet for Historians

Disponível em: <<http://www.let.leidenuniv.nl/history/ivh>>. Acesso em setembro de 2012.

Institut d’Histoire du Temps Présent - HTP

<<http://www.ihtp.cnrs.fr>> Acesso em janeiro de 2010.

Institut of Race Relations

Disponível em <<http://www.irr.org.uk>>. Acesso em março de 2010.

Inter-University Consortium for Political and Social Research – University of Michigan

Disponível em: <<http://www.icpsr.umich.edu>>. Acesso em setembro de 2010.

Jewish Virtual Library

Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org>>. Acesso em setembro de 2010.

Laboratório de Estudos do Tempo Presente – UFRJ

Disponível em: <<http://www.tempopresente.org>>. Acesso em março de 2010.

Los Skinheads Antifascistas Argentinos

Disponível em: <http://ar.geocities.com/skinhead_antifascistas/argentina.html>. Acesso em janeiro de 2008.

Mappa Mundi Magazine

Disponível em: <<http://mappa.mundi.net>>. Acesso em setembro de 2012.

Mapping Cyberspace

Disponível em: <<http://www.mappingcyberspace.com>>. Acesso em setembro de 2012.

Metapedia. Disponível em: <<http://pt.metapedia.org>>. Acesso em setembro de 2014.

Ministerio de Educación de la Nación (Argentina)

Disponível em: <<http://www.me.gov.ar>>. Acesso em outubro de 2012.

MNR

Programa de governo. Disponível em: <<http://www.m-n-r.net/programme2partiech2.php>>. Acesso em fevereiro de 2007.

Modern History Sourcebook

Disponível em: <<http://www.fordham.edu/Halsall/mod/modsbook.asp>>. Acesso em outubro de 2012.

MSI

Disponível em: <<http://www.destranazionale.org>>. Acesso em outubro de 2012.

MPF. Disponível em: <<http://www.pourlafrance.fr/5.php>>. Acesso em fevereiro de 2007.

Netcraft News

Disponível em: <<http://news.netcraft.com>>. Acesso em setembro de 2010.

Observatoire Européen des Extrêmes

<<http://observatoiredesextremes.com/?lang=en>>. Acesso em janeiro de 2013.

Organização dos Estados Americanos – Convenção Contra o Racismo e a Intolerância

Disponível em: <http://www.oea.org/racismo/Racism2006_por.asp>. Acesso em agosto de 2010.

Portal Libre Opinión

Disponível em: <<http://libreopinion.com>>. Acesso em janeiro de 2012.

Polícia Judiciária

Disponível em: <<http://www.policiajudiciaria.pt>>. Acesso em agosto de 2012.

Polícia de Segurança Pública

Disponível em: <<http://www.psp.pt>>. Acesso em agosto de 2012.

Portal do Eleitor

<<http://www.portaldoeleitor.pt>>. Acesso em outubro de 2012.

Pratique de l’histoire et dévoiements négationnistes

Disponível em: <<http://www.phdn.org>>. Acesso em janeiro de 2010.

Presidência da República (Brasil)

Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em outubro de 2012.

Presidência da República Portuguesa

Disponível em: <<http://www.presidencia.pt>>. Acesso em outubro de 2012.

The Hellenic Observatory - The European Institute - London School of Economics & Political Science

Disponível em <<http://www.lse.ac.uk/collections/hellenicObservatory>>. Acesso em março de 2010.

Twitter Oficial da Presidência da República Portuguesa

Disponível em <<http://twitter.com/presidencia>>. Acesso em junho de 2010.

Twitter Oficial do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Disponível em <<http://twitter.com/ArquivoPublico>>. Acesso em junho de 2010.

Ultras Contra o Racismo

Disponível em: <<http://www.angelfire.com/falcon/ucr>>. Acesso em agosto de 2010.

United States National Archives and Record Administration

Disponível em: <<http://www.archives.gov>>. Acesso em setembro de 2010.

Arquivos:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Arquivo particular de José Pacheco Pereira

Disponível em: <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>. Acesso em janeiro de 2013.

Centro de Documentação 25 de Abril

Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a>>. Acesso em agosto de 2012.

Hemeroteca Municipal de Lisboa

S.O.S. Racismo - Lisboa

Entrevista:

Entrevista com o Sr. José Falcão (Associação SOS Racismo) realizada no dia 30 de setembro de 2011 em Lisboa – Portugal. Duração: 44 minutos.

Relatórios/Censos:

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. **O pseudo-arrastão de Carcavelos**: documentos. Lisboa, junho de 2006.

CERD. **Compilación de observaciones finales del Comité para la Eliminación de la Discriminación Racial sobre países de América Latina y el Caribe (1970-2006)**. Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (CERD) – Representación Regional para América Latina y el Caribe. Santiago, junho de 2006. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/cerd/docs/CERD-concluding-obs.pdf>>. Acesso em maio de 2010.

DGE. **Censo da População de Portugal** – dezembro de 1920. V. 1. República Portuguesa, Direcção Geral de Estatística. Lisboa: Imprensa Nacional, 1923, p. VII. Disponível em: <<http://www.ine.pt>>. Acesso em dezembro de 2012.

FALCÃO, José (org.). **A extrema-direita em Portugal**. Lisboa: SOS Racismo, 1998.

SOUTHERN POVERTY LAW CENTER. **Skinheads in America**: racists on the rampage. Intelligence report special edition, 2012. Disponível em: <<http://www.splcenter.org/intelligence-report-special-edition-racist-skinheads-understanding-the-threat>>. Acesso em outubro de 2012.

STEPHEN ROTH INSTITUT. **Relatório sobre anti-semitismo e racismo na Alemanha** do Stephen Roth Institut for the Study of Contemporary. Ano 2005.

Disponível em: <<http://www.tau.ac.il/Anti-Semitism/asw2005/germany.htm>>. Acesso em maio de 2010.

STEPHEN ROTH INSTITUT. **Relatórios sobre anti-semitismo e racismo em Portugal** do Stephen Roth Institut for the Study of Contemporary. Anos de 2007 e 2008. Disponível em: <<http://www.tau.ac.il/Anti-Semitism/CR.htm>>. Acesso em maio de 2010.

Outras Fontes:

BARRUEL, Augustin. **Memoirs, illustrating the history of jacobinism**. 2.ed. Parte 1, vol. 1: The antichristian conspiracy. Londres: T. Burton, 1798. Disponível em: <<http://www.google.com.br/books?id=jCQPAAAAIAAJ>>. Acesso em setembro de 2012.

GALVÃO, Henrique (org.). **Material cartográfico**. Cerca de 1935. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional. Impressão da Litografia Nacional, Porto. Edição de iniciativa da Câmara Municipal de Penafiel. Biblioteca Nacional de Portugal. Versão digitalizada disponível em: <<http://purl.pt/11440/1/index.html>>. Acesso em junho de 2012.

MIGUEL, Ruy. **Salazar: o pensamento intemporal**. Lisboa: Nova Arrancada, 2004.

MUSSOLINI, Benito. **La dottrina del fascismo**: con una storia del movimento fascista di Gioacchino Volpe. Roma: Enciclopedia Italiana, 1934.

MUSSOLINI, Benito; GENTILE, Giovanni. **The doctrine of Fascism** (1932). Texto retirado do original: *Fascism Doctrine and Institutions*, by Benito Mussolini, Ardita Publishers, Rome, pp. 7-42. Disponível em: <<http://www.worldfuturefund.org/wffmaster/Reading/Germany/mussolini.htm>>. Acesso em março de 2007.

SALAS, Antonio. **Diário de um skinhead**: um infiltrado no movimento neonazista. São Paulo: Planeta, 2006.

SALAZAR, Oliveira. **Discursos**. 5. ed. V. 1. Coimbra: Editora Coimbra, 1961.

SERRANO, Miguel. **El cordon dorado**: hitlerismo esotérico. 2. ed. Bogotá: Editorial Solar, 1992.

SOUZA, Abel Ferraz de. **Quem é Salazar?** São Paulo: Editora do autor, 1936.

POWELL, Enoch. **The Blood River Speech**. Texto original integral do discurso proferido em 20 de abril de 1968. Disponível em <<http://theoccidentalquarterly.com/archives/vol1no1/ep-rivers.html>>. Acesso em agosto de 2012.

Documentos judiciais:

Acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/dd1cc4e3936ccd49802568fc003b7da0?OpenDocument>>. Acesso em Janeiro de 2013.

Código Penal Português. Redacção da Lei nº 65/98, de 2 de setembro de 1998. Disponível em: <<http://www.hsph.harvard.edu/population/domesticviolence/portugal.penal.95.pdf>>. Acesso em outubro de 2012.

Conclusão, 10.10.96, parágrafos 7º ao 14º. Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

Proc. Abreviado n.º 65/06.1SLLSB, do 2.º Juízo de Pequena Instância Criminal de Loures, referente à prática de crimes em 5 de junho de 2006. Sentença de 16 de julho de 2007, transitada em julgado em 31 de julho de 2007.

Proc. Abreviado n.º 65/06.1SLLSB, do 2.º Juízo de Pequena Instância Criminal de Loures, referente à prática de crimes em 5 de junho de 2006. Sentença de 16 de julho de 2007, transitada em julgado em 31 de julho de 2007.

Resultado do processo 1706/04.PTLSB. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/novidades/nov_print_doc.php?nid_novidade=414&destaque=>>. Acesso em outubro de 2012.

ANEXO I

Trecho do **Acórdão nº 97P1203 de Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, de 12 de novembro de 1997.**⁸³⁶ Reconstitui em detalhes os eventos do dia 10 de junho de 1995, que culminaram no assassinato de Alcindo Monteiro.

(...) 15- O tribunal colectivo julgou em matéria de facto:

(...)

Alguns eram portadores de soqueiras metálicas, como o arguido G, e outros de paus, como o arguido E, que trazia um pau semelhante a um taco de baseball. Imbuídos do espírito de comemoração do Dia da Raça, os arguidos, dirigindo-se a indivíduos de raça negra que por ali passavam, proferiram expressões como "preto vai-te embora", "preto cheiras mal" e "não tomas banho", atirando a alguns garrafas de cerveja.

Perante tal comportamento, indivíduos de raça negra que por ali passaram dirigiram-se ao bar "A Tasquinha", sito na Rua do Diário de Notícias, local frequentado maioritariamente por indivíduos de raça negra e "Punks", os quais resolveram tirar "satisfações" das ofensas de que estavam a ser alvo por parte do grupo de "Skins". Reuniram-se assim cerca de 10 a 15 indivíduos de raça negra, junto à esquina da Travessa da Boa-Hora com a Rua Diário de Notícias, a cerca de dez metros do local onde se encontrava o grupo de "Skins", frente ao bar "O Minhoto".

Então, houve troca de palavras insultuosas entre os dois grupos e as tensões avolumaram-se no seio do grupo dos "Skins", que se foram juntando no intuito de atacar o grupo de indivíduos de raça negra que tinham à sua frente.

Estes, perante a aglomeração dos indivíduos do grupo de "Skins", cada vez em maior número, largamente superior ao seu, começaram a fugir a fim de evitar o confronto iminente.

Os arguidos A, B, C, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q e outros elementos do seu grupo, composto por cerca de trinta/quarenta indivíduos, entre os quais os referidos S e T, estimulados pelo espírito de comemoração do "Dia da Raça" e dos ideais racistas por si perfilhados e inferiorizados, nomeadamente da superioridade da raça branca e do ódio ao "Negro", como raça a expulsar de Portugal, resolve atacar este grupo, já em fuga.

Na Rua do Diário de Notícias alcançaram alguns dos elementos deste grupo, que agrediram indiscriminadamente, atingindo-os em diversas partes do corpo.

Utilizando para tanto os objectos de que eram portadores para esse efeito, nomeadamente, "soqueiras" metálicas, paus, copos e garrafas de cerveja partidas e as botas que usavam.

Nestas agressões participaram os arguidos A, B, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q. O arguido G utilizou a soqueira metálica, apreendida e examinada a fls. 16 e 602-605 dos autos, com o comprimento de 8,7 centímetros e a largura de 6,3 centímetros.

O arguido E utilizou um pau, semelhante a um taco de baseball, enquanto o arguido B utilizou garrafas de cerveja.

Entre os ofendidos desta agressão indiscriminada, conta-se Manuel Domingos da Silva, que na sequência da conduta dos arguidos A, B, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O

e Q, sofreu as lesões descritas nas fichas clínicas e relatório de exame médico de fls. 114 e 1889 - "...ferida facial profunda (perfurante)...", e que determinaram como consequência directa e necessária 8 dias de doença, com igual período de incapacidade para o trabalho.

Após a dispersão deste grupo de indivíduos de raça negra, os arguidos A, B, C, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q subiram a Rua do Diário de Notícias a fim de se juntarem aos demais elementos do grupo de "Skins" que se encontravam nas imediações do bar "O Minhoto".

Simultaneamente, surgem no cruzamento da Rua do Diário de Notícias com a Travessa da Boa-Hora, vindos da Travessa da Cara, três indivíduos de raça negra, C1, D1 e E1, oficiais do Exército Angolano que casualmente ali passavam e que não se tinham apercebido dos confrontos descritos.

Verificaram no entanto que, junto a uns bares sitos na Travessa da Boa-Hora, se encontrava um grupo de indivíduos bastante numeroso, a maioria deles com o cabelo rapado e que usavam blusões de cor preta.

Entretanto, porque se ouviam bastantes gritos, aperceberam-se que o tal grupo estaria envolvido numa confusão, pelo que continuaram a andar sem se deterem, a fim de saírem do local.

Assim, depois de passarem o cruzamento das duas ruas referidas, ainda na Rua do Diário de Notícias, ouviram alguém gritar "Vão aí mais três!".

De imediato o C1, o D1 e E1 começaram a correr, pois verificaram que alguns dos indivíduos do grupo de "Skins" que se encontrava na Travessa da Boa-Hora vinham na sua direcção, atirando-lhes com copos, garrafas e pedras.

Entretanto, os arguidos A, B, C, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q, que subiam a Rua do Diário de Notícias, juntaram-se a estes elementos não identificados do grupo de "Skins" e, em colaboração com os restantes, agrediram os mencionados C1, D1 e E1.

Batendo-lhes por todo o corpo, nomeadamente na cabeça, a soco e pontapé, utilizando os objectos de que se encontravam munidos, ou seja, as soqueiras metálicas, paus, pedras, garrafas de cerveja, correntes e as botas que calcavam. A certa altura, os ofendidos lograram libertar-se e fugir pela Rua do Diário de Notícias, até deixarem de ser perseguidos.

Com a sua conduta, causaram os arguidos A, B, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q ao ofendido C1 lesões que não careceram de tratamento médico-hospitalar, e aos ofendidos D1 e E1, respectivamente, as seguintes lesões descritas nas fichas clínicas e nos relatórios de exames médicos de fls. 321, 347, 484, 1433, 1872, 1873 e de fls. 485 e 1889:

Ofendido D1 traumatismo craniano-facial e concretamente equimose peri-orbitária e ferida supra ciliar esquerda, lesões essas que lhe determinaram como consequência directa e necessária pelo menos 10 dias de doença, sendo cinco com incapacidade para o trabalho; e ainda, com carácter permanente, cicatriz de ferida contusa supraciliar esquerda.

Ofendido E1 - feridas contusas do couro cabeludo, que lhe determinaram como consequência directa e necessária, 8 dias de doença, sendo os 3 primeiros com incapacidade para o trabalho.

Estas agressões terminaram cerca da 1 hora já do dia 11.06.95.

Nesta altura, os arguidos A, B, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q, grupo a que se juntou então o arguido C, no seguimento destes confrontos e estimulados pelos seus "ideais", segundo os quais "o negro" é uma raça a expulsar de Portugal, assumem uma postura colectiva de exaltação, violência, perseguição e ataque a qualquer

indivíduo de raça negra e, na prossecução de tal desígnio, a que de uma forma colectiva todos aderiram, resolvem percorrer as ruas que a seguir se indicarão, agredindo, de uma forma criteriosa e selectiva, todos os indivíduos de raça negra que encontrassem pelo caminho.

Para tal, vão munidos de paus, soqueiras, garrafas de cerveja, correntes, pedras e, sobretudo, das botas que calçavam.

Fazem-no em correria, gritando e agredindo, de entre os transeuntes, os indivíduos de raça negra com que iam deparando.

Entraram em alguns estabelecimentos de bar em perseguição de indivíduos de raça negra, pontapeando as portas de alguns destes estabelecimentos, que se encontravam fechadas, por verificarem, através das respectivas montras, que no interior dos mesmos se encontravam indivíduos de raça negra.

Durante o percurso, para além dos ofendidos expressamente mencionados, foi agredido um número indeterminado de indivíduos de raça negra, cuja identidade não foi possível apurar em concreto.

Assim, após os primeiros confrontos acima descritos, os arguidos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q, movimentaram-se em direcção à Rua da Rosa.

Aqui, cerca da 1 hora e 15 minutos, o ofendido, de raça negra, F1, porteiro do "Bar Nova", sito naquela rua, no n. 261, abriu a porta do bar a fim de deixar entrar duas raparigas.

Em virtude de se ter apercebido de que algo de anormal se passava no exterior, colocou a cabeça de fora para espreitar e, de imediato, foi agredido por um destes arguidos com um murro na face.

O ofendido só teve tempo de fechar a porta, conseguindo assim evitar mais agressões.

Com esta conduta sofreu o ofendido lesões que contudo não foi possível determinar.

Ainda na Rua da Rosa, os arguidos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q deparam com o ofendido V1, indivíduo de raça negra, que descia aquela rua acompanhado pelos seus amigos H1, I1, J1 e L1, estes de raça branca.

Em sentido contrário, subia o mencionado grupo de quinze arguidos, aos gritos e atirando caixotes de lixo pelo ar.

O E, munido do pau a que já se tem aludido, procura atingir o V1, enquanto os restantes arguidos, A, B, C, D, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q, afastam do local os amigos daquele, que são de raça branca.

O V1 esquiva-se ao arguido E, mas é de imediato rodeado pelos restantes arguidos, A, B, C, D, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q, que começaram a agredi-lo a soco, atingindo-o nas costas e região abdominal.

O ofendido faz menção de reagir e um dos arguidos A, B, C, D, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q, desferiu-lhe um soco no peito.

Ao mesmo tempo, o arguido E desferiu com o "taco de baseball" uma pancada na cabeça do ofendido.

As agressões sucedem-se, atingindo o ofendido por todo o corpo, a soco e pontapé. Enquanto agrediam o ofendido, estes quinze arguidos iam gritando "Este é preto, mata-o!", "Filho da Puta", "Preto", "Vai para a tua terra que isto aqui não é lugar para ti".

O ofendido para se proteger, encosta-se à parede de uma habitação junto ao Bar sito no n. 261 da Rua da Rosa - "Bar Nova" -, onde pretendia obter auxílio.

Os arguidos desferem-lhe então pontapés que o atingem essencialmente na cabeça, que o ofendido tentava proteger com as mãos.

Um dos arguidos muniu-se de um ferro de andaime, com cerca de um metro de

comprimento, de secção redonda, com um centímetro de espessura e a forma de uma bengala, uma vez que uma das extremidades era curva, e desferiu com o mesmo uma pancada na cabeça do ofendido.

Ao mesmo tempo que continuavam a pontapear o ofendido e este a procurar libertar-se deles e fugir.

Na sequência de tais agressões, o ofendido perdeu os sentidos, altura em que os arguidos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q o abandonaram, o que ocorreu próximo do restaurante "O Forcado".

Com a sua conduta, causaram estes quinze mencionados arguidos ao ofendido V1, beneficiário da segurança social n. 133473379, as seguintes lesões descritas nas fichas clínicas e nos relatórios de exames médicos de fls. 115, 116, 1626 a 1628, 1662 a 1665;

Traumatismo craniano com perda de conhecimento e designadamente traumatismo do ouvido direito. No dia 26.01.96 apresentava ao exame objectivo (fls. 1628) crepitação do ombro direito; crepitação do joelho esquerdo; dor à percussão da região retro-auricular; discreta assimetria da mobilidade dos côndilos mandibulares, lesões essas que determinaram como consequência directa e necessária, conforme relatório intercalar de fls. 1626 a 1628, pelo menos 10 dias de doença, com igual período de incapacidade para o trabalho.

Após terem percorrido a Rua da Rosa, estes quinze arguidos dividiram-se em dois grupos, tendo um deles seguido pela Rua Luísa Tody, e o outro pela Travessa São Pedro de Alcântara, vindo ambos a desembocar na Rua São Pedro de Alcântara, altura em que o arguido A os abandonou.

Nesta rua, os arguidos C, D, E, F, G, H, L, M e O viraram no sentido descendente em direcção ao Cais do Sodré, efectuando o percurso em corrida deixando para trás os arguidos B, I, J, N e Q.

Logo na Rua São Pedro de Alcântara, cerca da 1 hora e 20 minutos, o ofendido A1, indivíduo de raça negra, e a sua namorada, M1, de raça branca, subiam aquela rua pelo passeio do lado esquerdo, vindos da Rua do Grémio Lusitano, a fim de se dirigirem para o elevador da Gloria.

Quando chegam frente ao n. 17 daquela rua, vêem avançar na sua direcção este grupo de nove arguidos, constituído pelo C, D, E, F, G, H, L, M e O.

Subitamente, ouvem um destes nove arguidos dizer "preto vai para a tua terra".

Acto contínuo o ofendido é atirado ao chão pelo arguido E, que vinha munido do pau acima descrito, juntando-se sucessivamente a este na agressão os arguidos C, D, F, G, H, L, M e O.

Já no chão, o ofendido é pontapeado por um destes nove arguidos, conseguindo ainda assim levantar-se, tentando fugir.

Foi no entanto impedido pelos mencionados nove arguidos que o pontapearam de novo, levando-o ao chão.

Estes nove arguidos continuaram a agredir o ofendido, a pontapé, atingindo-o pelo corpo, sendo o alvo principal a zona da cabeça.

A par dos pontapés, o arguido E agredia o ofendido desferindo-lhe ainda pancadas com o pau de que estava munido.

Ainda assim, o ofendido tenta fugir novamente, para o outro lado da rua.

Os nove arguidos, C, D, E, F, G, H, L, M e O, continuam a persegui-lo e a agredi-lo, levando-o a cair no meio da estrada, forçando os veículos que ali transitavam a parar.

E nesta altura que se verifica a maior concentração de esforços por parte destes nove arguidos nas agressões de que foi alvo o ofendido A1.

Com efeito, estes nove arguidos rodeiam o ofendido, formando um círculo à sua volta, e batem-lhe, de forma indiscriminada, com pontapés pelo corpo e zona abdominal, sendo o alvo primordial a cabeça do ofendido.

A par dos pontapés, o arguido G agride ainda o ofendido com uma soqueira metálica de que vinha munido.

Durante esta agressão, o arguido H, enquanto batia, incentivava ainda os outros a sovar o ofendido gritando "Mata o gajo, negro da merda!"

Entretanto, o ofendido acabou por ficar inanimado.

Então, é abandonado por estes nove arguidos que o deixam prostrado no solo, sem se mover.

Através da sua actuação, os arguidos C, D, E, F, G, H, L, M e O criaram o pânico nas pessoas que se encontravam dentro das viaturas imobilizadas bem como as que passavam na rua.

Estas, receosas destes nove arguidos, algumas em "estado de choque", sentiram-se incapazes de prestar ajuda ao ofendido no momento em que estava a ser agredido por aqueles nove arguidos.

Tal sentimento de pânico, levou igualmente alguns proprietários e empregados dos estabelecimentos de bar/café/ou restaurantes existentes naquela rua a fechar as portas impedindo a saída ou entrada de clientes enquanto as agressões decorriam.

Com a sua conduta, causaram os arguidos C, D, E, F, G, H, L, M e O ao ofendido A1, beneficiário da segurança social n., as seguintes lesões descritas nos boletins clínicos e relatórios de exame médico de fls. 110, 111, 296 a 300, 455, 456, 462 a 488, 2274 a 2276: Traumatismos craniano, facial, do tronco e nos quatro membros;

Como consequência das ofensas sofridas, apresentava ao exame objectivo realizado em 22-06-95:

- 1- Cicatriz de ferida linear com vestígios de pontos de sutura e parcialmente coberta por crosta, situada na região parietal esquerda, ligeiramente oblíqua para baixo e para a esquerda, com cerca de 2 centímetros;
- 2- Cicatriz de ferida linear com a forma grosseira de um "L" parcialmente coberta por crosta, na região frontal, à direita da linha média e logo após a zona de implantação capilar, medindo 1,5 centímetros em cada um dos seus ramos;
- 3- Cicatriz de ferida contusa na região frontal, à esquerda da linha média da zona de implantação capilar, ligeiramente hipopigmentada, grosseiramente oval com eixo maior oblíquo para a direita e ligeiramente para baixo, com 1,6 centímetros por 0,5 centímetros;
- 4- Área heterogeneamente hipopigmentada na glabella e extremidade proximal da sobrancelha direita, arredondada, com cerca de 1 centímetro de diâmetro médio;
- 5- Duas cicatrizes de escoriação situadas na região perizigomática esquerda, paralelas e distando entre si cerca de 0,4 centímetros, oblíqua para baixo e para trás com 0,4 centímetros cada;
- 6- Área hipopigmentada na região labial superior, à esquerda da linha média, oval com eixo maior oblíquo para baixo e para a esquerda, com 2 centímetros por 1,1 centímetros;
- 7- Cicatriz de ferida operatória com vestígios de pontos de sutura na região malar direita, discretamente arciforme com concavidade superior, com 1,5 centímetros (rectificada);
- 8- Cicatriz de ferida contusa na região naso-geniana direita, 1/3 inferior, arciforme com concavidade para a esquerda, com cerca de 0,7 centímetros (rectificada);
- 9- Duas equimoses castanhas escuras na transição cutâneo-mucosa do lábio

inferior, uma na linha média e outra à esquerda desta, arredondadas, com cerca de 0,4 centímetros de diâmetro médio cada;

10- Equimose avermelhada-escura na mucosa da face interna do lábio inferior, ocupando os 2/3 médios, com eixo maior horizontal com cerca de 4 centímetros no seio da qual, e à direita da linha média, se identifica cicatriz de ferida contusa, esbranquiçada, arciforme de concavidade para fora com cerca de 0,6 centímetros (rectificada);

11- Duas feridas na mucosa da face interna do lábio superior, cerca da linha média, verticais, com cerca de 0,3 centímetros cada;

12- Gengivas com área periodontal hiperemiada a nível das peças dentárias 1.1 e 1.2, 4.2 e 4.3;

13- Fractura em bisel pela base da coroa da peça dentária 1.2;

14- Mobilidade ao toque da peça dentária 1.1;

15- Equimose castanha-amarelada que se estende desde o 1/3 inferior da região esternocleidomastoideu direito até à região da fúrcula esternal, grosseiramente oval com eixo maior oblíquo para baixo e para a frente com 11 centímetros por 4 centímetros;

16- Equimose castanha-amarelada no braço direito, 1/3 superior da face anterior, oval com eixo maior oblíquo para baixo e para fora medindo 4 centímetros por 1,5 centímetros;

17- Cicatriz de escoriação com crosta no cotovelo direito, face posterior, oblíqua para baixo e para a direita, com cerca de 2 centímetros;

18- Complexo cicatricial de escoriações, algumas cobertas por crostas no antebraço direito, 1/3 médio da face ântero-externa, lineares, oblíquas para baixo e para dentro, com comprimentos variando entre 3,5 centímetros e 1 centímetro, ocupando no seu conjunto uma área com eixo maior mais ou menos vertical com 4 centímetros por 2,5 centímetros;

19- Cicatriz de escoriação, rosada, com crostas, no antebraço direito, terço distal da face posterior, em forma de "V", medindo o ramo mais interno 0,5 centímetros e o mais externo 2 centímetros;

20- 2 centímetros para fora de vértice da cicatriz referida em 19, existem múltiplas crostas punctiformes definindo um trajecto grosseiramente arciforme com concavidade inferior, com 2 centímetros (rectificada), cuja extremidade mais interna se continua por uma zona hipopigmentada com cerca de 1,5 centímetros de comprimento, a qual está por sua vez em continuidade com uma cicatriz de ferida contusa, com crosta, de forma sinuosa com trajecto oblíquo para baixo e para fora, medindo cerca de 2,4 centímetros;

21- A 1,5 centímetros da ferida descrita em 20, existe uma cicatriz linear com crosta, vertical, com 0,7 centímetros;

22- Cicatriz de escoriação com crosta e com extremidades rosadas, no cotovelo esquerdo, face posterior, oblíqua para baixo e para fora, com 4 centímetros de comprimento e 1 centímetro de largura máxima;

23- 2,5 centímetros abaixo da extremidade inferior da cicatriz descrita em 22, existem 2 crostas arredondadas com 0,4 centímetros de diâmetro médio cada;

24- Na face postero-interna dos 2/3 superiores do antebraço esquerdo existem 2 equimoses castanhas-escuras, com eixos maiores num mesmo plano vertical, a superior com 4 centímetros por 2 centímetros e a mais inferior com 3 centímetros por 0,6 centímetros;

25- Escoriação com crosta no joelho direito, logo acima do bordo superior da rótula, arredondada, com cerca de 1,3 centímetros de diâmetro médio;

26- Ferida contusa com crosta castanha-escura no tornozelo direito face anterior, oval, com eixo maior mais ou menos horizontal, com 1 centímetro por 0,7 centímetros;

27- Escoriação com crosta na perna esquerda, 1/3 superior da face anterior, arredondada, com cerca de 1,6 centímetros de diâmetro médio.

Destas lesões resultaram para o A1 dez dias de doença, quatro dos quais com incapacidade para o trabalho. Destas ofensas resultaram como sequelas permanentes: fractura de uma peça dentária e luxação de outra peça dentária passíveis de tratamento estomatológico; cicatrizes evidentes mas não deformantes. Destas sequelas não resultou, em concreto, perigo para a vida do ofendido.

A seguir à agressão efectuada ao ofendido A1, o grupo dos nove dos que a tinham levado a cabo e alcançado é reintegrado pelos arguidos que momentaneamente tinham ficado para trás, B, I, J, N e Q.

Cerca da 1 hora e 25 minutos, ocorre nesta rua, Rua de São Pedro de Alcântara, uma outra agressão à porta do café "Cantinho dos Amigos", sito no n. 13, no interior do qual se encontrava o ofendido O1, indivíduo de raça negra.

Este, ao ouvir grande gritaria na rua, proveniente dos distúrbios causados pelos arguidos e na sequência da agressão efectuada ao ofendido A1, foi espreitar a porta daquele café.

Acto contínuo, o arguido F agride-o, atingindo-o na face com um copo partido, provocando-lhe um corte na orelha e no maxilar, do lado direito, ficando este de imediato a sangrar.

O ofendido é de imediato socorrido pelo proprietário do café, N1, que o recolhe e fecha a porta, impedindo assim que as agressões se prolongassem.

Com a sua conduta, causaram os arguidos B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q ao ofendido O1, beneficiário da segurança social n. ..., as seguintes lesões descritas nos boletins clínicos e relatórios de exame medico de fls. 113, 326 a 328, 350 e 1419 a 1425, 2261 a 2262:

- Traumatismo facial direito e ferida incisa do pavilhão auricular externo direito e ferida contusa da face.

Como consequência destas lesões, apresentava ao exame objectivo realizado em 29/06/95:

- Cicatriz de ferida contusa com vestígios de pontos de sutura no lóbulo da orelha direita, faces anterior e posterior, oblíqua para trás e para baixo, com 1,2 centímetros de comprimento;

- Cicatriz de ferida operatória com vestígios de pontos de sutura com crosta parcial, situada 1 centímetro abaixo do plano horizontal que passa na inserção inferior da orelha direita, vertical com 0,9 centímetros de comprimento.

Destas lesões resultaram dez dias de doença, cinco dos quais com incapacidade para o trabalho.

Não resultou qualquer consequência permanente nem perigo para a vida do O1.

Após esta agressão, o arguido Q abandona o grupo, que fica assim reduzido a onze arguidos, B, C, D, F, G, H, I, J, L, M e O, que prosseguem pela Rua de São Pedro de Alcântara em direcção ao Largo Trindade Coelho, correndo e batendo, verificando-se a sua passagem, neste local, novas agressões a indivíduos de raça negra.

Não foi porém possível individualizar estas agressões em virtude de serem desconhecidas as identidades das vítimas.

No largo Trindade Coelho, cerca da 1 hora e 30 minutos, os arguidos B, C, D, F, G, H, I, J, L, M e O perseguem dois indivíduos de raça negra que fogem para o interior da hamburgueria "River Boat", sita naquele Largo.

Já no interior daquele estabelecimento, tais indivíduos refugiam-se na zona da copa. Os arguidos Alexandre Cordeiro, G, I, L e M entram na hamburgueria à procura dos mencionados indivíduos, enquanto gritavam "Morte aos Pretos" e "Portugal é nosso". Atiraram algumas cadeiras pelo ar, acabando no entanto, porque interceptados pelos funcionários daquele estabelecimento, por abandonar aquela hamburgueria e reagruparem-se cá fora com os arguidos B, C, F, H, J e o O.

Enquanto isto, os dois indivíduos de raça negra saíam pelas traseiras do "River Boat", sem serem vistos pelo grupo.

Estes onze arguidos, B, C, D, F, G, H, I, J, L, M e O, desceram então a Calçada do Sacramento, desembocando na Rua Garrett.

Nesta rua estes onze arguidos iniciam a descida e avistam a vítima X, indivíduo de raça negra, que caminhava, sozinho, pelo passeio do lado direito, no sentido descendente.

Acto contínuo, os onze arguidos, B, C, D, F, G, H, I, J, L, M e O, perseguem-no, tendo este tentado fugir no sentido ascendente da Rua Garrett.

É o arguido M aquele que primeiro o alcança e agarra, rasteirando-o.

De imediato, a vítima X é rodeada pelos onze arguidos, B, C, D, F, G, H, I, J, L, M e O, que o envolvem e começam a sová-lo, agredindo-o por todo o corpo com socos e pontapés.

Simultaneamente arrastam a vítima no sentido descendente da rua.

Junto à montra da loja "Gianni Versace", o X é de novo rasteirado, ficando prostrado no solo.

Sucedem-se os socos e pontapés dos onze arguidos que o envolvem, B, C, D, F, G, H, I, J, L, M e O.

A dada altura um destes arguidos, cuja identidade não se conseguiu apurar, lançou mão de um objecto com uma base circular em cimento com cerca de 21,5 centímetros de diâmetro e cerca de 2 centímetros de espessura de cujo centro emerge uma haste tubular que tem de altura máxima cerca de 18,5 centímetros e de diâmetro cerca de 4,3 centímetros (conferir exame de fls. 452 a 454) e desferiu com o mesmo duas pancadas na cabeça da vítima, X, enquanto este continuava a ser agredido pelos demais a soco e pontapé.

X foi assim atingido com diversos pontapés na cabeça, tendo vestígios capilares do mesmo ficado entranhados numa das botas utilizadas na altura pelo arguido B.

Já no final é com a vítima prostrada no solo em decúbito ventral, inanimada, o arguido I colocou um pé sobre a cabeça da vítima, levantando os braços em atitude de triunfo.

Nesta altura, estes onze arguidos abandonam o local e dirigem-se para a Rua Nova do Almada.

No entanto, três arguidos cuja identidade não foi possível apurar voltam atrás e dirigem-se de novo à vítima X, cujo corpo jazia inanimado no solo e recomeçam a dar pontapés indiscriminadamente por todo o corpo da vítima, que saltava animicamente face à força dos golpes imprimidos por esses três arguidos ao pontapeá-la.

Subitamente estes três arguidos abandonam o local novamente em direcção a Rua Nova do Almada, juntando-se aos restantes oito elementos do grupo, do qual nesta altura desertou o arguido J por ter ficado impressionado e arrependido por tudo quanto fizera anteriormente.

Com a sua conduta os arguidos B, C, D, F, G, H, I, J, L, M e O, causaram a vítima X, as lesões descritas no Relatório de Autópsia de fls. 1298 a 1301 dos autos - "graves lesões traumáticas crânio-vasculo-encefálicas, com infiltração sanguínea do

pericranio na região têmporo-parieto-occipital direita, com uma área de cerca de 16x9 centímetros; fractura da calote craniana (múltiplos traços de fractura interessando os ossos temporal, parietal e occipital, à direita, apresentando-se um afundamento, no terço posterior do osso temporal direito, com uma área de cerca de 2x2 centímetros; hematoma sub-dural, em camadas grossas (cerca de 2,5 centímetros), cobrindo parte do lobo parietal esquerdo e todo o lobo temporal do mesmo lado; infiltração sanguínea das leptomeninges de todo o encéfalo; edema cerebral muito marcado; múltiplos focos de contusão dispersos por todo o encéfalo, incluindo o tronco cerebral; hemorragias sub-pleurais e sub-endociridicas; edema pulmonar; peteguias sub-epicardicas; sete erosões hemorrágicas na mucosa gástrica"-, as quais foram causa directa e necessária da sua morte.

Os arguidos B, C, D, F, G, H, I, L, M e O desceram então pela Rua Nova do Almada até à Praça do Município e entraram na Rua do Arsenal, em direcção ao Cais do Sodré.

Nesta rua, deparam com outro indivíduo de raça negra, o ofendido B1, que se deslocava em direcção à Praça do Município.

De imediato, estes dez arguidos dirigem-se ao ofendido B1 e cercam-no.

Acto contínuo, os arguidos B, C, D, F, G, H, I, L, M e O agridem-no a soco e pontapé, levando o mesmo a cair ao chão.

Aí os dez arguidos continuam a agredi-lo da forma descrita, tendo um deles, munido de um pau semelhante a um taco de baseball, desferido com o mesmo uma pancada no rosto do ofendido, após o que o abandonaram.

Com a sua conduta, causaram os arguidos B, C, D, F, G, H, I, L, M e O ao ofendido B1, beneficiário da Segurança Social n..., as seguintes lesões descritas nas fichas clínicas e relatórios de exame médico de fls. 112, 330 a 332, 348 e 1880 a 1881:

- traumatismo do crânio e da pirâmide nasal com fractura dos ossos próprios do nariz;

- ferida pequena contusa na face lateral direita da pirâmide; feridas contusas e abrasivas do nariz, lábio, hemitorax e membros direitos.

Estas lesões determinaram como consequência directa e necessária pelo menos 20 dias de doença com igual tempo de incapacidade para o trabalho.

Não foi possível determinar em definitivo as sequelas destas lesões, tendo sido considerado no relatório médico de fls. 1880 a 1881, que sob o ponto de vista médico-legal poderão subsistir algumas queixas rinológicas, para além de discreto desvio da pirâmide nasal para a esquerda e algumas cicatrizes nos membros direitos".

Após esta agressão - a última de que houve conhecimento estes dez arguidos abandonaram o local em direcção à Av. 24 de Julho, indo-se encontrar com elementos do grupo de "Skins", no local de encontro previamente combinado entre todos, "A Merendeira".

Nesse local, o arguido E entregou o pau acima descrito ao arguido Q, o qual se desfez do mesmo.

Os arguidos agiram deliberada, livre e conscientemente determinados.

Os arguidos perfilham ideias que fazem apelo ao "nacionalismo" e "racialismo", onde a vertente racista está sempre presente, e exaltam a superioridade da raça branca, considerando a raça negra como uma raça inferior e a expulsar de Portugal.

E é na prossecução de tal desígnio, a que de forma colectiva aderiram todos os arguidos intervenientes em cada uma das agressões a ofendidos acima descritas, que estes actuaram, agredindo todos os indivíduos de raça negra que se cruzavam no seu caminho.

Querendo com essa actuação, integrada nos objectivos do grupo de "Skins", contribuir para a expulsão de Portugal daquele grupo racial.

Todos os arguidos intervenientes em cada uma das agressões a ofendidos acima descritas actuaram em comunhão de esforços, querendo atingir a integridade física e a vida dos ofendidos, por serem indivíduos de raça negra, o que conseguiram. Bem sabiam os arguidos intervenientes em cada uma das agressões a ofendidos acima descritas que os objectos que utilizaram (soqueiras, paus, botas militares e outras com biqueiras em aço, garrafas partidas, ferros), revestem características que, quando usados da forma referida, são aptos a causar lesões susceptíveis de provocar a morte aos atingidos ou colocá-los em risco de vida ou de causar uma grave ofensa à sua integridade física.

E que todos iriam fazer uso desses objectos, o que queriam, conformando-se com o resultado das agressões praticadas com os mesmos.

Os arguidos B, C, D, F, G, H, I, J, L, M e O, ao actuarem em relação ao X pela forma como o fizeram e acima está descrita, quiseram tirar a vida a X, o que conseguiram. Sabiam os arguidos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O e Q que as suas acima descritas condutas eram proibidas e punidas por lei.

O arguido A é delinquente primário. Escriturário no Aeroporto de Lisboa, auferia por mês cerca de 96000 escudos e vivia com os pais. Prestou em julgamento declarações parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido B é delinquente primário. Técnico de ar condicionado, auferia por mês cerca de 80000 escudos e vivia com a mãe. Prestou em julgamento declarações parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido C é delinquente primário. Empregado de mesa, auferia por mês cerca de 70000 escudos e vivia com os pais. Prestou em julgamento declarações parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido D é delinquente primário. Estudante do 11. ano, vivia com a mãe. Prestou em julgamento declarações relevantes para a descoberta da verdade e denota ausência de arrependimento.

O arguido E é delinquente primário. Era 2. Cabo da Policia Aérea à data dos factos acima descritos, auferia cerca de 55000 escudos por mês e vivia com os pais. Prestou em julgamento declarações parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido F é delinquente primário. Segurança na "Prestibel", auferia por mês cerca de 83000 escudos e vivia com os pais e uma irmã. Prestou em julgamento declarações parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido G é delinquente primário. Era soldado de transmissões com o curso de cabo à data dos factos acima descritos, auferia por mês cerca de 52000 escudos e vivia com a mãe. Prestou em julgamento declarações parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido H é delinquente primário. Trabalhava com os pais numa loja de electrodomésticos e vivia com os pais. Prestou em julgamento declarações parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido I é delinquente primário. Empregado de mesa no café dos pais e estudante do 12. ano, vivia com os pais. Prestou em julgamento declarações

parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido J é delinquente primário. Trabalhava com os pais no supermercado destes como empregado de balcão, auferia cerca de 65000 escudos por mês e vivia com os pais. Prestou em julgamento declarações muito relevantes para a descoberta da verdade material e denota estar arrependido.

O arguido L é delinquente primário. Desenhador gráfico, auferia por mês cerca de 75000 escudos e vivia com os pais e uma avó. Prestou em julgamento declarações parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido M é delinquente primário. Segurança na "Prossegur", auferia por mês cerca de 75000 escudos e vivia com a mãe e o padrasto. Prestou em julgamento declarações parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido N já respondeu e foi condenado em pena de multa por injúrias. Estudante do 3.º ano do curso de energia e sistemas de potência, do I.S.E.L., vivia com os pais. Prestou em julgamento declarações parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido O é delinquente primário. Estudante de um curso técnico-profissional de desporto, vive com a mãe, o padrasto e dois irmãos. Prestou em julgamento declarações parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido P é delinquente primário. Desempregado, vive com os pais. Prestou em julgamento declarações relevantes para a descoberta da verdade.

O arguido Q é delinquente primário. Electricista com o pai e estudante do 12.º ano, vive com os pais. Prestou em julgamento declarações parcialmente relevantes para a descoberta da verdade e denota completa ausência de arrependimento.

O arguido R é delinquente primário. Montador de peças automóveis na "Opel Portugal", auferia por mês cerca de 122000 escudos e vive com a esposa e uma filha menor. Prestou em julgamento declarações relevantes para a descoberta da verdade.

ANEXO III

Cartazes e panfletos de propagandas do PNR⁸³⁸



⁸³⁸ Disponível em: <<http://www.pnr.pt/propaganda>>. Acesso em janeiro de 2014.

ANEXO IV

Cartazes e panfletos de propagandas do PNR⁸³⁹

DEVOLVER PORTUGAL AOS PORTUGUESES!

Portugal está a ser destruído por uma classe política onde os incompetentes e os corruptos são a maioria. As fábricas fecham e os campos não cultivam. As escolas não ensinam e os tribunais não fazem Justiça.



Os trabalhadores portugueses

são substituídos por imigrantes e o crime prolifera nas ruas.

Os bancos exploram os mais desfavorecidos. A família e as tradições foram banidas. A floresta é incendiada e os rios contaminados... Portugal não vive numa simples crise económica mas num autêntico estado de coma político e social! O cenário é tão negro que os partidos do costume já nada podem fazer. São todos iguais e querem todos o mesmo: alimentar os seus lóbis e clientelas.

**Não podemos continuar a tolerar a destruição do
nosso país! Está na hora de dizer **BASTA!****

COM O PARTIDO NACIONAL RENOVADOR TUDO SERÁ DIFERENTE:

- Apoio à produção industrial, agrícola e científica nacional
- Preferência aos trabalhadores portugueses
- Combate ao crime, à droga e à imigração
- Agravamento das penas para o abuso de crianças e mulheres
- Repatriamento dos imigrantes clandestinos
- Exigência e ordem nas escolas
- Adopção de políticas pró-vida, com apoio às mães trabalhadoras e às famílias numerosas
- Oposição ao casamento e adopção de crianças por homossexuais
- Defesa do património ambiental, histórico e cultural
- Afirmação da identidade nacional
- Rejeição da Constituição Europeia e da entrada da Turquia na U.E.
- Pela Europa das Nações

**Vai dar o seu voto às Esquerdas e Direitas que
têm destruído Portugal?! É HORA DE MUDAR!!**

Vota PNR

Internet: www.frente-nacional.org ■ Telefone: 91 301 31 61

⁸³⁹ Imagem pertencente ao Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.files.wordpress.com/2011/07/copy-of-09-07-11-1-31.jpg>>. Acesso em dezembro de 2014.

ANEXO V

Cartazes e panfletos de propagandas do PNR⁸⁴⁰



⁸⁴⁰ Imagem pertencente ao Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.com/2011/07/08/agradecimentos-e-entradas-1-partido-nacional-renovador>>. Acesso em dezembro de 2014.

ANEXO VI

Cartazes e panfletos de propagandas do PNR⁸⁴¹



⁸⁴¹ Imagens pertencentes ao Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponíveis em: <<http://ephemerajpp.com/2011/07/08/agradecimentos-e-entradas-1-partido-nacional-renovador>>. Acesso em dezembro de 2014.